

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Daniella da Silva Nogueira de Melo

Atuação da OTAN no Atlântico Sul

Mestrado em Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas
(UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

São Paulo

2018

Daniella da Silva Nogueira de Melo

Atuação da OTAN no Atlântico Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Carlos Gustavo Poggio Teixeira.

São Paulo

2018

Melo, Daniella da Silva Nogueira de.
M528 Atuação da OTAN no Atlântico Sul / Daniella da Silva Nogueira de
Melo. – São Paulo, 2018.
190 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Gustavo Poggio Teixeira.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. Segurança internacional. 2. Organização do Tratado do Atlântico
Norte. 3. América do Sul – Defesa. 4. África – Defesa. 5. Atlântico Sul,
Oceano. I. Título.

CDD 327.116

Daniella da Silva Nogueira de Melo

Atuação da OTAN no Atlântico Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Carlos Gustavo Poggio Teixeira.

BANCA EXAMINADORA

São Paulo

2018

AUXÍLIO BOLSA

Esse trabalho foi desenvolvido com auxílio do recurso de bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma geral, a todos os professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas que participaram na elaboração desse trabalho e auxiliaram durante esses dois anos;

Em especial, firmo destaque a qualidade das orientações e apoio que o orientador Carlos Gustavo Poggio Teixeira se dispôs a oferecer durante o todo processo investigativo;

Aos professores Samuel Alves Soares e David Almstadter Mattar de Magalhães que também agregaram com sugestões muito proveitosas durante o exame de qualificação;

Ao pesquisador Peterson Silva pela elucidação quanto ao tema a ser trabalhado;

Imensamente ao apoio de Isabela Silvestre e Giovana Vieira no decorrer dos trâmites administrativos e institucionais e à Graziela por se dispor a oferecer cursos, indicações bibliográficas e outros recursos de pesquisa que ajudaram imensamente no desenvolvimento do trabalho;

À Capes, pelo apoio financeiro;

Por fim, agradeço aos meus pais, irmão, Mark e Cinthia que desde sempre me apoiaram e estão comigo nessa importante jornada acadêmica.

RESUMO

No período da Guerra Fria, o desempenho da OTAN fora dos limites territoriais abrangidos pelo Artigo 6º sucedia-se por meio de arranjos informais e operações que não estivessem sob o seu comando. Logo, a atuação da OTAN no Atlântico Sul ocorreu de forma bastante limitada em decorrência da ausência de uma política oficial acerca das operações *out-of-area*. Com o fim da era bipolar, a OTAN ganhou maior espaço de atuação no mundo e deixou de ser uma mera aliança militar, sob a base da defesa coletiva e, transformou-se em uma organização de segurança coletiva. Do mesmo modo, ao longo dos anos 2000, o Atlântico Sul adquire importância estratégica aos olhos das potências globais e regionais, constituindo-se como uma área de oportunidades econômicas para conquista de autonomia energética e de projeção de poder político e militar. Portanto, a pesquisa tem por objetivo analisar como se dá a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no ambiente geoestratégico do Atlântico Sul. Isso serve para compreender as motivações que conduzem os membros a envolver a organização em uma área que oferece poucas ameaças às suas seguranças e que não foi contemplada no seu mais recente Conceito Estratégico de 2010. Nessa pesquisa, elencam-se três fatores de envolvimento da Aliança na região: os recursos naturais, a realidade de segurança e a crescente presença de China, Índia, Rússia. Temos que para países como França, Inglaterra, Portugal e EUA, que já possuem significativa influência na região, há maiores vantagens em engajar a OTAN no Atlântico Sul. Por outro lado, a falta de clareza dos objetivos da organização na região cria uma imagem de desconfiança para as potências regionais (Brasil, Argentina) que assumem uma postura defensiva em evitar a interferência de atores extrarregionais em seus espaços estratégicos. De forma geral, a pesquisa mostra que a participação da Aliança no Atlântico Sul serve para reforçar os interesses dos aliados e reformular as relações de força na região por meio de acordos diplomáticos, exercícios militares conjuntos, formação de parcerias, intercâmbio de recursos e capacidades como se vê nas relações da OTAN com Cabo Verde, Mauritânia, Colômbia e outros países desse entorno regional.

Palavras-chave: OTAN. Operações *Out-of-Area*. Atlântico Sul.

ABSTRACT

In the period of the Cold War, NATO's performance outside the territorial boundaries covered by Article 6 was provided through informal arrangements and operations that were not under its command. Therefore, NATO's action in the South Atlantic had occurred in a very limited way due to the absence of an official policy on out-of-area operations. With the end of the bipolar era, NATO gained more space in the world and it is no longer only to be a mere military alliance, under the base of collective defense, and became a collective security organization. Likewise, throughout the 2000s, the South Atlantic acquired strategic importance in the eyes of global and regional powers, constituting itself as an area of economic opportunities for the achievement of energy autonomy and the projection of political and military power. Therefore, the aim of the research is to analyze how the North Atlantic Treaty Organization (NATO) operates in the geostrategic environment of the South Atlantic. This is to understand the motivations that lead members to involve the organization in an area that offers few threats to its security and that was not contemplated in its most recent Strategic Concept 2010. In this research, there are three factors of Alliance's involvement in the region: natural resources, security reality and the increasing presence of China, India, Russia. For countries such as France, England, Portugal and the USA, which already have significant influence in the region, there are greater advantages in engaging NATO in the South Atlantic. On the other hand, the lack of clarity of the organization's objectives in the region creates a distrust image for the regional powers (Brazil, Argentina) that take a defensive stance in avoiding the interference of extra-regional actors in their strategic spaces. Overall, the research shows that the Alliance's participation in the South Atlantic serves to reinforce the interests of allies and to reshape the region's power relations through diplomatic agreements, joint military exercises, partnerships, exchange of resources and capacity as it is seen in NATO relations with Cape Verde, Mauritania, Colombia and other countries in this region.

Keywords: NATO. Out of Area Military Operations. South Atlantic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Golfo da Guiné.....	68
Ilustração 2 – Pirataria: localização das tentativas de ataques 2012-2016	73
Ilustração 3 – Comparativo da Incidência de Pirataria	75
Ilustração 4 – Incidência de Grupos Terroristas em África.....	76
Ilustração 5 – Migrantes da África Ocidental Identificados em Espanha, Itália, Malta e Grécia, 2008-2011.....	81
Ilustração 6 – Rotas de Migração	82
Ilustração 7 – Produção e Consumo Chinês de Petróleo 1993-2016.....	96
Ilustração 8 – Produção e Consumo Indiano de Petróleo 2000-2017.....	101
Ilustração 9 – Oferta e Consumo de Petróleo e outros líquidos Russo.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Africom	U.S. Africa Command
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AQMI	Al Qaeda no Magrebe Islâmico
AWACS	Airborne Warning and Control e Control Systems
BRICS	Brasil, Rússia, Índia e China
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DM	Diálogo do Mediterrâneo
EC	Escola de Copenhague
ELN	Exército da Libertação Nacional
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos
FOCAC	Forum on China–Africa Cooperation
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
GNL	Gás Natural Liquefeito
Ibas	Índia, Brasil e África do Sul
Ibsamar	Marinhas da Índia, Brasil, África do Sul
ISAF	International Security Assistance Force
MEND	Movement for the Emancipation of the Niger Delta
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MUJAO	Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental
NAC	North Atlantic Council
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NIMASA	Nigerian Maritime Administration and Safety Agency
NRF	NATO Response Force
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização mundial da Saúde

ONGC	Oil and Natural Gas Corporation
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política de Nacional de Defesa
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
R2P	Responsibility to Protect
RwP	Responsibility while Protecting
Saceur	Supreme Allied Commander Europe
SENT	Smart Energy Team
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
Southcom	U.S. Southern Command
SPS	Science for Peace and Security Programme
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Europeia
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime
Unprofor	United Nations Protection Force
URSS	União Soviética
Zopacas	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E QUADRO HISTÓRICO.....	17
2.1	Antecedentes à condução da Assinatura do Tratado de Washington.....	17
2.1.1	A Criação e o Desempenho da Aliança Atlântica no Cenário Bipolar.....	21
2.1.2	A Abordagem das Questões <i>Out-of-Area</i> na Guerra Fria.....	29
2.2	O Atlântico Sul na Guerra Fria e a Atuação da OTAN.....	33
2.2.1	A Presença Soviética no Atlântico Sul.....	35
2.2.2	A Percepção Estratégica dos Aliados sobre o Atlântico Sul.....	36
2.2.3	Perspectiva Estratégica dos Países da Região sobre o Atlântico Sul.....	40
2.2.4	O Atlântico Sul na Agenda de Segurança da Aliança Transatlântica.....	41
2.3	O Desenvolvimento das Operações <i>Out-Of-Area</i> da OTAN.....	45
2.4	Os Fatores de Continuidade e Transformação da Aliança Transatlântica do Pós-Guerra Fria.....	47
2.5	Conclusão do Capítulo.....	64
3	A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL: FATORES DE ENGAJAMENTO DA OTAN.....	65
3.1	Recursos Naturais.....	66
3.2	Ameaças de Segurança.....	72
3.3	O Desempenho da OTAN no Cenário das Ameaças.....	84
3.4	A Presença de outros Atores Extrarregionais.....	94
3.5	Conclusão do Capítulo.....	105
4	ATUAÇÃO DA OTAN NO ATLÂNTICO SUL PÓS-GUERRA FRIA.....	107
4.1	A Natureza das Missões da OTAN no Atlântico Sul.....	108
4.2	Perspectiva dos Atores Regionais em Relação à OTAN.....	126
4.3	Os Interesses dos Membros da OTAN sobre o Atlântico Sul.....	139
4.4	Iniciativa da Bacia Atlântica.....	147
4.5	Conclusão do Capítulo.....	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	157

1 INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no sistema internacional, uma das reflexões que nos permitimos fazer é sobre quais tipos de objetivos e de natureza que esse ator pretende manter para os próximos anos? Nota-se uma produção acadêmica mais volumosa acerca das atividades da Aliança voltadas para o Centro e Leste Europeu e para o Oriente Médio. No entanto, hoje, há indícios militares e diplomáticos de que a OTAN tem conquistado também presença no Atlântico Sul. Portanto, quando olhamos para esse entorno regional, que possui uma herança histórica, cultural, étnica e político-econômica distinta das regiões mencionadas, o que tem chamado atenção dos aliados no atual contexto geopolítico¹ dessa área? Essa é uma das lacunas a ser preenchida por esse trabalho.

Para a compreensão da temática de envolvimento da OTAN no Atlântico Sul é essencial termos por base nessa pesquisa a discussão em torno do debate das operações *out-of-area*. Autores como Theodorelos (1990) e Liland (1999) trazem a análise inicial do alcance da Aliança fora do limite geográfico do Atlântico Norte enquanto estudos de Yost (2010) e Sendmeyer (2010) aprofundam como isso é trabalhado no momento pós Guerra Fria. Somente com a elaboração dos Conceitos Estratégicos de 1999 e 2010 que se definiu e contemplou melhor uma política sobre as operações *out-of-area*. Hoje, estabelece-se que independente do espaço territorial, a organização, quando achar necessário e determinar que a segurança de seus membros está ameaçada, decidirá caso a caso a sua possível interferência nos conflitos e crises regionais. No entanto, dentro da dimensão das operações *out-of-area*, pouco se fala sobre o desempenho da OTAN no Atlântico Sul.

Durante o contexto em que a política internacional da década de 1970 passava por um resfriamento das tensões entre as duas superpotências, cogitou-se, pela primeira vez, dimensionar esse espaço regional na agenda de segurança da OTAN. Isso porque a probabilidade de uma confrontação direta entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) naquele momento era menor, logo, a disputa militar passava a ocorrer em áreas localizadas na Ásia, África e Oriente Médio. Coker (1985), Hurrell (1988) e Viegas Filho (2016) são alguns dos poucos autores que contribuem para a análise das atividades da OTAN realizadas sobre o

¹ Na Geopolítica Clássica, a dominação do espaço é uma estratégia vital para os Estados e as suas variáveis militares e de defesa estão condicionadas à geografia. Exemplos de autores que analisam essa dimensão é Halford J. Mackinder e Alfred T. Mahan. Já a Geopolítica Crítica “denaturalises” a geografia e é analisada a partir das relações de poder. Essa diferenciação pode ser encontrada na análise de Stefano Guzzini (2012) em “The Return of Geopolitics in Europe: Social Mechanisms and Foreign Policy Identity Crises” e de Constantin Hlihor (2014) em “Geopolitics: From a Classical to a Postmodern Approach”.

Atlântico Sul durante a Guerra Fria. Desde já, sabe-se que inicialmente a atuação da Aliança era limitada ao Atlântico Norte e que isso foi se tornando flexível ao longo dos anos.

Desde a década de 1990, a OTAN passa por um processo de transformação razão pela qual permite que esta participe das realidades de segurança regionais contemporâneas. As mudanças se deram tanto em uma perspectiva de abrangência espacial quanto funcional, estabelecendo-se como uma organização de segurança coletiva. As atuais operações vinculam-se à prevenção e à gestão de crises, ao apoio de reconstrução dos países, ao auxílio na segurança energética e marítima, ao combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa e aos crimes transnacionais. Uma realidade de atuação diferente da projetada na Guerra Fria (YOST, 2010). Portanto, a pesquisa ajuda a compreender como a transformação da OTAN se aplica às propostas dos seus membros em relação ao espectro de missões no Atlântico Sul.

Como parte da pesquisa, observa-se na análise documental dos Conceitos Estratégicos da Aliança (1991, 1999, 2010) que houve uma ampliação do escopo de segurança. Essa evolução pode ter como base o apoio teórico das abordagens da Escola de Copenhague (EC). Originada na década de 1980, a contribuição da EC veio em resposta às lacunas e às falhas das vertentes tradicionais, como o realismo e o liberalismo, em compreender o cenário do final da Guerra Fria. A reformulação teórica revela a importância de aprofundar os debates e expandir o conceito em torno da segurança. Logo, buscou envolver perspectivas além da dimensão militar, trazendo temáticas diversas para o campo da segurança como questões políticas, societal, econômicas, energéticas, ambientais, entre outras. No início, Barry Buzan, um dos grandes influenciadores da EC, analisava a perspectiva abrangente da segurança ainda sob os moldes estadocêntricos, ou seja, o Estado como unidade de análise principal. Os seus críticos postulavam a ideia de uma segurança mais voltada para o indivíduo que permitiu, mais tarde, a EC vincular a segurança à lógica das identidades nacionais (TANNO, 2003).

Esse avanço deu origem à teoria da segurança social que envolve as duas unidades de análise, o Estado e a sociedade, e conduz a introdução das ideias construtivistas no âmbito da segurança. Ole Wæver, outro acadêmico central da EC, reformulou a abordagem teórica ao determinar que as questões de segurança são frutos das práticas sociais, ou seja, a concepção acerca das ameaças será construída por processos e agentes sociais. Além disso, temas como energia, economia, política, por exemplo, podem passar por um movimento de securitização (BUZAN; HANSEN, 2012). Essa abordagem teórica reflete os avanços estruturais da OTAN. Associar a segurança apenas à dimensão dos aspectos militares não corresponde mais às resoluções internacionais. A Aliança, assim como será verificado nesse trabalho, compreende que há uma necessidade de se afastar da utilização da lógica tradicional militar e articular meios

diplomáticos e outros recursos não-militares como resposta às variadas dimensões da segurança. Ademais, a organização é um agente de segurança que, para se adaptar a nova realidade do ambiente global, se envolveu e vinculou temas antes independentes (energético, econômico, social, ambiental) à esfera da segurança de seus membros.

O Atlântico Sul se encaixa nesse atual perfil estratégico de planejamento da OTAN quanto às distintas naturezas de segurança. Todavia, ao olharmos para a revisão da literatura, essa temática é tratada de forma bastante marginal. Normalmente, é através de alguns artigos de jornais e revistas que conseguimos ter uma visão mais geral sobre as operações da OTAN no Atlântico Sul. Lima (2011), por exemplo, afirma que a capacidade de defesa insuficiente na região poderia justificar o envolvimento da Aliança. Além disso, o autor assume que o acesso seguro às fontes de recursos naturais também se revela como fator estratégico de interesse da OTAN. Para Helbig e Lasconjarias (2017), a presença militar da organização na América Latina serve como contraponto a influência de atores extrarregionais como a Rússia. Já na análise de Sanchez (2014), há um debate de que a Aliança utiliza dos acordos diplomáticos no Atlântico Sul para garantir a sua influência nas decisões e maior controle dos desafios na região. Esses argumentos incitam questionamentos e discussões acerca da temática, porém, nos deparamos ainda como uma literatura modesta.

Os reais objetivos e interesses da Aliança não ficam tão claros nas análises dessas bibliografias. Os autores trazem indícios da presença da organização, porém, não aprofundam o contexto dos ensejos e da forma como isso é estruturado. Do mesmo modo, o Atlântico Sul é um espaço que representa um nível baixo de ameaça à segurança dos aliados, logo, o que motiva o envolvimento da OTAN? Posto isso, a contribuição dessa pesquisa vem justamente em resposta a maior parte dessas lacunas acadêmicas. Através do mapeamento da performance da OTAN no Atlântico Sul, pode-se elencar dois pontos-chaves que estão envolvidos nessa pesquisa: um para explicar em quais setores e espaços do Atlântico Sul a organização tem ocupado e o que tem permitido o seu avanço nesse entorno.

Essa pesquisa está dividida em cinco capítulos. Inicialmente, no capítulo “Contextualização e Quadro Histórico”, apresenta-se brevemente a conjuntura onde se origina a Aliança e as suas funcionalidades para o confronto bipolar. Também se menciona o debate interno sobre a concepção acerca das operações *out-of-area* no período da Guerra Fria e como a discussão evoluiu para o desenvolvimento de uma política mais definida na década de 2000. O capítulo analisa também de que forma o Atlântico Sul serviu como palco para expansão do poder naval soviético e por consequência tornou-se uma área de competição por zonas de influência. Traz as preocupações dos membros da Aliança em relação à possibilidade de interrupção do

tráfego marítimo pelos soviéticos na rota do Cabo da Boa Esperança e do Cabo *Horn* e as instabilidades políticas na África Austral. E por fim, são elencadas as razões de permanência da OTAN após a dissolução da URSS e como se deu o seu processo de transformação e adaptação para a conjuntura atual.

No capítulo seguinte, “A Relevância Estratégica do Atlântico Sul: Fatores de Engajamento da OTAN”, como o próprio título menciona, extraem-se do mapeamento do Atlântico Sul as motivações que a Aliança entenderá como relevantes para sua presença na região. A primeira refere-se à riqueza de recursos naturais que será importante para o que se prevê no futuro acerca da escassez energética. No entanto, esse fator não é explicitamente mencionado pelos aliados; os interesses vagos criam relações de desconfiança regional. A segunda motivação que serve para justificar a atuação da OTAN é a realidade das ameaças à segurança no Atlântico Sul. Nesse capítulo, avaliamos como o aumento dos ataques de pirataria, da atuação de grupos armados, do tráfico de drogas, de pessoas e de armas emerge como um desafio para a organização militar e uma ameaça aos interesses dos aliados. Por fim, o terceiro fator refere-se à crescente influência de outros atores extrarregionais, em especial Rússia, Índia, China, que vem ocupando espaços antes de proeminência das potências ocidentais.

Autores como García Ramírez (2014) enaltecem o papel da OTAN no cenário internacional como garantidor da paz e da ordem internacional, no entanto, podemos questionar ordem para quem? E paz em que sentido? Visto que a maioria dos conflitos e crises gerenciados pela OTAN não obtiveram o sucesso absoluto, ou seja, instabilidades em África e Oriente Médio permaneceram e os territórios continuaram sendo palcos de mais violência. Sendo assim, qual contribuição que a OTAN traz para o campo da segurança no Atlântico Sul? Por meio dessa pesquisa, também é avaliado se a sua presença pode levar a maior estabilidade regional ou se a sua atuação provoca o papel inverso na região.

No capítulo “Atuação da OTAN no Atlântico Sul Pós-Guerra Fria”, verificamos a natureza das atividades da Aliança no Atlântico Sul. Temos a oportunidade de observar como é diverso o seu campo de atuação na região no qual incluem exercícios militares conjuntos, acordos diplomáticos, intercâmbio de capacidades e recursos, que vão desde questões energéticas, militares, de emergência civil e desastres naturais. Para isso, detalhamos os poucos exemplos que existem sobre essa temática como o desempenho da OTAN com Cabo Verde, Mauritânia, Colômbia, Gana. Além disso, é nesse capítulo que iremos compreender melhor os interesses e o que faz do Atlântico Sul ser revelante para as suas agendas políticas. EUA, França, Inglaterra e Portugal já possuem de alguma forma influência na região e podem se tornar os principais incentivadores da presença da OTAN nesse espaço. Nessa pesquisa, tem-

se ciente que Portugal, por exemplo, concorda com um Oceano Atlântico unificado, ou seja, que a linha política imaginária que divide o Atlântico Norte do Atlântico Sul seja destituída, consolidando o que se conhece por Iniciativa da Bacia Atlântica. Logo, essa proposta poderia abrir margem para a utilização da OTAN por todo esse entorno. Avaliamos que por mais que a OTAN se estabeleça como uma organização regional, o seu campo de atuação é projetado para ser global apenas onde os interesses dos membros são relevantes.

Portanto, o avanço gradual da Aliança sobre a região permite reformular a dinâmica das relações de força, impedindo aberturas de espaço para a influência de outros atores. Ademais, reafirma a posição do Atlântico Sul em se tornar uma barganha estratégica no cenário atual. O compromisso da organização para com a realidade de segurança nesse ambiente ainda ocorre de forma complementar e difusa conforme os propósitos geoestratégicos das partes. Mesmo a área não ter sido contemplada no mais recente Conceito Estratégico de Lisboa, entende-se, durante o processo investigativo, que o envolvimento da organização priorizará a autonomia energética e as projeções de poder político e militar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E QUADRO HISTÓRICO

2.1 Antecedentes à condução da Assinatura do Tratado de Washington

O cenário da Guerra Fria é analisado como um período singular na história das relações internacionais do qual se instituiu um sistema baseado na bipolaridade. A declaração, em 1946, do primeiro ministro britânico Winston Churchill sobre o estabelecimento simbólico de uma “cortina de ferro” sinalizava a divisão da Europa em duas visões de mundo. A supremacia entre as potências, EUA e URSS, criou uma política interestatal de equilíbrio de poder que abrangia o antagonismo ideológico e político. Por um lado, as convicções capitalistas e liberais e, por outro, a propaganda comunista fundada na economia de Estado influenciavam as políticas internas e as esferas de lealdades na Eurásia e em outras nações do Terceiro Mundo, determinando suas maneiras de pensar e agir. A lógica da Guerra Fria era sustentar uma manobra psicológica com a mobilização de recursos econômicos, militares, políticos, diplomáticos e culturais para a criação de uma dissuasão recíproca. Sendo assim, o estabelecimento da OTAN representava esse instrumento militar dissuasório e, ao mesmo tempo, um escudo atômico para os europeus sob a guarda do arsenal nuclear estadunidense (SMITH, 2000; GADDIS, 2006, PAINTER, LEFFLER, 2005). Citando Smith (2000, p.69), “Both the US and the Soviet Union aimed at reshaping the international order in images of their own construction”.

O vácuo de poder inserido com a queda da Alemanha nazista instigou novamente uma competição entre as potências por um maior espaço dentro da Europa. O choque de interesses entre as duas superpotências foi visível nas Conferências de Yalta e Potsdam, importantes reuniões que previam decidir o futuro da Alemanha, do leste europeu, a questão do controle do território polonês, a participação soviética na guerra contra o Japão, reparações de guerra e acordos de paz gerais. Os EUA não cumpriram suas obrigações de reparação de guerra pleiteadas por Stalin: um empréstimo para reconstrução de seis bilhões de dólares. As bombas nucleares que assolaram as cidades japonesas no fim da Segunda Guerra, Hiroshima e Nagasaki, expressaram um indício de dissuasão do poder estadunidense contra qualquer tentativa de avanço soviético (EDMONDS, 1986; ZUBOK, 2009).

No fim da Segunda Guerra, Stalin tinha avançando quase que completamente sobre as fronteiras do leste, impondo-se no controle dos territórios. Em 1946, a URSS interveio no Irã, manteve suas forças militares através da Europa Ocidental, travou bloqueios de tratados de paz com antigos países inimigos e apoiou o avanço comunista na República da Coreia, na Grécia, na Líbia e em Marrocos. Stalin também desconfiava das ambições imperialistas norte-

americanas visto que os EUA não tinham uma estratégia consolidada em relação aos países da Europa Oriental e mesmo assim queriam preservar os princípios liberais sobre as estruturas institucionais internas desses países. Por consequência, Truman acusa Stalin de violar o seu compromisso em Yalta por não supervisionar as eleições livres nos países orientais (KAPLAN, 1969; GADDIS, 2006). A URSS não permitiria a sobreposição da corrente política e econômica liberal e democrática dos EUA no leste europeu e no sistema internacional e o inverso também era válido:

The Soviet Union's refusal to observe Western requirements for elections in Eastern Europe, its support of communist subversive groups in Greece, and its pressures on Turkey and Iran, all pointed to Russian unwillingness to endorse America's image of the postwar world. To cope with this unexpected situation required not only a recognition that the Soviet Union was a powerful physical threat to Europe but that no other power was available to subdue the threat. In understanding this problem American policy-makers also had to face the fact that there was balance of power in 1946 and that American power was the vital element in the maintenance of the balance. [...]Russians looked on American demands for elections in Eastern Europe as the predictable acts of an imperialist power seeking to advance its capitalist interests and not as a demand made to avoid future wars and to do so by idealistically reordering Europe in the image of American democracy. (KAPLAN, 1969, p.212).

Embora Franklin D. Roosevelt declarou na Conferência de Yalta que o mundo caminhava para o fim do sistema de ações unilaterais e alianças militares exclusivas que representavam o fracasso da preservação da segurança internacional, os EUA consolidaram um período de continuação desse sistema. A afirmação de Kaplan (1969) mostra que a Guerra Fria foi marcada pela formação de alianças e zonas de influência que sustentaram o mecanismo de balanço de poder e fizeram com que a arquitetura de segurança coletiva não vingasse no período. Como afirmam Herz e Hoffmann (2004), o sistema bipolar evitou que as deliberações fossem tomadas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), onde havia impasses e bloqueios muito maiores dentro da organização e, portanto, as decisões eram acertadas por outros fóruns de consultas menores e construídas entre as próprias superpotências. Os EUA não tiveram como não reconhecer a importância do seu papel mais ativo e engajador na Europa e no mundo. Dessa forma, o estabelecimento da OTAN e do Pacto de Varsóvia, aliança militar entre os países do bloco soviético, serviram para preservar o contexto da balanço de poder surgida em 1946.

Nesse período pós Segunda Guerra, a Europa sofria as consequências econômicas, políticas e sociais por ter sido uma arena de duas grandes guerras. O imponente império britânico mostrava o seu enfraquecimento e as limitações econômicas em atuar nas crises internacionais. Os conflitos civis na Grécia e na Turquia perderam a ajuda britânica de armas e financiamento e fizeram com que as ideias comunistas permeassem o campo político institucional

dos países europeus mais fragilizados. Esse receio já vinha sido alertado pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan que estimulava uma política externa de contenção das ameaças expansionistas soviéticas. Em 1947, em resposta aos pedidos do embaixador britânico para assumir a assistência na península balcânica, o presidente Truman demandava um orçamento de 400 milhões de dólares para apoiar as guerras civis e conter os soviéticos. A ajuda norte-americana a esses países tinha o caráter estratégico de conduzir uma ordem interna condizente com os valores ocidentais e uma capacidade militar capaz de deter qualquer influência soviética. O seu discurso no Congresso norte-americano deu início à consolidação da Doutrina Truman (SARAIVA, 2001; SMITH, 2000, HOLLOWAY, 2005).

Uma das atribuições da doutrina foi trazer o elemento forte ideológico da Guerra Fria. O discurso de Truman era categórico no sentido de afirmar que os EUA teriam o papel de liderar o amparo às nações que escolhessem fortalecer as “instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias à liberdade individual, liberdade de expressão e eleição, e ausência de opressão política.” (MAGNOLI, 1988, p.26). Ademais, o fundamento da doutrina era conter e isolar as ambições soviéticas através do posicionamento de forças em locais políticos geoestratégicos. Isso provocou a constituição de zonas de influência e um processo de delimitação territorial daqueles que defendiam ideias e princípios antagônicos. Todavia, alguns episódios marginais da Guerra Fria mostram que os EUA adotaram uma postura ambivalente para preservar suas áreas de influência, como seu apoio a regimes políticos autoritários na América Latina para impedir a manifestação comunista. De alguma forma, a Doutrina Truman quis passar um comunicado desafiador à URSS, qualificando-a como uma ameaça à segurança internacional. “The Soviet leaders regarded the Truman Doctrine and the Marshall Plan as attempts to put pressure on the Soviet Union, and to weaken its influence in Europe, but they did not see these developments as the prelude to war.”. (HOLLOWAY, 2005, p.73).

Um dos resultados estratégicos da Doutrina Truman foi a elaboração de um plano que reconstruísse economicamente a Europa Ocidental com o propósito de mantê-la unida, fortalecer as democracias ocidentais, impedir uma recessão global, manter o *status quo* interno e o controle norte-americano sobre o território e acesso à mercados, “American imperialism was searching for markets for its goods and capital, and using economic aid to extort concessions from other countries and to subjugate them; it was building up its military power, stockpiling atomic bombs, and building bases around the world.”. (HOLLOWAY, 2005). O Plano Marshall foi organizado por William L. Clayton, Subsecretário de Estado de Assuntos Econômicos norte-americano, e anunciado pelo Secretário de Estado George C. Marshall em junho de 1947, diante do crescente apoio eleitoral que os países europeus mais debilitados vinham ten-

do sobre as ideias comunistas. A perspectiva do plano envolvia a aprovação de 17 bilhões de dólares para a reconstrução de dezesseis países a partir de fundos, linhas créditos e ajuda material. A proposta inicial do plano era integrar o leste europeu ao mercado capitalista, contudo, a URSS se opôs a formalização do acordo, teve as suas sugestões negadas e, portanto, decidiu retirar-se das negociações. As expectativas desse programa foram bem sucedidas para os aliados: a Europa retornou com o seu potencial de industrialização no final da década de 1950, houve retração da influência dos ideais comunistas no território com as derrotas dos partidos de esquerda e crescimento econômico (SARAIVA, 2001). “The Marshall Plan, as it instantly came to be known, did not at that point distinguish between those parts of the continent that were under Soviet control and those that were not- but the thinking that lay behind it certainly did”. (GADDIS, 2006, p.31).

Por outro lado, a URSS, apesar de vitoriosa, sofreu o desgaste econômico e militar do pós Segunda Guerra, o efetivo militar foi reduzido e houve uma considerável perda humana. Stalin contava com as reparações de guerra para engajar o processo de reconstrução de seu país, no entanto, as potências ocidentais recusaram o montante de bilhões de dólares em dinheiro e os bens das zonas de ocupação alemã que Stalin havia requisitado. Em resposta as investidas norte-americanas, a URSS solidificou cada vez mais o processo de militarização das suas fronteiras, investiu em armas convencionais e na influência sobre o leste europeu. A URSS mantinha um grande poder terrestre. Como contraposição à Doutrina Truman, Stalin elabora o *Communist Information Bureau*, um instrumento de difusão dos ideais comunistas que atuaria na coordenação das atividades dos partidos comunistas europeus, sendo uma forma de contrapor as instituições ocidentais capitalistas e as ambições imperialistas norte-americanas. Em 1949, com a obtenção da bomba nuclear, a URSS avançava em seus objetivos de paridade ao poderio nuclear (SARAIVA, 2001; HOLLOWAY, 2005). Essa diminuição do *gap* nuclear marca uma fase de tensão entre as duas superpotências quanto à existência de ambas possuírem o elemento atômico. No entanto, os EUA mantinham ainda a vantagem com seus mísseis balísticos de grande alcance e a criação da bomba de hidrogênio enquanto a URSS possuía mísseis que apenas alcançavam a Europa Ocidental.

Os anos iniciais de 1947 a 1955 foram caracterizados pela constante tensão e desconfiança entre as superpotências e suas predisposições em acentuar a confrontação ideológica e bélica através do totalitarismo de Stalin e a política norte-americana do Macarthismo, uma prática de perseguição aos que possuíam simpatia ao Partido Comunista (MAGNOLI, 1988). Ao mesmo tempo, houve constantes oscilações entre o poderio dos EUA e da URSS, disparidades em termos econômicos e militares que estimulavam mais a competição armamentista e

propagandista. A estrutura da Guerra Fria passa a dominar a nível global, estimulando políticas de lealdades mais consistentes com as superpotências e fortalecendo ainda mais uma “cultura de confronto”. (SMITH, 2000, p.70). A repressão militar em Berlim, em 1953, o lançamento soviético do satélite Sputnik, em 1956, o conflito na Coreia, em 1950, produzia um arranjo de hostilidades maior, acreditava-se em um possível enfrentamento nuclear na época.

2.1.1 A Criação e o Desempenho da Aliança Atlântica no Cenário Bipolar

Em dezembro de 1947, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Ernest Bevin, já assumia também a necessidade de haver uma aliança militar entre as potências do Ocidente com a finalidade de conter a expansão soviética e adiantou o plano de consolidar um pacto transatlântico. Em 1948, um primeiro passo nesse âmbito da defesa aconteceu quando o Reino Unido, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos decidiram estabelecer o Tratado de Colaboração Económica, Social e Cultural e de Defesa Coletiva, assinado em Bruxelas. O objetivo era impedir que governos democráticos sofressem derrubadas através da força. Das reuniões, foi instituído o Comitê Permanente Militar que desenvolveu uma organização militar conjunta que visava à defesa comum, conhecida como a *Uniforce*. O Tratado de Bruxelas demonstrou ser o precursor da condução da assinatura do Tratado do Atlântico Norte (THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1952).

Após alguns dias da assinatura do Tratado de Bruxelas, foram realizadas várias reuniões informais tendo como participação os EUA, o Canadá e a Inglaterra a fim de que pudesse ser discutido um pacto de assistência no âmbito militar. Embora os EUA ainda resgatassem o seu passado isolacionista, o cenário era de uma Europa enfraquecida economicamente e que não abrangeia recursos suficientes para lidar sozinha com a expansão soviética do pós-guerra. Nenhum outro país ou coalizão europeia teria semelhante potencial para integrar o sistema de equilíbrio de poder e fazer oposição à URSS. Para convencer os republicanos isolacionistas do maior envolvimento dos EUA para com a segurança europeia usou-se um discurso de natureza econômica. Os interesses industriais e comerciais da elite estadunidense sobre o fomento de guerra era impedir novamente a condução de uma crise econômica interna com o lucro extraído da competição armamentista e relações comerciais com os europeus (SARAI-VA, 2001). Como implicação militar da Doutrina Truman sobre a formação de um pacto transatlântico, a proposta foi levada ao Congresso para ser aprovado. No entanto, havia uma incerteza quanto à aprovação do Senado em relação ao acordo de defesa coletiva sob a égide do Artigo 51º da Carta das Nações Unidas. Essa preocupação envolvia a dúvida se o acordo iria

de encontro com os princípios da Organização das Nações Unidas (ONU), se não feriria a credibilidade e autoridade do próprio Congresso em deliberar sobre a guerra e se haveria uma forte e constante dependência da segurança europeia em relação aos EUA (SLOAN, 2006; SMITH, 2000). A formulação do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte compromete os EUA em se envolver de forma obrigatória numa defesa coletiva quando alguma das partes for agredida diretamente, mas não explicita o tipo de assistência a ser fornecida, não é vinculativa necessariamente ao apoio militar:

The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognized by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area. Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security. (THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1952, p.13).

Em resposta a incerteza quanto à aprovação, os EUA utilizaram de um membro influente do Congresso, o Senador Arthur Vandenberg, para emitir uma Resolução que afirmava o exercício da autodefesa coletiva ou individual segundo o Artigo 51º da Carta da ONU e, ao mesmo tempo, permitir a associação dos EUA com qualquer outra aliança regional, justificada pela busca de cooperação mais efetiva em matéria de defesa. Todavia, os elaboradores norte-americanos do Tratado do Atlântico Norte se preocuparam em adaptar o texto a uma linguagem que não recorresse necessariamente ao compromisso dos Artigos 52º e 53º da Carta da ONU que regulam as atividades coercitivas das entidades regionais. A artimanha utilizada foi não trazer de forma explícita no Tratado que a Aliança possui *status* de caráter regional. Desse modo, a nebulosidade do texto fez com que a coalizão entre as potências da época não precisasse passar de forma constante pelo Conselho de Segurança da ONU, impedindo consequentemente o veto da URSS (KAPLAN, 1969; SLOAN, 1986).

Um dos eventos da Guerra Fria que aceleraram o estabelecimento do pacto transatlântico foi o bloqueio soviético em Berlim, em junho de 1948, cuja parte ocidental da cidade teve o acesso de recursos e meios de transporte interrompidos. Após a Resolução de Vandenberg, houve a continuação das negociações agora entre as nações signatárias do Tratado de Bruxelas, EUA, Canadá e outros países convidados a fazer parte da fundação da OTAN como Noruega, Itália, Islândia, Dinamarca e Portugal. Em 4 de abril de 1949, é realizada formalmente a assinatura do Tratado do Atlântico Norte que prevê uma cooperação entre nações de mes-

mos valores na busca de consolidar uma aliança militar transatlântica em matéria de defesa coletiva. O diplomata norueguês Halvard Lange diz sobre o Tratado:

We have a longer coastline on the North Atlantic than any other country. Our experience through the centuries has been that the Ocean did not separate. On the contrary, for us it has been the highway of commercial and cultural intercourse...The overwhelming majority of the Norwegian people deeply believes that the signing of the Atlantic Pact is an event which may decisively influence the course of history and hasten the day when all nations can work together for peace and freedom. (THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1952, p.9).

Após a ratificação do Tratado do Atlântico Norte, foi elaborado o primeiro documento que estabeleceria as diretrizes para a defesa, *The Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Area*. Desse documento, foi desenvolvido um plano estratégico militar em relação à Europa Oriental que envolvesse as forças convencionais da OTAN, *Medium Term Defense Plan*. Esse plano situava uma demarcação defensiva ao longo dos rios *Rhine* e *Ijssel* e o canal *Kiel*. Entretanto, em 1949, no início da configuração da OTAN se observava uma limitação econômica do orçamento dos EUA para o continente aliado, menos de um bilhão de dólares foi fornecido para a defesa da Aliança. Além disso, havia uma fraca disposição europeia em reforçar as capacidades militares dada a priorização do progresso econômico sobre o rearmamento. O primeiro ministro inglês, Churchill, reconheceu que o rearmamento convencional do continente não compensava a dependência que tinham do monopólio atômico norte-americano. Além disso, o capital europeu que poderia ser utilizado na composição de defesa da OTAN contra avanço soviético estava sendo utilizado para outros fins de interesse nacional. Os britânicos estavam preocupados em garantir o desenvolvimento da sua própria bomba atômica e os franceses se arriscaram em outras guerras custosas de menor importância como na Indochina (DUFFIELD, 1995). Isso repercutiu em críticas quanto à falta de coesão das forças da Aliança focadas no conflito principal durante a Guerra Fria. Portugal, por exemplo, estava mais preocupado em proteger seus territórios ultramarinos do que dispor tropas para a defesa do Atlântico Norte, direcionou seu arsenal militar à África. Mais tarde, grande parte das forças armadas britânicas foi desviada na Guerra das Malvinas, impactando no arcabouço de defesa transatlântica e ressaltando as prioridades nacionais sobre os interesses coletivos da OTAN (COKER, 1985).

As primeiras tentativas da OTAN em lidar com as tensões Leste-Oeste foram marcadas pelo episódio da Guerra da Coreia. Logo depois da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, ficou estabelecido na Conferência de Potsdam que a Coreia seria dividida entre dois sistemas políticos opostos: o norte assumido pelo controle soviético e o sul pela influência norte-americana. Depois de algumas tentativas mal sucedidas de unificação sob o comando

comunista, o regime do Norte decide invadir a Coreia do Sul e tomar a capital de Seul em junho de 1950 desencadeando um conflito armado (1950-1953) (MAGNOLI, 1988, WEATHERSBY, 2005). Apesar do envolvimento da Aliança ser o mais limitado possível, a guerra mobilizou um processo de maior militarização da Aliança, diminuindo o seu foco político. Segundo Smith (2000, p.72), “... the Alliance began to move from being a diplomatic agreement to becoming an organized military institution” a partir desse período. No campo de batalha era evidente a extrema dependência que os aliados tinham em relação às armas nucleares dos EUA. Em 1953, o planejamento militar norte-americano reforçou a implantação dessas armas sobre a Europa com o intuito de garantir a evolução mais integrada de armas em todos os níveis estratégicos e do próprio sistema de comando da Aliança. “NATO had become a permanent institution in West Europe, not simply a military guarantee”. (SMITH, 2000, p.119). Os anos iniciais para a OTAN, portanto, significaram a capacidade de fornecer o máximo de seus recursos no objetivo de dissuadir uma possível expansão soviética, intensificando sua posição no leste e no centro europeu (WENGER, NUENLIST, LOCHER, 2007).

Com o avanço da capacidade militar soviética sobre a Europa, os EUA reconheciam a relevância de consentir o rearmamento da Alemanha Ocidental para compor o poderio ocidental e fortalecer a dissuasão. Os EUA tinham uma percepção duvidosa sobre o sistema político doméstico e, conseqüentemente, a política externa alemã, visto que a negligência frente aos alemães poderia comprometer a democracia e fornecer uma oportunidade soviética de avançar sobre o território na tentativa de unificação da Alemanha sob o regime comunista aos moldes do episódio na Coreia. Além disso, o rearmamento alemão resultaria na diminuição de forças militares norte-americanas na Europa. No entanto, os britânicos e franceses não concordaram de início com a proposta estadunidense em permitir a formação do exército nacional alemão frente ao receio do ressurgimento de uma Alemanha ressentida pelas guerras anteriores. Para eles, seria importante, em primeira instância, consolidar o exército europeu e as suas forças na Europa Oriental e depois pensar na instituição das forças militares alemãs. Uma Alemanha unida poderia impactar na segurança europeia visto que já havia um grande poderio econômico devido aos seus recursos naturais e uma crescente industrialização. Sendo assim, em 1955, a República Federal Alemã se torna membro oficial da OTAN, compondo mais uma força militar no arranjo de defesa (DUFFIELD, 1995, SMITH, 2000).

Como alternativa a necessidade de rearmar a Alemanha Ocidental, em 1952, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Alemanha e Bélgica assinaram o tratado da Comunidade Europeia de Defesa, mas que ainda necessitava de ratificação. O documento fundando na segurança coletiva regional e na criação de um exército europeu tinha como objetivo impulso-

nar o rearmamento alemão por meio de limitações na composição de suas tropas, na produção de material pesado e atômico. A ideia é utilizar a contribuição militar alemã na defesa da Europa, incluir o país como membro da OTAN e impedir a possibilidade da Alemanha de buscar vingança. A inclusão da Alemanha na Aliança era uma estratégia encontrada pelos membros de poder controlar qualquer ressurgimento nacionalista que ameaça a coesão europeia e evitar a disseminação das ideias comunistas no território. O tratado impulsionava a consolidação de uma Europa mais unida, comprometendo a autonomia alemã ao comando da Aliança. É delegado ao Comandante Supremo da OTAN a organização e revisão das forças e do treinamento e orientações técnicas como proceder nos arranjos de guerra. Contudo, todos os membros aguardavam a ratificação da Assembleia Nacional Francesa que rejeitou a CDE. Foi um período de intensas divisões internas na França, a mudança do primeiro ministro tinha pouco interesse sobre o tratado. Porém, a questão que mais preocupava os franceses era se a sua posição dentro da OTAN seria impactada pela reorganização militar alemã assim como a criação de um exército nacional independente (KUNZ, 1953).

Em paralelo a incorporação da Alemanha na Aliança, durante o mesmo ano de 1952, se construía uma comunidade europeia baseada no Tratado de Paris, envolvendo França, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos e Alemanha. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) tinha como objetivo inicial promover a integração no âmbito econômico e mais tarde avançar para o político. A ideia dessa comunidade também era consolidar a estabilidade no continente europeu. Na época, a França e Alemanha possuíam uma herança de desconfiança e desavenças em torno da disputa pelos territórios de Alsácia-Lorena. Logo, a CECA serviu como um mecanismo para regular e coordenar a produção de carvão e aço desses países e evitar maiores hostilidades internas (UNIÃO EUROPEIA, 2013).

A enorme tensão e insegurança dos primeiros anos foram perdendo magnitude e elementos políticos e econômicos modificaram as estratégias da era bipolar, trazendo um momento de coexistência pacífica e maior equilíbrio entre a URSS e os EUA ao longo da década de 1960, embora a rivalidade se mantivesse (GARTHOFF, 1982). Com a morte de Stalin em 1953, o regime interno da URSS passou por uma dinâmica de tendências liberalizantes com a vitória de Krushev. A Europa Oriental começou a se impor contra o sistema stalinista e os satélites começaram a modificar suas estruturas internas comunistas para se adaptar a seus interesses nacionais. Essa ruptura dentro do bloco socialista foi seguida da construção do muro de Berlim em 1961, com as lutas internas aos partidos comunistas como na Polónia e Hungria e o conflito sino-soviético impulsionou o surgimento de um poder autônomo chinês na região asiática. Além disso, o impacto da destruição das armas nucleares no sistema internaci-

onal fez com as duas superpotências, por meio de arranjos normativos, diminuíssem a quantidade de seus arsenais e restabelecessem menor defasagem nuclear entre os dois lados, como foi a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Nesse período, a Europa Ocidental consolidava o seu reerguimento econômico e político através do empreendimento da lógica keynesiana, fomentava-se cada vez mais a integração europeia o que permitia menor preocupação quanto à influência soviética na região. Na África e na Ásia, se observava o processo de descolonização dos povos e a crescente percepção dos países do Terceiro Mundo de reivindicar maior voz dentro da governança global (SARAIWA, 2001). Em nenhum momento os EUA e a URSS estabeleceram um “condigo de conduta”, assim chamado por Garthoff (1982), em relação aos limites de influência e atuação nos países do Terceiro Mundo. Isso só ressaltou as hostilidades e tensões bipolares nessas regiões secundárias.

O conceito estratégico da OTAN da década de 1950 caracterizava a tensão nuclear do período. Ainda no final do governo Eisenhower, elaborou a *“NATO in the 1960’s”* que deu início a ideia de estabelecer maior flexibilidade na defesa da organização: as forças de resposta atenderiam de forma apropriada qualquer nível de ataque soviético, seja convencional ou nuclear. Essa ideia foi mais bem articulada com a presidência assumida por John F. Kennedy, em 1961, que pressionou os aliados a ampliar as suas contribuições de defesa e o seu governo de reforçar a capacidade convencional da Aliança. Ao contrário do governo anterior, Kennedy acreditava mais na realização de um ataque convencional do que a expectativa da URSS de por em prática a sua ofensiva nuclear. Para Kennedy, focar na ameaça de retaliação maciça não deteria os conflitos limitados de agressão e o uso também das armas nucleares motivaria um contra-ataque soviético e provável direcionamento a uma guerra total. Logo, o plano do governo Kennedy era permitir o aumento do poder dissuasório a partir de um conjunto variado de investidas militares, reforço e modernização das forças convencionais da Aliança (DUFFIELD, 1995; SLOAN, 1986).

Em 1966, a retirada da França da estrutura militar da OTAN dificultou a reforma do conceito estratégico de defesa. O presidente francês De Gaulle assumiu uma política externa baseada na busca de maior autonomia do seu país quanto ao relacionamento com os EUA. O projeto nuclear independente francês consolidava essa política. A França desejava manter controle sobre seu potencial nuclear em virtude do receio de que os EUA apenas aprovariam um contra-ataque quando seu território fosse atingindo diretamente. Os interesses entre a França e os EUA para a Aliança eram divergentes, os franceses esperavam o apoio de seus aliados nos conflitos do Terceiro Mundo, contudo, os EUA adotavam um discurso que contrariava o colonialismo europeu. A França trazia uma realidade decadente e saturada depois de

duas grandes guerras e De Gaulle representava esse líder em busca de reafirmação da soberania, nacionalização da grandeza de seu país e objetivava uma Europa unida cuja potência dominante repousaria sobre a França. Além disso, o presidente demandava uma posição comparada ao dos ingleses quanto ao relacionamento que tinham com os EUA, ou seja, desejavam o mesmo status de grande potência e não a uma posição secundária. A saída da França impactou o efetivo militar, a coesão, a credibilidade e o equilíbrio político da aliança transatlântica, deixando-a mais dependente da conduta norte-americana (KISSINGER, 2012a; SLOAN, 1986).

O final dos anos 1960 significou perturbação da ordem e o próprio enfraquecimento no que diz respeito à geopolítica da bipolaridade. Com uma Europa mais sólida e consolidada, a demanda dos europeus por maior autonomia e realização de seus interesses passou a ter peso sobre o sistema. A conquista nuclear da França e da Inglaterra naquele período fez com que a dinâmica da bipolaridade fosse questionada no cenário global. O projeto de nuclearização da OTAN solicitava o engajamento norte-americano para depositar suas armas nucleares em pontos estratégicos do continente europeu, no entanto, essa integração em primeiro momento foi ilusória. Embora os ministros da defesa da Inglaterra, França, Alemanha e Holanda requisitassem uma ação tática nuclear consolidada, os EUA continuaram limitando o seu fornecimento atômico aos aliados e dificultaram o acesso a esse arsenal. Apenas na década de 1960, toda estrutura atômica dos aliados estava pronta para ser funcional ainda que sob o controle e o poder de veto dos EUA. A criação do *Nuclear Planning Group* serviu, ainda que tenha sido de menor peso, para que os aliados europeus tivessem maior influência sobre o planejamento do uso das armas nucleares a partir do âmbito das consultas (DUFFIELD, 1995, SLOAN, 1986).

Com as constantes mudanças que vinham acontecendo no cenário internacional, os aliados viram a necessidade de analisar e ponderar a relevância do papel da OTAN. Em 1967, Pierre Harmel, Ministro das Relações Exteriores da Bélgica, incentivou a elaboração de um relatório, *The Future Tasks of the Alliance*, que reforçou as atividades que a Aliança ainda precisava garantir ao Ocidente e propôs funções complementares que auxiliariam na continuidade da organização. Ficou declarado que a Aliança continuava sendo o mecanismo de conciliação das políticas entre os aliados e a estrutura mais viável para manter a defesa e a dissuasão a fim de promover a estabilização da política mundial. O problema encontrado nas discussões desse relatório é que a OTAN ainda tinha um enfoque muito maior sobre os aspectos militares de segurança que deteriorava as perspectivas políticas da organização. Portanto, foram impulsionadas duas dinâmicas: o fortalecimento das consultas e das instituições políticas da Aliança, estabelecendo um *Senior Political Committee*. Em 1968, foi previsto também para os

aliados o gerenciamento e discussão das questões sobre o desarme e controle de armas (SLOAN, 1986).

Mais tarde, a década de 1970 representou em alguns momentos a conciliação das políticas americano-soviéticas, do reconhecimento de que ambos os sistemas, capitalista e socialista, poderiam coexistir na ordem internacional e evitar uma guerra nuclear. A era da *détente* buscou limitar ainda mais o alcance das armas nucleares e estratégicas sobre o mundo a partir das convenções e negociações que controlavam a produção dos mísseis intercontinentais e balísticos como o *Strategic Arms Limitation Talks*. Ademais, no campo econômico e comercial, houve maior flexibilização quanto às exportações dos países ocidentais ao leste europeu. A Emenda Jackson e o *Export Administration Act* permitiram o intercâmbio sem grandes restrições entre o Leste e Oeste o que conduziu a ampliação do comércio soviético e das exportações norte-americanas. Todavia, essa harmonia entre as duas superpotências em relação a alguns aspectos da política internacional não suprimiu a totalidade das tensões e o desejo de manter as suas projeções de poder sobre o sistema. Os críticos avaliam de alguma forma o fracasso soviético e norte-americano de se construir a *détente*. Cada lado esperava poder gerenciar e conduzir a política externa do outro, no entanto, as diferentes percepções de mundo prejudicaram a concertação das políticas e a relação de confiança. O que faltava nesse período era que tanto os EUA quanto a URSS obtivessem maior entendimento sobre os objetivos e as perspectivas do outro antes de elaborar uma política colaborativa. Ainda que acordos fossem consolidados, as superpotências não estavam dispostas a buscar paridade e diminuição das suas capacidades e poderio militar (SARAIVA, 2001, GARTHOFF, 1982).

The United States should approach the Soviet leaders on the questions of what is proper and consistent with inter-state detente in a code of conduct governing Soviet—and American—behavior in the Third World with an understanding of the Soviet perspective. Of course we [policymakers] retain our own view of the historical process, as well as of our national interests. But while differences of concrete interests will remain to be reconciled, we only add to the problem rather than contributing to a solution by failing to take account of the Soviet approach. (GARTHOFF, 1982, p.21).

A grande perspectiva que se tinha ao longo da década de 1970 repousava sobre qual seria o papel da OTAN no contexto da *détente*. Também havia um debate se esse “desaquecimento” das relações entre EUA e URSS se aplicava as dimensões partidárias do Terceiro Mundo. A invasão soviética no Afeganistão, em 1979, a manutenção da guerra no Vietnã e a implantação de mísseis balísticos soviéticos SS-20 na Europa só confirmavam a inviabilidade da *détente*, dos acordos de controle de armas e o aumento da desconfiança entre as superpotências. A Aliança ficou designada a manter a sua estratégia militar de resposta flexível e diplomática quanto à defesa de seus membros. No entanto, Sloan (1986) afirma que a OTAN

nunca teve as forças nucleares e convencionais necessárias para cumprir a dissuasão estabelecida pela doutrina da resposta flexível.

Esse período também revelou um momento em que os países da Ásia, África e América Latina passaram a reivindicar maior voz dentro da ordem internacional, institucionalizado pela Conferência de Bandung e pelo Movimento dos Países Não Alinhados. As nações do Terceiro Mundo compunham uma força de mudança na perspectiva bipolar, na criação de uma identidade própria, do compartilhamento de interesses de maior autonomia em relação às grandes potências, repudiavam se aproximar de uma ideologia mais capitalista ou socialista. Buscavam a elaboração de uma agenda própria e a diminuição da influência estrangeira em seus territórios (MILANI; CARVALHO, 2012). A ordem bipolar começou a ser desestabilizada com a ambição do surgimento de atores que desejavam consolidar seus próprios espaços de poder, colidindo com a arquitetura estratégica bipolar das superpotências. Contudo, essas áreas constituíam importância de poder nas agendas de segurança das duas superpotências, transferindo as tensões para essas regiões.

2.1.2 A Abordagem das Questões *Out-of-Area* na Guerra Fria

O primeiro impasse indireto sobre as questões *out-of-area* já era evidente na escolha das áreas que seriam consideradas no âmbito da defesa pelo Tratado de Washington. Os franceses, belgas e britânicos estavam convictos de que as suas colônias na África seriam abrangidas pelo Tratado, mas não houve consenso sobre essa dinâmica. Depois de ameaças de rompimento com o grupo, a França conseguiu incluir os seus departamentos da Argélia na área de defesa da Aliança, embora inicialmente desejasse incluir toda a África do Norte. Para os britânicos e franceses, era de comum acordo que os territórios ultramarinos sob o controle europeu pudessem servir como bases estratégicas e de suprimentos para a própria OTAN. Contudo, no decurso da Guerra Fria, a África apenas se posicionava como um “secondary theater of operations”. (COKER, 1985, p.11).

As tensões presentes entre a URSS e os EUA começaram a se difundir para outras localidades geográficas que não envolviam as delimitadas pelo Artigo 6º do Tratado de Washington. A preocupação tardia foi de que importantes fontes de matérias primas, rotas comerciais e mercados estavam fora da abrangência de segurança da OTAN, como o Oriente Médio, o Mediterrâneo, o Oceano Índico e o Atlântico Sul (BARTOLOMÉ, 1997). Isso exigia que os membros se mobilizassem a discutir de que forma a OTAN lidaria com as problemáticas *out-of-area*. No entanto, o que ficou determinado dentro desse escopo foi exatamente

a não formulação de uma política objetiva, clara e promulgada em relação aos conflitos que se sucediam no Terceiro Mundo. A OTAN se viu limitada as imprecisões dos Artigos 5º e 6º e apenas responderia em defender a região transatlântica de uma intervenção soviética. A Aliança deixa de tratar e elaborar uma política condizente no contexto *out-of-area* devido às divergências de interesses quanto às regiões em questão, as diferentes percepções de ameaça entre europeus e americanos, o desafio orçamentário de defesa e a própria preocupação de provocar uma evolução desses conflitos para uma escala global.

A própria linguagem do Tratado de Washington, segundo Theodorelos (1990), não é precisa quanto às dinâmicas que ocorrem fora de seu espaço delimitado. Em nenhum momento no tratado é definido com clareza o inimigo a ser combatido, ou seja, não é especificado a URSS como adversário real, isso está apenas subentendido entre os aliados. Não tampouco se determina de qual área essa ameaça provém, portanto, a leitura que se pode fazer do documento jurídico é de que a abrangência da Aliança é global. Da mesma forma, o Artigo 4º, que remete a importância das consultas, “As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes.”. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1949), também não especifica a origem ou o *locus* da ameaça. Além disso, o autor afirma que o Artigo 6º não impõe orientações proibitivas ou de isolamento, mas se refere ao tipo de obrigação do qual os aliados estão submetidos a cumprir. Logo, não está explícito de que maneira a OTAN precisaria agir caso houvesse uma intervenção em territórios aliados não inclusos no tratado originário. Como remete o Artigo 6º:

Para os fins do Artigo 5º considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado: contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer; contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1949).

A falta de consenso interna dificultou a consolidação de uma política que respondesse às problemáticas *out-of-area*. Enquanto os EUA consideravam a Bacia do Caribe, o Atlântico Sul como relevantes para a sua segurança hemisférica e um possível palco de expansão soviética, os europeus olhavam para essas regiões sem nenhuma relevância estratégica ao se localizarem geograficamente distantes da Aliança e da Europa. Logo, os EUA começaram a utilizar a ameaça da expansão soviética como justificativa de suas atuações mais globais, os seus interesses eram exatamente trazer a Aliança também para uma perspectiva mais global como ins-

trumento para seus alcances no Terceiro Mundo. Embora EUA, Reino Unido e França passaram a defender intervenções mais globais, em 1956, o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, declarou que a OTAN ainda não tinha a competência para lidar com os problemas *out-of-area*, principalmente com o Terceiro Mundo. Por outro lado, Grécia, Turquia, Islândia, Noruega, Dinamarca, Canadá, Alemanha ocidental, Bélgica e Itália preservavam o seu interesse regional da Aliança. Este último grupo de países europeus possuíam essa visão mais limitada devido aos seus receios de provocar maiores hostilidades com a URSS, ao mesmo tempo, de desviar capacidades da OTAN para fora da segurança europeia, de serem incluídos nas guerras coloniais e olhavam para os conflitos *out-of-area* num perspectiva mais econômica, enquanto os EUA davam maior valor militar (LILAND, 1999; THEODORELOS, 1990, COKER, 1985).

Uma das razões que membros, como os EUA e Holanda, rejeitavam na formulação do Tratado a ideia de aderir as colônias das grandes potências no escopo de defesa da Aliança era de que o ataque a esses territórios levaria a uma obrigação muito mais expandida de prestação de assistência que muitas vezes não correspondia a uma ameaça tão significativa estrategicamente. Logo, esperava-se que essas discussões fossem trazidas para o âmbito do Artigo 4º do Tratado de Washington, consolidando a Aliança como um fórum de consulta para questões de segurança em geral. No entanto, esse mecanismo não foi utilizado de maneira frequente e apropriada. A própria decisão de reunir os aliados e promover os debates é discricionária aos Estados, não há uma obrigação de haver consultas sempre quando um problema de segurança surge, impactando na eficiência das resoluções dos conflitos e criando maiores hostilidades internas (COKER, 1985).

Em 1951, o North Atlantic Council (NAC), principal órgão de decisão política da Aliança, entende que as questões relacionadas às problemáticas *out-of-area* não podem estar apartadas de outros assuntos, ou seja, há uma relação de interdependência de assuntos de segurança. Além disso, o NAC ressaltou a importância da consulta e declarou que esta deveria fazer parte das tomadas de decisões nacionais (COKER, 1985). Contudo, na maioria das vezes, as políticas concertadas pelos europeus eram discutidas na European Political Cooperation e não passavam pelo fórum de consulta da Aliança, excluindo os EUA da esfera de decisões e criando divergências ainda maiores. A questão orçamentária também refletia no não envolvimento da OTAN em operações *out-of-area* naquele período, os EUA eram os principais contribuintes do orçamento de defesa e passaram a pressionar os aliados europeus a aumentar os seus respectivos recursos para a organização. Os conflitos fora da delimitação geo-

gráfica eram, de alguma forma, bem onerosos, repercutindo o peso econômico e militar sobre os EUA (THEODORELOS, 1990; HURRELL, 1988).

Embora a Guerra Fria não tenha impulsionado um conflito direto total entre as duas superpotências, a busca pela competição de áreas de influência pelo mundo como na América Latina, África e na Ásia trouxe outros desafios aos aliados. A Guerra da Coreia significou a primeira tentativa de envolvimento da OTAN e de sua percepção de segurança fora do limite geográfico delimitado pelo Artigo 6°. Tanto para os europeus quanto para os americanos, a Coreia não representava um território estrategicamente importante, não possuía recursos naturais relevantes e se localizava muito distante da área geográfica transatlântica. No entanto, a razão que motivou as grandes potências em lidar com o conflito na Coreia foi a ameaça que representava para o Japão. Ao longo da tratativa da crise interna, foram percebendo cada vez mais as divergências entre os aliados. Os EUA requisitavam por uma intervenção militar, já os britânicos em receio de arruinar seus interesses econômicos regionais, como em Hong Kong, Malásia e Cingapura, preferiam a diplomacia de concessões, e outros, como a Noruega, mal mostraram engajamento nesse conflito. Por fim, a operação foi liderada pelos EUA, a OTAN manteve seu distanciamento para evitar a corrosão interna (THEODORELOS, 1990; LILAND, 1999).

Em 1956, a partir da análise das recomendações dos Ministros das Relações Exteriores do Canadá, Noruega e Itália, sob o intuito de fortalecer o âmbito da consulta, ficou esperado no *Committee of Three on Non-Military Cooperation* que “changes in the policy of anyone of the members should be notified in advance; that views should be exchanged so that each member could take into account the views of its allies; and that decisions on matters of common interest should be taken collectively”. (COKER, 1985, p.14-15). Ademais, em 1965, embora o Subsecretário de Estado dos EUA, George Ball, e o Secretário-geral da OTAN, Manlio Brosio, tenham conseguido quatro reuniões para discussão dos assuntos *out-of area* na OTAN, não foi perpetuada essa dinâmica de debate nos anos seguintes, as crises que foram surgindo no Oriente Médio, Mediterrâneo, Congo e outras partes da África raramente receberam atenção para serem expostas internamente entre os membros antes de qualquer decisão uni ou bilateral a ser tomada (SLOAN, 1986).

Como as questões sobre as políticas *out-of-area* eram bastante fluidas e divergentes, consideradas secundárias ao principal objetivo de defesa mútua do Atlântico Norte, os membros preferiram não prejudicar ainda mais a coesão interna com a ampliação do escopo de debates e atuação. No período da Guerra Fria, portanto, a OTAN não formulou uma política adequada para responder as problemáticas *out-of-area* e manteve-se não envolvida nessas

operações. O que ficou estabelecido entre as grandes potências da época foram coalizões informais que se davam de maneira bilateral e ad hoc por decisões nacionais. Essa percepção foi declarada por um britânico em uma das reuniões na NAC: “NATO exists as a forum to pool information, Exchange assessments and may be draw conclusions. Action about these situations is then a matter for those members of the Alliance willing and able to do something about them individually or collectively.”. (*apud* COKER, 1985, p.253).

2.2 O Atlântico Sul na Guerra Fria e a Atuação da OTAN

Durante os anos iniciais da Guerra Fria, o Atlântico Sul correspondia a um papel secundário na agenda de segurança das potências no conflito bipolar. Ao longo de várias décadas, os principais fluxos de comércio, de investimento direto estrangeiro e de cooperação em matéria de segurança se deram sobre o Atlântico Norte, marginalizando a parte sul. A princípio, as preocupações estratégicas da OTAN envolviam ilhas do Mediterrâneo, o Norte da África, ilhas Canárias e Açores. Com a evolução tecnológica das indústrias de armamentos, os EUA e a URSS adquiriram uma capacidade naval expressiva a partir de submarinos de propulsão nuclear e porta aviões, tornando mais possível o confronto marítimo. Logo, o aumento da presença soviética na costa africana e no Caribe, o fechamento do Canal da Suez em 1967 e as instabilidades políticas na África após o processo de descolonização revalorizaram o espaço do Atlântico Sul como uma área fundamental de segurança para o Ocidente.

Ao observar o panorama global das forças que compunham a marinha do Pacto de Varsóvia e da OTAN, pode-se concluir que há diferenças significativas nas diversas categorias navais. No entanto é inegável a superioridade naval e aérea da OTAN sobre os soviéticos. A Aliança dispunha de melhor estrutura militar para lidar com os conflitos duráveis e de longas distâncias, melhor logística, os submarinos lança-mísseis possuíam maior exatidão capazes de causar grande destruição às instalações militares soviéticas no primeiro ataque e a inovação de um arsenal antissubmarino. Como Smith (2000, p.3) ressalta “NATO’s military means are plain to see, but if we wish to understand the Alliance, we must perforce understand the ends for which it was created, and we should not necessarily expect the ends to be solely military in nature.” Contudo, os documentos de defesa da OTAN esclareciam melhor os objetivos políticos e negligenciavam os principais pontos sobre uma estratégia marítima consolidada. Ademais, dentro da Aliança as percepções de ameaça divergiam em relação ao conflito bipolar, promovendo os interesses nacionais em detrimento dos coletivos (SACCHETTI, 1986).

Nos anos 1950, o almirante Sergei Gorshkov incentivou uma mudança na percepção estratégica da URSS em relação a sua capacidade bélica no mundo. Para assegurar o efetivo equilíbrio bipolar e conquistar uma vitória total, os soviéticos perceberam a necessidade de investir mais na natureza naval das operações militares e conquistar o controle dos mares mais facilmente. A relevância em construir um arsenal convencional marítimo serviria para complementar a sua dimensão estratégica nuclear. A vulnerabilidade soviética residia sobre limitações quanto ao acesso às águas quentes, porém, isso não impediu o grande avanço no desenvolvimento da sua frota naval e de constituir a segunda potência marítima do mundo até a década de 1980 (SACCHETTI, 1986). Em um primeiro momento, a URSS se preocupou em promover a projeção de seu poder naval sobre o Mediterrâneo e o Índico, mais tarde, o primeiro navio soviético apareceria na costa africana em 1969. A ideia era ocupar pontos estratégicos negligenciados pelo alcance de atuação da OTAN. Aos poucos, o Atlântico Sul se tornava um palco de atividades militares da Guerra Fria. (BARTOLOMÉ, 1997)

A URSS, mais do que querer garantir o controle total dos mares, tinha como objetivo manter maior presença de suas forças navais sobre todos os mares, principalmente sobre o Terceiro Mundo, a fim de minar a exclusividade do controle ocidental e neutralizar as regiões. Os soviéticos organizaram uma capacidade naval mais para defesa costeira e mísseis de pequeno alcance. Uma inovação soviética da época foi a construção do navio *Kirov* que abrangia a existência de helicópteros e mísseis antissubmarinos. O investimento em submarinos permitia maior dissuasão nuclear e interrupção do abastecimento das forças inimigas. Embora a URSS tivesse maior número de forças militares navais, a sua capacidade de destruição era menor e mais vulnerável em relação à capacidade da OTAN. Além disso, a logística soviética não era motivadora, para manter as operações militares nos mares por mais tempo, a URSS teria que conquistar aliados nas costas marítimas para apoio das suas bases navais. Na década de 1970, a valorização do poder naval entre os EUA e URSS veio em um período em que se desejava evitar cada vez mais o emprego do arsenal atômico e incentivar apenas o conflito entre forças convencionais (VIEGAS FILHO, 2016; BARTOLOMÉ, 1997).

O processo de descolonização africana das décadas iniciais da Guerra Fria marcou a presença de fortes movimentos de grupos regionais que exigiam a independência e o fim da exploração colonial, alterando a balança de forças no continente. Esse período significou intensas instabilidades políticas na África em virtude das disputas étnicas e territoriais, grande resistência das metrópoles como a França e Portugal e dificuldades na reestruturação política e econômica dos países após anos de colonização. Embora a ideologia dos líderes africanos repousasse sobre a neutralidade e o não-alinhamento dentro do cenário bipolar, a África passou

a representar um espaço de competição por áreas de influência através de ajuda estratégica financeira e militar da URSS e dos EUA os quais ambicionavam estabilizar os problemas internos e garantir sua projeção de poder sobre o continente. As superpotências não consideravam a África um território de grande relevância estratégica, mas queriam manter certo controle. A URSS e a China apoiaram as guerras de libertação nacional ocupando vácuos de poder como na Guiné, Somália e Sudão. O continente africano passou ganhar maior dimensão de segurança quando os soviéticos ameaçaram interromper importantes rotas comerciais marítimas. Além da África deter uma riqueza crucial de recursos minerais e matérias-primas para o reabastecimento das indústrias ocidentais (cobalto, cromo, diamantes industriais, manganês e metais), a Rota do Cabo constituía uma via alternativa importante de transporte de petróleo para os países do Ocidente após o fechamento do Canal da Suez pelos árabes em 1967. Além disso, o custo do barril do petróleo através do Cabo da Boa Esperança (US\$ 40) era mais vantajoso em relação ao do Canal da Suez (US\$ 60) (PENHA, 2011, BARTOLOMÉ, 1997).

2.2.1 A Presença Soviética no Atlântico Sul

O interesse geoestratégico da URSS em atuar numa região como o Atlântico Sul, uma área de trânsito, era obstruir as Linhas de Comunicação Marítima (LCM) que abasteciam as economias ocidentais por matérias-primas, promovendo uma “guerra de recursos”. Para que isso fosse possível, a URSS precisava instalar bases navais em pontos estratégicos e seguros da África Ocidental para obter melhor logística (BARTOLOMÉ, 1997). Os soviéticos conheciam a importância que a região tinha para a base industrial das potências ocidentais. O Atlântico Sul se tornava uma via indispensável para produtos comercializados em direção ao hemisfério norte caso outros mares fossem interrompidos. Assim, a agitação Leste-Oeste estava sendo difundida para áreas do Terceiro Mundo. Cuba representava essa preocupação norte-americana de influência soviética em seu próprio “quintal” hemisférico e uma base para operações militares da URSS como a base naval submarina de *Cienfuegos*. O Canal do Panamá também era visto pelos EUA em constante ameaça, o inimigo a qualquer momento poderia restringir a comunicação logística do Ocidente com o Pacífico por essa via. A capacidade naval expressiva dos soviéticos permitia controlar as fontes de suprimentos e por consequência enfraquecer as economias ocidentais sem a necessidade de agredir diretamente os seus territórios. Contudo, Viegas Filho (2016) afirma que esses tipos de operações soviéticas marítimas eram menos prováveis de acontecer. Uma das razões que o autor cita está ligada a não existência de bases militares soviéticas permanentes no litoral africano diante de resistências de

Guiné Bissau e Cabo Verde, por exemplo. Apesar da grande estrutura naval soviética, não possuíam um sistema de defesa antimíssil efetivo e os membros da OTAN possuíam forças militares com maior capacidade para destruição das frotas soviéticas. Além disso, os EUA tinham conhecimento sobre a localização dos submarinos soviéticos e maior facilidade em uma eventual guerra antissubmarina.

As primeiras conquistas soviéticas residiram sobre o acesso portuário na Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Congo, Benin, Camarões e Tanzânia, também dispunham perto da Antártica bases na ilha 25 de Maio (*Bellinghausen*) e próxima a Rota do Cabo (*Novozarevskaja*). Além de garantir sua projeção de poder através do apoio aos movimentos de independência, a URSS previa também conseguir a exploração comercial, pesca e de recursos minerais na região. Em 1970, em resposta à resistência portuguesa colonial em Conakry, República da Guiné, os soviéticos atuaram com o envio de uma esquadra naval que, mais tarde, se desenvolveria como *West African Patrol* e um sofisticado sistema de vigilância sobre o Atlântico Sul. A URSS detectou o eixo Cuba-Guiné para engajar seu plano de obstrução dos suprimentos de recursos às potências ocidentais. A Angola² também serviu como um território geoestratégico importante no controle das rotas marítimas do Cabo da Boa Esperança de interromper a circulação do petróleo e de recursos minerais. Sendo assim, era visível o objetivo estratégico soviético de isolar a África do Sul e preservar o seu controle sobre a passagem do Índico para o Atlântico Sul. A utilização da marinha soviética significava um admirável mecanismo da sua política externa para conquistar maior influência sobre as nações do Terceiro Mundo. No entanto, com a retirada do seu direito de utilização de bases nos territórios africanos e o não mais financiamento aos conflitos internos, a URSS foi perdendo sua proeminência no continente e a África Austral voltou a ter um papel secundário (PENHA, 2011).

2.2.2 A Percepção Estratégica dos Aliados sobre o Atlântico Sul

Após o fim da Segunda Guerra, os EUA olhavam para o Atlântico Sul como uma área de baixa perspectiva de ameaça externa, no entanto, não negligenciavam os seus objetivos de projeção de poder na região. Em 1947, diante da rivalidade bipolar e como uma maneira de manter aliados, foi assinado no Rio de Janeiro, entre quase todos os estados americanos, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que objetivava uma aliança de auto-

² A URSS deu apoio ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) com o fornecimento de armas e soldados cubanos.

defesa mútua que estivesse enquadrado nos princípios da Carta da ONU. Para maior garantia da segurança hemisférica ocidental, esse sistema de segurança foi mais bem institucionalizado com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a instituição do seu Conselho de Defesa Interamericano que serviram como mecanismos estratégicos da política externa dos EUA para assegurar a estabilidade das nações. Todavia, esse sistema manteve-se débil, sem a criação de uma organização militar permanente e sem um planejamento de defesa credível. As negociações eram feitas, na maior parte das vezes, de forma bilateral e, portanto, não possuía um comando militar unificado. Os interesses se tornaram mais políticos do que defensivo-militares (HURRELL, 1983).

Embora fosse previsto que a URSS tinha limitações na sua capacidade militar de alcançar maiores distâncias, os EUA queriam manter um equilíbrio estratégico em relação aos soviéticos. Logo, a Junta Interamericana de Defesa incentivou a criação, em 1959, do Comando da Área Marítima do Atlântico Sul, um plano de defesa integrada das marinhas americanas e, mais tarde, a instituição da UNITAS para coordenar melhor o tráfego marítimo. No geral, os EUA mantiveram pouca presença no Atlântico Sul, também não disponibilizavam de bases navais e áreas constantes na costa africana. Além disso, o relatório *Brookings* elaborado nos EUA, em 1976, afirmava que o papel da América Latina na defesa norte-americana era de menor importância assim como não esclareciam as expectativas militares que tinham sobre a região (HAYES, 1980).

Ainda sim, um dos principais fomentadores da criação de um pacto regional, semelhante aos moldes da OTAN, foi os EUA principalmente na década de 1970. Diante da construção de uma estrutura naval soviética expressiva, do aumento da quantidade de submarinos soviéticos, das instabilidades africanas, de um possível controle soviético sobre as rotas marítimas principais e sobre a Antártica, os EUA corroboraram para a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Ainda sim o pacto de defesa militar não foi consolidado por diversas razões. Diferente da OTAN, as preocupações de segurança no Atlântico Sul não possuíam forte congruência entre os países interessados. Era um período em que as políticas externas das nações sul-americanas buscavam maior autonomia política e militar dos EUA, alcance de maior participação das normas internacionais e apoio aos movimentos de não-alinhamento. Apesar do Brasil e Argentina viverem momentos de conciliação, essa relação ainda permanecia fluida e com algumas desconfianças no âmbito da influência regional. As percepções de segurança na América Latina estavam fortemente atreladas às condições de desenvolvimento econômico, portanto, maior preocupação interna do que externa. O Brasil, por exemplo, rejeitava a ideia de militarizar o Atlântico Sul e não considerava a ameaça externa

tão significativa ao ponto de precisar construir um pacto de defesa militar se a região já era envolvida pelo TIAR. Ademais, muitas vezes as políticas norte-americanas mostraram não corresponder às necessidades dos países do Sul em relação aos assuntos comerciais, econômicos, de direitos humanos e restrições de políticas de transferência de armas. Havia fragilidade nas marinhas dos países sul-atlânticos e os EUA não implementaram ações que diminuíssem esse *gap* militar, a assistência naval fornecida pelos norte-americanos não era total e talvez fosse uma estratégia de manter as nações do sul dependentes de seu arsenal militar. Por mais que houvesse o receio de um expansionismo soviético, alguns países da região aumentavam suas relações comerciais com a China e a URSS e, portanto, não desejavam interromper os fluxos favoráveis ao seu próprio crescimento econômico (HAYES, 1980).

Além da América do Sul representar um importante mercado consumidor, os norte-americanos importavam uma quantidade considerável de suas matérias-primas relevantes para a indústria. A respeito das áreas periféricas não serem regidas formalmente por alguma das superpotências ou não estarem protegidas sob o âmbito de alguma aliança militar oficial, a política externa de Nixon (1969-1974) trouxe novas orientações para a tratativa das ameaças do período. Os EUA delegavam o compromisso para os próprios países da região em criar uma defesa militar efetiva contra a ameaça não nuclear. Os EUA somente forneceria sua ajuda militar quando sentissem sua segurança prejudicada e houvesse a interferência ativa de uma potência nuclear, assim essa política evitaria crises como às ocorridas na Coreia e no Vietnã (KISSINGER, 2012b). Para Nixon, o Brasil e a África do Sul tinham grande potencial em desenvolver suas próprias capacidades defensivas e compartilhar interesses de segurança comum.

Além da ameaça de expansão soviética no Atlântico Sul, a região adquiriu importância estratégica para os membros da Aliança em diversas motivações. Para os EUA e a Europa, esse espaço marítimo significava uma rota alternativa de suprimentos de petróleo e matéria-prima através do estreito sul da África, principalmente, em situações em que os navios petroleiros se tornaram relativamente grandes para utilizar o Canal da Suez e quando houve o fechamento pelos árabes desse mesmo canal. Boa parte dos investimentos privados norte-americanos era destinada à América Latina e esta região representava um peso político global considerável para o conflito bipolar (HAYES, 1980). Já na década de 1970, a Rota do Cabo transportava 75% do petróleo e realizava 45% do comércio marítimo para as potências ocidentais (TRÍAS, 1977, p.131).

Na Inglaterra, havia discussões internas sobre a importância do papel do Atlântico Sul para sua política externa e assuntos econômicos e de segurança. Os britânicos incentivaram a

construção de vínculos mais consolidados com os parceiros da África do Sul e o engajamento da OTAN na região para conquistar maior controle em detrimento da presença naval soviética. Em 1955, a Inglaterra firmou um acordo de cooperação técnica naval com a África do Sul, *Simonstown Agreement*, que durou até os anos 1975 com objetivos de modernizar o corpo militar naval e a defesa sul-africana com o fornecimento de equipamentos através de um comando unificado liderado pela *Royal Navy*. A intenção era expandir esse acordo numa zona de cooperação para África Austral. Os sul-africanos equivocados acreditaram que o acordo proporcionaria mais tarde o desenvolvimento de uma aliança multilateral com os aliados França, Portugal e EUA. No entanto, sequer os britânicos afirmaram garantia de que esse *Simonstown Agreement* serviria de defesa mútua caso um dos territórios fosse atacado e mantinham clara a distinção entre a linha de defesa que separa a área da África do Sul e a passagem e os arredores oceânicos (COKER, 1985).

Em 1982, a Guerra das Malvinas configurou a dimensão geopolítica que a região trazia para os atores envolvidos. Assim como Laucirica (2000) afirma, a guerra não foi induzida por motivações anticolonialistas, religiosa ou étnica, muito menos pelo próprio cenário de Guerra Fria da época. De alguma forma, as Malvinas faziam parte da identidade nacional argentina construída pela sociedade ao longo dos anos, um território simbólico do qual reivindicavam sua soberania. Contudo, mais do que isso, as duas grandes ilhas, *Soledad* e *Gran Malvinas*, e outras menores estão situadas em um ponto fundamental de acesso ao estreito sul, como a Antártica, e próximo ao Cabo Horn. Além disso, uma região ainda a ser mais bem explorada no âmbito de recursos naturais que serviriam ao desenvolvimento econômico de ambos os países. Para a estratégia britânica, a guerra promovia aumento da popularidade ao governo Thatcher e as Malvinas serviriam como base de suprimentos para as marinhas ocidentais caso o Canal do Panamá fosse interrompido pelas frotas inimigas. O envolvimento do EUA, primeiro como mediador e depois assumindo uma posição no conflito, desestabilizou a consolidação de um pacto de defesa no Atlântico Sul, o apoio norte-americano aos britânicos foi atribuído ao seu compromisso firmado pela aliança transatlântica. Ademais, a OTAN forneceu capacidades aéreas, terrestres e navais de monitoramento em torno das Malvinas e suas algumas instalações militares de apoio (Açores), afirmando o seu laço de lealdade perante os membros (COHEN, 1982).

A França também tinha intenções de manter alianças com os países africanos, principalmente na África do Norte até a região da República Democrática do Congo (PENHA, 2011). Informalmente foi relatado que Portugal teve o Brasil como aliado, em 1969, nas operações navais conjuntas na África do Sul. Além disso, o governo brasileiro visava à consoli-

dação de uma comunidade com as ex-colônias portuguesas africanas e com Portugal como foi o caso da instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (HURRELL, 1983). De maneira geral, os principais membros da aliança transatlântica, EUA, Inglaterra e França, detinham o seu olhar para o Atlântico Sul no sentido de continuar sua influência na exploração de recursos econômicos e evitar maiores conquistas soviéticas na costa africana, sul-americana e na Antártica.

Para Portugal, os seus territórios ultramarinos representavam bases estratégicas relevantes para compor a defesa do Atlântico Norte e davam acesso a parte sul do oceano como Açores, Cabo Verde, São Tomé, Guiné e Angola. O ministro português das Relações Exteriores, Franco Nogueira, deixou sinais de que utilizaria de suas colônias na África para servir de bases militares para a OTAN como forma de obter maior apoio da organização e vir a se tornar um membro indispensável. Em 1974, a parte portuguesa do continente foi incluída nos planos militares de contingência da OTAN. No entanto, a Aliança reafirmava o seu principal objetivo de apenas dispor de seus esforços na defesa do Atlântico Norte (COKER, 1985).

2.2.3 Perspectiva Estratégica dos Países da Região sobre o Atlântico Sul

A crescente presença naval soviética no Atlântico Sul não só preocupava as grandes potências como também os interesses dos países da região. A política externa da África do Sul impulsionava a formação de uma aliança militar de defesa comum contra o expansionismo soviético. Esse desejo permitiria também estabelecer melhor relação com o Ocidente, diminuir o seu isolamento diplomático em virtude de seu regime segregacionista, ganharia a confiança de aliados já que a sua posição geográfica e capacidade militar eram favoráveis ao enfrentamento da ameaça. Em 1956, a Argentina já olhava para a consolidação de cooperação naval no Atlântico Sul, o que favoreceria seus objetivos de proteção dos recursos na Antártica e diminuiria vulnerabilidades internas e externas. Já a preocupação brasileira residia sobre a maior parte do petróleo ser transportado através da Rota do Cabo, a possível influência ideológica comunista em seu território como ocorreu em vários países africanos e, portanto, viam esse espaço como uma questão estratégica de segurança a ser envolvida na sua agenda de política externa. Todavia, o Brasil não se mostrava um grande apoiador da instituição de um pacto defensivo na região (HURRELL, 1983).

Mais tarde, com a finalidade de criar um espaço que refletisse melhor o gerenciamento de conflitos e soluções concertadas para ameaças comuns, em 1986, uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) foi estabelecida. Na ONU, a proposta havia recebido um

voto contrario dos EUA e abstenções de França, Japão, Luxemburgo, República Federal da Alemanha, Portugal, Holanda, Itália e Bélgica (RUCKS, 2014). O principal evento internacional que transformou as percepções entre os países desse entorno regional e alavancou o interesse da criação da zona foi a Guerra das Malvinas. A interferência de uma grande potência na região como a Inglaterra impactava nos interesses econômicos e políticos dos países da região e nas suas identidades. Essa zona significava um contraponto às linhas de interesses da OTAN na dimensão de destituir a ideia de Atlântico Norte e Sul, também foi uma alternativa ao fracasso da consolidação da OTAS e, principalmente, uma forma de se opor a qualquer intervenção estrangeira no Atlântico Sul. Os membros desse acordo, Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, requisitavam maior autonomia e voz dentro do Atlântico Sul em relação às grandes potências ocidentais (CARVALHO; NUNES, 2014).

2.2.4 O Atlântico Sul na Agenda de Segurança da Aliança Transatlântica

A partir da década de 1970, o Atlântico Sul passou a configurar a agenda de segurança da OTAN, diante das crescentes iniciativas soviéticas implementadas no sul e a fraqueza das capacidades de defesa regional. A grande problemática, no entanto, era conciliar a atuação *out-of-area* da Aliança na região com a sua limitação geográfica imposta pelo documento jurídico original.

Ainda no final da década de 1960, o Comandante militar da OTAN, William Walker, já repreendia a ausência de estruturas militares ocidentais sobre o Atlântico Sul que produziu um vazio estratégico e facilitou a expansão soviética sobre a região. Nas discussões internas se pensava em instituir um composto de forças multinacionais integradas para garantir a segurança das LCM que transportavam petróleo e matérias-primas importados principalmente do Oriente Médio e sul da África. Um projeto militar no Atlântico Sul semelhante ao *Standing Naval Force Atlantic*, uma força naval permanente da organização, também tinha sido resgatada nas reuniões e apoiada por países como Portugal, França e Bélgica. Mais tarde, na década de 1980, a Aliança considerou o interesse em construir um mecanismo de defesa na região, ressaltando o papel estratégico militar das Malvinas nesse plano. Entretanto, qualquer tipo de operação militar que se deu sobre as periferias do entorno do pacto transatlântico não envolveu oficialmente o comando da OTAN. O próprio ex-comandante do Saceur, o general Ale-

xander Haig, mostrava certa inquietação sobre a limitação da Aliança, como declarado em 1981, “Siempre pensé que nuestra (de EE.UU.) capacidad y voluntad de intervención en el Tercer Mundo, fuera del marco formal de la OTAN, es de hecho, un trabajo que incumbe a la Alianza porque incumbe a la seguridad de todos los países miembros”. (*apud* BARTOLOMÉ, 1997, p.320).

Dentro do âmbito da organização, começam a ser ressaltados os interesses dos membros sobre o Atlântico Sul como uma área estratégica importante para suas segurança e defesa. Em 1968, o Ministro Português das Relações Exteriores afirma, em uma das reuniões da OTAN, que não é possível considerar o Atlântico Norte apartado do Atlântico Sul nas prerrogativas de segurança do Ocidente. Diante da maior preocupação dos aliados com relação à Rota do Cabo, o Secretário Geral da Aliança, Joseph Luns, propôs a inclusão dessa região no alcance de defesa do pacto transatlântico. Três anos mais tarde, na conferência do *Royal United Services Institute for Defence and Security Studies*, foi exposta a intenção de expandir as responsabilidades de defesa da Aliança para outras localidades geográficas e o Reino Unido se posicionaria como principal condutor dessa configuração. Após discussões internas sobre essa questão e um comunicado, em 1973, pelo Comando Supremo Aliado Atlântico, a maioria dos membros concordaram em produzir planos de contingência para a defesa das linhas de comunicação marítima ao sul do Trópico de Câncer (COKER, 1985).

A princípio, a OTAN dispunha de troca de informações com o mundo todo, porém, nada se combinava com maior atuação fora de área. O consenso final dos membros, dada às circunstâncias das limitações geográficas, foi continuar respeitando o escopo espacial de defesa coletiva e mantendo inalterado o tratado jurídico original. Ao mesmo tempo, incentivava melhor e mais amplas as avaliações conjuntas no âmbito institucional da Aliança à respeito da segurança das áreas do Terceiro Mundo que poderiam impactar nos interesses ocidentais. A ideia era transformar a Aliança em um fórum de consulta no qual se discutiriam as problemáticas de defesa extra-área juntamente com países membros e não signatários a fim de que houvesse melhor coordenação das medidas militares e identificação dos reais objetivos e ameaças. A OTAN, portanto, não atuaria diretamente nos conflitos e na defesa do sul, porém, estaria ciente das ações que seriam aplicadas pelas partes individualmente nesse entorno. Países como Japão, Omã, Brasil e Argentina, por exemplo, não seriam incorporados à Aliança transatlântica, mas fariam parte do seu departamento ultramar para compartilhar os interesses e planejamento de segurança (VIEGAS FILHO, 2016).

Essa concepção de integrar regiões foi inspirada pelo Ray S. Cline, um funcionário da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, que buscava orientar melhor a política

externa norte-americana para com seus aliados. Diante do conflito global, a proposta de Cline era consolidar uma coalizão entre países favoráveis aos valores ocidentais em diversos pontos estratégicos do globo a fim de que repudiassem as tentativas expansionistas soviéticas, seria como uma “transposição da OTAN em escala mundial” (PENHA, 2011, p.181). Assim, a criação de um sistema de defesa abrangente, “Aliança de Todos os Oceanos”, permitiria uma assistência mútua naval, aprimoramento de forças militares nacionais e apoio para o estabelecimento de bases navais em diversos oceanos. O plano era envolver nações que se localizavam em relevantes canais e estreitos marítimos como o Japão, Israel, Austrália, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Filipinas, África do Sul, Brasil, Indonésia, Taiwan, Arábia Saudita, Turquia, México, Espanha, Nigéria e mais os membros da OTAN daquele período para compor a defesa oceânica mundial (SACCHETTI, 1986).

No espaço marítimo do Atlântico Sul, a OTAN dispunha da África do Sul como uma importante base naval expandida pelo acordo *Simonstown* e fornecia modernização para as instalações navais. Em 1973, a organização também passou a dar suporte para a construção de centros de monitoramento e comunicação próximos a rota do Cabo da Boa Esperança, na *Silvermine*, com a finalidade de concentrar informações de vigilância a cerca dos submarinos soviéticos na segurança do transporte marítimo de petróleo. Muitos críticos afirmaram que arranjos secretos entre a OTAN e a África do Sul poderiam estar violando juridicamente certas normas internacionais, como o embargo de armas da ONU que condenava o *apartheid* na África do Sul. Em 1976, um acordo entre Henry Kissinger, Alexander Haig (*Supreme Allied Commander Europe/Saceur*) e John Vorster, primeiro ministro da África do Sul, ampliava a cooperação entre os militares da OTAN e *South African Defence Forces* e o fornecimento de arsenal militar que não respeitava o embargo declarado em 1963. No entanto, houve declarações contrárias de que houvesse algum pacto secreto entre a organização e o país. O Secretário-geral da OTAN, Joseph Luns, reforça os limites geográficos de atuação da OTAN, diz não haver qualquer contato técnico ou político com a África do Sul e que a base de *Simonstown* nunca tinha sido discutida na NAC. No final da década de 1970, a confiança que os sul-africanos tinham com os seus aliados ocidentais foi perdendo força e cada vez mais a África do Sul adquiriu uma posição de “neutralidade” no conflito bipolar. O país percebeu que a OTAN não cederia recursos caso houvesse uma crise interna que não afetaria a segurança ocidental (COKER, 1985).

Na ilha de Ascensão, o aeródromo de *Widewake*, uma base naval da região, proporcionava as potências ocidentais apoio logístico naval e patrulhamento regional. Contudo, essas estruturas militares não eram suficientes para fazer frente à articulação das frotas navais so-

viéticas. Com o propósito de mudar essa realidade, na década de 1980, o presidente Ronald Reagan buscou ressaltar a importância estratégica do Atlântico sul em sua administração. O plano de Reagan era fortalecer os laços com os países do Terceiro Mundo e integrar “as bases do Caribe, Lajes (Açores), Ascensão, Walvis Bay (Namíbia), *Simonstown* e os portos brasileiros e argentinos”. (PENHA, 2011, p.182) para cooperação naval. Reagan também conseguiu diminuir as restrições que impactavam na venda de armas para os países sul-americanos e estreitar seus laços militares com os países sul-africanos.

De fato, a OTAN não se arriscaria a engajar um conflito em mar, porém, advertia suas intensões de combater caso o inimigo desse a iniciativa. Em virtude de 70% das matérias-primas estratégicas utilizadas pela OTAN naquele período derivar da rota do Cabo (HURRELL, 1988), o comandante supremo das forças navais da Aliança no Atlântico, Harry Train, ressaltou o valor estratégico que o Atlântico Sul representava para o Ocidente:

‘As linhas marítimas de comunicação do Atlântico Sul têm crescente significado para os interesses ocidentais. [...] A região abrange corredores de navegação vitais. [...] A interdição dessas linhas implicaria grandes prejuízos para o Ocidente. [...] O Atlântico Sul pode facilmente tornar-se o elo mais fraco, da cadeia vital do petróleo destinado à Europa e ao Ocidente (*sic*). [...] O Atlântico Sul é o cabo salva-vidas do mundo moderno’. (TRAIN *apud* VIEGAS FILHO, 2016, p.44).

Como consequência dos planos de Reagan de promover maior cooperação militar entre distintas regiões e da inspiração de Cline, em 1981, a OTAN juntamente com a Argentina, Brasil, Colômbia, Uruguai, Venezuela, Chile, África do Sul elaboraram um exercício de unidades navais conjuntas para proteção das vias marítimas estratégicas que ficou conhecido como *Ocean Venture 81*. Foi a primeira vez que a OTAN realizou uma operação no Atlântico Sul e que envolveu as marinhas latino-americanas, unidades de força área e naval britânicas e holandesas no Caribe. O objetivo era garantir rotas seguras no Atlântico Norte e Sul e no Báltico por meio do empreendimento total de 250 navios, mil aviões e 125 mil homens organizados por catorze países. Essa operação permitiu o monitoramento regular de cinco áreas extra-regionais da OTAN num intervalo de tempo programado de dois meses e meio, o intercâmbio militar entre as distintas nações e melhor interoperabilidade das marinhas de guerra (MIDDLETON, 1981). As operações militares da OTAN no Atlântico Sul e em outras áreas foram justificadas como uma elaboração fora do arranjo formal da Aliança e aceitas mais como um plano de contingência.

O Atlântico Sul, portanto, teve o seu espaço revalorizado no período da Guerra Fria diante das possíveis ameaças de controle soviético naval da região. Há também uma crescente emergência de poderes regionais (Brasil, África do Sul, Argentina) que querem impedir a presença das potências estrangeiras nessa área e disputar maior poder autônomo na questão de

segurança e na construção de suas identidades do sul. Como foi retratado, os diversos membros da OTAN (EUA, Inglaterra, França, Portugal) possuíam interesses econômicos, militares e políticos sobre esse entorno marítimo e ainda desejam continuar mantendo sua influência sobre pontos estratégicos específicos. A atuação da OTAN no Atlântico Sul no período da era bipolar foi limitativa às suas diretrizes geográficas do tratado jurídico originário, porém, ao mesmo tempo, o seu papel na região respondeu aos objetivos de dissuasão contra o expansionismo soviético por meio de seu grandioso arsenal convencional militar. A transferência das tensões para as regiões do Terceiro Mundo foi significativa para a OTAN começar a pensar numa ampliação das suas operações militares *out-of area*.

2.3 O Desenvolvimento das Operações *Out-Of-Area* da OTAN

Em meados da década de 1980, a União Soviética começava a demonstrar a sua desintegração e falência quando percebeu que a sua estrutura-base militar e econômica não era forte o suficiente para lidar e sustentar as ambições iniciais de grande proporção. As ações tomadas por Gorbachev, que assumiu a liderança da URSS, acelerou o processo de destruição do sistema soviético. Os programas de modernização com o intuito de resolver as problemáticas internas e externas, como a reforma do partido comunista, a reestruturação econômica e política da URSS tiveram resultados de fragmentação e maior declínio. Passou a existir maiores instabilidades políticas e étnicas nos recém-estados independentes, gradualmente o partido comunista e a ideologia soviética caminhavam ao colapso, a URSS passa a perder grandes aliados como a própria China e as missões militares de influência em outras áreas do mundo se tornaram dispendiosas. A competição militar, armamentista, tecnológica e industrial não existia mais, a URSS começava a estagnar e não ter mais a mesma capacidade de manter o nível de dissuasão contra as instituições e valores liberais ocidentais. Em 1989, a queda do muro de Berlim significou o esgotamento soviético e a tendência das transformações na ordem internacional. Mais tarde, em 1991, o Pacto de Varsóvia e a URSS deixaram de existir na arena mundial (KISSINGER, 2012b, ZUBOK, 2009).

O período que se estende após a era bipolar trouxe uma dinamização no aparato institucional e funcional da OTAN. Os desafios que vão surgindo no âmbito da segurança internacional passaram a requisitar diferentes modalidades de respostas e atuação daquelas previstas nas décadas anteriores. A Aliança teve que encontrar meios de adaptação e transformar os seus próprios mecanismos militares e políticos a fim de que deixassem de constituir empecilhos à resolução dessa atual conjuntura de conflitos e ameaças. Dessa forma, a delimitação

geográfica de atuação proposta inicialmente pelo seu tratado jurídico precisava ser revisada. A OTAN permitiu-se engajar em uma organização mais flexível e multifacetada capaz de realizar missões que vão além das fronteiras de seus Estados membros e que abrangem um campo de ação voltado à operações humanitárias, antiterroristas, gestão de crises e antipirataria. Portanto, a OTAN decorre de assumir responsabilidades e influência a nível global. As operações *out-of-area*, como foi visto no período bipolar, sempre estiveram na mesa de discussões; um debate interno recorrente que só foi estabilizado nos anos 2000. O desenvolvimento dessas missões expandidas para além de seu limite geográfico foi relevante para justificar a própria preservação da OTAN no meio internacional.

A OTAN nasce como uma aliança militar, sob a base de uma defesa coletiva, e no decurso de suas transformações se consolida no âmbito de uma organização de segurança coletiva. No período da Guerra Fria, a função da Aliança era manter o equilíbrio de poder sobre o continente europeu através da dissuasão e da defesa coletiva. Isso significava assumir um papel mais limitado de segurança em que a sua atuação seria em resposta apenas a uma situação de agressão externa direta a um dos territórios do espaço geográfico do Atlântico Norte e que correspondia às necessidades do âmbito internacional da época. No entanto, essa estrutura sistêmica exclusiva de Estados começou a não se adequar totalmente à nova dinâmica de segurança internacional do pós-guerra (ZAPOLSKIS, 2012).

A ideia, segundo os teóricos liberais, como Wilson, era mudar a natureza do sistema do equilíbrio de poder para uma “comunidade de poder” cujos Estados se comprometem a combater coletivamente a qualquer ameaça interna ou externa que venha desestabilizar o cenário internacional. A segurança coletiva, portanto, é baseado em uma rede de Estados inclusiva que abrange um escopo mais abrangente de unidades políticas e que prevê a *peace-enforcing* sob a jurisdição de um conjunto de normas internacionais cuja ameaça, muitas vezes, não está claramente definida. A resposta dentro do âmbito de segurança coletiva permite, em ultimo caso, a utilização do uso da força. Logo, vários especialistas afirmam que a OTAN adquiriu esse papel de estabilizar a ordem internacional (XHAMBAZ, 2017; VALVIS, 2007; ZAPOLSKIS, 2012). É factível reconhecer que esses conceitos são produtos das formulações estatais que vão se alterando conforme os interesses começam a ser lesados. O caso da atuação da OTAN em Kosovo, por exemplo, foi uma violação do direito internacional e foi justificado por razões humanitárias. Esse evento deu prosseguimento à elaboração de outros aparatos jurídicos mais flexíveis (*Responsability to Protect*) a fim de que os Estados conseguissem ampliar o seu respaldo legítimo de atuação.

2.4 Os Fatores de Continuidade e Transformação da Aliança Transatlântica do Pós-Guerra Fria

A OTAN até hoje se coloca como uma das organizações mais duradouras de todas essas décadas, caminhando para os seus setenta anos de existência. Com o fim da Guerra Fria e juntamente com a eliminação da principal ameaça soviética, houve rumores, principalmente dos teóricos realistas, de que a aliança militar, instituída em 1949, se perderia na nova ordem mundial devido à extinção de seu propósito inicial: promover a dissuasão e defesa contra a URSS. Na realidade, o que se observou foi um crescente processo de adaptação diante do novo cenário internacional na busca por continuar sustentando sua importância aos olhos dos Estados membros e do mundo no âmbito da segurança global. De alguma forma, a continuidade da OTAN manteria o *status quo* estabelecido, segundo o Secretário Geral da OTAN, Lord Ismay, “to keep the Russians out, the Americans in, and the Germans down”. (*apud* HYDE-PRICE, 2011, p.45). As novas funções, abrangências da capacidade militar e mudanças na estrutura política-institucional interna e externa da OTAN foram sendo redefinidas ao longo dos anos por meio de reuniões e conferências que produziam documentos atualizados sobre as estratégias e linhas de atuação.

Embora o perigo iminente do avanço soviético tenha sido suprimido, a Rússia ainda detinha de uma grande capacidade bélica e um expressivo arsenal nuclear construídos durante o período bipolar. Por mais que a Rússia e o Ocidente moviam-se em direção a consolidação de políticas mais cooperativas nos anos iniciais do pós-guerra, os membros da OTAN não estavam completamente seguros quanto ao futuro e às mudanças do regime político russo, acreditavam que uma postura “expansionista” pudesse voltar a caracterizar a política externa russa. Dessa forma, a permanência da OTAN continuaria servindo como uma dissuasão ao poder militar e uma garantia de manter a segurança europeia contra qualquer tentativa de avanço russo. Também foi criado o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia na busca de manter maior cooperação com o antigo inimigo, um espaço de consulta e operações conjuntas (DUFFIELD, 1995; GOLDGEIER, 2010; VALENCIA, 2005).

Ademais, a continuidade da OTAN no sistema internacional também se deve a importância atual das suas antigas funcionalidades previstas no tratado jurídico. O próprio compromisso inicial de manter a defesa coletiva e o reforço da ligação transatlântica são ainda vistos de grande valor para os Estados membros diante das diferentes e dinâmicas ameaças que passam a preocupar as seguranças nacionais, principalmente a Europa que possui uma posição geográfica de maior vulnerabilidade. Tanto os americanos quanto os europeus veem a OTAN

como uma organização ideal para esse ambiente já que possui uma estrutura de comando coesa, capaz de integrar forças nacionais em maior nível estratégico, constitui um considerável meio militar potencialmente capaz de intervir. As discussões sobre as diversas questões de segurança permanecem sendo discutidas no âmbito interno da Aliança que consolida um fórum de consulta para a resolução das problemáticas. “For deterrence and defense, for instance, NATO remains the preeminent transatlantic institution.”. (HAMILTON *et al.*, 2009, p.23).

O processo de transformação e adaptação da Aliança é um fator crucial para garantir a sua permanência no cenário global. Os anos iniciais do pós-guerra foram caracterizados por uma conjuntura receosa e incerta do que iria se constituir como os novos desafios à segurança. No período da Guerra Fria o inimigo era identificável, um ator estatal, concreto e reconhecível aos olhos do adversário. Com o fim da era bipolar, as ameaças passaram a adquirir uma natureza diversa, pouco definida e mutável da qual se torna mais difícil promover uma resposta precisa. As ameaças à segurança internacional também adquiriram um escopo ampliado de temáticas, como segurança energética, humana, inclusão de atores não-estatais, como o terrorismo, ataques cibernéticos, instabilidades de cunho político, econômico e social, crimes transacionais, biodefesa, a proliferação de armas de destruição em massa e desastres naturais. A OTAN, portanto, vem construindo mecanismos de atuação que tentam abarcar toda essa realidade. A consolidação de parcerias, a maior flexibilidade das operações militares, a tendência em assumir maior interoperabilidade entre as relações civis e militares, melhoria orçamentária de defesa e expansão dos membros são alguns desses mecanismos adotados na busca de sua adaptação. Os membros começaram a perceber que a maioria das respostas para serem adequadas ao combate da natureza diversa das ameaças não envolve necessariamente o tradicional uso da força militar (HAMILTON *et al.*, 2009; VALVIS, 2007).

Nesse processo de reconfiguração das suas estruturas e capacidades, a OTAN se torna uma organização política e militar que se depara agora com uma complexa composição burocrática decisória. Uma das críticas abordadas por Sendmeyer (2010) é que as falhas, as limitações estratégicas e a constituição de objetivos militares não claros observados em operações na Bósnia, Kosovo e Afeganistão sob o comando da OTAN decorrem da falta de um consenso entre os aliados sobre como conduzir o conflito. Assim como Valencia (2005), os autores alegam que os desígnios políticos firmados entre os europeus e norte-americanos são os mesmos, porém, a dificuldade consensual reside sobre a forma como os objetivos militares serão implementados e formulados. O processo decisório da Aliança depende da unanimidade para executar algum tipo de ação e, como toda organização com muitos membros, essa estrutura de tomada de decisão influi em resultados mais lentos, na deficiência de utilização de meios di-

plomáticos e políticos e impeditivos de se alcançar ações mais ágeis. Ademais, a OTAN não possui uma composição militar de forças armadas independentes, os governos cedem seus exércitos para o comando da organização e, no caso, de um eventual conflito que não haja grande vontade por parte dos aliados em se envolver, isso vai refletir na deficiência de recursos militares e materiais, impactando na sua credibilidade e eficiência.

In assigning forces to NATO, member nations delegate operational command or operational control as distinct from full command over all aspects of the operations and administration of those forces. These latter aspects continue to be a national responsibility and remain under national control. (SENDMEYER, 2010, p.8).

O período de transição política das ex-repúblicas soviéticas que foram ganhando independência se constituiu de forma instável e muitas vezes turbulenta no âmbito doméstico marcado por conflitos civis e coerção militar. Por receio dos membros de que essas instabilidades políticas e econômicas se alastrassem e envolvessem as suas próprias seguranças, a Aliança adquire o papel de evitar e conter maiores hostilidades dos países da Europa Oriental e Central por meio de fóruns e da criação de políticas que promovam maior diálogo e a cooperação em matéria de segurança. Em 1994, foi instituído o programa Parceria para a Paz, um acordo que, segundo os membros, garante a reforma política conforme os padrões e valores ocidentais. A OTAN, portanto, começa a engajar maior atuação fora de suas fronteiras geográficas. A Aliança também adota uma política de “portas abertas” que promove a adesão de países mais ao Leste Europeu a fim de manter o controle e a estabilização do continente (COSTA, 2006; DUFFIELD, 1995; HUNTER, 2000).

Além da atenção dada aos países da Europa Oriental e Central, a Aliança também voltou suas preocupações para ameaças que vão surgindo no Norte da África e no Oriente Médio. O crescimento na região do que o Ocidente chama de “extremismo islâmico”, a proliferação tecnológica de mísseis e armas de destruição em massa, as intensas migrações e a concentração e fluxos comerciais de petróleo e gás natural que passam pelo Mar Mediterrâneo fizeram com que a organização militar institísse programas de cooperação com o intuito de complementar a dimensão da segurança euro-atlântica. Desde a década de 1990, plataformas de cooperação foram sendo instituídas como o Dialogo do Mediterrâneo (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) e a Conferência de Istambul (Bahrein, Qatar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Omã e Arábia Saudita) que acabam consolidando essa projeção de influência da OTAN fora dos limites de sua fronteira. Esses acordos buscam melhor entendimento mútuo, transparência das operações, modernização das forças armadas dos países da região, troca de experiências e percepções de segurança acerca dos conflitos da região, exercícios conjuntos militares, implementação de maior diplomacia pública e aquisição de melhor

capacidade sobre as gestões de crises e planejamento civil de emergência que são atividades novas inclusas no escopo de atuação estratégica da OTAN. Essas parcerias para a organização militar, de alguma forma, auxiliam na busca de maior apoio, legitimidade de suas ações e controle maior sobre as diferentes regiões e recursos (ISAAC, 2011; ORFY, 2011).

Ambos os lados do atlântico impulsionaram a continuidade da OTAN no cenário internacional. Os governos Bush e Clinton afirmavam a importância da Aliança como um meio de garantir os objetivos de política externa norte-americana, sustentar sua influência sobre o continente europeu e uma fonte de legitimidade para suas ações. Da mesma forma, os europeus ainda dependem da OTAN para garantir a proteção de suas fronteiras, a superioridade da estrutura militar e tecnológica dos EUA auxiliam a salvaguardar a soberania dos territórios membros. Ademais, a presença da OTAN e seu compromisso em reforçar o elo transatlântico permite assegurar um equilíbrio estratégico no interior da Europa. A ausência da organização geraria maior vácuo de poder e uma renacionalização das políticas de segurança, produzindo maior competição entre os países europeus, mais conflitos, instabilidades e desconfianças. Uma vez que não há essa integração das políticas de seguranças nacionais, a rivalidade tecnológica, militar e por poder cresce, contudo, a OTAN consegue neutralizar essas ações individuais por meio do controle mútuo, das consultas regulares, pela imposição dos constrangimentos de usarem suas forças de forma unilateral e principalmente porque a Aliança consolida a identidade comum de seus membros e promove um discurso da realização de interesses coletivos em detrimento dos nacionais (DUFFIELD, 1995; WALTZ, 2000).

Toda essa múltipla dimensão do cenário internacional do pós-guerra implicou na realidade de atuação da OTAN. O debate interno da Aliança acerca das operações *out-of-area* iniciou já no período da Guerra Fria e perdurou como uma limitação aos olhos de alguns membros. Há algumas divergências internas quanta essa temática, países como EUA, Canadá, Reino Unido, Dinamarca e Holanda defendem a ampliação de atuação da OTAN para fora da área euro-atlântica no intuito de assumir maior responsabilidade de segurança global. Conforme Chappell (2011), os EUA foram os principais percursores a incentivar uma perspectiva mais global da OTAN. Por outro lado, Portugal, Espanha, Grécia, Itália e Alemanha preferem a concepção tradicional e mais estreita da ideia de aliança regional por motivos financeiros e temem que a atuação fora das fronteiras determinadas pelo tratado desvie a atenção da segurança europeia. Já os países dos estados Bálticos, a Noruega, Turquia e Polônia priorizam o envolvimento da organização no âmbito de defesa coletiva, porém, não impedem eventuais atividades fora desde que não interfira nas suas próprias seguranças. Esses também possuem um receio sobre a posição crítica e ameaçada da Rússia frente às ações expedicionárias da

OTAN. Portanto, ao longo do eventos e problemáticas *out-of area* em que a OTAN se depara, o sucesso de sua atuação dependerá do grau de engajamento dos aliados que diferem de operação para operação (CHAPPELL, 2011; GASPAR, 2010; YOST, 2010).

A participação da OTAN na Guerra do Golfo, na prática, não significou uma missão expedicionária, segundo Laugen (1999), já que a sua atuação foi limitada, marginal e não divergiu dos princípios previstos dentro do Artigo 5º. Basicamente, a OTAN não operou militarmente de forma direta contra nenhum inimigo específico, apenas concedeu o reforço nas atividades de vigilância área e naval das rotas do Mediterrâneo, treinamentos e apoios logísticos por meio da *Operation Southern Guard*. Naquele momento, a Aliança detinha de capacidades militares bem limitadas à defesa territorial. Ademais, o conflito mostrou a falta de coesão dos interesses nacionais sobre a sua condução e uma preocupação frente aos gastos orçamentários de defesa. A Alemanha foi um dos países dos quais relutaram em se envolver no apoio aos EUA para manter a atuação contra o Iraque. Ao mesmo tempo em que a França queria manter maior autonomia política em relação aos EUA, não deixou de apoiar a operação contra Saddam Hussein. Logo, a guerra proporcionou uma reflexão aos aliados acerca da expansão de seus limites geográficos de atuação e serviu como aprendizado para impulsionar a modernização da sua estrutura interna e externa a partir das deficiências e dificuldades que a organização se deparou nesse evento (KAPLAN, 2010).

Para observar a evolução e o desenvolvimento das operações *out-of-area* é fundamental termos como alicerce de estudo os objetivos, as diretrizes estratégicas e a natureza das capacidades revisadas ao longo dos anos nos documentos conhecidos como Conceitos Estratégicos da OTAN. No NAC, lhe é imbuído da responsabilidade de aprovar os documentos atualizados que descrevem as novas particularidades e os desafios de segurança do sistema internacional e as atuais funções destinadas a Aliança. O único documento que possui um nível acima dos Conceitos Estratégicos na hierarquia jurídica da organização é o próprio Tratado de Washington (SENDMEYER, 2010).

Embora os documentos mostrem as transformações no âmbito das missões *out-of-area*, é imprescindível analisarmos também a forma como as suas orientações estratégicas vem sendo aplicadas no ambiente de segurança pela Aliança. A ambiguidade de interpretação das resoluções determinadas nesses documentos se deve justamente a dificuldade de prever e engajar repostas acertadas e conjuntas frente às ameaças da nova conjuntura mundial (RINGSMOSE, RYNNING, 2011). A seguir, a pesquisa analisará os três principais documentos que determinaram as mudanças estruturais e operacionais da OTAN:

a) A Formulação do Conceito Estratégico de 1991:

Depois de vinte e quatro anos sem a formulação estratégica do documento, o primeiro Conceito Estratégico elaborado pela OTAN, no pós-guerra, datou o ano de 1991, em Roma, e não fez qualquer referência mais explícita sobre a dinâmica das operações *out-of-area*. O contexto em que este foi enquadrado resumia-se na incerteza das dimensões de conflitos e ameaças que passariam a existir na arena internacional e com se daria o processo de transição política dos ex-Estados soviéticos. O documento, portanto, previa a consolidação dos princípios iniciais do Tratado de Washington, enfatizando a importância do cumprimento da defesa coletiva expressa no Artigo 5°. Diante da menor probabilidade de um ataque de grande proporção ao território europeu, os aliados empreenderam mais seus esforços para garantir o diálogo e a formação de parcerias, como no Oriente Médio e no Mediterrâneo, continuaram reforçando as consultas em seu fórum transatlântico, fortalecendo as instituições democráticas e os valores liberais ocidentais e fornecendo apoio condicionado à reconstrução política dos países do leste e centro europeu. Nessa reunião, os aliados já previam o reconhecimento de que certas questões necessitavam ser resolvidas através de meios políticos e não militares, utilizando a difusão democrática e a resolução pacífica de conflitos como justificativa. Foi um momento em que a OTAN começa a reestruturar o âmbito de segurança coletiva no sistema global (GARCÍA RAMÍREZ, 2013).

These dangers were deemed to include: ethnic conflict; the abuse or violation of human rights; political instability; economic fragility that may lead to unstable social conditions; the proliferation of weapons of mass destruction and their means of delivery; and the dangers of terrorism. At this point, observation could also be made that the sources of danger, as identified in this updated document (1999), as well as the 1991 document, were so diverse and vast that it became imperative to change or develop the scope, jurisdiction and the area of interest of the Alliance, transforming it from a collective defence and security organisation strictly limited to the Euro-Atlantic area to a global security organisation prepared to deter enemies and deal with a variety of security threats. (ORFY, 2011, p.70-71, grifo nosso).

O Conceito Estratégico de 1991 caracterizava o ambiente com as primeiras dificuldades observadas nos anos iniciais do pós-guerra que estavam vinculadas às instabilidades econômicas, sociais, políticas e étnicas em regiões principalmente antes influenciadas pelas instituições soviéticas e que mais tarde decorriam por um período de transição. Isso passou a ser considerado pelos aliados como uma ameaça indireta a segurança europeia já que o clima agitado das rivalidades internas poderia evoluir para uma dimensão de maior risco ao envolvimento das potências (KAPLAN, 2010). No entanto, o documento não deixa claro e específico a natureza do que pode ser considerada uma ameaça, ou seja, a partir de que ponto essas instabilidades irão representar uma real ameaça aos aliados. Além disso, a ausência de definição das medidas políticas ou militares que deveriam ser utilizadas nos casos de extensão de crises

e da própria dinâmica multidimensional da ameaça à segurança confere aos Estados membros menor limitação ao seu grau de atuação. Contudo, o Conceito não integrava a permissão de intervenções militares que não estivessem previstas no Artigo 5º, isto é, se não houvesse uma ataque armado contra um território membro, a OTAN não teria licença de impor sua força militar mesmo que isso, na opinião dos membros, auxiliasse no restabelecimento da ordem. Um ponto inovador do documento foi uma parte destinada a incorporar a ideia sobre a gestão de crises e a prevenção de conflitos no escopo de tarefas a serem mais bem desenvolvidas pela organização frente às medidas políticas que recaí sobre as perspectivas de seu papel fora de área, embora não houvesse esclarecimento de como isso seria realizado e pouca expectativa de que os aliados fossem atuar em operações como essas (RINGSMOSE, RYNNING, 2011; BARROSO, 2006, SENDMEYER, 2010).

As insuficiências jurídicas trazidas pelo Conceito Estratégico de 1991 resultaram em uma atuação inadequada aos conflitos posteriores ocorridos na Bósnia e em Kosovo. Por mais que os aliados vinham discutindo a importância da diplomacia preventiva e da utilização de meios políticos em detrimento dos militares nas situações atuais, o tradicional artifício estratégico da força militar se sobrepunha como o instrumento para responder tanto as ameaças de natureza militar quanto as problemáticas econômicas, sociais e políticas. A permanência dessa escolha apenas ressalta a dificuldade da OTAN em se adaptar a realidade a qual está inserida, impactando no grau de sua credibilidade e eficiência de atuação na resolução de conflitos. A limitação prevista por esse Conceito é que os aliados consideram a sua segurança intimamente ligada a estabilidade social, política e econômica dos países fora de sua demarcação geográfica, no entanto, o alcance de sua atuação continua restrito a integridade territorial dos membros. Apesar de uma tentativa de discussão acerca do papel da OTAN em operações *out-of-area*, nada foi sistematizado juridicamente nesse documento (LAUGEN, 1999; BARROSO, 2006).

O Conceito Estratégico de 1991 se tornou obsoleto a partir do momento em que os aliados passaram a se preocupar estrategicamente com o conflito civil na Bósnia e em Kosovo. No início, a desintegração da Iugoslávia e as instabilidades sociais e econômicas que começaram a surgir não interessavam aos desígnios das principais potências. O próprio EUA, Inglaterra, França e outros aliados europeus não demonstraram vontade política em se envolver em uma força de manutenção da paz da ONU ou se comprometer financeira e militarmente em um conflito que poderia durar um longo período de tempo. Além disso, a OTAN ainda dispunha de elementos diplomáticos, humanitários e civis pouco desenvolvidos e planejados para atuar em um tipo de operação de manutenção de paz como essa. Mais tarde, os interesses dos

aliados em começar a se engajar mais fortemente nos conflitos da Iugoslávia residiam sobre evitar o aumento do número de refugiados para a Europa, conquistar maior controle sobre os recursos naturais (metais) daquela região, comandar o local de uma futura rede de distribuição de energia e manter a credibilidade da OTAN que dependia do sucesso das operações nessas crises. No entanto, esses objetivos foram obscurecidos pela natureza humanitária das operações militares (STONE, 2005). Em 1992, o conflito na Bósnia-Herzegovina se deu a partir de uma conjunção de fatores políticos, sociais e econômicos. Os líderes políticos da região na tentativa de consolidar seus objetivos e superar a crise econômica utilizaram de discursos nacionalistas o que afetou diretamente os mulçumanos-bósnios. Os oficiais bósnios de origem sérvia resistiram aos movimentos de independência por meio de repressão e violência para manter a integridade do território iugoslavo (Croácia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia) (WENTZ, 1997).

Na primeira fase do conflito, a atuação da OTAN ficou restrita em apoiar a força de manutenção de paz das Nações Unidas, a *United Nations Protection Force* (Unprofor). Os aliados tinham como tarefa monitorar o espaço aéreo e as rotas marítimas do Adriático através da instituição da *Operation Deny Flight* e *Operation Sharp Guard* a fim de fazer cumprir as sanções internacionais contra o governo iugoslavo e também proteger as forças militares da ONU. Da mesma forma, a Unprofor previa o uso da força apenas em situações que responderiam o princípio da autodefesa e não permitiria ataques de essência punitiva, logo qualquer ação adicional que a OTAN fosse tomar teria que passar pela aprovação e coordenação das Nações Unidas. Isso começou a ser uma das dificuldades vinculadas ao procedimento de comando e controle das operações entre as duas organizações de estruturas e naturezas diversas (OTAN e ONU): uma mudança maior no grau de aplicação da força poderia minar a componente de imparcialidade das Nações Unidas e, por outro lado, a importância de garantir a dissuasão e a eficiência militar no conflito estava intrinsicamente ligada à vitalidade e credibilidade da OTAN no cenário internacional (BJARNASON, 2007; GREENBERG, MCGUINNESS, 1992; KAPLAN, 2010).

Ademais, a limitação da Aliança também teve como causa a falta de coesão interna em relação à construção de uma estratégia consolidada e à descrição dos mecanismos que seriam utilizados para conter o conflito, sejam militares ou políticos. Os EUA, durante a guerra, ameaçaram isolar os sérvios, impor embargo de armas e incentivaram a OTAN a aplicar o uso do poder aéreo sobre os alvos militares sérvios. No entanto, os aliados europeus, como Inglaterra e França, rejeitavam as ideias norte-americanas, pois temiam que a operação da Unprofor deixasse de funcionar como manutenção de paz e se tornasse algo mais direcionado a *peacenfor-*

cement, o que não se adequava às suas capacidades militares mais limitadas. (LAUGEN, 1999).

A partir de 1995, quando os sérvios mantiveram sua política de violar os ultimatos e as repressões violentas, a OTAN temeu a credibilidade da organização que estava vinculada ao sucesso do conflito na Bósnia-Herzegovina e teve seus pedidos de maior autonomia sobre as operações cedidas. Foi a primeira vez que a Aliança interviu militarmente e além de suas fronteiras demarcadas, passando a assumir a reponsabilidade completa pela operação e pela *peac enforcement*. Por mais que a atuação da Aliança tenha avançado além do seu mandato original de forma mais independente e pela utilização do uso da força, ainda residia sob a resolução aprovada pelo CSONU. Nesse momento, a transformação do papel da OTAN é visível na tentativa de evoluir de uma organização puramente pautada na defesa coletiva para o compromisso de gerenciar crises e manter a paz diante de uma lógica político-militar de missões *out-of-area* ainda pouco desenvolvida. No final de 1995, a intimidação da OTAN por meio da *Operation Deliberate Force* acelerou a condução dos sérvios em aderirem às negociações de paz em Dayton. O acordo colocou a Aliança sob o comando da força de restauração da paz, a *Implementation Force*, autorizada pelo CSONU com o propósito de monitorar o processo de paz e a sua imposição se fosse o caso no país. Os desentendimentos internos entre europeus e norte-americanos continuaram a dificultar a eficiência da organização quanto à coordenação dos processos de implementação militar e civil. Os europeus não compartilhavam com a ideia dos EUA em armar a força nacional, pois isto poderia ressurgir os conflitos internos, por um lado, mas isso proporcionaria aos norte-americanos menor tempo de operação na região, por outro. Sendo assim, os EUA priorizavam os arranjos militares e divisão de território enquanto os europeus queriam chamar atenção para o processo civil e constitucional, isso deixava claro a deficiência da Aliança em trabalhar com gerenciamento de crises fora de seu território demarcado (FIGA-TALAMANCA, 1996; WENTZ, 1997; KAPLAN, 2010).

Os conflitos na Iugoslávia continuaram e a OTAN não teve um espaço de tempo suficiente para aprender com os erros na Bósnia e desenvolver os meios eficientes para lidar com as próximas crises. A consequência disso foi a extensão das falhas na estratégia de atuação em Kosovo. O conflito, que começou em 1998, despertou com a vontade dos albaneses de libertar-se do domínio sérvio, diferente da Bósnia, Kosovo não era um estado soberano, mas uma província da Sérvia da qual lhe foi tirado toda a autonomia que restava em 1989. As condições estruturais políticas, culturais, educacionais e de saúde impostas pelo ditador Slobodan Milosevic eram desfavoráveis a maioria albanesa o que acarretou maior ódio entre a população. Para reprimir qualquer oposição, Milosevic iniciou os ataques ofensivos contra os alba-

neses separatistas, mais especificamente o exercito de oposição, o *Kosovo Liberation Arm*. A campanha da violência não foi cessada mesmo com as pressões internacionais. Os russos não apoiaram parte das sanções e divisões quanto à forma de agir em Kosovo também dificultaram o processo. No entanto, Inglaterra, EUA, Alemanha, Albânia, Croácia, Eslovênia e Turquia estavam mais dispostos a apoiar uma intervenção armada em Kosovo e, a OTAN em agir com maior unidade, diferente do que aconteceu na Bósnia. Além disso, as potências ocidentais temiam que as tensões nessa província pudessem se difundir e motivar outros conflitos na Albânia e Macedônia (CAPLAN, 1998; XHAMBAS, 2017).

Devido ao fracasso das negociações de paz na região, como o Acordo de *Holbrooke* e a Estratégia de *Rambouillet* e das resoluções de embargo de armas e sanções do CSONU, a OTAN, em março de 1999, decide intervir através da *Operation Allied Force* e de campanhas aéreas em Kosovo sem passar pelo respaldo do CSONU. A decisão acabou violando os princípios de autodeterminação e soberania da Carta da ONU e a atuação não poderia ser fundamentada pelo princípio de autodefesa. Um dos motivos da violação dos princípios jurídicos da soberania e da ausência de um mandato internacional era de que os aliados tinham conhecimento que qualquer proposta de intervenção seria vetada pela Rússia e China. A base legal que a Aliança encontrou para justificar seus atos foi enfatizar a proteção dos cidadãos (ROBERTS, 1999; JACKSON, 2000; XHAMBAS, 2017). Segundo Naumann (2002), utilizar o discurso humanitário para impor uma intervenção militar é uma “*double-edged sword*”. Isso porque os danos humanos causados pelo uso da força tais como o aumento do número de morte e de refugiados, contradiz o próprio discurso. Além disso, após a entrada da OTAN, segundo Chomsky (2001), foram engajados a descobrir maiores evidências de crimes de guerra, ou seja, a propaganda de guerra foi decisiva para conseguir apoio público na intervenção. Nenhum país europeu estava disposto a agir unilateralmente no conflito, portanto, a atuação da Aliança era a preferência menos onerosa. No início de junho, após diversos bombardeios aéreos, um acordo de paz foi alcançado e o CSONU aprova a implantação de uma força de manutenção de paz na região sob o comando da OTAN, a *Kosovo Force* com o objetivo de promover a reconstrução do país, o estabelecimento do sistema judicial e penal e apoio no processo eleitoral. Em 2008, mesmo após Kosovo conquistar sua independência, a organização militar continuou atuando na região como força de estabilidade (SENDMEYER, 2010; KAPLAN, 2010).

b) A Aparição das Atividades *Out-of-Area* na Elaboração do Conceito Estratégico de 1999:

As dificuldades, ambiguidades e as lacunas das experiências vividas com os eventos em Bósnia e Kosovo das quais a OTAN se deparou, fez perceber que o Conceito Estratégico de 1991 não mais atendia as necessidades da realidade encontrada. Foi a partir de 1999, na reunião em Washington, que a Aliança consolidou aquilo que já vinha sendo praticado durante as crises regionais, mas agora com o apoio jurídico de seus documentos: a elaboração de um novo conceito estratégico que autoriza formalmente atividades militares além de seu espaço geográfico demarcado (estando sob os princípios da Carta da ONU). O documento passa a chamar atenção para as atividades do *non-Article 5*, ou seja, funções que estejam vinculadas à gestão de crises, intervenções humanitárias, manutenção da paz (*peacekeeping*) e reconstrução do países fragilizados ao promover os valores e instituições democráticas (*peacebuilding*) (CHAPPELL, 2011).

Para sustentar a tarefa de gestão de crises e prevenção de conflitos, a Aliança também reforça o ideal de cooperação em matéria de segurança com outros países e o desenvolvimento da *Defense Capacity Initiative*. Essa iniciativa incentiva a flexibilidade das forças militares, combinando capacidades ofensivas e defensivas ao mesmo tempo, a maior mobilidade e adaptabilidade em relação a diferentes tipos de operações através da troca de informações e experiências militares com os parceiros. A OTAN encontra uma maneira para ter maior controle sobre essas diversas atuações fora da sua área: os aliados analisam caso a caso antes de decidirem intervir no conflito. Dessa forma, a OTAN ganha maior poder discricionário em escolher se envolver ou não numa extensão de crise regional. Portanto, a organização desvincula a necessidade de autodefesa para garantir o uso da força, ou seja, a estabilidade e a segurança de países não signatários podem impactar na salvaguarda dos territórios membros e, logo, a utilização de meios políticos e militares são aceitáveis mesmo sem uma agressão direta e em condições fora de seus limites geográficos (GARCÍA RAMIREZ, 2013; DAVIS, 2010).

In pursuit of its policy of preserving peace, preventing war, and enhancing security and stability and as set out in the fundamental security tasks, NATO will seek, in cooperation with other organizations, to prevent conflict, or, should a crisis arise, to contribute to its effective management, consistent with international law, including through the possibility of conducting non-Article 5 crisis response operations. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1999).

O novo Conceito Estratégico refina o conteúdo anterior e mantém os princípios fundamentais como a defesa coletiva, a dissuasão e a importância do fórum de consulta. Os aliados acrescentam o compromisso de melhor integrar e desenvolver as suas capacidades civis, militares e políticas em resposta às novas dimensões de crises, reconhecendo que somente o

uso da força não é adequado para certas operações e como resposta aos conflitos. Referente ao seu arsenal nuclear, o documento afirma que os objetivos de manter esse tipo de capacidade possuem um caráter mais político, embora apoie o controle de armas, o desarmamento e a não proliferação de armas de destruição em massa, o equipamento nuclear será preservado em virtude de garantir a dissuasão contra o número crescente de países que vem adquirindo elementos nucleares, uma maneira de promover a defesa coletiva e evitar a coerção (CONDE, 2000; ZAPOLSKIS, 2012).

Um dos pontos para se destacar referente à evolução das operações *out-of-area* da OTAN é que há uma relação de interdependência entre as atividades realizadas sob o princípio da defesa coletiva e as missões do *non-Article 5*. De início, devido a algumas objeções no debate sobre as operações militares fora do limite geográfico, admitia-se maior distinção daquilo que serviria aos propósitos de defesa coletiva e das novas funções que marcariam a dimensão inovadora da organização militar. Assim como Yost (2010) afirma, o desenvolvimento das missões da OTAN em lidar com esses desafios não convencionais está atrelado ao âmbito da defesa coletiva e, ao mesmo tempo, ao *non Article 5*. O combate a essas ameaças *out-of-area* serve aos propósitos dos aliados de evitar a ocorrência de eventuais ataques diretos aos seus próprios países. Além disso, é perceptível o maior engajamento dos aliados em promover cada vez mais uma política de segurança para a OTAN do que apenas focar nos instrumentos tradicionais da defesa coletiva: reforçar o planejamento militar e as capacidades destinadas a defesa e, ao mesmo tempo, desenvolver exercícios militares conjuntos, treinamento, planejamento de contingência que estão atrelados as operações expedicionárias (ZAPOLSKIS, 2012). Ao contrário do que Sendmeyer (2010) afirma de que houve um afastamento da Aliança quanto às questões de defesa mútua para maior aproximação da dimensão de segurança coletiva, Ringsmose e Rynning (2011) e Yost (2010, p.490) argumentam no sentido de ter ocorrido uma “‘deterritorialization’ of the alliance’s collective defence mission”. A natureza mais “estática, reativa e territorial” trazida pelo Artigo 5º (defesa coletiva) foi modificada para atender e complementar as necessidades da realidade, o que exige uma postura da OTAN mais flexível, sem limitações geográficas de atuação, não esperar apenas por um ataque armado, mas impedir a ocorrência de uma ameaça convencional ou não à segurança dos membros.

Os anos 2000 trouxeram uma ampliação e maior redefinição das perspectivas de segurança para os aliados. Em decorrência dos ataques nos EUA (2001), em Madri (2004) e Londres (2005), a questão pautada sobre o terrorismo passou a ganhar maior espaço e atenção na agenda internacional e demandar melhor reestruturação política e militar da OTAN para res-

ponder a esses eventos. O desafio a ser considerado pelos aliados na elaboração de sua estratégia é a natureza não-estatal do ator que não é algo inovador na história das relações internacionais, porém é uma dimensão que precisava ser incorporada pela OTAN. O terrorismo e as hostilidades domésticas compõem uma maneira de atuação que difere da concepção de conflito regular (Estado *versus* Estado) e a participação de grupos guerrilheiros não está incluso sob as normas de regulamentação da guerra (SCHMITT, 1993). Ademais, com a inovação tecnológica e os meios de comunicação e militar mais avançados facilitam a natureza móvel e global das ameaças, os ataques e os inimigos não surgem mais apenas de um território fixo no mundo, como os ataques cibernéticos, o terrorismo, o crime transnacional. Isso repercute na projeção a nível global que a Aliança passa almejar, embora permaneça constituída como uma organização regional (WITTMANN, 2011). “This is not an alliance focused on Europe or the Euro-Atlantic area; nor is it a global alliance because it remains Atlantic and invokes global threats and issues in relation to its own security; it is rather an Atlantic alliance focused on the globe.”. (RINGSMOSE, RYNNING, 2011, p.8).

Diante dos ataques às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, instituições símbolos de poder norte-americano, a resposta da OTAN para essa agressão direta a um território membro foi invocar pela primeira vez, no pós-guerra, o Artigo 5º e oferecer aviões de monitoramento sobre os EUA para reforçar seus objetivos de contraterrorismo, o *Airborne Warning and Control e Control Systems* (AWACS) através da *Operation Eagle Assist*. A administração de George Bush e outros aliados chamaram atenção para a derrota de grupos terroristas que afirmavam estar sendo acolhidos e preparados no Afeganistão. Contudo, a intervenção militar no Afeganistão foi realizada sem a interferência direta da OTAN, os EUA preferiram agir sem a contribuição de seus aliados no combate ao regime do Talibã, grupo no poder, e da Al Qaeda. Além disso, França, Alemanha, Itália e Espanha não estavam tão igualmente engajados no contexto do país, pouco foi a contribuição militar e financeira que esses países cederam a operação, o mínimo para não enfraquecer a relação com os EUA (VALVIS, 2007). Em novembro de 2001, após a derrota do Talibã, a ONU autorizou o estabelecimento de uma força de estabilização e reconstrução do país, a *International Security Assistance Force* (ISAF), que inicialmente ficou sob a liderança britânica e depois turca. Em 2003, a Aliança assume a responsabilidade do comando da ISAF, sua primeira operação de gestão de crises fora da Europa, a fim de garantir a adesão de instituições e valores democráticos na região e uma transição política de seu apoio. A operação da OTAN no país rendeu críticas e falhas que impactou na credibilidade da organização. Isso se deve a ausência de uma coesão interna da OTAN quanto à formulação de uma estratégia assertiva.

De forma geral, a operação no país envolveu atividades de contra insurgência, contraterrorismo apoiadas pelos EUA, Canadá, Inglaterra e Austrália e as missões de estabilidade e reconstrução apoiadas pelos europeus e assumidas pela OTAN (WITTE, 2014; ROBB; 2015; MORELLI, BELKIN, 2009).

A atuação não evitou a continuação da violência, não impediu a expansão dos grupos terroristas e aumentou a precariedade interna. Além disso, o custo e o tempo dessa atividade de longa distância excederam o esperado pelos aliados, o que impactou negativamente no orçamento da organização e nas decisões dos países em se engajar nas futuras missões expedicionárias. Prejudica a interoperabilidade da Aliança, desenvolve uma situação de exaustão dos aliados em manter a atuação e cria maiores divergências internas quanto à disponibilidade das forças militares. O plano que foi firmado entre os membros, em Lisboa, era assegurar uma transição da responsabilidade de manter a segurança no país para a força militar nacional afegã, entre 2011 até 2014. Isso não significou a total retirada da OTAN na região, a Aliança adquiriu mais uma função de apoio para não perder a sua influência no território (CHAPPELL, 2011).

Ao longo dos próximos anos a OTAN expande as suas operações *out-of-area* no sentido de abarcar um múltiplo composto de riscos e ameaças à sua segurança e essa ampliação acaba exaltando, de alguma forma, as divergências de percepções entre os aliados, a formulação estratégica militar e as dificuldades internas como a própria estrutura financeira (HYDEPRICE, 2011; HAMILTON, 2011). Em 2003, a intervenção norte-americana no Iraque com a justificativa não comprovada de que Saddam Hussein mantinha um arsenal de armas químicas criou um problema consensual com seus aliados europeus: a Bélgica, Alemanha e a França foram contra a decisão de intervir, a Turquia não estava de acordo com a utilização dos recursos da organização para manter a atuação no país, o que dificultou a decisão na NAC. Isso acabou corroborando também para o enaltecimento de grupos terroristas no país, deixando a situação do país muito mais grave (BASSIL, 2012; KAPLAN, 2010). Após a derrubada de Saddam, a OTAN ficou designada a treinar as forças militares iraquianas, em 2004, através da *Training Mission in Iraq*. A operação não conteve totalmente a violência, grupos terroristas continuaram estendendo espaço e as novas eleições não impediram as rivalidades políticas internas. Algumas missões *out-of-area* fazem questionar o grau de eficiência das decisões políticas dos aliados, a forma como as medidas são implementadas, a real utilidade da Aliança em algumas operações: a OTAN é realmente a única organização a se levar em conta em uma extensão de crise, no combate a crime transnacional, terrorismo, guerra civil? Os interesses individuais acabam sobressaindo os interesses coletivos e, portanto, dificultam a eficiência da

organização. Outra organização de natureza econômica ou social deveria liderar as atividades ao invés dessa organização militar? Portanto, quais interesses devem ser considerados? Yost (2010) afirma que a OTAN não precisa sempre liderar uma operação, mas pode pensar servir como um instrumento de apoio juntamente com outros atores estatais e não-estatais.

Além das operações já mencionadas, a Aliança desenvolveu muitas outras de distintas naturezas e em varias regiões no mundo. A *Operação Active Endeavour*; uma missão de vigilância marítima de combate ao terrorismo no mar Mediterrâneo em 2001, o desenvolvimento da *Operation Allied Provider* e *Operação Allied Protector* em 2008 e 2009, respectivamente, para combater a pirataria na costa da Somália e manter o monitoramento no Chifre da África. Isso é umas das categorias de capacidades que vem sendo investido na OTAN, a projeção de poder marítimo e forças navais que auxiliam na proteção das rotas marítimas, garantindo a *Sea Lines of Communication* aberta e a segurança energética e marítima para os aliados, o que vai ser complementado posteriormente no capítulo sobre o Atlântico Sul (HYDE-PRICE, 2011). Além disso, a OTAN apoiou as atividades de manutenção da paz no continente africano juntamente com a União Africana. Desde a intervenção russa, na Ucrânia, em 2014, a OTAN implementou o policiamento aéreo mais ao leste europeu, forneceu ajuda humanitária para o Paquistão após o terremoto de 2005. Liderou a intervenção humanitária na Líbia através do comando da *Operation Unified Protector*, em 2011, forneceu apoio humanitário à Missão da União Africana no Sudão diante do conflito violento, ajudou as vítimas do furacão Katrina nos EUA, atuou na Macedônia através da *Operation Essential Harvest*, *Operation Amber Fox* e *Operation Allied Harmony*, devido as instabilidades étnicas que surgiram e forneceu assistência de segurança nos jogos das Olimpíadas de 2004 e 2006 e na Copa do Mundo de 2006 (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2016a).

De qualquer forma são questionáveis as justificativas e razões que fizeram com que a OTAN realizasse essas missões cada vez mais a nível global. Alguns membros possuem maior peso e voz ativa dentro da organização como EUA, França, Inglaterra, Alemanha e, portanto, seus próprios interesses estão interligados a essa esfera multidimensional da segurança. Embora existam atores governamentais que asseguram que a gestão de crises realizada por meio de uma coalização ad hoc é muita mais bem sucedida, Davis (2010), Hamilton et al. (2009) e Chappell (2011) afirmam que a estratégica da Aliança diante das operações realizadas na Bósnia, Kosovo e Afeganistão foram caracterizadas por uma rede ad hoc da qual a ONU e os EUA se mantiveram no comando. A utilização da Aliança como instrumento talvez seja um caminho mais fácil e legitimado encontrado pelos estados membros para o alcance de

objetivos individuais e coletivos. Logo, o que se espera em termos de interesses políticos dos aliados de uma atuação mais ativa da OTAN no Atlântico Sul?

c) Uma OTAN mais “Global” e “Política” com o Conceito Estratégico de 2010:

A elaboração do mais recente Conceito Estratégico, discutido em Lisboa, em 2010, também conhecido como “*Active Engagement, Modern Defence*”, incorpora as dinâmicas e os eventos que se sucederam nos anos 2000, principalmente a influência da operação no Afeganistão, redefinindo melhor o que os aliados entendem por ameaças à suas seguranças e com o objetivo de evitar falhas similares nas próximas missões *out-of-area*. Ao contrário do que foi observado nos documentos anteriores, o novo Conceito Estratégico direciona maior atenção aos desafios de segurança não convencionais e assimétricos, tais como, o terrorismo, ataques cibernéticos, crimes transnacionais, segurança energética e marítima que, de alguma forma, estão inseridos indiretamente na noção mais ampliada de defesa coletiva (SHEA, 2011).

O Conceito Estratégico de 2010 também passa a atribuir maior relevância para os assuntos que envolvam as missões *out-of-area*. Um dos pontos chave a conquistar espaço no plano primário das atividades essenciais da OTAN foram as questões de gestão de crises que no documento anterior estavam sendo tratadas apenas como tarefa complementar. Pode ser delegado à Aliança funções de prevenção de conflitos, estabilidade e reconstrução do país, ressaltando a importância das consultas previstas pelo Artigo 4º. Dessa forma, os aliados se preocuparam no documento em consolidar melhor a Aliança como um fórum político e atender as perspectivas globais de segurança. A interpretação dada pelos outros países é de que o Conceito de Lisboa permite a intervenção da OTAN em qualquer lugar do mundo quando seus interesses de segurança estiverem sendo ameaçado. Essa “liberdade” de atuação pode servir como justificativa para seus próprios objetivos políticos e econômicos muitos maiores subentendidos (RINGSMOSE, RYNNING, 2011).

Crises and conflicts beyond NATO's borders can pose a direct threat to the security of Alliance territory and populations. NATO will therefore engage, where possible and when necessary, to prevent crises, manage crises, stabilize post-conflict situations and support reconstruction. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2010, grifo nosso).

Outro elemento essencial que é enfatizado no documento para lidar com as problemáticas de segurança no campo das crises e conflitos civis é o aperfeiçoamento das capacidades civis. Essa dimensão já havia sido debatida nas Conferências de Riga (2006) e Bucareste (2008). Como é visível, sequer é possível resolver as instabilidades domésticas apenas com a utilização do uso da força, portanto, o documento reforça a importância de integrar as capaci-

dades civis e militares da Aliança atuando em cooperação com outros parceiros estatais ou não governamentais. Atribuir atenção para essa perspectiva civil marca a transformação da OTAN e a sua tentativa de alcançar melhores resultados nas operações *out-of-area*. Alguns países pretendem manter o status de Aliança militar, tais como França e Alemanha, e preferem que essa função seja delegada a outras entidades internacionais como a União Europeia, que vem promovendo grandes esforços na área de gestão de crises. Contudo, o documento enfatiza a relevância do trabalho em conjunto para a troca de experiências, aperfeiçoamento das atividades a fim de garantir maior eficiência das operações mesmo que a OTAN não lidere uma missão expedicionária (ZAPOLSKIS, 2012; PETERSEN, BINNENDIJK, 2007; HAMILTON *et. al*, 2009; DUKANOVIC, 2010). A intenção de firmar parcerias em varias regiões do mundo será também observada no Atlântico Sul tal como a tentativa de acordo entre Colômbia e OTAN.

The lessons learned from NATO operations, in particular in Afghanistan and the Western Balkans, make it clear that a comprehensive political, civilian and military approach is necessary for effective crises management. The Alliance will engage actively with other international actors before, during and after crises to encourage collaborative analysis, planning and conduct of activities on the ground, in order to maximize coherence and effectiveness of the overall international effort. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2010).

A defesa coletiva continua sendo uma das tarefas primordiais da OTAN, porém, agora o seu escopo está muito mais expandido diante das ameaças não convencionais. A ideia não é restringir a atuação da OTAN apenas na defesa contra qualquer agressão direta aos territórios membros, mas também, promover a defesa e a dissuasão contra o surgimento de possíveis ameaças no mundo que impacte direta ou indiretamente a segurança dos membros, consolidando a sua esfera como uma organização de segurança coletiva (THE ALLIANCE'S STRATEGIC CONCEPT 2010 *apud* KASHMERI, 2011). Dentro do âmbito da defesa coletiva, também é conferido o engajamento da política de defesa antimíssil, principalmente mais ao leste europeu onde os aliados temem a intervenção e atuação russa, as instabilidades no Oriente Médio e o potencial nuclear do Irã e Coreia do Norte (HILDRETH, EK, 2011).

Embora o Conceito Estratégico de Lisboa tenha ampliado as perspectivas de segurança e redefinido melhor as necessidades de desenvolvimento das capacidades e estruturas internas e externas, ainda o documento deixou a desejar. Não ficou resolvido a enorme discrepância militar, tecnológica e financeira entre europeus e norte-americanos, não foi imposto limites geográficos e funcionais, ou seja, não foi encontrado respostas para que tipo de papel a OTAN deva se submeter em cada categoria das distintas problemáticas de segurança (terrorismo, segurança energética e marítima, ataque cibernético, gestão de crises, problemas demográficos,

mudanças climáticas): como coadjuvante ou líder, maior ou menor atuação e qual a melhor medida a ser tomada (ZAPOLSKIS, 2012).

2.5 Conclusão do Capítulo

Esse capítulo teve como relevância trazer uma discussão acerca das limitações e transformações que permearam a formulação das políticas quanto às operações *out-of-area* da OTAN, em especial a sua atuação no Atlântico Sul. Durante a era bipolar, as missões da organização estiveram restritas a fins de defesa coletiva e operacionalizadas apenas no Atlântico Norte. Qualquer atividade que excedesse essa delimitação territorial se realizaria através de coalizões entre alguns aliados, de maneira ad hoc, e fora dos arranjos institucionais formais da Aliança. A partir da década de 1970, o aumento da capacidade naval soviética e a sua presença na costa africana e no Caribe, o fechamento do Canal da Suez pelos árabes e os planos estratégicos da URSS em obter maior controle sobre as rotas e fluxos comerciais, principalmente pela Rota do Cabo, colocaram o Atlântico Sul na agenda de segurança ocidental.

Mais tarde, o fim da Guerra Fria levou a organização militar a se renovar e se adaptar a nova realidade de segurança internacional. A OTAN deixou de ser uma mera aliança militar, sob a base de uma defesa coletiva, para se consolidar como uma organização de segurança coletiva. Tanto o seu escopo de missões quanto o seu alcance geográfico se tornaram abrangentes. Os Conceitos Estratégicos de 1999 e 2010 incorporaram juridicamente atividades que estejam relacionadas ao *non-Article 5º*, ou seja, operações de gestão de crises, intervenções humanitárias, de manutenção de paz e reconstrução de países fragilizados que não estão vinculados diretamente ao conceito de defesa coletiva. Passou a considerar ameaças à segurança internacional: temáticas em torno da segurança energética, humana, marítima, terrorismo, ataques cibernéticos, instabilidades de cunho político, social e econômico, biodefesa, proliferação de armas de destruição em massa, desastres naturais e crimes transnacionais.

3 A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL: FATORES DE ENGAJAMENTO DA OTAN

Uma das primeiras percepções acerca da dimensão valorativa do Atlântico Sul surgiu com o processo de consolidação do império ultramarino português. Esse oceano se tornou a principal via de comunicação para o comércio de escravos, matérias-primas e insumos agrícolas entre colônias e metrópoles, especialmente na faixa conhecida como “Garganta Atlântica”, contida entre a costa do nordeste brasileiro e a margem oposta na costa africana. A partir do século XVII, os portugueses não foram os únicos a permanecerem no controle do Atlântico Sul. A expansão dos holandeses na rota do Cabo e, mais tarde, a presença dos britânicos reconfiguraram a dinâmica de poder na região. Os eventos da Revolução Industrial, o crescimento do império e a potencialidade marítima proporcionaram aos britânicos maior controle sobre as rotas oceânicas e oportunidade para conquista de novas áreas. Mais tarde, no entanto, com o advento da instituição do Canal da Suez, em 1869, do declínio do próprio poderio britânico no início do século XX e da finalização da construção do Canal do Panamá, em 1914, pelos EUA, o Atlântico Sul começa a perder gradualmente sua importância estratégica aos olhos das grandes potências. Essas novas rotas permitiram conectar outras áreas do mundo de forma mais rápida, sem precisar passar pela parte sul do atlântico. Além disso, a transferência do polo de poder para os norte-americanos impulsionou a valorização do Atlântico Norte (LUÍS, 2015).

Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os principais fluxos de comércio e investimento ocorreram, na maior parte das vezes, sobre o Atlântico Norte. Apesar de alguns episódios na região, como a criação da Quarta Frota norte-americana, em 1943, em resposta a presença de operações militares alemãs nas bases da Guiana Francesa e Senegal contra navios mercantes destinados a Europa e EUA, o Atlântico Sul manteve-se como uma rota secundária. No período da Guerra Fria, como já vimos no capítulo “Contextualização e Quadro Histórico”, as tensões Leste-Oeste foram trazidas para a região. Havia o receio de que a URSS conseguisse bloquear as principais vias de transporte de petróleo e matérias-primas. Contudo, até o final do conflito bipolar, sob a perspectiva das potências tradicionais, o sul-atlântico manteve-se marginalizado e dominado por vazios de poder (PENHA, 2011).

Nas últimas décadas, as recentes descobertas das camadas de pré-sal, dos depósitos *offshore* ainda não explorados e da riqueza dos fundos marinhos no Atlântico Sul conduziram a uma revalorização da região aos olhos das potências regionais e globais do ponto de vista geoestratégico (VAZ, 2011). Uma das crescentes preocupações dos governos tem sido a crise

da escassez de recursos naturais e energéticos, o que tem os motivado a buscar em outras áreas do mundo reservas desses recursos em quantidade suficiente para suprir as suas populações e as indústrias nos próximos anos. Portanto, o Atlântico Sul pode oferecer uma alternativa às fontes de abastecimento de petróleo e outras commodities, diminuindo, por exemplo, a dependência dos países as importações de petróleo do Oriente Médio, principal fornecedor mundial. Desse contexto, é possível afirmar que há uma tendência de ampliação da concorrência por controle sobre os recursos naturais na região através da maior presença de atores extrarregionais como China, Rússia, Índia, OTAN e até mesmo as potências regionais como Brasil, Argentina, África do Sul, tornando esse um espaço de barganha estratégica. Essa dinâmica de forças pode alterar o equilíbrio de poder na região, assim como afirma Grevi (2009, p.21), “The possession of or access to natural resources and notably energy reserves affect the balance of (positive and negative) power to a much greater extent than in past because of the growing demand and the association geopolitical competition for resources.”.

Para isso, a proposta da seção seguinte será dimensionar a importância dos recursos naturais para os interesses econômicos das potências envolvidas e através desse mapeamento compreender o tipo de envolvimento que a OTAN pode implementar no Atlântico Sul. Do mesmo modo, serão destacados também os pontos-chaves do Atlântico Sul que mais podem servir para as estratégias futuras de crescimento econômico dos países.

3.1 Recursos Naturais

Hoje, a crise energética é uma questão bastante presente nas agendas políticas e de segurança nacionais. Isso porque se prevê um aumento de 30% na demanda mundial de energia no período entre 2017 a 2040 (WORLD ENERGY COUNCIL, 2016). Na União Europeia (UE), por exemplo, a dependência em relação às importações energéticas aumentou de 40% a 54% do consumo de energia bruto, no período entre 1990 a 2015. Isso é reflexo da diminuição da sua produção de energia primária (combustíveis crus, energia solar, eólica, geotérmica) que foi 15,2% menor em 2015 se comparada a década anterior (EUROSTAT, 2017).

Nos próximos anos, a geopolítica do petróleo será reforçada pelos governos em decorrência do aumento do consumo global para 105 milhões de barris por dia em 2040 (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2017). Desse contexto, em 2016, o Oriente Médio se manteve como a principal fonte de abastecimento de petróleo, contribuindo com 34,4% da produção total, o restante se distribuiu entre outras regiões como América do Sul e Central em torno de 8,1% e África em 8,6% (STATISTA, 2017). A distribuição da capacidade de petróleo é

irregular. Há uma tendência de que a produção na Europa e nos EUA diminua. Por outro lado, em países da África, onde o consumo é menor, o maior investimento em exploração, permitirá no futuro o aumento da produção. O crescimento esperado da produção de petróleo africano para 2030 é de 153% enquanto a do continente sul-americano é de 144% (THE SOUTH Atlantic, discussing a safe route, 2017).

A necessidade cada vez maior pelo acesso aos recursos levam os atores a busca-los por todo o globo, assim como Grevi (2009, p.05) declara, “Endowment with and access to natural resources and energy becomes central to international affairs, with all major powers expanding their interests, and influence in every region of the world.”. Além do petróleo e gás natural, o Atlântico Sul tem importantes depósitos de minerais, grandes extensões de recursos hídricos e terras aráveis e é uma importante região fornecedora de insumos agrícolas. Os tópicos seguintes vão abordar mais detalhadamente a representatividade desses recursos que tornaram a região valorativa nas últimas décadas:

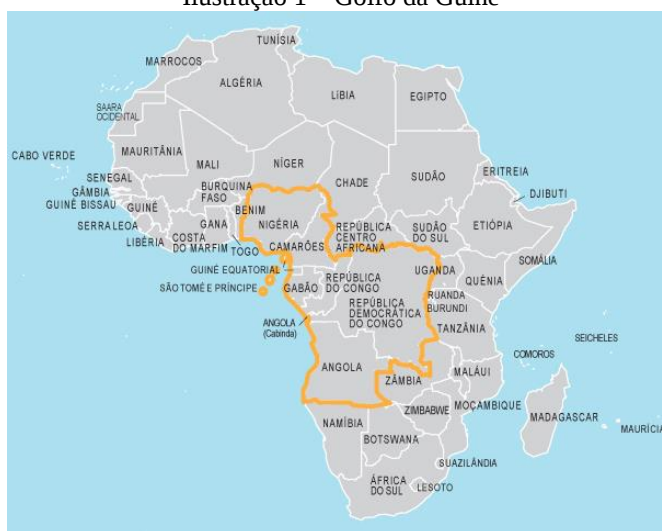
a) Petróleo e Gás Natural:

No continente africano, o Golfo da Guiné abrange um conjunto de países que tornaram-se destaque internacional em abundância de recursos naturais e energéticos: Costa do Marfim, Gana, Togo, Libéria, Congo, Benin, Angola, Guiné Equatorial, Camarões, República Democrática do Congo, Nigéria e Gabão (ver Ilustração 1). Estima-se, a partir dos dados de 2014, que a região contém uma capacidade de 86% do total de reservas comprovadas no continente (24 bilhões de barris petróleo) (ECHENDU; ILEDARE, 2015). É previsto que, em 2020, a produção total de petróleo nessa região irá superar a do Golfo Pérsico. Ademais, o tipo de petróleo encontrado nessa área implica em maiores vantagens aos países importadores. O óleo bruto extraído é mais leve e de maior qualidade do que o identificado na América Latina. Possui menor concentração de enxofre; uma característica apreciada pelos norte-americanos; e também um óleo mais barato e fácil de refinar do que o originado no Oriente Médio (MAÑE, 2005). O continente africano também contém 7,6% das reservas mundiais de gás natural na qual o Golfo do Guiné corresponde a um quarto (AFRICAN DEVELOPMENT BANK AND THE AFRICAN UNION, 2009).

Desses países, a maior reserva de petróleo na África se localiza na Nigéria (37 bilhões de barris), especialmente na região do Delta do Rio Níger. Este país aderiu a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1971 e, atualmente, é o maior produtor de petróleo e gás natural no continente. Entre 2005 e 2015, as importações europeias de petróleo originadas da Nigéria aumentaram em 2,7 vezes (EUROSTAT, 2017). A grande expectativa é de

que a crise energética possa ser adiada por meio da magnitude dos campos *offshore* que ainda não foram totalmente explorados, como em Gana e Costa do Marfim. Sendo assim, “Africa is now looked upon as a key source for major oil importers seeking to diversify imports in order to achieve greater energy security”. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK AND THE AFRICAN UNION, 2009, p.69).

Ilustração 1 – Golfo da Guiné



Fonte: Gulf of Guinea Comission (2016)

Já na América do Sul, Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela são os países que mais se destacam na produção e no conjunto de reservas de petróleo e gás natural. Em 2005, a Petrobras anunciou a descoberta de hidrocarbonetos próxima ao campo de Tupi (estimativa de 5,8 bilhões de barris). Por consequência, a exploração da nova camada de pré-sal, entre 2013 e 2014, incidiu no aumento da produção brasileira em 62,7% (492.700 barris por dia). Nos meses seguintes, ainda na Bacia de Santos, de Campos e do Espírito Santo foram encontradas novas zonas para exploração. Na Argentina, a característica da maior parte do petróleo encontrado no país é o não convencional ou de xisto que está localizado principalmente no campo *Vaca Muerta*. A Argentina possui conexões de gasodutos com Chile, Brasil, Bolívia e Uruguai. A maior reserva de petróleo (298 bilhões de barris) no continente sul-americano e uma das maiores do mundo se encontra no território venezuelano. A maior parte se localiza na bacia de Orinoco (220,5 bilhões), sendo os norte-americanos os maiores importadores desse petróleo. A natureza extrapesada do óleo bruto venezuelano constitui uma das desvantagens em comprar para refinação. Ademais, as suas reservas são proporcionalmente maiores às encontradas na Arábia Saudita (268 bilhões de barris) (EIA, 2017).

É essencial para o campo da geopolítica dos recursos retratar a grande massa continental do mundo onde já se evidencia um futuro potencial econômico para o mercado dos recursos naturais. O Atlântico Sul consiste como uma das vias de fácil acesso a Antártica. A região

está regulamentada através do *Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty* (1991) o qual não autoriza a exploração nem tampouco o desenvolvimento de atividades relacionadas aos recursos naturais para os próximos cinquenta anos. Além disso, o continente não pode estar submetido à soberania de nenhum Estado. Em vista das limitações regulatórias, pouco ainda se sabe sobre a magnitude dos recursos naturais nesse território. No entanto, é possível estimar alguma presença mineral e de hidrocarbonetos devido à semelhança das formações geológicas com as encontradas na Austrália, África e América do Sul. Isso porque todas essas quatro localidades formavam o conjunto da *Gondwanaland*, segundo a teoria da deriva continental. Além da regulação, os países encontram dificuldade em desenvolver estudos geológicos devido às condições naturais do continente. A espessa camada de gelo e as águas costeiras congeladas implicam em um grande custo econômico para a implantação de bases de pesquisa (CURTIN et al., 2004; WRIGHT; WILLIAMS, 1974). Há bases de pesquisa distribuídas pelo território que ajudam a coletar maiores informações e dados sobre a potencialidade da região. Contudo, é difícil identificar limitações e divisões claras quanto à referência sobre uma atividade ser considerada como pesquisa ou como exploratória. Assim como adverte Mitchell:

‘it is not always easy to differentiate the early stages of oil exploration from scientific research activities and the Antarctic Treaty countries are reluctant to admit that they are engaged in exploratory work because they have endorsed a gentleman’s agreement to refrain from mineral exploration or exploitation’. (1983 *apud* CURTIN et al., 2004).

b) Minerais:

Tanto África quanto a América Latina contêm uma valiosa presença de minerais que os tornam bastantes atrativos aos investimentos estrangeiros. O continente africano ocupa entre a segunda e a primeira posição em reservas mundiais de bauxita, cobalto, manganês, metais de platina, rutilo, cromita. Em 2014, a participação da África no volume de exportação de diamante ficou em 52,8%. Desse montante, os principais países foram África do Sul (12%), Congo (23%), Namíbia (3%) e Angola (14%). A significativa quantidade de columbita-tantalita na República Democrática do Congo garante aos investidores maior produção no setor de equipamentos eletrônicos. Gana, Uruguai, África do Sul, Argentina e Congo são relevantes produtores de ouro. Dos 55 a 75 bilhões de toneladas de bauxitas estimadas em 2017, 21% foram produzidos na América do Sul e Caribe, sendo Venezuela e Brasil importantes representantes (U.S. GEOLOGICAL SURVEY, 2017b). Serra Leoa, Maurítânia, África do Sul, Venezuela, Brasil e Libéria concentram a produção de minério de ferro. Gabão e África do Sul também produzem quantidades significativas de urânio essencial para a energia nucle-

ar (MCDANIEL *et al.*, 2012a; U.S. GEOLOGICAL SURVEY, 2017a; U.S. GEOLOGICAL SURVEY, 2017c).

Quanto ao potencial mineral na Antártica é possível identificar vestígios em quase todo o território, principalmente em áreas sem o revestimento de gelo (280 mil km²). De maneira geral, no continente é estimado a presença de prata, cobre, ouro, níquel, minério de ferro, cromo, cobalto, molibdênio, zinco, chumbo, manganês, titânio, níquel, lata e urânio. Na região norte do continente, *Massif de Dufek*, há um mineral de extrema importância para a economia mundial, a platina. Essa área se tornou de grande interesse para a Argentina, Chile e Reino Unido. Reservas de carvão também estão presentes (CURTIN *et al.*, 2004; WRIGHT; WILLIAMS, 1974).

Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados têm direito a incluir na sua soberania o mar territorial (12 milhas) e uma zona econômica exclusiva (200 milhas). O que resta dos oceanos é uma área internacional do fundo do mar que recebe uma regulamentação particular. Já que não está sob a jurisdição de nenhum Estado, os recursos dessa região constituem o patrimônio comum da humanidade (INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, 2017). Os fundos marinhos são ricos em recursos minerais e possuem compostos de nódulos polimetálicos (níquel, cobalto, ferro, manganês, cobre), crostas de cobaltíferas (manganês enriquecidas por cobalto) e sulfetos polimetálicos (ferro, zinco, prata, ouro e cobre). Atualmente, essas áreas têm sido reivindicadas por muitos países como Inglaterra e Alemanha e atraído atenção da China, EUA, França, Japão, Rússia, Austrália e Coreia do Sul. No Atlântico Sul, podem ser encontrados sulfetos polimetálicos próximos ao arquipélago de São Pedro e São Paulo, os nódulos polimetálicos perto da Ilha de Trindade e as crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (MARTINS; BARBOZA; ROSA, 2006).

c) Recursos Hídricos:

A água doce é um recurso natural indispensável à vida humana da qual já se prevê a sua diminuição e a tendência de intensos conflitos pelo seu controle nas décadas futuras. Apenas 2,5% da água existente no mundo pode ser usada para consumo, sendo a América o continente com a maior parcela (45%) de água doce (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2003). No ranking dos países com maior presença de recursos hídricos está o Brasil, em primeiro lugar (THE WORLD BANK, 2015). A América do Sul constitui 28% dos recursos de água doce mundial e é onde se localiza também algumas das maiores bacias hidrográficas como o rio Amazonas, o rio Orinoco e o rio da Prata. Além do Brasil, a Colômbia ocupa o terceiro lugar entre os dez países como maior quantidade de água. A área colombiana

do Chocó, por exemplo, recebe mais de 800 cm de chuva anualmente. Há uma desigualdade quanto à distribuição de água no mundo. Sabe-se que a população que habita a América do Sul corresponde apenas 6% da população mundial, no entanto, é a que mais detém da quantidade desse recurso. Por fim, não se pode negligenciar também a importância das águas subterrâneas do aquífero Guarani que possui uma extensão de 1.200.000 km² (GLOBAL WATER PARTNERSHIP, 2012).

O continente africano também possui alguns dos maiores rios do mundo. Os rios Congo e Níger são de extrema importância para economia e energia local (MAÑE, 2005). É nesse continente em que está o maior rio do mundo, o Nilo. Um dos maiores lagos de água doce na África é o Chade que engloba regiões da Nigéria, Camarões e do Chade. O rio Zambeze constitui a terceira maior bacia hidrográfica, localizada no sul do continente. Já o rio Okavango é um dos maiores deltas do mundo e passa por Angola, Namíbia e Botswana (ALAO, 2007).

Além do consumo doméstico, industrial e agrícola, o potencial hídrico é importante na atividade pesqueira. Os países da costa ocidental africana são os maiores produtores. A Namíbia e África do Sul exportam cerca de 80% da produção por ano. A África, no geral, chega a exportar o valor de 2,7 bilhões de dólares em produtos pesqueiros por ano (MCDANIEL *et al.*, 2012a). As ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Ilhas *Sandwich* do Sul possuem uma das espécies mais exploradas, a *Patagonian toothfish*. A costa das ilhas Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha é rica em espécies de atum (MARECOL, 2017).

A Antártica é o continente onde se concentra a maior quantidade de água doce do mundo, sendo que na cobertura de gelo pode ser encontrado cerca de 90% desse recurso no estoque total. A técnica de utilização de icebergs para abastecimento de água pode ser um mecanismo para as décadas futuras na questão da segurança da água. Esse método seria mais eficiente em vista da maior produção de água e do custo mais baixo do que a própria prática da dessalinização. Ademais, o potencial energético dos icebergs produzido renderia muito mais visto que um milhão de toneladas de iceberg pode corresponder ao equivalente a 100 megawatts durante três anos (CURTIN *et al.*, 2004). A região também é notável quanto às atividades pesqueiras. No passado, houve uma grande exploração da pesca de baleias, peixes e focas. Contudo, ao longo dos anos foram surgindo regulamentações para o controle e a conservação ambiental. Hoje, um das pescas mais importantes é da espécie *Patagonian and Antarctic Toothfish* e a maior procura desses peixes na Antártica se deve ao esgotamento no hemisfério norte e próximo à costa chilena. Entre as ilhas Malvinas e a Antártica existe uma zona rica em *zooplâncton* conhecido como *Krill*. Esse organismo aquático tem sido relevante para a indústria farmacêutica, é rico em proteína e serve de alimento para os peixes. A prática

da bioprospecção no território, que é a exploração do ambiente marinho e materiais biológicos, também é atrativa para o desenvolvimento de produtos no setor agroquímico, de cosméticos e farmacêuticos (CURTIN *et al.*, 2004).

d) Terra, Produtos Agrícolas e Florestais:

A abundância florestal africana chega a significar 0,8 hectares por pessoa enquanto a margem global repousa em 0,6 hectares por pessoa, sendo a África Ocidental e Central as zonas que mais contribuem para nisso (MCDANIEL *et al.*, 2012a). No entanto, há um precário gerenciamento quanto ao cultivo de terras para agricultura. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), 40% das terras não cultivadas são avaliadas em boas condições para a plantação. Assim como o recurso da água, as terras serão motivos de competição no futuro, sendo a África e América Latina regiões de maior concentração de terras férteis mal aproveitadas (ALAO, 2007). O continente sul americano, que corresponde a 13% da área terrestre do mundo, também abriga a maior floresta tropical. Na Amazônia se extraem muitas espécies de árvore de alto valor como mogno e palissandro. A América do Sul possui 21,6% de terras agrícolas cultiváveis (MCDANIEL *et al.*, 2012b; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2014).

3.2 Ameaças de Segurança

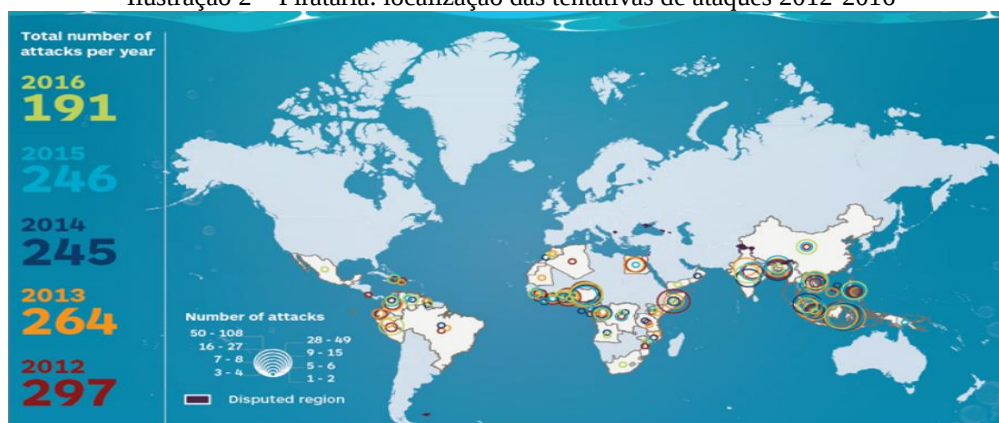
À medida que novas fontes de recursos naturais no Atlântico Sul são evidenciadas, a região cada vez mais se torna vulnerável às ameaças e à influência de agentes estatais e não-estatais. Os recentes desafios à segurança marítima têm envolvido conflitos de natureza assimétrica e irregular tais como o aumento das práticas ilegais, da pirataria, do narcotráfico, de grupos armados e do terrorismo que exigem medidas de combate conjuntas dos Estados e instituições em geral. Os crimes transnacionais marítimos acabam custando cerca de 2 bilhões de dólares por ano para a África Ocidental, por exemplo (ANYIMADU, 2013). A segurança marítima compreende, portanto, a utilização de instrumentos preventivos e responsivos para salvaguardar a liberdade dos mares, preservar a fluidez do comércio global e proteger os recursos marinhos (FELDT; ROELL; THIELE, 2013). Contudo, é notório que os mecanismos de defesa e segurança implementados no Atlântico Sul ainda possuem lacunas e falhas que dificultam a resolução das problemáticas transnacionais. A proposta desta parte textual da pesquisa é mapear as ameaças mais frequentes da região que podem, direta ou indiretamente, afetar

os interesses econômicos e políticos dos membros da OTAN, em especial, a segurança energética:

a) Pirataria:

No Atlântico Sul, a região mais afetada pela pirataria é a África Ocidental, especificamente no Golfo da Guiné (ver Ilustração 2). No período de 2006 a 2007, ampliou o número de ataques às embarcações de 12% para 24% no Golfo da Guiné, segundo a Organização Marítima Internacional (OSMANOV, 2016). A prática em mar territorial (2 milhas) passou de 5 para 31 incidentes. Já em alto mar, ou seja, fora da jurisdição estatal, o número cresceu dez vezes. A longa distância da costa permite que os piratas tenham mais tempo para realizarem os saques em embarcações e transferirem as cargas. Mais tarde, no período entre 2010 a 2012, os casos de pirataria avançaram de 39 para 62 (KAMAL-DEEN, 2015). Durante o primeiro semestre de 2013, foram noticiados 31 incidentes na costa ocidental africana, sendo que, só nos primeiros três meses, 15 casos já tinham ocorrido no Golfo. A pirataria não é apenas uma ameaça regional; a preocupação evoluiu a nível global. São estimados que 40% e 30% das importações europeias e norte-americanas, respectivamente, de produtos petrolíferos passam por ano pelo Golfo. (ANYIMADU, 2013). Todavia, esses registros não abrangem a totalidade dos casos de ataques na África Ocidental. Mais de 60% não são oficialmente computados (HOLMGREN, 2014).

Ilustração 2 – Pirataria: localização das tentativas de ataques 2012-2016



Fonte: Fairplay (2017)

Sob uma análise comparativa dos riscos e da dimensão dos ataques de pirataria no Golfo da Guiné, a Nigéria, Togo e Benin estão entre as áreas costeiras consideradas de maior perigo. Em virtude de ser o principal produtor de petróleo bruto na região, os ataques próximos à costa da Nigéria constituem cerca de 80% dos casos no Golfo. Além do petróleo, a atividade da pesca também se torna vulnerável à pirataria. Entre 2003 e 2008, os ataques às em-

barcações de pesca fizeram com que a indústria nigeriana perdesse cerca de 600 milhões de dólares ao ano em suas exportações (MURPHY, 2013).

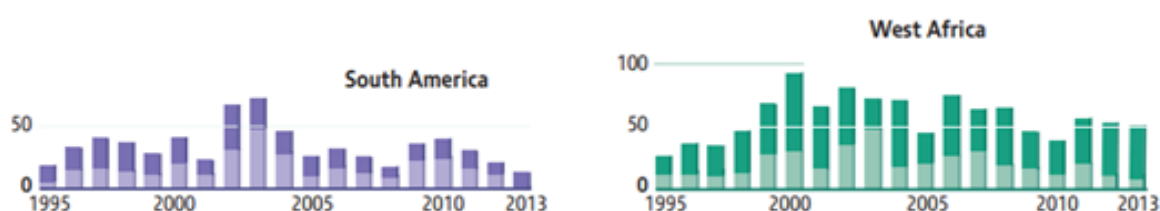
Como exemplo do elevado potencial armado dos piratas, em 2006, o sequestro do petroleiro russo *Shkotovo*, perto da costa da Guiné, envolveu a utilização de rifles automáticos e granadas com propulsão a foguete portátil. Em muitas das operações também são usadas lanchas para garantir a rapidez dos saques (KAMAL-DEEN, 2015). Além disso, a pirataria na região possui vínculos com grupos armados como o *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND), um grupo insurgente que tem atacado plataformas de petróleo *offshore*, sequestrado embarcações em áreas portuárias e ameaçado as atividades e fluxos de petróleo (VREY, 2010).

No âmbito da segurança regional, há problemas estruturais que intensificam a prática desse crime transnacional. Geralmente, os países da região não possuem um sistema de policiamento e vigilância adequados para o combate à pirataria. Há a ausência de radares de vigilância, de torres de controle e um número insuficiente de pessoal. Diante do contexto interno, assim como na Nigéria, a Angola dispõe de elevada desigualdade na composição das forças militares. Em média, o Estado nigeriano dispõe de 62 mil de pessoal para o exército em detrimento de apenas 8 mil para a marinha. Em Angola e Gana, esse número é ainda menor, apenas cerca de mil funcionários estão envolvidos na marinha (MUSAH, 2009; KAMAL-DEEN, 2015). Os casos de pirataria podem ser remetidos aos centros de coordenação nacional de crimes ou ao Centro de Relatório de Pirataria do IMB (*International Maritime Bureau*). No entanto, há uma crise de confiança nas agências nacionais responsáveis. No quadro da *Nigerian Maritime Administration and Safety Agency* (NIMASA), por exemplo, essa agência recebe inúmeros incidentes de ataques que abrangem a costa de Benin a República Democrática do Congo. Contudo, segundo Anyimadu (2013), a NIMASA possui um contrato de segurança marítima com uma empresa de propriedade do ex-líder (Ekpemupolo) do grupo armado MEND.

Do outro lado do Atlântico, as incidências de pirataria na América do Sul são relativamente menores quando comparadas as outras regiões do mundo. Geralmente, as atividades ilegais são realizadas em portos e mais próximo à costa. Diferente do que é habitual na África Ocidental, como o grande número de sequestro de embarcações, na América do Sul é mais frequente saques de objetos de valor da tripulação, principalmente em iates, roubos de motores e algumas cargas. No período entre 2006 a 2013, ao todo, 216 casos foram noticiados na América do Sul e Caribe (UNITED NATIONS INSTITUTE FOR TRAINING AND RESEARCH, 2014). Esse crime transpassa pelas águas de domínio da Venezuela, Guiana e Brasil.

Em 2009, em Fortaleza, quatro homens em uma embarcação tentaram roubar um petroleiro ancorado no porto da cidade (CENTRO marítimo faz mapa de ataques de piratas e relata caso no Brasil, 2009). A média de casos no Brasil, desde 2004, tem sido 3,7 por ano. Entre 2001 a 2003, atingiu o maior número de incidentes na Venezuela e Colômbia em virtude do cenário de recessão econômica (MARITIME PIRACY EVENT & LOCATION, 2015). Recentemente, em 2016, 27 incidentes foram relatados ao todo na América do Sul, América Central e Caribe, incluindo ataques a navios de tripulação, petroleiros, embarcações de pesca e de combustível (OCEANS BEYOND PIRACY, 2016).

Ilustração 3 – Comparativo da Incidência de Pirataria



Fonte: United Nations Institute For Training and Research (2014, p.06)

b) Pesca ilegal:

Caso a exploração demasiada do ecossistema marinho continue, a tendência será a crise de esgotamento do estoque de peixes. Nos últimos 50 anos, a quantidade de peixes global reduziu para a metade. Entre as diversas embarcações presentes no Atlântico Sul, é notável que a maioria pertença à China (45%), seguidos de Taiwan (20%), Coreia do Sul (17%) e Espanha (13%) (SCHVARTZMAN, 2016). Todavia, grande parte da pesca chinesa não é apenas para consumo interno, as espécies marinhas de elevado valor são selecionados pelos chineses e comercializados com a Europa, Japão e EUA também. Geralmente, para desviar da jurisdição limitada, muitas embarcações asiáticas operam com a bandeira de outro país. Uma das regiões mais afetadas por essa atividade é a África Ocidental. Todo ano é estimado que 1,5 bilhões de dólares sejam perdidos devido à pesca irregular na região. Na costa que liga Senegal a Nigéria, mais de 50% dos recursos de pesca foram explorados acima do nível sustentável (DANIELS *et al.*, 2016).

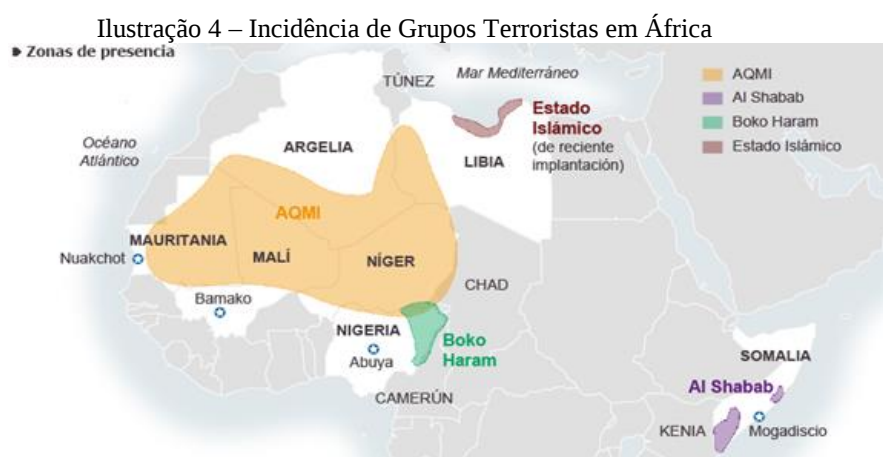
A preocupação no Atlântico Sul é a presença cada vez maior de navios estrangeiros sem licença de pesca e a utilização de redes ilegais em áreas proibidas pela jurisdição. A África Ocidental possui um sistema de monitoramento insuficiente para garantir a segurança costeira. Em 2009, das 104 embarcações que estavam presentes na costa da Guiné, 53 operavam com a pesca ilegal. Além disso, países europeus e os EUA importam grande quantidade de

peixes originados da pesca irregular (DANIELS *et al.*, 2016). As embarcações de pesca prejudicam boa parte do ecossistema com o lixo despejado em mar. Durante anos, o Uruguai e Argentina presenciaram a exploração excessiva da pescada *Merluccius Hubbsi* o que limitou a capacidade da espécie. Nessa região, a presença chinesa também é bastante considerável. Em 2016, uma embarcação chinesa, *Lu Yan Yuan Yu*, operando ilegalmente nas águas costeiras argentinas, recebeu disparos da Guarda Costeira para impedir a sua fuga (SANCHEZ, 2017).

As ilhas britânicas dispostas no Atlântico Sul tais como as Malvinas, Ascensão, Tristão da Cunha e Santa Helena, também estão suscetíveis à exploração predatória da pesca. Em 2004, por exemplo, duas embarcações não identificadas navegavam dentro das 200 milhas soberanas da ilha de Ascensão com o propósito de implantar ganchos para captura da espécie de atum (SMALL ISLANDS VOICE GLOBAL FORUM, 2004).

c) Grupos Militantes e Terrorismo:

Há considerável identificação de grupos terroristas no contexto interno da África Ocidental (ver Ilustração 4). Dentro desse conjunto salienta-se a atuação da Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), do *Boko Haram*, de *Ansar Al-Dine*, de *Ansaru*, do Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO) e do Movimento Nacional para a Libertação de Azauade. O terrorismo se espalhou desde a região do Sahel, passando pela costa africana do Atlântico Sul e chegando ao Mar Vermelho. No continente, há dificuldades de alguns Estados em monitorar e controlar a extensão de seu território e porosidades das fronteiras (FATF; GIABA, 2013).



Fonte: Clemente (2015)

As táticas utilizadas por esses grupos são diversas a fim de causar impacto regional e global. Em 2011, na Mauritânia, o grupo AQIM atacou uma base militar. No mesmo ano, em Abuja, *Boko Haram* planejou um ataque suicida em um prédio das Nações Unidas, provocando a morte de 23 pessoas e grande repercussão internacional. Em 2013, os membros de *Ansa-*

ru foram responsáveis pelo sequestro de sete estrangeiros que trabalhavam em uma empresa de construção civil no estado de Bauchi. Em resposta a operação militar britânica e nigeriana para libertá-los, os trabalhadores foram executados pelo grupo. Em 2015, a mandado do grupo *Boko Haram*, duas mulheres realizaram ataque suicida em umas das mesquitas perto da fronteira entre Camarões e Nigéria (ONUOHA; EZIRIM, 2013; NKWI, 2015). Desde julho de 2009, *Boko Haram* já provocou a morte de cerca de 17 mil a 20 mil pessoas (RAY, 2016). As áreas de maior atuação desse grupo são Camarões, Níger, Chade, Nigéria e República da África Central (OLAJIDE; ADESHAKIN, 2016).

Há indicações de que os grupos terroristas mantêm vínculos entre si na região e com organizações de outras localidades. Isto para compartilhar táticas militares e equipamentos. O documento de inteligência da Nigéria, por exemplo, relatou parcerias entre AQIM e membros da organização de *Boko Haram*. O líder *Abd al-Malik Droukdal* (AQIM) contribuía com treinamentos e materiais militares. Também se especula a possibilidade de *Boko Haram* manter contato com o grupo terrorista somali, *Al-Shabaab*. Em 2011, através dos documentos confiscados na instalação de Osama Bin Laden, foram descobertas ligações entre *Al Qaeda* e *Boko Haram*. Esses grupos realizavam treinamentos conjuntos e promoviam o intercâmbio de armas. Além disso, as técnicas de fabricação de bombas utilizadas por *Boko Haram* se assemelham as da *Al Qaeda* (ESEOGHENE; EFANODOR, 2016).

O roubo de petróleo e a pirataria marítima no Golfo da Guiné são especulados como relevantes fontes de financiamento das organizações terroristas. Sendo a Nigéria um dos países que mais lucrou com a venda de petróleo na região, não é mera coincidência o alargamento das atividades terroristas no país (ONUOHA; EZIRIM, 2013). Através do comércio também podem realizar a lavagem de dinheiro e o faturamento desleal de importação e exportação, revelando a grande lacuna no controle de registro de empresas. Em 2011, um dos casos identificados envolvia um membro do *Boko Haram* como dono de uma empresa de telecomunicação na Nigéria cuja parte do lucro servia a organização terrorista (FATF; GIABA, 2013).

Outro desafio presente na África tem sido a atuação de grupos insurgentes armados na região. Em 2005, o MEND surgiu com o propósito de reivindicar direitos de participação nas receitas de petróleo. Embora o local ofereça elevado lucro aos empresários e as elites políticas envolvidas na exploração de petróleo, a grande parcela da população fica à margem da riqueza extraída, conduzindo ao surgimento de grupos militantes como o MEND (MURPHY, 2013). Com a finalidade de interromper os fluxos operacionais de distribuição dos recursos energéticos, o grupo tem usado táticas de ataques às instalações de petróleo, a oleodutos e plataformas *offshore*. Em 2007, o MEND foi responsável por obstruir o funcionamento dos equi-

pamentos de perfuração móvel de petróleo, prejudicando a produção na Nigéria. Há também especulações de seu envolvimento com organizações terroristas como AQIM, *Ansar Al-Dine*, MUJAO e *Boko Haram* (KAMAL-DEEN, 2014).

Do outro lado do Atlântico, também há o envolvimento de grupos militantes em relação à reivindicação de direitos e mudanças políticas. Na Colômbia, a formação do Exército da Libertação Nacional (ELN), das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército Popular da Libertação conduziu a um ambiente de disputas em relação ao governo e a um cenário de grande violência interna. A partir de 1980, o grupo se expandiu e se fortaleceu, ganhando enorme repercussão a nível internacional. Isso, principalmente após adotarem táticas de guerrilhas mais ativas como sequestros, ataques às instalações governamentais e infraestruturas relevantes para sociedade como as plataformas e empresas de petróleo e gás. Por consequência, europeus e norte-americanos começaram a qualificar tais ações como atos terroristas com o intuito de promover maior impacto global. Em 2015, a ELN também havia se envolvido em ataques a oleodutos. No final dos anos 2000, os EUA conseguiram implementar o Plano Colômbia que legitimou a intervenção norte-americana no país. (PEREIRA, 2015). Hoje, com a assinatura do acordo de paz em 2016, ficou estabelecida a desmobilização das FARC. Todavia, ainda é muito cedo para dimensionar os resultados definitivos desse acordo.

d) Tráfico de Drogas, Pessoas e Armas:

O Atlântico Sul se tornou uma importante via para a comercialização ilícita de drogas, armas e pessoas. Devido à proximidade e o fácil acesso marítimo e aéreo, o narcotráfico colombiano e outros cartéis latino-americanos tem utilizado a África Ocidental como ponto de trânsito para a alta demanda europeia. As principais vias marítimas com destino a Europa passam pelo Caribe e Açores, chegando à Portugal e Espanha. Há também a rota que parte da América do Sul, atravessa Cabo Verde e as Ilhas da Madeira e Canárias. E por fim uma das rotas que tem sido bastante usual sai da América do Sul em direção à África Ocidental para depois assim chegar a Europa via Portugal e Espanha (LUENGO-CABRERA; MOSER, 2016).

No continente africano, em países como Cabo Verde, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal, Gâmbia e Mauritânia já foram apreendidos cerca de seis toneladas de cocaína distribuídos em portos, águas territoriais e aeroportos. O comércio triangular ilícito (América-África-Europa) é facilitado pela associação entre redes criminosas latino-americanas (Venezuela, Colômbia, Brasil) e africanas (MUSAH, 2009). A organização criminosa colombiana

de *Valencia-Arbelaez*, por exemplo, tem mantido amplas ligações com o narcotráfico na Guiné-Bissau. A situação caótica no país, depois do golpe em 2012, permitiu que os militares da Guiné-Bissau se envolvessem cada vez mais com o tráfico de cocaína. O próprio chefe das forças armadas, António Indjai, autorizou o fornecimento de armas para as FARC em troca de cocaína. O oficial também se dispôs a proteger a rota de transporte da droga em seu país para o destino europeu. O cultivo da coca é originado, normalmente, na Colômbia, Peru e Bolívia e transportado do Brasil para a Guiné-Bissau (HOFFMAN; LANE, 2013).

Para obter o livre trânsito de drogas na África, as organizações do tráfico também mantêm vínculos com os grupos terroristas. Estes se responsabilizam em facilitar o acesso das rotas e em troca o comércio da droga também se torna uma fonte de financiamento para suas atividades. Membros do AQIM, por exemplo, lucram com o tráfico ao impor taxações de comboios de drogas que atravessam seus territórios. Em 2009, um avião que partiu da Venezuela foi encontrado no nordeste de Mali. As autoridades do país acreditam que havia em torno de 5 a 10 toneladas de cocaína cujo lucro contribuiria com as operações dos grupos terroristas (HOFFMAN; LANE, 2013).

Brasil e Venezuela compõem alguns dos principais centros de trânsito de drogas que se destina a Europa e EUA. Do total de cocaína exportada para fora da América do Sul, 15% passam pelo Brasil. Ademais, dentro do exército venezuelano acredita-se que o grupo *Cartel of the Suns* mantém contato com as organizações colombianas para facilitar o comércio ilícito entre os dois países (WIGELL; ROMERO, 2013). Na Colômbia, grupos como as FARC e ELN foram responsáveis pela grande parte do tráfico de drogas no país. O lucro desse comércio fez com que as FARC expandissem o número de seus membros de 6000, em 1982, para 20.000 nos anos 2000. As FARC também mantinham vínculos com os cartéis mexicanos de Tijuana e outros narcotraficantes no Brasil. Cerca de 200 toneladas, em 2000, foram exportadas da Colômbia para o Brasil por meio da cooperação entre essas redes criminosas (OTIS, 2014).

O Atlântico Sul também é um espaço que compreende um grande número de casos ligados ao tráfico humano. Muitas das vítimas encontradas na Europa vieram de países da África Ocidental, como Gana, Camarões, Nigéria, Guiné e Serra Leoa. Em 2014, 7% das vítimas identificadas na Irlanda, França, Alemanha, Espanha, Itália, Bélgica, Reino Unido e Escandinávia eram nigerianos (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2016). Ademais, esse comércio entre a África e a Europa pode gerar um lucro de cerca de 300 milhões de dólares por ano (SAWADOGO, 2012). Gana, por exemplo, é um dos principais países de trânsito de mulheres nigerianas com destino ao continente europeu, principalmente com

o objetivo de exploração sexual. Já as crianças saem da Nigéria com o desígnio de serem exploradas para o trabalho forçado doméstico em países europeus e do Golfo e também para a exploração sexual na Espanha e França (FONG, 2004).

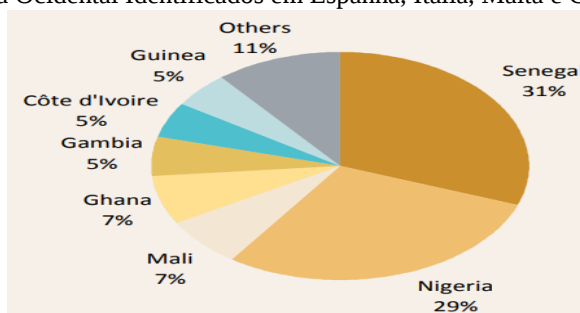
Em virtude da existência de intensos conflitos armados na África, o tráfico humano também serve como repositor de combatentes. Ou seja, muitas das vítimas do tráfico são recrutadas com o propósito de atuarem na luta entre grupos armados ou auxiliar operacionalmente. Entre 2010 e 2013, relatou-se 4.194 casos em que crianças traficadas foram submetidas a servirem como combatentes, escravas sexuais e cozinheiras atuando dentro do grupo armado na República Democrática do Congo. O ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, foi condenado por praticar violações aos direitos humanos durante a guerra civil na Serra Leoa ao planejar a utilização de crianças como combatentes e escravas sexuais. No período de sua vigência entre 1996 e 2002, registou-se 2.200 jovens sequestrados para esses fins. O grupo *Boko Haram* também envolve crianças do norte da Nigéria em suas operações de ataques suicidas. Entre 2014 e 2015, por exemplo, essa parcela da população foi utilizada em quase 20% dos ataques. O grupo também retém esses jovens com o intuito de poder gerar lucro com a venda destinada a casamentos forçados e a escravos sexuais (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2016).

Cerca de 250 mil vítimas do tráfico na América Latina estão vinculadas ao trabalho forçado. Os países europeus que mais recebem as vítimas sul-americanas para fins de exploração sexual e mão-de-obra são Itália, Espanha, Portugal, França, Áustria, Holanda e Alemanha. No período entre 2004 e 2005, cerca de 45 mil colombianos e 70 mil brasileiros podem ter sido vítimas do tráfico humano e explorados para o setor de prostituição na Europa. Em muitos casos, estão envolvidas organizações criminosas europeias que mantém a cooperação com os grupos locais do continente americano para a funcionalidade do fluxo de pessoas. Os EUA também recebem um significativo contingente para trabalho forçado, com uma média de 14.500 a 17.500 de latino-americanos. Os principais países de origem são Brasil, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Suriname (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010).

Na América do Sul, dentro das vítimas negociadas, 40% representam a parcela de crianças no período de 2012 a 2014 (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2016). Na Colômbia, registros mostram o recrutamento de crianças por grupos armados para servirem de combatentes e informantes. Em torno de 14 mil já foram traficadas para lutar no conflito armado (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010).

O crescimento da imigração irregular, por sua vez, tem sido vista como um problema para os europeus e norte-americanos nos últimos anos. Em virtude da grande instabilidade econômica e social, dos conflitos internos no território, grande parte do fluxo migratório a Europa constituem de africanos. Dos migrantes irregulares identificados no continente europeu, 9% originaram da África Ocidental (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013a). Os países europeus de maior referência de destino incluem França, Reino Unido, Itália, Portugal, Espanha, Holanda. Geralmente, o migrante tem uma tendência em buscar países que foram ex-metrópole no período colonial, como é o caso dos dois terços a três quartos dos migrantes que vivem na França que vieram de Benim, Chade, Mali e Gabão. Os EUA e Reino Unido recebem um grande fluxo de cidadãos de Gâmbia enquanto Portugal tem recebido migrantes de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (HAAS, 2008).

Ilustração 5 – Migrantes da África Ocidental Identificados em Espanha, Itália, Malta e Grécia, 2008-2011



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2013a, p. 26)

Há variadas rotas de migração internacional utilizadas pelos africanos para alcançar a Europa (ver Ilustração 6). Em 2010, cerca de 16 mil migrantes irregulares chegaram através da via marítima. O Oceano Atlântico é bastante utilizado pelo fluxo da África Ocidental a Europa. Só entre 2005 a 2006, em Mali, 6.505 imigrantes irregulares foram apreendidos ao utilizarem o atlântico (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2006). Muitas pessoas direcionam-se a Mauritânia e a Senegal onde conseguem embarcações para chegar as Ilhas Canárias (território espanhol). Também há a via de deslocamento pelo Estreito de Gibraltar, pelo Mediterrâneo até Itália ou Grécia e pelos enclaves espanhóis (Ceuta e Melilha). Muitos migrantes irregulares saem também da África Ocidental até o Egito, atravessando o mar para chegar à Grécia (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013a).

Ilustração 6 – Rotas de Migração



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2013a, p. 25)

O significativo conjunto do comércio ilícito de armas também tem se tornando uma preocupação regional e internacional. Na África, por exemplo, mais de 50% das armas utilizadas fazem parte das atividades do crime organizado, de grupos terroristas, de insurgentes, de roubos e para fazer oposição política. Além disso, o excedente de armas contribui para o fomento do tráfico de recursos naturais (petróleo, minerais, principalmente), pois facilita o contrabando e as operações de roubo (KEILI, 2009).

Durante a Guerra Fria, houve um significativo fornecimento externo (do Pacto de Varsóvia e países europeus) de armas para o continente africano, resultado das guerras civis e, mesmo após o fim desses conflitos, as armas permaneceram na África e propagaram-se para diversas regiões. As armas utilizadas também em crises recentes têm sido transferidas para os países vizinhos. Depois de 1999, por exemplo, parte do armamento utilizado em Burkina Faso foi repassada para a Frente Revolucionária Unida da Libéria e da Serra Leoa. Mais tarde, no governo de Gaddafi houve a construção de um enorme arsenal de armas de fogo estimadas em mais de 450 mil e 22 mil sistemas de defesa aérea portáteis. Prevê-se que cerca de 12 mil dessas armas e 400 sistemas de defesa aérea podem ter sido traficados (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013b). Do total de armas encontrado na África Subsaariana, 40% estão na África Ocidental (AKLAVON, 2014).

Em alguns casos, há a facilidade de roubo do estoque militar nacional para venda no mercado ilícito. Em outros, os próprios policiais e militares alugam e vendem as armas para os civis já que a maior parte do armamento não possui registro. Na Nigéria, entre 2000 e 2006, apreenderam-se seis soldados que vendiam em torno de 7 mil armas pequenas para os grupos locais do Delta Níger. Em virtude da extensão da sua costa atlântica, há uma preocupação nigeriana quanto o tráfico através do transporte marítimo. Em 2010, treze contêineres de armamentos, que iam servir ao contrabando, foram interceptados (IKELEGBE, 2014).

Em países como Gana há intensa produção de armas internas realizadas por artesãos locais e que acabam as envolvendo no tráfico ilegal. Em 2004, aproximadamente 34% das

armas ilícitas no país foram fabricadas localmente. O armamento utilizado nas missões de paz também serve como fontes do tráfico. Há relatos que os soldados de Gana permaneceram com as armas de combate das missões e ao retornarem ao seu país as remontaram para a venda (OHENE-ASARE, 2014). Ademais, muitas das armas ilícitas usadas na África vêm de países europeus, da China e Israel. Na região do Delta do Níger, identificaram-se armas russas (AK-47), alemãs e belgas pagas através do fornecimento de petróleo roubado (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013b).

A América do Sul também recebe um grande fluxo de armas pequenas e leves e possui um dos maiores excedentes globais (KARP, 2009). Hoje, além dos EUA, Alemanha, Bélgica, Itália, Rússia, República Checa, Espanha e África do Sul constituem importantes fornecedores de armas para a região. A nível regional, Brasil, Argentina e Chile são alguns dos maiores produtores e exportadores para a América Latina. Todavia, parte desse comércio interno e externo é destinado ao mercado ilícito. Segundo os dados, indentificaram-se 14 rotas do tráfico no Brasil, 21 rotas na Venezuela e 37 que ligam Colômbia e Panamá. A fronteira Brasil, Argentina e Paraguai é uma das vias mais conhecidas (STOHL; TUTTLE, 2008). O vínculo entre o comércio ilícito da droga e de arma pode servir como mercadorias de troca entre si por redes de organizações criminosas. Conforme os dados de 2009, a Argentina possuiu entre 700 mil a 2 milhões de armas ilegais e no Brasil foi avaliado um total de 4,4 milhões. No Uruguai a porcentagem de armas não registradas dos estoques judiciais chegou a atingir 48% (KARP, 2009).

Brasil e Venezuela constituem importantes rotas do tráfico de armas pequenas para a Colômbia. Pouco menos da metade das armas ilegais chegaram em território colombiano através de aeronaves vindas do Brasil (CRAGIN; HOFFMAN, 2003). Há acusações de que a Venezuela serve como um meio de desvio ilegal de armas para os guerrilheiros na Colômbia. É possível que militares simpatizantes venezuelanos tenham fornecido munições e armas. Entre 1995 a 2000, informantes colombianos afirmaram que 400 rifles dos grupos armados tinham a identificação das forças armadas venezuelanas. Em 2008, um oficial venezuelano foi apreendido por transferir munições ao grupo ELN (KARP, 2009). Embora o mais recente acordo de paz entre governo e os grupos guerrilheiros prevê o cumprimento do desarmamento, ainda há um grande arsenal de armas escondido e que permanece em território colombiano a ser entregue (MARTÍN, 2017).

3.3 O Desempenho da OTAN no Cenário das Ameaças

O recente Conceito Estratégico da OTAN, como já discutido no capítulo anterior, envolve uma dimensão ampla de riscos e ameaças internacionais. No entanto, não ficou estabelecido uma descrição precisa de como a organização militar pode atuar em cada caso. Sendo assim, garante uma flexibilidade maior as suas ações. As problemáticas retratadas acima, presentes no Atlântico Sul, contemplam o largo escopo de ameaças considerado pelos membros da Aliança. A pirataria, as atividades pesqueiras ilegais e as ações de grupos armados estão vinculadas ao conjunto da segurança energética e marítima. O crime transacional do tráfico de drogas, armas e pessoas, assim como a imigração irregular e a atuação de grupos terroristas também são assuntos abordados pela agenda de segurança da organização. A OTAN tem cada vez mais evitado limitar o seu alcance geográfico de atuação e, portanto, assim que os membros acharem necessário interferir, utilizarão desses desafios para justificar suas operações militares e diplomáticas na região.

Diante do cenário instável quanto à questão da energia global, há uma preocupação cada vez maior das potências ocidentais em diversificar suas fontes e ter fácil acesso às reservas de recursos naturais pelo mundo. De forma geral a problemática da segurança energética é um assunto de responsabilidade estatal, no entanto, a dimensão dos desafios vem exigindo a atuação de instituições internacionais. A UE, por exemplo, se engajou na elaboração de uma agenda que articulasse políticas energéticas. Além da UE e da ONU, há um debate acerca do tipo de envolvimento que a OTAN poderia assumir nos assuntos de segurança energética. Todavia, uma organização militar como esta provoca desconfianças por parte de outros países (Oriente Médio, América Latina, África). Isto porque as vulnerabilidades quanto à escassez de recursos ou a existência de barreiras ao acesso dos membros às essas reservas possam conduzir a intervenção militar da OTAN. Portanto, a organização serviria como um instrumento para proteger os fluxos e as fontes de abastecimento (GALLIS, 2007; MONAGHAN, 2006).

A necessidade de alguns membros em querer incluir a OTAN no apoio da segurança energética se deve a um conjunto de fatores: dinâmica dos preços volúveis do petróleo e do gás natural, da grande demanda e competição global, do aumento das instabilidades em refinarias, oleodutos e usinas de energia causadas por ações terroristas, pela pirataria, por ataques cibernéticos e desastres naturais (NATO, 2015a). É notável como os recursos naturais vêm se tornando uma arma política e objetos de luta armada sob o domínio dos países produtores e dos grupos armados não-estatais para influenciar e alcançar seus objetivos políticos, assim como afirma Moran (2008 *apud* MONAGHAN; 2008, p.02) “possibility that access to ener-

gy resources may become an object of large-scale armed struggle is almost incontestably the single most alarming prospect facing the international system today”’.

A interrupção dos sistemas de fornecimento de energia também acaba trazendo um impacto no funcionamento das operações militares da OTAN que precisam de combustível e recursos para a fabricação dos seus equipamentos. A discussão do senador Richard Lugar e dos autores Stepper e Szálkai (2015) em torno da segurança energética no âmbito da Aliança leva-se a pensar sobre os questionamento de Monaghan (2008): se houver um ataque armado a uma infraestrutura de energia e isso afetar a estabilidade dos Estados membros, o tratamento da questão deveria estar sob os princípios da ação coletiva do Artigo 5º? Segundo o senador norte-americano Richard Lugar:

‘Because an attack using energy as a weapon can devastate a nation’s economy and yield hundreds or even thousands of casualties, the Alliance must avow that defending against such attacks is an Article Five commitment. This does not mean that attempts to manipulate energy for international political gain would require a NATO military response. Rather, it means that the Alliance must commit itself to preparing for and responding to attempts to use the energy weapon against its fellow members.’. (2006 *apud* STEPPER; SZÁLKAI, 2015, p.31).

Todavia, não é ainda um interesse da OTAN em promover a ameaça à segurança energética como um fator de invocação do Artigo 5º do Tratado de Washington. Para Monaghan (2008), o papel que a organização tem assumido nesse escopo ainda é limitado. A proposta é delegar a organização uma função complementar com outras instituições especializadas que atuam se envolvem nas atividades.

Os primeiros indícios institucionais sobre a preocupação em torno dos recursos energéticos no âmbito da OTAN surgiu com a elaboração do Conceito Estratégico de 1999. No período da Guerra Fria, alguns episódios marcaram o receio das potências ocidentais em terem as rotas dos recursos e matérias-primas interrompidas pelos soviéticos, como vimos no Atlântico Sul. No entanto, não havia nos documentos da organização uma medida clara e formulada de como agir nessa situação. Em 1999, também não havia grandes discussões em torno da segurança energética e não tampouco se discutiam as políticas a serem adotadas nessa temática. Por outro lado, já era evidente que as ameaças não resultariam somente de um ataque armado direto aos territórios membros, outras diversas naturezas de ameaças poderiam indiretamente afetar a estabilidade dos membros como o próprio rompimento dos fluxos de recursos vitais (VARWICK, 2008; STEPPER; SZÁLKAI, 2015).

Any armed attack on the territory of the Allies, from whatever direction, would be covered by Articles 5 and 6 of the Washington Treaty. However, Alliance security must also take account of the global context. Alliance security interests can be affected by other risks of a wider nature, including acts of terrorism, sabotage and organised crime, and by the disruption of the flow of vital resources. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1999, grifo nosso).

Mais tarde, final de 2005, após a Rússia ter interrompido estrategicamente por motivações políticas o fornecimento de gás natural para a Ucrânia, o tema da segurança energética voltou a ser debatido no âmbito da Aliança. Em 2006, na Conferência de Riga, ficou determinado explicitamente em uma declaração de que o Artigo 4º, que se refere ao campo das consultas, será utilizado mais regularmente. Isso quando houver a necessidade de analisar os riscos e a natureza das ameaças que afetam a infraestrutura de energia e quando os recursos se tornarem instrumentos de pressão política. Ademais, será um espaço também para que os membros decidam as regiões de interesse que a OTAN pode interferir para garantir a segurança energética. Essa articulação política dentro da Aliança foi principalmente conduzida pelos EUA, na administração Bush, com o apoio do Reino Unido, Polônia e Alemanha. Na época, o secretário-geral da OTAN, Jaap de Hoop Scheffer, também elaborou um discurso em Munique sobre a importância do papel da organização militar nas questões de segurança energética (HLIHOR, 2011; MONAGHAN, 2008; VARWICK, 2008).

We support a coordinated, international effort to assess risks to energy infrastructures and to promote energy infrastructure security. With this in mind, we direct the Council in Permanent Session to consult on the most immediate risks in the field of energy security, in order to define those areas where NATO may add value to safeguard the security interests of the Allies and, upon request, assist national and international efforts. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2014).

A utilização dos recursos como armas políticas no cenário internacional pode vir a se tornar uma estratégia comum e recorrente entre os atores. Em 1973, a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo decidiu reduzir a produção de petróleo e decretou embargo ao envio dessa commodity para os países do Ocidente em virtude dos acontecimentos políticos da Guerra do *Yom Kippur*. Da mesma forma, para se elaborar uma agenda estratégica e ações em torno da garantia de recursos naturais é necessário, em primeira instância, delinear em forma de consenso interno na OTAN o que se constitui como segurança energética. Esse é um conceito flexível a partir das perspectivas de cada país. Segundo a Agência Internacional de Energia a segurança energética é “the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price” (2015 *apud* KAVALIÛNAITË; GENYS; MELCHIORRE, 2016, p.26). Em definição similar, a ONU entende a segurança energética como a proteção com o propósito de impedir a escassez dos recursos energéticos. Na concepção da OTAN, a ideia é salvaguardar as fontes cruciais de fornecimento, de acordo com as palavras do Scheffer, ex-secretário geral da organização.

Em 2008, na Conferência de Bucareste, o papel da OTAN nos assuntos energéticos foi reformulado de forma mais clara através da elaboração do relatório *NATO's Role in Energy Security*. As orientações para o futuro engajamento da organização tinha se pautado em duas

linhas de atuação: a política e a militar. A primeira se refere ao compartilhamento de informações entre países membros e não-membros através da consolidação de parcerias. Além disso, promover a cooperação na questão energética tanto no âmbito regional quanto internacional com o apoio de outras instituições globais. Na direção do viés militar, a ideia é oferecer proteção às infraestruturas críticas de energia, ou seja, aos sistemas e instalações que são essenciais para a produção, armazenamento, distribuição de energia e funcionamento da sociedade. Nestas linhas, a organização precisa estar mais bem preparada no envolvimento com a defesa civil e a gestão de emergências. A OTAN não necessariamente assumirá a liderança das operações em campo, porém, saberá atuar em complementariedade às atuações de outras instituições como a UE. Um ano depois, na Conferência de Estrasburgo e *Kehl*, foi realizado um balanço acerca dos progressos efetivos e adicionado medidas que pudessem melhorar o envolvimento da OTAN. Dessa forma, o relatório *Report on Progress Achieved in the Area of Energy Security* foi elaborado para priorizar aos aliados a busca pela diversificação das rotas e fontes de abastecimento dos recursos energéticos. No mesmo ano, a Rússia tinha interrompido o fornecimento de gás para os países da Europa Oriental, tais como Polônia, Romênia e Hungria (HLIHOR, 2011; MONAGHAN, 2008; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2016b).

Com o estabelecimento do Conceito Estratégico de 2010, a questão energética assumiu oficialmente um espaço na agenda de segurança da OTAN. Para isso, dentro da Divisão de Desafios de Segurança Emergentes, foi destinada uma parte que trata sobre as diretrizes de atuação quanto à segurança energética. O Conceito de Lisboa reforçou o que foi discutido nas conferências anteriores sobre a importância das consultas, do intercâmbio de informações de inteligência entre os aliados, de parceiros globais e a salvaguarda das infraestruturas de energia. O documento reflete também as preocupações futuras das potências ocidentais quanto ao aumento da demanda e, por consequência, da crescente vulnerabilidade em relação às rotas de transporte dos recursos energéticos (OSMANOV, 2016; STEPPER; SZÁLKAI, 2015; KAVALIŪNAITĖ, GENYS, MELCHIORRE, 2016).

All countries are increasingly reliant on the vital communication, transport and transit routes on which international trade, energy security and prosperity depend. They require greater international efforts to ensure their resilience against attack or disruption. Some NATO countries will become more dependent on foreign energy suppliers and in some cases, on foreign energy supply and distribution networks for their energy needs. As a larger share of world consumption is transported across the globe, energy supplies are increasingly exposed to disruption. (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2010)

Uma das motivações dos governos, principalmente europeus, em incentivar o envolvimento da OTAN na segurança energética se relaciona a alta dependência que a Europa pos-

sui com as reservas energéticas russas. Os países que mais se sentem ameaçados pela interrupção do fornecimento russo são os países da Europa Oriental, como Lituânia, Polônia, Estônia e Letônia (GALLIS, 2007). No geral, com dados mais recentes, em 2016, 70% das exportações russas são destinados aos europeus, principalmente petróleo, urânio, carvão e gás. Mais de um terço das importações de petróleo da Europa provem da Rússia (EIA, 2017). A preocupação europeia é de que 80% do consumo da UE de gás russo passa por oleodutos ucranianos que podem ser interrompidos a qualquer momento pela Rússia que mantém o domínio. Estima-se também que até 2030, 40% das importações de gás da União Europeia virão da Rússia (GALLIS, 2007). O que tem sido orientado pela OTAN é a busca de maior diversificação das fontes de abastecimento, conforme Anders Fogh Rasmussen, secretário geral da OTAN, em 2014, afirmou que “We must make energy diversification a strategic transatlantic priority and reduce Europe’s dependency on Russian energy.” (*apud* WUIS, 2016, p.03). Além disso, a infraestrutura energética russa é pouco desenvolvida. Isso afeta a maior produtividade dos recursos e a traz dificuldades na exploração de novas reservas energéticas ao norte (MONAGHAN, 2006).

Diante da desconfiança europeia em relação ao fornecimento de energia russa e o desejo de evitar que a Rússia utilize os recursos a seu favor e exerça pressão política através deles, é orientado um relacionamento de maior cooperação OTAN-Rússia, como ficou previsto no Conceito Estratégico de 2010. O objetivo é que através de uma aproximação harmoniosa haja trocas de informações e experiências que impeçam a interrupção e embargos ao fornecimento de energia e desfaçam o mal entendido entre os dois atores. Por outro lado, a Aliança também possui o interesse em efetivar e aumentar programas de parcerias com países produtores e de trânsito de recursos em várias localidades do mundo para garantir a segurança energética. Exemplos disso, temos o Diálogo do Mediterrâneo (na África), a tentativa de parceria com a Colômbia, com Cabo Verde, entre outros. O programa de parcerias visa auxiliar o país a aperfeiçoar seu sistema de proteção às infraestruturas de energia e responder a futuros desafios vinculados a segurança energética (MONAGHAN, 2006; STEPPER; SZÁLKAI, 2015; NATO, 2011). Através da cooperação militar e política com o seus parceiros, a organização também consegue prever melhor as instabilidades regionais através de mecanismos de monitoramento. Também consegue ter maior influência sobre o controle energético e, por consequência, garantir o fornecimento de energia aos seus membros.

É notório nas últimas décadas o crescimento de ataques terroristas, cibernéticos e de pirataria contra os sistemas de infraestrutura de energia. As subseções seguintes irão delinear brevemente alguns dos arranjos estruturais e operacionais da Aliança que têm sido utilizados

em diversas localidades e que poderiam ser projetados para combater as ameaças de mesma dimensão no Atlântico Sul:

a) Ameaça Cibernética:

Desde o final da década de 1980, são mais recorrentes os ataques cibernéticos contra os sistemas de informação e comunicação das empresas de energia causando danos financeiros e físicos. Hoje, a gestão do fornecimento de energia é realizada através de redes computadorizadas que ficam facilmente suscetíveis às ameaças cibernéticas. As medidas encontradas pela OTAN para tentar amenizar o problema dos ataques é centrar-se em soluções preventivas. Para isso, foi adotada a *Enhanced Cyber Defence Policy*, em 2014, um plano de ação que visa salvaguardar os sistemas de comunicação de propriedade por meio do compartilhamento de conhecimentos, da melhoria de capacidades entre os membros, exercícios conjuntos e reforçar a defesa cibernética de redes e infraestruturas nacionais de energia. Em 2008, a OTAN ajudou no estabelecimento da *Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence* na Estônia, um local para servir como centro de pesquisa e treinamento para as questões de segurança cibernética. Desde 2012, através de uma equipe de especialistas em defesa cibernética da OTAN, os membros podem solicitar ajuda em caso de ataque nacional. Na Lituânia, também foi implantado *NATO Energy Security Centre of Excellence* que fica responsável por fornecer instrução e auxílio sobre segurança energética e cibernética (ŽILINSKAS; TRAKIMAVIČIUS, 2016; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2017a).

b) Ataques de grupos armados:

A presença de petróleo e outros recursos energéticos podem aumentar a vulnerabilidade de uma região como é o caso do Mar Báltico, do Oriente Médio, da África e do Mar Cáspio. As grandes disputas e os ataques de grupos terroristas às instalações de energia atrapalham o acesso às reservas energéticas e o fornecimento de energia para as potências ocidentais, diminuiu o investimento estrangeiro, aumenta o preço do seguro das transportadoras e da própria *commodity*. Os exemplos mais comuns dessas investidas são ataques a caminhões de combustível, bombardeio em gasodutos e oleodutos e agressão aos funcionários envolvidos (HLIHOR, 2011). Todavia, garantir a segurança da infraestrutura de energia crítica é uma tarefa de responsabilidade nacional, logo, o melhor papel a ser atribuído a OTAN nessa situação, segundo Ducaru (2014), é promover a cooperação operacional com os parceiros da região afetada por meio do monitoramento aéreo e marítimo e auxílio às redes de comunicação e inteligência. Ademais, a Aliança envia grupos de especialistas para uma avaliação dos riscos,

ameaças e danos às infraestruturas de energia de um país parceiro ou membro quando assim solicitado.

Diante do combate ao terrorismo, a OTAN possui uma unidade de inteligência específica para ameaças terroristas. Busca treinamentos conjuntos através dos Planos de Ação de Parceria sobre Terrorismo, criado em 2002, e dos Programas de Cooperação de Parceria Individual. A implantação de Centros de Excelência da OTAN nessa área oferece a difusão de conhecimentos para eliminação de explosivos, avaliação dos riscos emergenciais e destruição de armas como os projetos dedicados a Mauritânia, por exemplo (BIRD, 2015).

O que se pode prever para as próximas décadas como ações da OTAN nesse campo é a consolidação do seu envolvimento na capacidade defensiva das instalações, das rotas e usinas de processamento de petróleo, no patrulhamento e na identificação das áreas vitais de interesse dos membros para o envio das operações da Aliança. Os aliados reconhecem que a organização possui uma estrutura de recursos desenvolvida, integrada e flexível, como a *NATO Response Force*, que poderia atuar no gerenciamento de uma emergência civil logo após um ataque ou acidente a uma instalação de energia (HLIHOR, 2011). A ideia também é que a OTAN trabalhe em conjunto com outras instituições especializadas (Agência Internacional de Energia, UE), fornecendo um papel mais complementar e limitado.

c) Segurança marítima:

As operações antipirataria da OTAN têm recebido grande importância no âmbito da segurança internacional em vista da sua capacidade naval expressiva. Em decorrência de um cenário marcado pela rápida disseminação das ameaças em mar, em 2011, foi elaborada a Estratégia Marítima da Aliança que reforça o papel das forças marítimas da organização nas próximas décadas. Nesse documento o objetivo da Aliança é garantir “The maintenance of the freedom of navigation, sea-based trade routes, critical infrastructure, energy flows, protection of marine resources and environmental safety are all in Allies’ security interests.” (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2011). Para isso, as missões e visitas diplomáticas são realizadas por dois Grupos Navais Permanentes que utilizam uma força marítima multinacional e integrada. Essas forças estão sob o comando central da *Allied Maritime Command*, instituída em 2012 e localizada em Northwood, Reino Unido. Além disso, a OTAN também dispõem do Centro de Envio para auxiliar no provimento de comunicação sobre os riscos em mar entre a organização militar e os navios mercantes (WUIS, 2016). As parcerias no âmbito da segurança marítima são de extrema importância para os objetivos da organização. Em 2006, segundo Monaghan (2006, p.05), o exercício militar conjunto em Cabo Verde, conheci-

do como *Steadfast Jaguar*, tinha como finalidade treinar a *NATO Response Force* (NRF) e a servir como um instrumento de proteção às rotas de transporte de recursos "do ponto de origem aos países receptores".

As recentes experiências marítimas da OTAN podem servir como âncora para atividades antipirataria no Golfo da Guiné. Em 2001, em resposta ao episódio do 11 de setembro, a Aliança, por meio da Operação *Active Endeavour*, enviou forças navais com o propósito de monitorar e proteger contra atividades terroristas no Mediterrâneo Oriental. Em 2003, a operação foi expandida para incluir escoltas a navios mercantes. Em 2004, a OTAN ampliou a sua missão para todo o Mediterrâneo com o intuito de adquirir mais informações, rastreamento e respostas mais diretas. A Força de Tarefa *Endeavour* envolve submarinos, embarcações de superfície, aeronaves de patrulha marítima e auxílio dos Grupos Marítimos Permanentes. Além do combate do terrorismo em mar, a organização realizou planos de ação de resgate de civis em plataformas de petróleo atingidas, em situações de emergência de desastres naturais e navios da OTAN navegaram a costa africana em 2007 (NATO, 2010).

Mais tarde, a ONU solicitou o envolvimento da OTAN para deter a ameaça de pirataria no Oceano Índico. A organização, então, institui a Operação *Allied Provider* para proteger os interesses ligados ao comércio e transporte marítimo dos aliados na região, principalmente no Golfo do Áden. A missão contemplou escoltas aos navios do Programa Mundial de Alimentos com destino a Somália e patrulha aos navios mercantes contra ações de pirataria. Nessa operação foram convocados sete navios (Alemanha, Grécia, Itália, Turquia, Reino Unido e EUA) do Grupo Marítimo Permanente, no entanto, apenas participaram três navios da Grécia, Itália e Reino Unido. Essa operação permaneceu até dezembro de 2008. Em 2009, a Operação *Allied Protector*, ainda sob o comando da Aliança, assume a missão de deter atividades de pirataria no Golfo de Áden e fora do Corno da África. Foram envolvidas marinhas do Canadá, Espanha, EUA, Portugal e Holanda. É importante ressaltar que como não há um quadro normativo internacional, os piratas capturados nas operações da Aliança são destinados ao aparato jurídico dos Estados da região. Ademais, também foi delegada a *Allied Protector* a realização de fazer visitas portuárias no Sudeste Asiático (GARRETT; HENDRICKSON, 2009).

A evolução da atividade antipirataria da OTAN se deu com a elaboração da Operação *Ocean Shield* que implicou no desenvolvimento da capacidade regional, interromper as atividades ilegais, promover ações de patrulha de helicópteros. Essa missão, instituída em agosto de 2009, contou com a participação de recursos de Canadá, Dinamarca, Grécia, Itália, Holanda, Portugal, Turquia, Reino Unido e EUA e uma aeronave de patrulha da Noruega. Em dezembro de 2016, a operação foi desativada (KNOPS, 2012). A mais recente das operações da

OTAN continua no Mar mediterrâneo e seguiu com planos de patrulha em abril de 2017. O objetivo da Operação *Sea Guardian* tem um escopo amplo de colher informações sobre as rotas marítimas principalmente próximas a Líbia, envolvendo aeronaves de patrulha e submarinos de Portugal, Grécia, Itália e Turquia. A missão também visa combater a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo, proteger as infraestruturas marítimas vitais e a liberdade de navegação (NATO, [2017]). De alguma forma, essas atividades têm um valor funcional que podem servir como modelos e meios para justificar as operações antipirataria no Atlântico Sul com o envolvimento da OTAN.

d) Tráfico de Drogas, Armas e Humano:

As atividades de combate ao comércio ilegal de armas, drogas e pessoas não são tarefas em que a OTAN esteja habituada a se envolver. Ademais, a Aliança não atua como um instrumento policial, no entanto, o tráfico está caracterizado como uma ameaça à segurança dos membros. Uma das recentes operações de combate ocorreu no Afeganistão. A pedido do chefe do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), a OTAN iniciou programas para deter a cultura do ópio nesse país por meio da ISAF, abrangendo treinamentos ao exército e polícia local, apoio logístico e compartilhamento de informações. A cooperação com a UNODC permitiu a elaboração do Projeto de Treinamento Contra Narcóticos que visa o treinamento de forças locais, investigação, vigilância e o desenvolvimento de unidades caninas. Além do Afeganistão, esse projeto expandiu para Paquistão e Ásia Central. Esse projeto faz parte de um trabalho desenvolvido dentro do âmbito do Conselho OTAN-Rússia com o objetivo de interromper as rotas de tráfico de drogas. Em 2013, a OTAN também propôs um acordo de informação com a Colômbia que incluía auxiliar no combate ao tráfico de drogas como um de seus objetivos (GUDMUNSON, 2015). Em 2017, com assistência da UNODC, um centro de treinamento de unidades caninas estabeleceu-se na Letônia e teve como principal contribuinte a Academia Internacional Turca contra Drogas e Crime Organizado. O treinamento também é fornecido pela Itália, Letônia e os EUA (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2017b).

Em 2004, na Conferência de Istambul, a OTAN desenvolveu uma política voltada para o combate do tráfico humano. Essa política é revisada pelo Conselho de Parceria Euro-Atlântico regularmente e foi expandida para o âmbito das suas parcerias no Mediterrâneo, na Austrália, Japão, República da Coreia, Nova Zelândia, Colômbia, Malásia, Mongólia, Cingapura, Tonga. Os esforços de coordenação diante do tráfico de pessoas é delegado a um Coordenador Sênior da OTAN sobre planejamento de defesa (NORTH ATLANTIC TREATY

ORGANIZATION, 2012a). Um recente episódio de combate ao tráfico humano e a imigração irregular com a participação da OTAN aconteceu no mar Egeu, em 2016. A organização enviou um Grupo Marítimo Permanente sob o comando alemão para monitorar as rotas de tráfico e coletar informações relevantes para a União Europeia. Essa missão teve a participação das guardas-costeiras grega e turca e manteve comunicação com a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da UE (HUME; HADDAD, 2016). No Conceito estratégico de 2010, a OTAN também reforça o seu papel no controle de armas convencionais e de destruição em massa. As atividades desse âmbito incluem parcerias regionais através dos Fundos Fiduciários com objetivo de auxiliar na destruição de estoques excedentes de minas, armas e munições que podem se tornar objetos do tráfico de armas (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2017c).

e) Dependência Energética:

Outra medida implementada pela OTAN no campo da segurança energética é incentivar a menor dependência e o consumo dos recursos energéticos através das suas conferências e workshops. Desde a sua criação, a OTAN possui um Sistema de Oleodutos que serve ao abastecimento de combustível para as suas tropas. Atualmente, um soldado utiliza de 10 a 15 vezes mais energia em combustível se comparado a Segunda Guerra Mundial (DUCARU, 2014). Portanto, o fornecimento de energia também é crucial para as operações militares da organização, o que pode se tornar um limitativo para sua eficiência. A Aliança dispõe em torno de dez sistemas de distribuição e de armazenamento de combustível com capacidade de 5,5 milhões de m³ e com doze mil quilômetros de alcance (KAVALIŪNAITĖ, GENYS, MELCHIORRE, 2016). Os problemas envolvem as longas distâncias que a OTAN cada vez mais se dispõe e o transporte de combustível que se torna um risco às suas tropas.

Como a tendência é o aumento da demanda global por mais energia, a OTAN tem difundido a ideia de promover maior eficiência energética das forças armadas que focaliza na mudança por recursos renováveis e melhor gerenciamento da energia. Para isso, em 2012, a Aliança criou a *NATO's Smart Energy Team* (SENT) que é composta por grupos de especialistas em combustíveis, militares e engenheiros originados de vários países. Esses profissionais irão avaliar o planejamento de energia, a logística e os custos de combustível. Também irão reduzir os riscos para a tropa e dinamizar os equipamentos através do compartilhamento de tecnologias e técnicas voltadas à eficiência energética. No ano seguinte e em 2015, na Eslováquia e Hungria, respectivamente, a SENT em conjunto com o exercício militar *Capable Logistician* trabalharam na conscientização energética e na avaliação das capacidades logísti-

cas da OTAN. Isso garante melhor interoperabilidade energética e implica na segurança civil e militar. O programa Ciência para a Paz e Segurança da OTAN apoia os projetos de segurança energética através do estabelecimento de relações com universidade e centros de pesquisa em outros países para conceber tecnologias inovadoras nesse campo (KAVALIŪNAITĖ, GENYS, MELCHIORRE, 2016; NATO, 2015b).

3.4 A Presença de outros Atores Extrarregionais

Além dos recursos naturais e da presença de desafios à segurança no Atlântico Sul como fatores que podem justificar o maior engajamento da OTAN na região, ainda há um terceiro elemento a ser considerado: a gradual conquista desse espaço geoestratégico por outros atores extrarregionais tais como China, Índia e Rússia. Tornaram-se importantes atores econômicos e políticos que, após vivenciarem um rápido crescimento econômico, têm ambicionado maior participação na formulação da governança global de forma a limitar a abrangência dos poderes tradicionais. Essa perspectiva pode ser trazida para dentro do dinamismo de competição de poder no Atlântico Sul.

Em virtude da menor ocorrência de guerras na região, os aliados ocidentais negligenciaram a expansão da sua presença no Atlântico Sul e, portanto, Índia, Rússia e China encontraram uma oportunidade em ocupar esses “vazios de poder”. Os dois lados do Atlântico Sul possuem três recursos cruciais atrativos para a economia dos emergentes: o petróleo, as terras férteis e os minerais. De forma a garantir tais recursos para suas seguranças energéticas e alimentar, os poderes emergentes elaboraram uma agenda estratégica fundamental baseada em investimentos, subsídios, linhas de crédito, programas de ajuda para o desenvolvimento e aumento das relações comerciais. Esses fluxos de finanças são direcionados para setores da agricultura, infraestrutura e comunicação nos países latino-americanos e africanos. Assim como declara Cheru (2014, p.09), “The success of emerging economies, particularly China and India, in winning access to Africa’s natural resources is linked to effective government strategies that combine trade inducements, increased investment flows, and aid largely for infrastructure.”

Sendo assim, a crescente presença da OTAN significaria reafirmar os interesses dos membros nesse entorno regional. Posto isso, há uma preocupação da tendência em transformar o Atlântico Sul em uma barganha estratégica, ampliando a possibilidade de conflitos em seu entorno.

The real danger to Africa today does not come from the competition among emerging powers in Africa but from the real danger of confrontation between China and the United States in Africa and the more general threat of proxy wars and political instability occasioned by the race for Africa's resources. (INDIAN JOURNAL OF AFRICAN AFFAIR, 2012, p.26).

a) Projeção Chinesa:

Na década de 1990, com o primeiro ministro Li Peng, inicia-se a retomada de um discurso muito antigo originado na Dinastia Han que ficou conhecido como a Rota da Seda Chinesa. Durante um longo período, essa Rota se compunha como um conjunto de trajetos interconectados ao sul da Ásia com o objetivo de realizar o comércio da seda entre o Oriente e a Europa. A ideia de resgatar esse projeto não vingou até a década de 2000. Em setembro de 2013, o presidente Xi Jinping oficializou o projeto de comércio e investimento através do *Belt and Route*. Esperava-se a ampliação de novos mercados, de diálogos políticos, de vínculos culturais, da promoção de parcerias estratégicas (DUARTE, 2016). O interesse do governo chinês também é obter pela Nova Rota da Seda a garantia da segurança energética. Para satisfazer essa estrutura, a China propôs resgatar as antigas rotas comerciais e torná-las uma “moderna rede de gasodutos terrestres, estradas e ferrovias com vista ao abastecimento das suas necessidades energéticas” (LIN, 2013 *apud* DUARTE, 2016, p.103).

O projeto de integração *Belt and Route* pode ser desmembrado em duas vias estratégicas. O *Silk Road Economic Belt*, que visa intensificar os laços econômicos cooperativos, comerciais e buscar maior investimento em infraestrutura. E o *21st Century Maritime Silk Road* que abrange um “conjunto de corredores económicos marítimos y terrestres” (PINO, 2013, p.94) que, inicialmente conectam mercados asiáticos aos europeus e, mais tarde prevê-se a expansão para áreas da África, do Mediterrâneo e do Oceano Índico. Ainda sim, o *Belt and Route* tem sido caracterizado como um instrumento da política externa chinesa em fazer competir com os grandes atores potenciais e garantir sua projeção de poder pelo mundo (PINO, 2013).

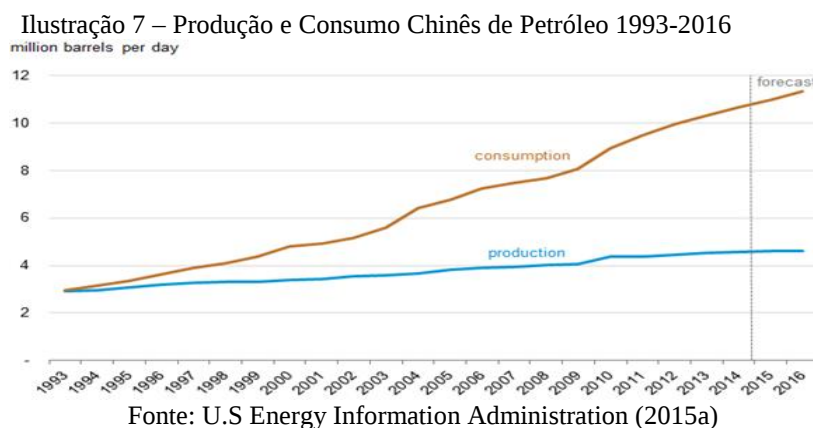
Dentro dos objetivos de sua política externa, a China vem buscando aperfeiçoar o seu arsenal militar, principalmente o naval. Em virtude da China ter quase 90% do seu comércio realizado via oceano, a ideia é construir uma *blue water navy*. Isso poderá garantir a segurança marítima em relação às principais rotas de comunicação e evitar quaisquer obstáculos para o seu abastecimento de recursos. Essa medida não deixa de ser também uma forma de consolidar sua projeção de poder, estabelecendo pontos estratégicos nos oceanos por meio de bases navais e logísticas. Nesse projeto *overseas strategic support bases*, pretende-se instalar dezoiito bases navais, sendo três delas localizadas no Atlântico Sul, perto da Angola, Namíbia e Ni-

géria. Não é de se estranhar que os EUA tenha reativado a sua Quarta Frota, em 2008, e prosseguido com o comando da *U.S. Africa Command* (Africom), que cria um clima de competição nesse entorno regional (NEVES, 2013; KODA, 2017).

A China voltou-se para as visitas diplomáticas aos países do Atlântico Sul com a utilização de navios militares e civis e missões de investigação científica dos fundos marinhos. Além disso, como uma forma de assegurar o controle das ameaças de pirataria, a China fornece navios para compor a marinha da Namíbia e a venda de armas para a Nigéria (NEVES, 2013; KODA, 2017).

A partir da década de 1980, a China começou a apresentar significativas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da sua participação no comércio mundial. Houve uma taxa de crescimento média de 10% ao ano entre 2000 e 2011. A tendência, segundo os analistas, é de que a taxa de crescimento sofrerá uma diminuição nas próximas décadas. No entanto, o ritmo de seu crescimento se manterá acima da média mundial (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2013; THE CONFERENCE BOARD, 2017).

Em 2009, a China tornou-se o segundo maior importador mundial de petróleo, ultrapassando os EUA em 2013. Embora a produção chinesa represente a quarta maior do mundo (24,6 bilhões de barris em reservas), a sua demanda tem superado o nível de produção doméstica. A dependência chinesa em relação às importações de petróleo aumentou de 30% em 2000 para 57% em 2014. Essa alta demanda energética está intrinsecamente vinculada à tendência de rápido crescimento, da sua grande população e dos objetivos de desenvolvimento industrial e de crescimento do país. O país se tornou também um grande importador de carvão e o terceiro maior de gás natural liquefeito (GNL) (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a).



As duas principais fontes de importação de petróleo para a China são Arábia Saudita e Angola que, conforme dados de 2016, representam cerca de 24% das importações totais chi-

nesas. Em 2006, a Angola chegou a substituir a posição saudita. A Nigéria, República do Congo e Guiné Equatorial tornaram-se também importantes fontes de suprimento energético. Em 2014, a partir de uma análise por região, a África forneceu 1,4 milhões de barris por dia para a China. Já o Oriente Médio correspondeu a um total de 52% e as Américas proveram 11% das importações de petróleo chinesas. Nos últimos anos, o governo tem buscado uma maior diversificação das suas fontes de importação energética (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2017).

As empresas nacionais chinesas, em 2008, decidiram ampliar suas compras de ativos internacionais por meio de empréstimos financeiros. Isso permite que os chineses obtenham o fornecimento de petróleo e gás natural a longo prazo. O empreendedorismo estratégico utilizado por essas empresas é o envolvimento em parcerias *joint venture* que desenvolvem programas de refinarias de petróleo na África e América Latina. A China também tem se envolvido em disputas territoriais e por espaço na procura por riquezas naturais em outras regiões. O Mar da China é palco de intensos conflitos por exploração de gás natural e petróleo. Espera-se também, para as próximas décadas, que esses tipos de conflitos se estabeleçam na costa sul-americana e africana (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a).

A percepção chinesa do governo, das empresas nacionais e privadas é de que o Atlântico Sul pode trazer um conjunto de oportunidades econômicas quando vinculado ao projeto da Nova Rota da Seda. “O Atlântico Sul é, simultaneamente, um mercado e uma rota comercial de extraordinária importância para países emergentes como a China.” (DUARTE, 2016, p.116). Somente a partir de 2015, que o projeto sobre o Atlântico Sul ganharia maior relevância para o governo chinês. A ideia é reforçar o fornecimento de capital chinês, sobretudo no setor de infraestrutura. Foram inclusas a modernização portuária em Senegal, Gana, Moçambique, Gabão e a construção de rodovias em Namíbia (PINO, 2013).

Desde 2003, há um notável crescimento da atuação chinesa no Atlântico Sul, embora essa realidade seja pouco discutida. Ao longo desse período, tanto a América Latina quanto a África se tornaram importantes agentes na participação das relações comerciais e de investimentos chineses. Todavia, a China ainda não apresentou uma política clara sobre os seus propósitos no Atlântico Sul. O interesse do engajamento chinês vai além de fatores econômicos. Há uma busca pela interferência também sobre as questões políticas e de segurança nesse entorno regional. Logo, observa-se o descontentamento norte-americano sobre a aproximação da China com os países do Atlântico Sul. O discurso é de que os chineses vêm ocupando um “vácuo” deixado pelas grandes potências. Em um das exposições da Secretária de Estado, em 2011, Hillary Clinton criticou fortemente a posição chinesa de provocar cada vez mais a de-

pendência das economias locais em relação aos investimentos chineses em troca da obtenção de recursos naturais africanos. Na discussão ascendida por Pino (2013), revela que a inclusão do Atlântico Sul nos planos estratégicos da Nova Rota da Seda pode ser uma resposta à política externa norte-americana de projetar-se sobre a Ásia-Pacífico.

Moreover, China's growing presence increasingly challenges the longstanding influence of the United States and Western powers in the South Atlantic. Even if China does not have the intention to dominate the South Atlantic, it has already helped to redefine the region as a geostrategic space, becoming a force that should be factored into the calculations of other South Atlantic actors. (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a, p.03).

No quadro das finanças, as empresas têm investido no mapeamento do fundo marinho, sobretudo próximo a região do Golfo da Guiné e cedem a tecnologia avançada para explorar as camadas de recursos mais profundas. Em 2010, a China promoveu mais uma expedição oceânica global, descobrindo dezesseis depósitos hidrotermais (princípio de concentração de metais) no Atlântico sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a). A Venezuela recebeu uma enorme investimento no que diz respeito à produção de petróleo. Além disso, teve o porto *Puerto Cabello* incrementado para receber embarcações maiores. Reformas em ferrovias e rodovias também são realizadas a fim de que os minérios de ferro e cobre e outros insumos agrícolas possam ser melhor transportados aos portos e encaminhados à China. O Brasil também tem recebido investimento chinês ao que se trata da prospecção das reservas do pré-sal e ainda adquirido ações desse mercado (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a). Assim como afirma Duarte (2016, p.113) “... o Atlântico Sul é, para a China, mais uma peça-chave na sua estratégia de securitização do aprovisionamento energético, à semelhança de outras regiões do mundo, como o Médio Oriente, ou a Ásia Central.”.

Nas décadas de 1970 e 1980, a China sofreu quase um esgotamento das suas atividades pesqueiras. Isso a obrigou a procurar em outras áreas a diversidade marinha para a sua grande demanda (28,4 quilos de produtos à base de peixe per capita por ano). Assim como afirma Castro (2010, p.187) “Por eso, el Atlántico Sur es cada vez más importante en el negocio pesquero mundial. Es la última y más grande reserva ictícola que queda para el desarrollo en gran escala de la pesca de captura.”

A África ainda é preferência dos investimentos chineses. A América Latina, devido seus laços históricos mais próximos aos países ocidentais, só começou a chamar atenção dos chineses nos últimos anos. Isso pode representar também uma perda de espaço de poder das grandes potências na região. Outros dois territórios que também têm sido incorporados no pensamento estratégico chinês são: as ilhas Malvinas e a Antártica. O apoio chinês às reivindicações territoriais argentinas sobre as Malvinas pode ser uma estratégia encontrada para asse-

gurar o próprio acesso sobre o petróleo, a pesca e outros recursos metálicos nas ilhas. Na Antártica, a situação não é diferente, os chineses buscam maior controle possível sobre o continente. Para isso, foram estabelecidas bases de pesquisas no sul das penínsulas *Fildes*, próxima ao Cabo *Horn*, conhecida como a Estação Grande Muralha. Outra base se encontra em *Kunlun* a sudoeste do Domo A e a Estação *Zhongshan* no leste na *Larsemann Hills*. A base de *Kunlun* é estrategicamente localizada em vista da possibilidade de implantar e interceptar sinais de satélite (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a).

Dentro do campo do diálogo político, a China remete sua política externa em arranjos multilaterais no Atlântico Sul para manter sua influência e aproximação com os países dessa área. Além do *Forum on China–Africa Cooperation* (FOCAC), os chineses são membros do *African Development Bank Group*. Colaboram em importantes fóruns regionais tais como o Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Além de participar de reuniões com o Grupo do Rio e do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a China pleiteou o papel de observador no Parlamento Latino-Americano, na Associação Latino-Americana de Integração, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e na OEA (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a).

Diferente da OTAN, as questões de segurança no Atlântico Sul não fundamentam a maior presença chinesa. Todavia, algumas iniciativas nesse âmbito têm sido realizadas em benefício da sua segurança energética e alimentar. A China investe em acordos de cooperação em matéria de defesa e segurança que inclui atividades de treinamento. A China se tornou um dos maiores fornecedores de armas pesadas e outros equipamentos militares à África Subsaariana, substituindo a proeminência das potências globais nesse setor estratégico. Ademais, seu engajamento em missões de paz da ONU, como a participação na Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental, na *United Nations Transition Assistance Group* (Namíbia), na República Democrática do Congo, na Libéria e na Costa do Marfim, fortalecem a presença militar chinesa na região. Em 2011, é estabelecido o navio-hospital *Peace Ark* que forneceu tratamento médico em alguns portos da América Latina (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013a). No entanto, a China ainda não tem capacidade militar suficiente para sustentar sua presença e bases permanentes militares no Atlântico Sul.

O aprofundamento da dinâmica comercial e de investimentos veio em reforço à elaboração, em 2008, da *White Paper toward Latin America*; um documento que objetiva assegurar recursos minerais e energéticos a longo prazo (PETERS, 2015; RAY; GALLAGHER, 2017). A América latina tornou-se o quarto maior parceiro comercial chinês. Os fluxos de investimento chineses na América Latina são estratégicos, sendo mais de 57% destinados a obtenção

de matérias-primas. O Brasil, em especial, tem sido o país que mais recebe esses investimentos em setores de energia, agricultura, automóveis, mineração e infraestrutura. A ampliação de investimentos e empréstimos chineses aos setores de extração se deve a diminuição da participação norte-americana na região, “China is effectively substituting for the traditional relationship with the US for these goods.” (RAY; GALLAGHER, 2017, p.03). Entre 2005 a 2014, Venezuela recebeu mais de 50% dos empréstimos, sobretudo por possuir as principais reservas de petróleo na região e concedidos cerca de 15 bilhões de dólares em empréstimos para a Petrobrás (PETERS, 2015; RAY; GALLAGHER, 2017).

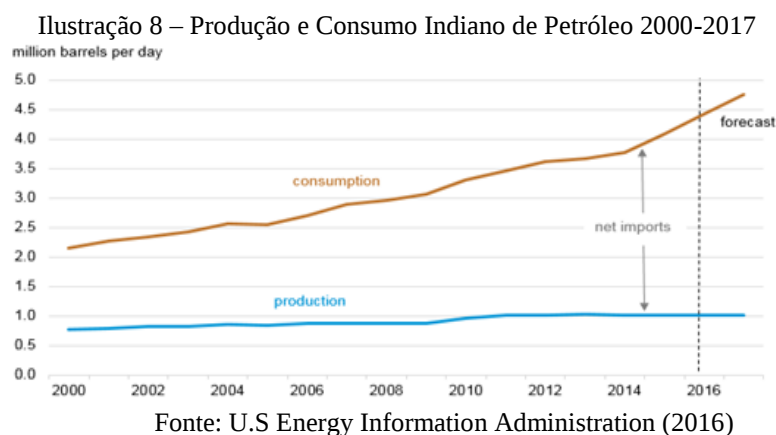
b) Projeção Indiana:

Assim como a China, o crescimento econômico indiano chamou atenção de vários economistas da época. A situação do país começou a melhorar a partir da década de 1991, na administração de Narasimha Rao. No mesmo ano, com o estabelecimento da política *Look East Policy*, a Índia buscou diversificar suas parcerias comerciais a fim de manter mercados, um crescimento econômico estável e promover seu reconhecimento a nível regional e global. Nos anos iniciais dessa política, a ideia era integrar sua economia com os países do sudeste e leste asiático. Mais tarde, a África e América Latina foram envolvidas nas políticas estratégicas de diversificação de mercados e na busca por interesses geopolíticos (DESTRADI; KÜSSNER, 2013).

Em 2011, a Índia conquistou a posição de segunda maior economia em crescimento acelerado, destacando seu PIB no ápice em 2010, com 10,26%. Contudo, nos últimos seis anos, esse ritmo vem ocorrendo de forma moderada, o PIB chegou em 2016 em 7,1% (THE WORLD BANK, 2017). Em virtude desse rápido crescimento econômico e populacional, a Índia se tornou o terceiro maior consumidor mundial de energia em 2013. Sendo o carvão (44%) a principal fonte, o país é o maior importador desde 2015. No entanto, o carvão encontrado na região indiana tem baixo valor calorífico o que implica em uma quantidade maior para a mesma produção de energia. As importações do carvão térmico provêm principalmente da Indonésia e África do Sul. Outro recurso importante na produção de eletricidade e fertilizantes é o gás natural. O seu consumo aumentou em 6% no período de 2000 a 2014 (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016).

Em relação ao petróleo, em 2015, a Índia constituiu a quarta maior consumidora e importadora mundial. No período entre 1990 e 2015, as importações líquidas desse recurso aumentaram de 42% para 75%. Assim como a China, a política externa indiana também busca maior diversificação das suas fontes de abastecimento em relação aos recursos energéticos.

Há um objetivo em reduzir sua dependência com o Oriente Médio, a maior fonte de importação de petróleo bruto que corresponde a 58% das importações totais. A África representa 19% das importações totais, com destaque para Nigéria. Ademais, não se pode omitir a crescente participação dos latino-americanos em 18% dessas importações, sobretudo a Venezuela (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016).



A dinâmica de construir um diálogo político e fornecer linhas de crédito, subsídios, assistência técnica em troca da manutenção de recursos energéticos a longo prazo também tem sido uma prática indiana e não exclusiva chinesa. O governo se envolveu na promoção de infraestrutura de estradas, aeródromos e redes de comunicação em países como Nigéria, Gana, África do Sul, Egito (BERI, 2014). Foi criado, em 2002, o Programa *Focus África* que engloba vinte e quatro países africanos (LUCEY, SCHOEMAN, MAKOKERA, 2015). Em 1997, o governo indiano elaborou o projeto *Focus Latin America and Caribbean*. Em 2003, é estabelecido o fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) que conecta os dois lados do Atlântico Sul e a Índia com a finalidade de promover a cooperação em diversas áreas tais como a defesa, agricultura, comunicação, tecnologia, comércio e investimento. Em 1991, a Índia torna-se um observador permanente na OEA. Em 2006, assina um acordo de comércio preferencial com o Mercosul (MAINI; RAMASWAMY, 2014; MOREIRA, 2009).

A parceria comercial com os países do entorno do Atlântico Sul são estrategicamente direcionados (África do Sul, Egito, Tanzânia, Nigéria, Angola e Argélia). Entre 2007 e 2011, a Índia se tornou a quarta maior parceira comercial africana (KUMAR; STANZEL, 2016). Para reafirmar o papel estratégico africano na questão da segurança energética, o Secretário indiano dos Negócios Estrangeiros, Lalit Mansingh, afirma que “The focus on Africa reflects the new priorities of our foreign policy, it is part of Modi’s drive to raise growth rates in India and he realises the importance of African countries in making it possible, we need oil, minerals, metals, food items, all sorts of raw materials.” (apud KUMAR; STANZEL, 2016).

As *commodities* (soja, açúcar, óleo vegetal, cobre, petróleo, biocombustível) dos países latino-americanos correspondem 50% das exportações para a Índia. O principal produto importado para Índia é o petróleo bruto, sendo Venezuela, México, Colômbia, Brasil e Cuba os principais países a abastecer o mercado indiano. O aumento nas exportações de petróleo para a Índia teve como um dos motivos a redução das exportações latino-americanas para os EUA (SHIDORE, 2013; VISWANATHAN, 2014; MOREIRA, 2009). Em 2006, a Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) *Videsh* comprou 15% dos campos de petróleo brasileiro em um leilão. A empresa também promoveu iniciativas de cooperação com o Brasil em bioetanol e biocombustíveis. Em 2008, a Venezuela recebeu investimentos para exploração na bacia de Orinoco. Além disso, um acordo de cooperação nuclear civil foi firmado com a Argentina (MOREIRA, 2010; DESTRADI; KÜSSNER, 2013; SHIDORE, 2013). Além da segurança energética, a Índia busca áreas de terra fértil para garantir sua segurança alimentar. Isso faz com que haja investimentos no setor de agronegócio como a *Renuka Sugars* que possui usinas de açúcar no Brasil (SHIDORE, 2013; CHAND, 2014; DESTRADI; KÜSSNER, 2013).

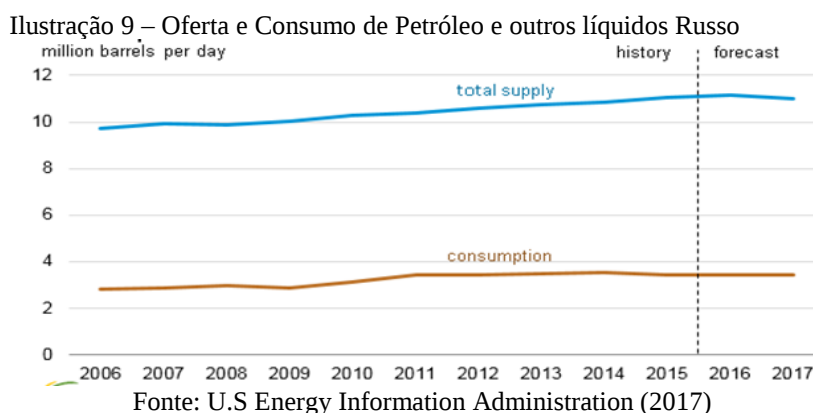
No âmbito da segurança e defesa, a marinha indiana também contribui em operações de paz como a missão em Mali. Em meio ao diálogo trilateral do Ibas, pensou-se na implementação de um arranjo militar na ligação dos oceanos Índico e Atlântico Sul com o propósito de garantir a segurança marítima e o reforço de projeção de poder sobre a região. O arranjo das Marinhas da Índia, Brasil, África do Sul (Ibsamar) que envolve exercícios navais conjuntos desafia o sistema euro-atlântico e fortalece os laços cooperativos com as nações emergentes no campo da segurança (FLEMES; VAZ, 2011; KORNEGAY, 2009). Segundo Pryce (2014), a intensificação do arranjo militar do Ibsamar contribui para minar qualquer forma de relacionamento da OTAN com os países da região. Caso as operações militares desse acordo trilateral se tornarem bem sucedidas, as forças navais da OTAN, britânicas, francesas e norte-americanas não seriam mais necessárias para o combate às ameaças da região. No entanto, ainda há lacunas e falhas no sistema de segurança no Atlântico Sul e uma limitação das marinhas brasileiras indianas e sul-africanas.

c) Projeção Russa:

A dissolução da URSS fez com que a federação russa perdesse parte de seus depósitos de recursos naturais externos à suas fronteiras. A OTAN também já iniciava sua política de expansão para o Leste, o que pressionou a mudança de uma política externa russa mais autônoma (CIDOB INTERNATIONAL YEARBOOK, 2010; LYNCH, 2002). Na década de 1990, as atenções para a América Latina e África foram marginalizadas, houve o fechamento de

embaixadas e consulados russos nos países africanos. Os projetos iniciados nessa região com a URSS também foram interrompidos, como o investimento na fábrica de aço em Nigéria. A partir de 1999, a Rússia inicia um momento de rápido crescimento e recuperação econômica, principalmente em virtude do aumento das exportações de petróleo e gás natural e o preço mais elevado do petróleo (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

Diferente do que ocorre na Índia e China, a Rússia possui uma abundância em reservas energéticas e minerais. Hoje, é o terceiro maior produtor de petróleo e o segundo maior produtor de gás natural, sendo que a maior parte das exportações se destina à Europa. Todavia, já se prevê em seu país a escassez de alguns metais e depósitos de petróleo para as décadas futuras. Embora existam ainda reservas inexploradas, por exemplo, no Ártico e leste das Montanhas Urais, o difícil acesso e os altos custos para a exploração dessas áreas conduzem o país a diversificar e buscar outras regiões que lhe forneçam os recursos de maneira economicamente mais viável (GILES, 2013). Além disso, logo após a tensão política entre os russos e o Ocidente com relação à Ucrânia, em 2014, a determinação de sanções dos EUA e UE sobre a Rússia limitou o número de investimentos estrangeiros no setor de exploração de seus recursos naturais, principalmente em reservas *offshore* e de xisto (EIA, 2017).



Desse modo, a relevância do Atlântico Sul para os russos atualmente difere um pouco do que acontece na China e na Índia. Repousa no sentido de buscar outras fontes de abastecimento energético e mineral muito mais focado em manter as exportações russas dessas *commodities* para a Europa e Ásia do que para o seu consumo interno. Posto isso, em 2009, os russos destinaram um bilhão de dólares para a exploração das reservas de urânio em Namíbia. Em 2006, a *Gazprom* (russa) anunciou, em conjunto com a empresa angolana *Sonagol*, investimento na exploração de petróleo e gás natural. Esta mesma empresa russa visou construir redes de gasoduto em Nigéria (ARKHANGELSKAYA; SHUBIN, 2013; GILES, 2013; OLIVIER; SUCHKOV, 2015). Cinco empresas russas investiram para explorar as reservas de petróleo na bacia do rio Orinoco, estando em parceria com a *Petróleos de Venezuela S.A.* Hou-

ve uma parceria entre a corporação brasileira HRT Participações em Petróleo com a empresa russa *Rosneft* na bacia do rio Solimões. (ELLIS, 2015; BLANK, 2014). O que incentiva as empresas russas, especializadas no setor de energia, a investir no Atlântico Sul e outras regiões do mundo são os custos de produção e exploração mais baixos.

Uma das medidas adotadas para fortalecer a confiança com os países africanos foi aliviar as suas dívidas. Em troca, os russos garantem acesso ao petróleo e outros minérios no continente e os africanos se comprometem em comprar equipamentos militares, alavancando a indústria de armas russas (OLIVIER; SUCHKOV, 2015). Desde 2010, a Rússia vem participando também das missões de paz da ONU. Entre as operações envolvidas, a Rússia participou na República Democrática do Congo, na Costa do Marfim, no Saara Ocidental a partir de treinamentos conjuntos e fornecimento de armas (ARKHANGELSKAYA; SHUBIN, 2013).

Argélia, Guiné, Marrocos, África do Sul, Egito e Costa do Marfim constituem os principais parceiros comerciais dos russos e representam quase 80% das exportações africanas (GILES, 2013). Entre 2012 e 2013, o comércio com a África do Sul, por exemplo, ampliou em mais de 111%. Segundo o diretor da *Troika Dialog Group*, instituição que fornece informações sobre investimentos alegou em 2009:

‘Russian businesses are interested in partnership opportunities in Africa, both in terms of access to mineral resources as well as participating in power and infrastructure projects. My trip to Nigeria, Namibia, and Angola is meant to introduce members of the Russian delegation to [South Africa’s] Standard Bank and to explore opportunities for financing Russian companies’ projects on these markets’. (apud GILES, 2013, p.29-30)

Há uma extensa literatura sobre a análise da proximidade da Rússia com os países latino-americanos, especialmente a partir da década de 2000. Afirma-se que mais do que por interesses econômicos envolvidos, os russos buscam maior influência nesses territórios como uma maneira de minar a preeminência dos EUA no mundo e consolidar a multipolaridade do sistema. A América Latina é uma região crucial para a estratégia econômica e de segurança dos norte-americanos. Por consequência, os russos utilizam da venda de equipamentos militares, do comércio bilateral e da exploração do setor de recursos energéticos e mineração como instrumentos para conquistar presença na região. Ademais, após as tensões e os eventos de crise, em 2008, com a Geórgia e, em 2014, na Ucrânia, os russos mostraram reforçar ainda mais as relações com os latino-americanos para retaliar as sanções e a influência dos EUA e UE nas suas fronteiras. Assim como fundamenta o *Foreign Policy Concept* de 2013:

Russia will continue to comprehensively strengthen relations with the Latin American and Caribbean countries, given the region's growing role in world affairs. The development of strategic cooperation with Brazil, including within the framework of

BRICS, as well as partnership relations with Argentina, Venezuela, Cuba, Mexico, Nicaragua and other Latin American and Caribbean states will be focused on expanding political interaction, promoting trade, economic, investment, innovation, cultural and humanitarian cooperation, combined responses to new threats and challenges, securing the position of Russian companies in dynamically developing industrial, energy, communications and transport sectors of the region's economies. (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2013)

Por consequência, os EUA identificam uma preocupação nesses envolvimento da Rússia com a América Latina. O próprio general do *U.S. Southern Command* (Southcom), John Kelly, disse “it has been over three decades since we last saw this type of high-profile Russian presence” (*apud* FARAH; REYES, 2015, p.102). Brasil, Venezuela e Argentina têm sido os seus relevantes parceiros comerciais. Em matéria de produtos agrícolas, a Rússia se tornou um grande importador da América Latina em decorrência das sanções implementadas pelos EUA e UE (ELLIS, 2015).

Há um interesse russo em ter acesso às bases navais, aéreas e satélites na América Latina. Logo após o conflito em Geórgia, em 2008, os russos decidiram enviar a Venezuela bombardeiros com capacidade nuclear. Um mês depois, quatro navios russos foram enviados para atividades em conjunto com a marinha venezuelana. Em 2014 e 2015, a visita do ministro da defesa russo a Venezuela tinha como propósito a negociação de acesso russo aos portos e aeródromos do território e instalações permanentes de bases para facilitar a sua logística (FARAH; VEYES, 2015; BLANK, 2014; ELLIS, 2015).

As negociações de armas tem sido o setor de maior crescimento. O quinto principal importador dessas armas é a Venezuela. Em 2010, o governo venezuelano requisitou um empréstimo para fomentar a compra de equipamentos militares russos dos quais inclui tanques, rifles, mísseis, helicópteros, lançadores de foguetes, embarcações militares. Em troca desse crédito, os russos exigiram o controle sobre os projetos de petróleo em Orinoco e o reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e da Abecásia. A política restritiva de vendas de armas norte-americanas contribuiu para que a região procurasse por outros fornecedores. Houve uma parceria entre a corporação brasileira *Odebrecht* e a *Russian Helicopters* para estabelecer equipes de manutenção e montagem dos helicópteros (FARAH; VEYES, 2015; BLANK, 2014; ELLIS, 2015).

3.5 Conclusão do Capítulo

O intuito desse capítulo foi dimensionar os fatores que podem conduzir o maior envolvimento da OTAN no Atlântico Sul. A riqueza dos recursos naturais na região são elemen-

tos atrativos para a estratégia econômica e energética dos membros para os próximos anos. Já as problemáticas de segurança nesse entorno constituem, muitas vezes, obstáculos ao acesso livre das potências às reservas e produções de petróleo, minerais e outros recursos importantes. Por outro lado também, o aumento das ameaças pode servir como justificativa da OTAN para implementar operações diplomáticas e militares nesse espaço do atlântico. De maneira geral, Essas instabilidades no Atlântico Sul prejudicam os investimentos estrangeiros e promovem a formação de uma massa de refugiados que pode gerar intenso fluxo migratório para os territórios europeu e norte-americano. A violência sobre os trabalhadores na área também incentivam a mobilidade das empresas. As operações de intimidação de *Boko Haram*, por exemplo, causaram o deslocamento de investimento estrangeiro nos setores de mineração e petróleo na Nigéria (ESEOGHENE; EFANODOR, 2016). De alguma forma, há um interesse das potências ocidentais em se envolver na região como uma maneira de garantir, principalmente a sua segurança energética. Ao mesmo tempo, o aguçamento das ameaças pela mídia ocidental sobre países fornecedores de recursos energéticos servem como apoio para justificar as ações militares nessas localidades.

Por fim, a maior presença das potências extrarregionais, tais como China, Índia e Rússia, conduzem os aliados a utilizarem a OTAN como instrumento de reforço das suas projeções de poder na região. Esses atores emergentes têm influenciado em vários setores no Atlântico Sul, como o crescimento das relações comerciais, de investimentos, de arranjos políticos e no campo militar. E utilizam do fornecimento de linhas de crédito e outros subsídios para garantir em troca o acesso aos recursos naturais da região.

4 ATUAÇÃO DA OTAN NO ATLÂNTICO SUL PÓS-GUERRA FRIA

O oceano Atlântico abrange uma extensa área de aproximadamente 81.657.800 km² e em decorrência da configuração política e econômica do cenário internacional se tornou um relevante eixo geoestratégico. Em especial, o Atlântico Sul compreende importantes vias marítimas como o Estreito de Drake e a Rota do Cabo que conectam os oceanos Pacífico e Índico, respectivamente (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2012). Além disso, as características naturais e as fisiografias dessa parte do oceano permitem obter com maior facilidade instalações portuárias, plena navegação, atividade pesqueira produtiva e a exploração de recursos naturais. Embora a região seja marcada historicamente por poucos conflitos e desentendimentos, como foi o confronto singular da Guerra das Malvinas (1982), é discutível até que ponto se pode afirmar que atualmente o Atlântico Sul qualifica-se como pacífico? (SANCHEZ, 2016). De acordo com o Almirante brasileiro Eduardo Bacellar Leal Ferreira:

Hoy no hay océano más pacífico que el Atlántico Sur, en la actualidad no hay ninguna tensión insuperable. No hay un problema insolucionable, tenemos problemas en Malvinas o en el golfo de Guinea, pero no hay guerras. Es el único océano donde las grandes potencias no tienen buques de guerra. (ATLÂNTICO Sur, Hoy El Océano Más Pacífico, 2015).

Do ponto de vista do almirante brasileiro, na atualidade, o Atlântico Sul é pacífico por não envolver grandes guerras regulares. Todavia, a região presencia constantes disputas em torno da soberania dos recursos naturais e energéticos e outras ameaças assimétricas como visto no capítulo anterior. Desde os anos 1970, a Guiné Equatorial e Gabão, por exemplo, pleiteavam as ilhas *Mbanié*, *Cocotiers* e Congas, sabendo da provável existência de campos de petróleo em torno desses territórios. Gana e Costa do Marfim também se engajaram em reivindicações quanto ao limite geográfico e o direito de explorar o petróleo *offshore* nas suas águas territoriais. Recentemente, outro forte motivo argentino para requerer a soberania das Ilhas Malvinas para si repousa nas novas descobertas de reservas de petróleo nesse território (SANCHEZ, 2016). Sendo assim, cada vez mais o controle sobre o mar, sobre os campos de petróleo e depósitos de recursos naturais poderá tornar-se uma potencial razão para a intensificação dos futuros conflitos na região.

Além disso, o Atlântico Sul é um espaço de barganha que, embora se construa e preserve a ideia de uma zona de paz, tem assistido cada vez mais a introdução de mecanismos militares (Quarta Frota, Africom, Ibsamar, Programa de Desenvolvimento de Submarinos) e a modernização das estruturas bélicas. Assim como se sucedeu na Guerra Fria, a região foi incluída nas rivalidades entre URSS e EUA. Segundo Miyamoto (1987, p.20-21) “é ilusório

pensar que o Atlântico Sul (ou qualquer outra parte do mundo) seja considerada definitivamente zona de paz, sem o beneplácito das grandes potências.”, ou seja, países como EUA ou mesmo França e Inglaterra que já possuem influência na área, podem determinar a condução da militarização do Atlântico Sul quando necessário.

Nas últimas décadas, a presença da OTAN nesse entorno tem refletido o processo de transformação trazido pelos Conceitos Estratégicos e o objetivo de projetar sua força global. Os aliados afirmam que as operações da Aliança na região servem aos propósitos de manter a estabilidade e a segurança diante da natureza diversa das ameaças na região. Todavia, a tendência de envolvimento da OTAN poderia provocar um cenário inverso de intensas desconfianças e hostilidades, minando o legado pacífico do Oceano Atlântico. Isso porque as razões de envolvimento da Aliança na região são pouco claras como afirmado por Lima (2005 *apud* LUZ, 2008, p. Anex G/16), “Mas, tal como o iceberg tem submersa a sua parte mais volumosa, as verdadeiras razões da viragem da NATO para o Atlântico Médio e Sul podem constituir um processo ainda a lavrar-se em silêncio e portanto no domínio das matérias sigilosas”. Além disso, a maior influência chinesa, russa e indiana também tem moldado as relações de força no Atlântico Sul que pode colidir com as perspectivas de segurança das potências emergentes e tradicionais.

Em decorrência da diversidade de atividades que a Aliança tem gerido nos últimos anos, é bastante provável que a sua atuação em outras áreas do mundo seja maior. O desenvolvimento de estruturas que lide com crimes transnacionais, desastres naturais, segurança marítima, terrorismo permite que os membros olhem para a organização como um meio flexível e viável para implantar nas futuras operações. Na seção seguinte será analisado o tipo de envolvimento e de atividades que a OTAN vêm executando no Atlântico Sul e como isso reflete os objetivos nacionais e energéticos dos aliados:

4.1 A Natureza das Missões da OTAN no Atlântico Sul

a) Parceria Estratégica com Colômbia:

Em decorrência da pretensão em fortalecer as políticas de parcerias no âmbito da OTAN, é firmado, pela primeira vez, um acordo de segurança com um país sul-americano. Em junho de 2013, o ex-vice-secretário-geral da Aliança, Alexander Vershbow, e o Ministro da Defesa colombiano, Juan Carlos Pinzón, assinaram o *Agreement on the Security of Information*, um documento que estabelece o compartilhamento de informações de inteligência e de conhecimentos militares. Prevvia-se enfrentar os desafios comuns de segurança e permitir

consolidar futuros vínculos cooperativos. A ideia do acordo é que a partir das experiências colombianas acerca da guerra irregular e do crime transnacional se possa transmitir dados atuais, informes militares e outros esclarecimentos à OTAN. Nesse sentido, ajudaria a organização a aprimorar a sua estrutura interna referente ao combate dessas atividades ilícitas. Do mesmo modo, o contato colombiano com a organização promoveria a expansão de suas capacidades militares (WASSERBLY, 2014; TASE, 2014).

O interesse da OTAN na Colômbia pode ser combinado sob três fatores: recursos estratégicos, presença russa, índices do tráfico de drogas e atuação de grupos armados. Em decorrência da guerra civil e do narcotráfico, as forças militares colombianas adquiriram experiência em atividades de eliminação de minas terrestres, de armas explosivas e no policiamento aéreo. Isso pode agregar habilidades a OTAN em situações parecidas de guerra civil em outras localidades, como na própria África (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017). A Colômbia também está em uma posição estratégica na qual se conecta com dois oceanos: o Pacífico e o Atlântico Sul. O país contém significativas reservas de petróleo, gás natural, minas de carvão, ouro e níquel que atraem uma grande gama de investidores. Em 2015, o país chegou a exportar 370 mil barris por dia só para os EUA e se tornou o quinto maior exportador para o mercado norte-americano. Das exportações colombianas de carvão, 50% são destinados a Europa (EIA, 2017).

Bombardeiros russos com potencial de transporte de ogivas nucleares, em 2013, sobrevoaram San Andrés (ilha colombiana) para realizar o trajeto Venezuela-Nicarágua (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017). Isso provocou desagrado por parte das potências ocidentais, particularmente, os EUA, por ocorrer em seu “quintal” estratégico. Logo, a maior presença da OTAN na Colômbia poderia significar a busca de um rearranjo de forças:

Without falling back into a Cold War mindset and promoting NATO military presence in Latin America, it should be in the interest of the Alliance to support Western-minded nations in their balancing act against states whose relations with Russia are linked to the Kremlin's global ambitions to expand its sphere of influence. (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017, p.03).

Os líderes políticos no Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia e Argentina compartilham a desconfiança de que através desse acordo com a Colômbia, a OTAN viabilizava uma oportunidade de projetar influência sobre a América Latina. Para esses países, o vínculo com uma organização extrarregional, militar e com arsenal nuclear vai de encontro com os valores e os princípios determinados na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos dos quais a Colômbia faz parte, ou seja, de se opor a interferência de potências estrangeiras. Esse receio se deve a uma herança histórica sensível

ao colonialismo e outras formas de intervenções europeias e norte-americanas que persistem na mentalidade dessas sociedades até os dias de hoje. As medidas interventivas que ocorreram na Venezuela, no Haiti e em Honduras (1903) em que seus cidadãos assistiram as derrubadas de governo e mudanças de regime com o apoio norte-americano reforçam essa herança (SANCHEZ, 2014). Para o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, “A OTAN é um aliança de países com visão de controle do mundo, é uma aliança para a guerra” e a América Latina é uma área “de paz, livre de armas nucleares, de pactos militares com alianças nem potências do mundo. Esta é a razão de ser que deu motivo para a formação da Unasul”. (TADDEO, 2013).

Os países assumem que o acordo com a Colômbia venha a ser um instrumento inicial para futuras ingerências através da OTAN, ou seja, um “NATO beachhead” na região que se torna um risco para os vizinhos como Equador e Venezuela. Uma organização que pode provocar maiores conflitos, tensões políticas e militares e a desestabilização de forças no espaço regional. Assim como declara Morales:

‘¿Cómo es posible que Colombia pida ser parte de la OTAN, ¿para qué?, para agredir a Latinoamérica, para someter a Latinoamérica, para que nos invadan los de la OTAN como han invadido en Europa y en África... es una agresión, una provocación, una conspiración a Gobiernos antiimperialistas, a Venezuela, Nicaragua, Ecuador, Bolivia y no [lo] vamos a permitir’. (MORALES *apud* MALAMUD; ENCINA, 2013).

Embora o acordo implicasse no intercâmbio de informações sobre as problemáticas de segurança no país, o ministro colombiano Pinzón determinou que não permitiria a inserção de tropas da Aliança em seu território. Ademais, mesmo com a assinatura do acordo, a Colômbia não possuía formalmente um status de parceiro global com a OTAN da mesma forma como ocorre com o Japão, Austrália e Nova Zelândia. Em 2014, depois que os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores colombianas enviaram o projeto do acordo para o parlamento, a ratificação foi efetuada. Todavia, o Tribunal Constitucional, em 2015, não forneceu o aval para a consolidação do acordo e justificou que havia erros legais no documento. Por mais que o convênio não tenha vingado, a Colômbia ainda busca veemente uma posição de maior cooperação e alcance de parceria com a OTAN no futuro (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017).

Esses objetivos de aproximação com a Aliança são reflexos da reformulação da agenda de política externa na gestão de Juan Manuel Santos Calderón (2010- atual) que priorizou a busca pela maior participação em fóruns e organizações internacionais. O propósito era ganhar o reconhecimento no âmbito global e se integrar no sistema como um ator de segurança. A Colômbia já se envolveu em vários mandatos da ONU, incluindo a Guerra da Coreia em 1950 e em atividades do âmbito de *peacebuilding*. Das missões de paz já estabelecidas, os colombianos contribuíram com a *United Nation Emergency Force* no Canal da Suez, na Missão

das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, no *United Nations Mission in Sierra Leone* e como observadores na Península do Sinai. No quadro das gestões de crises e resolução de conflitos da UE, a Colômbia firmou um acordo para auxiliar com o envio de navios no exercício da *Ocean Patrol Vessel* do Golfo de Áden. Em 2013, a Espanha promoveu em conjunto com as suas forças militares especiais treinamento com as forças colombianas. Esses contextos demonstram que o país já vinha mantendo um relacionamento com alguns dos membros da Aliança (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017; WASSERBLY, 2014).

A Colômbia continuou o vínculo com a OTAN por meio de contatos com as instituições internas e do pessoal integrante da *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) e com os centros cooperativos militares. Em 2014 e 2015, seus oficiais foram enviados a participar da *Chief of Transformation Conference* em Virgínia e da *NATO-led Conference of Commandants* organizados pela Aliança. A Colômbia evidenciou interesse em contribuir com grupos de militares e políticos para os cursos de treinamentos elaborados pela *NATO Defense College*. O país também manteve o envolvimento em atividades militares conjuntas com a OTAN, por exemplo, na operação *Ocean Shield* que consistia no combate a pirataria no Golfo de Aden. Em 2015, observadores colombianos foram enviados no exercício *Trident Juncture* para o aperfeiçoamento das capacidades operacionais, envolvia mais de trinta países e a participação de agências e organizações não-governamentais situadas no Mar Mediterrâneo, Oceano Atlântico e outras localidades (HELBIG; LASCONJARIAS, 2017).

Antes mesmo de ascender o projeto de parceria no campo da segurança da informação, a Colômbia estabelecia relações com a OTAN. O governo da Colômbia havia expressado vontade em ceder parte de seus soldados para as operações da ISAF no Afeganistão para trabalharem em conjunto sob o comando da OTAN. Alguns oficiais militares e policiais colombianos estiveram no Afeganistão para avaliar e formular as medidas que poderiam ser tomadas para combater o tráfico de drogas, ajudar na remoção de minas e em outras operações no país. Contudo, a proposta de participação colombiana não foi efetivada em virtude da ausência de um mandato oficial para o envio das suas tropas. O chefe das atividades de treinamento da OTAN, Bill Caldwell, viajou a Colômbia para se instruir melhor quanto às problemáticas e a resoluções na questão do narcotráfico. Grupos militares afegãos foram treinados na base militar colombiana de *Tolima* (JARDIM, 2008; MALAMUD; ENCINA, 2013).

Em 2012, os colombianos foram convidados a participar da *Community OTAN ATP-56 Air-to-Air Refuelling* que avalia e executa um planejamento operacional sobre as capacidades de voo entre os membros da organização. Esse contrato permite que os colombianos formalizem acordos de interoperabilidade com qualquer membro da organização que diz respeito

às operações das forças aéreas (MALAMUD; ENCINA, 2013). Militares colombianos da força aérea já contribuíram em treinamentos conjuntos com o Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, Bélgica e EUA por meio da *Exercise Maple Leaf* (BENITEZ, 2013).

Em 2013, na *NATO Conference on Building Integrity*, os colombianos participantes assistiram ao desenvolvimento de um programa que visava melhorar as capacidades de defesa e estabelecer instituições de segurança de controle democrático. Houve também informações não oficiais de que a Southcom estaria negociando a possibilidade de utilizar a base militar colombiana de *Palanquero* para trânsito aéreo entre África e América do Sul, sendo já uma base de acesso dos EUA. No período entre 2006 e 2009, o almirante norte-americano James Stavridis teve a oportunidade de estar em contato com algumas atividades colombianas no combate ao tráfico de drogas, permitindo-lhe transferir o conhecimento para a OTAN ao assumir o cargo de SACEUR em 2009 (MALAMUD; ENCINA, 2013). Segundo o vice-secretário-geral da OTAN, “Colombia’s expertise in enhancing integrity in the military is precisely the kind of substantive contribution that exemplifies the added value of cooperation.” (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2013).

b) Parceria Estratégica com Mauritânia:

Desde a sua independência, em 1960, a Mauritânia relativamente manteve laços amistosos com as potências ocidentais, especialmente com sua antiga metrópole, a França. No início, havia grande resistência por parte de Marrocos, da maioria dos membros da Liga Árabe e da Casablanca em reconhecer a soberania desse país, o que conduziu a Mauritânia a permitir a manutenção de tropas francesas no território para assegurar apoio financeiro e material. Durante a década de 1980, em um período de grave crise econômica entre os países africanos, a França se tornou o alicerce da Mauritânia quanto à assistência militar, financeira, técnica através de acordos bilaterais. Outras potências como EUA, Inglaterra e Alemanha Ocidental também ofereceram suporte econômico e eram importantes parceiros comerciais (USA INTERNATIONAL BUSINESS PUBLICATIONS, 2007; OJO, 1985).

Após o conflito bipolar, os EUA começaram a identificar no crescimento do islamismo político um risco às estruturas e aos interesses ocidentais no mundo. Esse contexto já se disseminava para os países vizinhos da Mauritânia: o partido islâmico em Marrocos conquistava cada vez mais notoriedade na arena política e, na Argélia, um conflito civil se irrompia entre governo e grupos armados islâmicos. Tais episódios provocaram desconforto norte-americano, sobretudo em querer evitar a difusão dos movimentos islâmicos no âmbito das representações políticas. Em decorrência do receio de que a Mauritânia se configurasse como o

próximo país a apoiar e incitar tais movimentos, os EUA se empenharam em fortalecer vínculos, tornando-a um país aliado (JOURDE, 2007).

Na década de 1990, com a elaboração do Conceito Estratégico de 1991, os países europeus, especialmente Espanha, Itália e França, voltaram sua atenção para as nações periféricas ao sul da Europa como uma área de maior probabilidade em emergir ameaças relacionadas às atividades terroristas, às crescentes migrações e à proliferação de armas de destruição em massa: “The stability and peace of the countries on the southern periphery of Europe are important for the security of the Alliance” (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1991).

A elaboração do Diálogo do Mediterrâneo (DM), em 1994, foi um dos instrumentos estratégicos da OTAN para assegurar maior influência e controle sobre as problemáticas e as decisões políticas na região. Nos primeiros anos, essa concertação, envolvida por Egito, Israel, Marrocos, Mauritânia, Tunísia e, depois, Jordânia e Argélia, serviu mais como um fórum de consultas para troca de percepções em matéria de segurança com os membros da organização. De início, esse arranjo possuía uma natureza não permanente, ainda não institucionalmente consolidado. Mais tarde, foram incrementados programas práticos de cooperação e um Grupo de Cooperação do Mediterrâneo que funcionaria sob o respaldo do NAC (LEURDIJK, 2004).

A Mauritânia é o único país do DM a pertencer à costa sul-atlântica africana. O debate se fundamenta sobre quais critérios os membros da OTAN utilizaram para selecionar os países do Mediterrâneo como parte do diálogo político. Segundo Dokos (2008) a escolha pode estar relacionada à maior aderência desses países às ideias e às instituições ocidentais. Em complemento a Dokos, a perspectiva de Orfy (2011) afirma que a escolha da OTAN é de natureza política e não geográfica, ou seja, seriam incorporados apenas países que facilitassem o processo de consolidação do DM por possuírem interesses e objetivos comuns e não serem tão sensíveis à influência estrangeira. Como já descrito, o estabelecimento desse arranjo veio como um mecanismo complementar a dimensão da segurança do Atlântico Norte, principalmente em lidar com os desafios: de proliferação de armas de destruição em massa, do terrorismo, no auxílio da gestão de crises, da reforma da defesa, da cooperação militar, da segurança das fronteiras, do controle do espaço marítimo e aéreo. A ideia da OTAN é que se possa operar em conjunto para a solução das problemáticas do *non-Article 5* (LEURDIJK, 2004; NATO 2004).

Ao longo dos anos, mesmo com a elaboração dos três Conceitos Estratégicos, a OTAN deixa cada vez menos claro o seu alcance geográfico de atuação e o seu escopo de atividades.

Isso acaba criando percepções de desconfiança em várias partes do mundo. Logo, o estabelecimento do DM veio no compromisso de construir relações mútuas de confiança com os países da região por meio da troca de informações, dos fóruns de consultas regulares e da promoção de cooperação em áreas de segurança. Os membros acreditam que com o reforço do diálogo haverá maior esclarecimento sobre eventuais equívocos e constituirá o melhor meio de coordenar as operações na região. Ademais, devido o grande fluxo de petróleo e de outras mercadorias que passam pelo mediterrâneo e pela costa da Mauritânia, a presença da OTAN, segundo os membros, reforça a segurança marítima e energética da região. A natureza e as atividades, em uma escala evolutiva, têm alcançado níveis não só militares, mas também políticos e civis (DOKOS, 2008; ORFY, 2011).

Desde 1997, as operações definidas no programa do Diálogo entre os membros da OTAN e os países da região do Mediterrâneo incluem treinamentos referentes à busca e salvamento, a manutenção de paz, serviços médicos, também há a realização de exercícios militares em conjunto e planejamento civil de emergência. O propósito do DM é assegurar a melhoria da cooperação no âmbito da defesa estratégica, da ciência e do meio ambiente, no fornecimento de equipamentos e intercâmbio de experiências militares. A Aliança oferece cursos na *NATO Defense College* que compartilha suas conceptualizações e modelos sobre projeção de segurança e defesa, como lidar com o controle de armas e com as situações de crises (*General and Flag Officers Courses*). Decidido caso a caso, a OTAN também permite a participação conjunta desses países ou observadores em suas manobras militares através da gerência da *Allied Command Europe* e *Allied Command Atlantic*. No campo científico e tecnológico do DM, também é impulsionado o desenvolvimento de plataformas de pesquisa em conjunto com o Programa de Ciência da OTAN (HAUSER, 2005; DOKOS, 2008).

No entanto, o DM apresenta algumas lacunas que comprometem a efetividade e credibilidade do acordo. A principal crítica assumida nesse cenário está relacionada ao maior papel que a OTAN assume nas tomadas de decisões e na sua projeção de influência na região através do acordo. Embora se determine que não haja nenhuma discriminação entre os membros, há uma assimetria de peso político interno construída conforme os objetivos formulados na Agenda de Segurança da OTAN. Da mesma forma, como a Aliança é a maior financiadora dos equipamentos e das atividades em questão, as políticas e medidas serão tomadas a partir da perspectiva da organização militar. A imagem construída de uma OTAN intervencionista também deteriora as relações diplomáticas. O DM, ao mesmo tempo, não apresenta com clareza os objetivos e as demandas mais relevantes a serem trabalhadas. Há incertezas sobre que se deve constituir como diálogo em virtude da grande divergência de percepções e opiniões

sobre segurança entre os países do acordo. Em decorrência da própria distância geográfica, certos aliados como Canadá e alguns países do norte europeu não possuem o mesmo engajamento para apoiar a estrutura do DM, principalmente no que se refere a gama de custos. Outro ponto que afeta a coesão e a eficiência do acordo é que os países do Mediterrâneo igualmente possuem liberdade para escolher em quais projetos querem se envolver (DOKOS, 2008; ORFY, 2011). Como Orfy (2011) expõe em seu trabalho, a criação do DM significou mais uma maneira da Europa de se distanciar dos problemas do que propriamente oferecer soluções concertadas na região.

Em particular, logo após os eventos de 11 de setembro de 2001, os EUA intensificaram as medidas, concentraram recursos e reformularam a sua política externa em prol do combate do terrorismo internacional. Para isso, foram identificados os principais países que pudessem se tornar focos de apoio e de acolhimento para os grupos terroristas, incluindo a África Ocidental. Embora a Mauritânia se mostrasse como aliada das potências ocidentais, os norte-americanos ainda enxergam o país como um Estado Islâmico “moderado” cujas fronteiras são partilhadas com países do mundo árabe e a estrutura de governo se mantém frágil o suficiente para estabelecer um vazio de poder no território de tamanha proporção (JOURDE, 2007). Diante desse cenário, o Coronel Nema, do Comando *Mauritania National Staff College*, também revelou suas preocupações quanto às instabilidades e aos conflitos na região do Sahel e da presença de grupos como Al-Qaeda que podem configurar um risco a Mauritânia. O departamento de defesa norte-americano afirma:

If you drive them [Al Qaeda and its ‘affiliates’] out of Afghanistan and Pakistan, and you drive them out of Iraq, where do they go? Large, ungoverned kinds of space, kind of Arabic, kind of Muslim – that would be there. With sympathetic terrorist organisations already there, potentially? Or the ability to transit through, without anybody noticing? Or the ability through the smuggler networks to buy things. (apud JOURDE, 2007, p.86).

Em 2007, a Mauritânia foi incluída no programa *NATO Science for Peace and Security Programme* (SPS) que responde às ameaças vinculadas ao terrorismo, às fronteiras, à segurança ambiental, aos ataques cibernéticos, à segurança energética, aos agentes químicos, biológicos e radionucleares. O objetivo do programa é que os países participantes sejam capazes de agir rapidamente diante das crises emergenciais e garantir proteção civil. A Aliança acaba fornecendo equipamentos modernos de comunicação e outros materiais que ajudam no monitoramento, no rastreamento de emergências, na difusão do alerta e no colhimento de informações a nível nacional. A França e o Canadá se tornaram grandes contribuintes desse programa. Outra característica importante é a maior interação da OTAN com a sociedade civil e o aumento do grau de diplomacia pública no âmbito da organização (THE NORTH ATLANTIC TREA-

TY ORGANIZATION, 2016c; BIRD, 2015; NATO, 2017a). Os membros da Aliança temem que os efeitos das degradações ambientais, das mudanças climáticas, das instabilidades em países do DM promovam movimentos de migração tanto para países vizinhos quanto para a Europa (SAHARA WIND, 2007).

Uma das primeiras atividades do programa SPS foi o *Sahara Trade Winds To Hydrogen: Applied Research For Sustainable Energy Systems*. Esse projeto inclui plataformas de pesquisa nas universidades e centros da Mauritânia que tem como finalidade desenvolver na região do Sahel uma estrutura que integre as fontes de energia renovável. A proposta envolve dezoito instituições, dentre elas, estão incluídas o Departamento de Estado do Escritório de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais (EUA), a Universidade de Nouakchott (Mauritânia), as duas instituições turcas *The International Centre for Hydrogen Energy Technologies* e *United Nations Industrial Development Organization*, a *École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers* (Mauritânia), a instituição francesa *Commisariat à l'Énergie Atomique et aux Energies Alternatives* e outra instituição alemã. O objetivo da OTAN é conceder alternativas energéticas renováveis para as indústrias e para população onde persiste o problema de acesso à eletricidade e tecnologias que irão maximizar a produção. A eletrólise do vento, por exemplo, permite a produção de hidrogênio que pode ser usado no maior acúmulo de combustível. A utilização de turbinas eólicas nos centros de serviços assegura a estabilidade das redes elétricas e o armazenamento de hidrogênio. Os cientistas aproveitam as vantagens climáticas da região, sobretudo a energia eólica: a intensidade dos ventos na costa que vai de Marrocos a Senegal (BENHAMOU, 2012).

Besides reinforcing collaborative mechanism with its Mediterranean dialogue partners, the objective of NATO is to support the development of cleaner technologies that can address energy security and the need to diversify away from fossil fuel resources and their related infrastructures. (SAHARA WIND, 2007)

Em 2011, através do Programa de Parceria e Cooperação Individual da OTAN, a Mauritânia demonstrou o interesse em prosseguir com a modernização das suas forças armadas, sendo o primeiro país do DM a participar. Esse programa estabelece áreas de interesse em comum entre OTAN e o parceiro em questão para aprimorar políticas e auxiliar na solução de problemas da defesa. No mesmo ano, outro projeto, liderado por Mauritânia e Itália, foi posto em prática a partir do programa SPS, o *Desertification Observatory For Environmental And Socio-Economic Sustainability*. Este trata da implantação de um observatório que avalia os riscos de seca e desertificação a longo prazo para que o governo se certifique da situação emergencial e possa responder adequadamente cada caso. Nessa estrutura está contido o fornecimento de sistemas de informação de sensoriamento, dados geográficos e outras tecnologi-

as para ajudar no monitoramento do território (NATO, 2017a). Já em relação à expansão das atividades terroristas, em 2012, o programa SPS desenvolveu o *Set-Up of a National Operational Coordination Centre*, um centro de planejamento civil de emergência em Nouakchott, capital da Mauritânia, para o combate e identificação desses grupos e outras práticas ilícitas. A OTAN propõe uma rede de coordenação de riscos que abranja as áreas mais isoladas do território e possa se estender a nível regional para maior controle das vulnerabilidades em Sa-hel. Um dos maiores contribuintes desse projeto é a França (NATO, 2014a). Para reforçar as atividades antiterroristas, em julho de 2017, o Comando das Forças Conjuntas Aliadas de Nápoles J9 decidiu realizar uma reunião com as forças armadas mauritanas para discutir os avanços e futuras medidas de cooperação nesse âmbito (NATO, 2017b; MAURITANIA y la OTAN fortalecen sus vínculos 2017).

Uma manobra que a Mauritânia tem solicitado em parceria com a OTAN é a reforma da sua defesa. A partir de 2012, a *Defence Education Enhancement Programme* da Aliança promoveu uma reestruturação na educação militar do país através de planejamentos operacionais que discutem principalmente movimentos de contra insurgência, combate ao terrorismo e gestão de crises. A instituição mauritana, *École Nationale d'État-Major de la Mauritanie* é a que tem recebido o suporte, o compartilhamento de métodos militares e as instruções do modelo padrão da *NATO Generic Officer Reference Curriculum*³, um documento que explicita a formação da educação militar profissional adaptado conforme as necessidades e o contexto local. A França e os EUA têm sido os maiores engajadores desse rearranjo militar, fornecendo especialistas para compor a estrutura da educação. A Mauritânia solicitou a prorrogação do programa em 2015 por mais três anos com a finalidade de melhorias na preparação de oficiais nas operações de manutenção da paz (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2015; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2017d).

Um das questões que preocupa e envolve a segurança doméstica da Mauritânia é o enorme estoque de *Man-Portable Air Defence Systems*, mísseis com alto nível de destruição, desenvolvidos na década de 1950, e utilizados para se proteger de aeronaves. Em conjunto com os mísseis, diversas munições obsoletas foram acumuladas em território durante anos de conflitos e que agora representam um risco a população mauritana caso sejam repassados para grupos terroristas. Para evitar tal situação, foi elaborado um projeto em conjunto com a Aliança, a *NATO Trust Fund*. Além de garantir a destruição desses estoques, também estão incluí-

³ Ver mais em: NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. Generic Officer Professional Military Education. 2011. Disponível em: <http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_topics/20111202_Generic-Officer-PME-RC.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

dos a construção de depósitos de munição mais modernos cujos oficiais recebem treinamentos para o armazenamento seguro e o auxílio na reintegração de militares na sociedade civil. O propósito fundamental do projeto é treinar as forças locais e estabelecer condições que garantam a segurança pública. Entre os atores envolvidos estão Itália, Alemanha, Espanha, Turquia, Reino Unido, Luxemburgo, EUA, Suíça e a organização não governamental *Handicap Internacional* (NATO, 2014b; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2012b).

A partir de 2011, a princípio, cerca de 1.700 toneladas de munição distribuídas em vinte depósitos no país foram destruídas. O projeto ofereceu treinamentos aos oficiais mauritanos para efetuar a destruição desses materiais de forma adequada e também práticas de como proceder no armazenamento e na gestão das novas munições de forma segura. Nas proximidades de Aleg e Akjoujt, cidades da Mauritânia, foram instalados dois novos depósitos de munição modernos com capacidade de aproximadamente 750 toneladas. Referente à reintegração dos militares a vida civil, o projeto buscou promover atividades vinculadas à prestação de serviços como carpintaria, soldagem, encanamento, eletricidade. Mais tarde, em 2014, foi analisado o pedido de manutenção do projeto para mais alguns anos. A ideia é continuar as atividades de destruição de munições inutilizáveis, de aeronaves e de outros equipamentos militares obsoletos. Ademais, o projeto incluiu a reforma da defesa em seu escopo de funções, havendo um rearranjo da relação civil-militar. Sendo assim, a preservação do projeto por mais tempo garante o reforço da interação e da parceria entre OTAN e Mauritânia (NATO, 2014b; NATO, 2016).

Além do discurso das crescentes ameaças e vulnerabilidades que podem atingir a Mauritânia e que justificam a maior presença da OTAN na região, também é possível analisar por outra vertente essa aproximação. A partir de 2006, a produção de petróleo no país se tornou significativo para a economia mauritana. Segundo Jourde (2007), um ano antes da mais esperada produção de barris de petróleo do país, a OTAN decidiu enviar navios de guerra com o argumento de que os ataques terroristas eram imprevisíveis e que havia uma necessidade robusta em reforçar a defesa na região. Contudo, toda coincidência nesse caso é avaliável. Não se pode negar o interesse dos aliados em manter um forte laço com aqueles que lhe ofereçam alternativas de suprimento de petróleo.

Em 2001, a descoberta do campo de petróleo *Chinguetti* pela empresa australiana *Woodside Energy* permitiu que o PIB da Mauritânia aumentasse em 20%. No início, estimou-se que a quantidade de petróleo em reservas fosse de aproximadamente 120 milhões de barris e a taxa inicial da produção manteve-se em 75 mil de barris por dia (CHARALAMBOUS, 2014). Ainda há muito o que ser descoberto no país, as reservas agora indicam 100 milhões de barris

e há evidências de que o maior investimento e o provimento de tecnologias avançadas por países parceiros podem alavancar a produção da Mauritânia. A *Tullow Oil*, uma companhia multinacional com sede em Londres, é a principal investidora nos campos de exploração. A *Premier Oil* (Reino Unido) e a *Kosmos Energy* (EUA) também são empresas que atuam no país na exploração de campos *offshore*. A Mauritânia abriga uma das grandes reservas *onshore* (em terra), na bacia de *Taoudeni* e recentemente foram descobertas também os campos de petróleo e gás natural de *Tiof*, *Banda* e *Tevet Mioceno* que ainda prevê um grande potencial a Mauritânia como um território promissor para futuros investimentos e competição no setor de energia (WHITE, 2015; LO, 2014).

c) Exercício Militar em Cabo Verde:

No período de 15 a 28 de junho de 2006, pela primeira vez a OTAN executa uma operação militar no continente africano que ficou conhecida como *Steadfast Jaguar*. A missão em Cabo Verde tinha como objetivo testar a NRF fora do espaço geográfico tradicional do Atlântico Norte. Para isso, foram disponibilizados em torno de sete mil homens dos 25 mil da NRF já existentes: envolvendo 2000 militares da Alemanha, 1060 da França, 1530 da Espanha, 1200 dos EUA, entre outros da Bélgica, Luxemburgo e as próprias forças cabo-verdianas (LINDSTROM, 2007). As atividades militares foram elaboradas de acordo com um plano de integração das forças marítimas, aéreas e terrestres e um arsenal composto por cinco submarinos, cerca de sessenta navios de guerra e quinze aeronaves (DAS; OTTEN, 200?). Também foram planejados a utilização de oito novos Sistemas de Informação de Comunicação Implementável móveis, o navio da sexta frota norte-americana *Mount Whitney* e aviões da AWACS da Aliança. Na fase inicial, cerca de vinte países participaram da operação nas ilhas de São Vicente, Santo Antão, do Fogo e do Sal que constituem o arquipélago de Cabo Verde (DAS; OTTEN, 200?; CHUDY, 2006; BIZLEY, 2009).

De acordo com as condições ambientais de cada ilha, a OTAN implementou operações de naturezas diversas. Nas ilhas de Santo Antão e São Vicente, foram promovidas atividades essencialmente militares por meio da infantaria e articulação dos recursos navais, terrestres e aéreos. A ilha de São Vicente foi o local escolhido para instituir a base logística da Aliança, para concentrar as forças e equipamentos militares, médicos e de infraestrutura e onde a maior parte dos exercícios ocorreu. Já na ilha do Sal, implementaram atividades associada aos meios aéreos em virtude do principal aeroporto nesse arquipélago. Por fim, na ilha do Fogo, região de magnitude vulcânica, foi realizada uma operação de emergência civil chamada Vulcão 2006 que contou com o serviço de proteção civil cabo-verdiano para simular a situação de

evacuação e erupção vulcânica (VARELA, 2007). O comando das forças aéreas ficou sob responsabilidade da base *Ramstein* na Alemanha, as forças terrestres estiveram sob a delegação da *European Corps* francesa e o componente marítimo sob o comando espanhol (CHUDY, 2006).

No início, a operação foi nomeada como *Livex 2006* e mais tarde seguiu como *Steadfast Jaguar*. Constituiu também a primeira vez da NRF a assumir uma missão de teste fora de suas delimitações geográficas. O propósito era treinar as forças da Aliança em caso de resgate de civis, terrorismo, desastres naturais, químicos e nucleares, fazer mediação entre grupos armados, manutenção de paz, crimes transnacionais e causas humanitárias. O governo de Cabo Verde autorizou a operação em seu país desde que houvesse regulação e ciência do material militar e pessoal da OTAN por meio do Estatuto das Forças durante a Realização dos Exercícios *Steadfast Jaguar 2006*. Ademais, as forças cabo-verdianas participaram do treinamento ao ceder unidades de infantaria, de fuzileiros navais, de reação rápida e de polícia militar (CABO VERDE, 2007; AGÊNCIA LUSA, 2006).

É importante analisar os fatores destaques que levaram a Aliança a escolher Cabo Verde dentre inúmeros outros países do mundo para a implantação de seu exercício. Antes da escolha oficial, Gana, Mauritânia, Islândia, Gabão e Canadá eram algumas das opções viáveis na lista da organização para testar a NRF (HUVAL, 2006). Por razões estratégicas, a França não quis que sua ex-colônia fizesse parte de uma atividade militar sob comando da Aliança por receio da influência, em especial, dos EUA e pressionou pela não seleção da Mauritânia (AMES, 2006). Cabo Verde, por sua vez, já possuía um vínculo de cooperação técnico-militar com os portugueses e estes apoiam a maior interação da OTAN com a sua ex-colônia. Além disso, o arquipélago se encontra em uma posição geoestratégica privilegiada para os interesses da organização militar. Está em uma área de intenso tráfego marítimo e aéreo e está próximo à costa ocidental africana onde há importantes depósitos de recursos energéticos. O país também constitui um ponto de trânsito importante de drogas e outras atividades ilícitas entre América Latina, Europa e África Ocidental (MADEIRA;MONTEIRO, 2016). Em 2009, Hillary Clinton declarou “Face à posição geoestratégica de Cabo Verde no corredor do Oceano Atlântico, os Estados Unidos vão aumentar o apoio na luta contra os vários tipos de tráficos: droga, armas e pessoas”. (*apud* ARENA, 2010).

De acordo com os funcionários da Aliança, a operação em Cabo Verde respondia aos objetivos de treinamento da NRF. O país possui certa estabilidade política e localiza-se longe da sede de comando da OTAN. Desse modo, a organização pode testar o alcance, a eficiência e a agilidade de atuação das suas forças, provando ser capaz de promover a segurança em vá-

rias regiões do mundo mesmo diante de maiores distâncias. O arquipélago de Cabo Verde se caracteriza como um ambiente de difícil acesso devido à natureza da sua fisiografia em que a NRF pode desenvolver sua capacidade. Para o país insular, essa operação permitiu o treinamento conjunto das forças cabo-verdianas (forças amadas e serviço de proteção civil) e reconhecimento internacional de sua posição no contexto de segurança global. Nas mesmas condições que Cabo Verde, Açores, ilhas Canárias e Madeira constituem rotas relevantes para o crescimento dos crimes transnacionais diante dos fluxos de norte a sul. Além disso, Cabo Verde não dispõe de recursos suficientes para garantir a segurança das suas fronteiras marítimas, terrestres e aéreas. Isso pode ser utilizada pela OTAN como justificativa para futuras operações de controle na zona do arquipélago (VARELA, 2007).

Essa operação, segundo o ex-comandante operacional da organização, James Jones, também poderia servir para projetar a NRF para próximo à África Ocidental no sentido de prover o monitoramento marítimo dos petroleiros e das instalações energéticas no Delta Níger (AMES, 2006). Sendo assim, assume-se que Cabo Verde situa-se em uma área geoestratégica relevante para os membros da organização militar tanto em matéria de segurança quanto econômica e energética. Conforme Varela (2007, p.18) “...a NATO tem outros objectivos ainda não assumidos ou ainda «impronunciáveis» jogando com as potencialidades e vulnerabilidades de Cabo Verde.”.

A missão *Steadfast Jaguar* antes de se tornar efetiva recebeu críticas por parte de observadores ambientalistas. A OTAN, em seu escopo de princípios, também defende a proteção dos recursos marinhos, no entanto, as Organizações Não Governamentais (ONGs) temiam que a utilização de sonares militares de alta intensidade provocasse um impacto ambiental maior. As ondas sonoras de navios são importantes para identificar o tráfego marítimo e explorar os recursos energéticos, contudo, causam danos no ecossistema marinho. Exemplo disso ocorreu em uma das operações da OTAN no Mediterrâneo, em 1996, que provocou o encalhe de baleias durante as manobras militares na região (EXERCÍCIOS da NATO em Cabo Verde: Ambientalistas Preocupados com Impacto, 2006).

A operação *Steadfast Jaguar* serviu para avaliar a capacidade das forças NRF antes de se tornarem operacionais em outubro de 2006. Essa força de resposta surgiu em meio a um contexto que a Aliança precisava modernizar e transformar a sua dimensão militar operacional. Logo após a era bipolar, pouco progresso foi feito em relação às lacunas militares para operar em regiões fora do limite geográfico da organização, principalmente em decorrência da diminuição dos gastos de defesa europeus em 25%. Durante a década de 1990, os aliados modificaram a estrutura de comando da organização para atender aos objetivos de custos meno-

res, simplificando-a em dois arranjos de *Combined Joint Task Force*. As forças de reação rápida dessa estrutura para atuar no gerenciamento de crises eram dispostas por 600 aeronaves, 10 divisões e 100 combatentes navais. Contudo, não apresentavam adequadamente sistemas de vigilância e inteligência, mobilidade e recursos suficientes para lidar com longas distâncias. A crise em Kosovo foi exemplo dessas falhas operacionais, em especial aos meios aéreos. Diante desse cenário, em 1999, a Aliança adotou a *Defence Capabilities Initiative* para aperfeiçoar as capacidades em torno das operações *out-of-area*. Mais uma vez, as forças não mostravam a prontidão esperada e a necessidade de renovar a estratégia militar se tornou mais urgente após os episódios de 11 de setembro de 2001 e a intervenção no Afeganistão (KUGLER, 2007).

Na Conferência em Praga, em 2002, os aliados decidiram criar uma força politicamente viável e militarmente capaz de lidar com as operações *out-of-area*. A proposta de desenvolvimento da NRF surgiu no seio dos líderes norte-americanos. A ideia foi construir uma força de resposta única que integrasse os componentes terrestres, aéreos e navais. A sua base operacional conta com uma estrutura tecnológica avançada, modernas redes de informação, com aproximadamente 25 mil soldados. Ao mesmo tempo é uma força que pode ser implantada dentro de uma semana e operar em um prazo de um mês, revelando alta prontidão. A NRF está aberta a participação de qualquer membro, uma força multinacional que precisa atuar de forma conjunta. Sua natureza de atuação é múltipla podendo se envolver em atividades de defesa coletiva, em gerenciamento de crises, em casos de desastres químicos, biológicos, nucleares, ambientais, em operações de evacuação civil, de combate ao terrorismo entre outros. Por ser uma força flexível, característica que consolidou a transformação operacional da organização, pode atuar em cenários de longa distância e de difícil acesso e é uma força que se adapta conforme os requisitos da missão. Além disso, a NRF pode servir como uma força autônoma, força de acompanhamento que contribui como parte de outra operação já implantada no território ou agir como força de demonstração, ou seja, uma força de entrada para as missões seguintes (SÁNDOR, 2010).

d) Exercício Militar em Gana:

A marinha dos EUA regularmente organiza visitas aos portos das nações africanas através do exercício *West African Training Cruise*. O objetivo é promover treinamentos, exercícios militares conjuntos, a conscientização marítima e capacidades de resposta em torno da segurança da África Ocidental. Essas missões ocorrem principalmente em Camarões, África do Sul, Gana, Senegal, Gâmbia, Marrocos e Serra Leoa. De 15 a 22 de outubro de 2005, em

torno de mil soldados da OTAN e das forças armadas de Gana realizaram um exercício de treinamento conjunto. Para o almirante ganês Arthur Ruby Sampa Nuno, a missão serviria aos propósitos de fortalecer a capacidade de manutenção de paz das forças armadas de seu país. Ademais, essas atividades consolidam a melhor interoperabilidade entre os países da Aliança e da região. Na contribuição do exercício em Gana, participaram contingentes das forças militares espanhol, norte-americana e italiana e o emprego dos navios *Gunston Hall* e HSV 2 (GAF-NATO military exercises ends, 2005; EUCOM, 2011). Diferente do que aconteceu em Cabo Verde, a operação não estava sob responsabilidade da Aliança, mas sim do comando norte-americano. Várias missões em matéria de cooperação de segurança na África Ocidental, como a *Obangame Express* (atua no Golfo da Guiné), lideradas pelos EUA utilizam das tropas da OTAN. Mais tarde, em 2008, o ex-secretário geral da Aliança, Hoop Scheffer, recebeu o convite do Presidente ganês Kufuor para uma visita diplomática. O diálogo pautou nas iniciativas e reforço da cooperação entre a União Africana e a OTAN em relação às atividades em Somália e Darfur (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2009).

e) Desastres Naturais:

Em 2014, a África Ocidental presenciou o maior surto de ebola desde o conhecimento da existência do vírus da febre hemorrágica na década de 1970 na África Equatorial. O primeiro caso registrado, depois da última epidemia em 1976, aconteceu na vila Meliandou na Guiné. A doença acabou se difundindo para os países vizinhos como Libéria, Serra Leoa, Nigéria. Segundo os dados da Organização mundial da Saúde (OMS) e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, mais de vinte e oito mil casos foram apontados na região e o número de mortes registrado superou onze mil. Além do continente africano, outros casos da doença apareceram em Itália, Espanha, Reino Unido e EUA. As precárias condições de saneamento, do sistema de saúde, a falta de água e a dificuldade de diagnóstico dos sintomas agravaram o problema (WHO EBOLA RESPONSE TEAM, 2016; CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2016).

O surto de ebola também trouxe implicações econômicas para os países mais afetados. Na Serra Leoa, por exemplo, o setor privado teve uma perda de 50% dos empregos, o que impactou na desaceleração do crescimento econômico desses países. Desde 2014, estima-se que a África Ocidental teve um prejuízo de 3,6 milhões de dólares por ano em decorrência da redução de investimentos, do comércio e do turismo. Além disso, como houve reconcentração de recursos voltados à problemática da ebola, parte da população feminina grávida e de pessoas com *Human Immunodeficiency Virus* positivos deixaram de receber os cuidados necessá-

rios para cada caso (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO; 2014). A doença foi classificada como Agente de Risco 4 que indica a necessidade do mais alto nível de proteção. A velocidade de propagação e a dimensão do surto causaram repercussão internacional. Em 2014, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução 2177 que declara a ebola como uma ameaça à segurança internacional e incentivou a mobilização de instituições para conter e combater o surto (GRIGG, 2014; EUROPEAN LEADERSHIP NETWORK, 2014). A Cruz Vermelha espanhola enviou uma unidade emergencial para a Serra Leoa para desempenhar atividades na forma de Centro de Saúde, com um gasto de aproximadamente 290 mil euros (CRUZ ROJA ESPAÑOLA, 2014).

A organização Médico Sem Fronteiras liderou o planejamento de combate e chegou a enviar quinze centros de tratamento e mais de 4.500 profissionais, no entanto, a instituição declarou que a sua capacidade limite foi excedida e requisitou suporte adicional para o controle da infecção (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2016). Um funcionário da OMS confirmou a ausência de recursos e medidas necessárias e eficazes para tratativa da doença quanto aos centros de tratamento, equipamentos médicos, de proteção, camas e ambulâncias (HULTMAN, 2014).

Em setembro de 2014, a *Euro-Atlantic Disaster Response Coordination Centre* recebeu oficialmente do Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários um pedido de assistência para ao fornecimento de suporte logístico aéreo e marítimo, de alguns especialistas na área de defesa biológica e química e navios hospitalares. Como uma forma de expandir a necessidade da ajuda, a *European Leadership Network*, um grupo de pesquisa com sede em Londres que trabalha com o projeto de incentivar a cooperação europeia em assuntos comuns, enviou uma carta destinada ao Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, e outra para ONU e OMS para pedir o envolvimento da Aliança. Segundo o grupo, o uso da organização e de seus recursos para o combate da ebola na África Ocidental estaria de acordo com as diretrizes da ONU. As cartas tiveram mais de quarenta assinaturas que incluíam o consentimento de dois ex-secretários gerais da OTAN, Robertson e Jaap de Hoop Scheffer, três ex-primeiros ministros da França, Itália e Holanda, ex-ministros da defesa e dois ex-ministros britânicos das relações exteriores, David Owen e Douglas Hurd (EUROPEAN LEADERSHIP NETWORK, 2014). O principal questionamento na época era de que maneira uma organização militar como a OTAN poderia auxiliar no combate a epidemia?. Segundo Stoltenberg, “The question is not whether NATO allies are contributing in fighting Ebola, but the question is whether this is best organized through a NATO structure” (*apud* DAHLBURG, 2014).

Na elaboração das cartas, o grupo de pesquisa se atentou a mencionar as estruturas e mecanismos que auxiliariam na eficácia do combate à ebola. Dentre elas, falou-se na necessidade de obter um transporte aéreo eficiente para equipamentos, helicópteros equipados para deslocar suprimentos e pessoal em atividades diárias e noturnas, um veículo marítimo para auxiliar na logística, navios hospitalares e um adicional de equipes médicas de outros países (EUROPEAN LEADERSHIP NETWORK, 2014). O ex-chefe das forças armadas britânicas, David Richards, expôs que a situação na África Ocidental obteria sucesso se a OTAN assumisse o comando das atividades em campo (COOPER, 2014). Esse tipo de discurso leva a um debate atual quanto à interferência da natureza militar em assuntos de humanitarismo e desenvolvimento econômico e político. Esse contexto já é um retrato da expansão de atividades que a OTAN vem lidando desde o fim da era bipolar. Todavia, o chefe da missão da ONU no âmbito do combate à ebola afirma que “not so much about who provides help, but that it’s provided really fast” (*apud* FINNAN, 2014). Há vários indícios que apontam para uma grande vantagem em se utilizar a OTAN em situações de desastres naturais como essa. Apesar de alguns problemas institucionais, a estrutura da organização pode se adequar às exigências dimensionadas nas cartas. Aliados como EUA e Espanha possuem navios hospitalares que poderiam ser cedidos para operações como essa. A organização também conta com um aparato logístico de transportes marítimos e aéreos competentes e equipes médicas de centros militares extremamente capacitados que poderiam auxiliar no tratamento da ebola (WAR on Ebola; Nato should take over the fight against the deadly virus, 2014).

Um possível envolvimento da OTAN no caso seria a responsabilidade por fazer a transferência de pacientes com alojamento do vírus para centros de tratamentos em países com melhores recursos. Esse plano surgiu a partir do acompanhamento de dois médicos britânicos sobre os casos, David Southall e a Dra. Rhona MacDonald, que relataram as dificuldades e o longo tempo de espera que os governos africanos e outras entidades tinham para estabelecer mais centros locais de tratamento. Portanto, sugeriram a ideia de transportar os doentes para outros países que disponibilizassem melhor estrutura de hospitais de isolamento ou mesmo os militares. O contributo da OTAN também seria crucial para monitorar a evacuação médica e ajudar na criação de instalações de saúde em campo. A Aliança já possui um Centro de Excelência para Medicina Militar que lidera na interoperabilidade entre os esforços médicos. Dois dos membros da Aliança, EUA e Inglaterra disponibilizaram um contingente militar para auxiliar na situação emergencial. Os EUA enviaram cerca de quatro mil soldados para Libéria e os britânicos ajudaram também com tropas, com um navio hospitalar e helicópteros para Serra Leoa. Contudo, ainda encontravam problemas em garantir operações logísti-

cas para a criação dos centros de tratamento. Portanto, acreditava-se que a OTAN poderia suprir as lacunas existentes (DAVIS, 2014; COOPER, 2014).

Apesar dos pedidos, a Aliança não se envolveu diretamente no combate ao surto da ebola. Para o presidente do Comitê dos Serviços Médicos Militares da OTAN, Gérard Nédellec, a organização militar, antes de se envolver no caso, precisava obter maior capacitação em como lidar com questões ligadas a biodefesa, principalmente em relação a uma doença que atinge o nível quatro de risco, visto que sem o treinamento específico e adequado poderia gerar maior gravidade para o caso. Mais tarde, em 2016, organismos internacionais declararam que a epidemia havia sido controlada através das vacinações, do rápido isolamento e tratamento dos pacientes (DAVIS, 2014). Essa situação emergencial serviu para que a Aliança reestruturasse seus recursos para lidar com futuras operações semelhantes a essa.

4.2 Perspectiva dos Atores Regionais em Relação à OTAN

No Atlântico Sul, a Aliança não pode ignorar o peso das potências emergentes na região e não tão pouco as perspectivas negativas e positivas quanto ao seu papel de envolvimento. Hoje, essas potências avaliam uma necessidade maior em construir uma política de defesa e de segurança projetada para o Atlântico Sul que garanta o próprio controle sobre os recursos energéticos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A permanência da Zopacas, após a era bipolar, revela a vontade política de alguns atores regionais em continuar ocupando *locus* de poder na região e repelir a influência estrangeira. Além disso, há receio das potências de que o aumento das ameaças à segurança e a fragilidade dos mecanismos de segurança regionais possam imperar como justificativas para o envolvimento da organização (FIGUEIREDO; MONTEIRO, p.34). Nessa seção da pesquisa também será abordada, em especial, a postura argentina e brasileira quanto à importância estratégica do Atlântico Sul para suas relações de poder regional e global, as dinâmicas de parcerias e os seus relacionamentos com a OTAN.

a) Brasil:

Na maior parte dos anos da Guerra Fria, a estratégia naval brasileira sobre o Atlântico Sul esteve subordinada às diretrizes norte-americanas no sentido de impedir a presença dos soviéticos nesse oceano. O funcionamento da Marinha Brasileira, portanto, dependia vigorosamente da disponibilidade dos EUA em conceder os meios materiais necessários para a sua defesa naval. Nesse período, houve ampla modernização da marinha através de equipamentos tecnológicos militares avançados que proporcionaram uma reformulação no campo da defesa

nas décadas seguintes. Nos anos 1970, o Brasil passou a adotar uma postura menos dependente das concepções e dos materiais navais dos EUA. Para isso, o Brasil ampliou as suas fontes de abastecimento de equipamentos bélicos através do mercado europeu. Esse objetivo foi consolidado com a formulação da Política Básica e Diretrizes da Marinha (1977) que trouxe um planejamento mais direcionado aos interesses nacionais. O Brasil passou a promover maior diálogo com os países do entorno regional (América do Sul e África), estabelecendo, em 1986, a Zopacas. Esta foi uma importante iniciativa que reforçou seu desígnio em evitar a presença militar de potências extrarregionais na região (SILVA; 2014).

Mais tarde, em 1996, especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, orientações para a defesa nacional foram estabelecidas a partir da Política de Defesa Nacional (PND). Nesse documento, o Atlântico Sul é incorporado no espaço regional brasileiro, contudo, sem dimensionar o seu atributo político. Enfatiza a importância de reforçar os laços cooperativos para inibir uma agressão externa. Por outro lado, segundo Gonçalves e Coberllini (2014), não fica estabelecida a utilização da Defesa com um instrumento de projeção de poder nesse oceano. Até então o Atlântico Sul não havia assumido uma posição de prioridade estratégica para o campo da defesa brasileira.

A relevância desse entorno para a perspectiva brasileira culminou somente nove anos mais tarde. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o pensamento estratégico enfatizou a importância do Atlântico Sul através da reformulação da PND II. No texto, a concepção de segurança adota uma abordagem mais ampla a qual envolve as esferas econômica, militar, social, política, militar e ambiental. A nova política de defesa continua a sustentar o incremento das relações com os países da região para assegurar a estabilidade do Atlântico Sul. Além disso, o documento, ao orientar o controle, a defesa e o patrulhamento das águas jurisdicionais brasileiras e a seguranças das linhas de comunicação marítima, revela o peso político e econômico que esse espaço representa para a perspectiva brasileira. A estratégia de defesa também emprega a diplomacia como recurso de primeira instância para a solução de conflitos e, ao mesmo tempo, os meios militares com o intuito de promover a dissuasão (BRASIL, 2012a; ABDENUR; SOUZA NETO, 2013b). “O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul” (BRASIL, 2012a, p. 25).

A partir dos anos 2000, é possível conjecturar os fatores que levaram o Brasil a ter um olhar mais focado sobre o Atlântico Sul. Primeiro, como consequência da rápida introdução de commodities no mercado global, os fluxos comerciais brasileiros registraram enorme ex-

pansão. Hoje, cerca de 95% desse comércio é realizado via marítima o que implica na garantia de segurança em mar. O país também detém de uma significativa diversidade marinha e relevantes recursos naturais em suas águas jurisdicionais. Em 2007, por exemplo, a descoberta de depósitos de petróleo nas camadas de pré-sal brasileiras contribuiu ainda mais para a revalorização da região no campo geoestratégico (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013b). Outro fator que incide em maior atenção brasileira nesse espaço marítimo é a sua extensão costeira (7.500 km). Há uma preocupação quanto ao aumento das ameaças não convencionais presentes no Atlântico Sul tais como pirataria, terrorismo, pesca ilegal, tráfico de drogas entre outros crimes transnacionais que exigem uma vigilância constante e uma estrutura de defesa consolidada (GONÇALVES E COBERLLINI; 2014).

A publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, também significou uma considerável contribuição na formulação da estratégia brasileira sobre o Atlântico Sul. A END ressalta o papel da defesa marítima e traz orientações para melhor planejamento e capacitação das forças militares com o propósito de implementar os objetivos descritos na PND. As principais funções delegadas à Marinha brasileira envolvem o controle, mobilidade e presença sobre as áreas marítimas, a garantia de projeção de poder e a negação do uso do mar. Para isso, reforça-se a ideia de adquirir maior qualificação tecnológica e menor dependência dos recursos estrangeiros, portanto, uma marinha de guerra moderna e desenvolvida. Em 2012, outro documento estratégico formulado com o intuito de esclarecer as linhas de ação de entidades governamentais brasileiras sobre a questão de segurança e defesa ficou mais bem conhecido como o Livro Branco de Defesa. A ideia geral de ambos é incentivar também a expansão e modernização das forças armadas com recursos tecnológicos nacionais (BRASIL, 2012b). Como produto dessas diretrizes, no período entre 2007 a 2010, os gastos públicos destinados à Defesa aumentaram de 0,9% para 6% (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Diante da progressão no âmbito da defesa naval, as autoridades brasileiras viram a necessidade de construir uma “mentalidade marítima” para que a população enxergasse a importância do Atlântico Sul para a estratégia brasileira. Posto isso, em 2004, inicia-se uma campanha que ressalta o valor econômico e político da faixa oceânica rica em recursos naturais e em biodiversidade marinha conhecida como Amazônia Azul. Essa área é enfatizada como o “patrimônio brasileiro em mar” que abrange a ZEE e a Extensão da Plataforma Continental, totalizando em torno de 4,5 milhões de km². Em 2007, a Marinha se torna responsável por garantir a proteção dos recursos, a soberania brasileira nessa área oceânica e continuar incentivando a consciência marítima, principalmente onde há ampla extração de petróleo. Conforme CNUDM, além do mar territorial (12 milhas), da Zona Contígua (até 24 milhas), da ZEE (200

milhas), o Brasil quer que a Amazônia Azul incorpore ainda as 350 milhas da Plataforma Continental, os Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo e as ilhas Oceânicas de Trindade e Martim Vaz como produto de sua projeção de poder, sabendo da existência de importantes depósitos de recursos naturais nessas áreas (BRASIL, 2012b).

Nas últimas décadas, o Brasil tem se concentrado em promover programas e operações sobre o Atlântico Sul como uma forma de materializar a sua presença e influência na região. O projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul vem sendo implantado gradualmente pela Marinha através de radares, satélites, navios-patrolha e de aeronaves veículos aéreos não tripulados que vão ajudar a monitorar e identificar as ameaças, o tráfego marítimo e as atividades de exploração dos recursos naturais na extensão da Amazônia Azul. A ativação da Operação Atlântico Sul integra as forças armadas (marinha, exército e aeronáutica) com objetivo de proteger infraestruturas estratégicas como portos, usinas hidrelétricas e nucleares e refinarias. Essa grande operação militar também envolve a proteção de bases aéreas e navais, patrulha naval e auxílio na logística (SOAMAR PORTUGAL, 2016).

Além desses, três programas irão implicar no incremento da capacidade naval brasileira: o Programa de Obtenção de Meios de Superfície, o Programa de Obtenção de Navios-Aeródromo e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). O primeiro visa incorporar onze embarcações à Marinha destruídos em navios escolta, de patrulha e de apoio logístico. Já o segundo programa prevê a construção de navios aeródromos. Por fim, o terceiro traz um projeto sobre quatro submarinos convencionais e um nuclear a fim de reforçar a negação do uso do mar ao inimigo. Desde 1982, o Brasil também tem se engajado em pesquisas científicas acerca do espaço oceânico do continente antártico. O Programa Antártico Brasileiro permite a participação ativa em uma região que prevê oportunidades econômicas promissoras, revelando ser uma área de importância estratégica para a geopolítica brasileira (BRASIL, 2012b).

Como exposto, o Atlântico Sul serve como um instrumento de projeção de poder brasileiro e um articulador a nível global. Posto isto, não é uma surpresa que o Brasil se oponha a presença da OTAN na região. A expansão do escopo de missões e do alcance geográfico da Aliança causou desconfianças por parte das elites políticas brasileiras. Foi a partir de meados da década de 2000 que houve maiores esforços por parte da OTAN em promover diálogos com os países latino-americanos e africanos, o que acabou intensificando a preocupação brasileira. Em primeira instância, o Brasil quer evitar que um ator extrarregional como a OTAN incida sobre o controle e o acesso aos recursos naturais importantes do Atlântico Sul. As elites brasileiras defendem a estrutura de segurança coletiva oferecida pela ONU ao invés da dele-

gação de responsabilidades a organizações regionais que podem justificar suas ações militares por essa vertente. A maior atuação da OTAN na região pode minar os objetivos brasileiros de se tornar um ator influente a nível regional e global e perturbar a construção de uma comunidade transatlântica incentivada pelos brasileiros. Além disso, a Aliança é vista como um instrumento da política externa norte-americana para legitimar suas operações no exterior. As elites brasileiras buscam uma menor dependência das suas relações com os EUA e uma provável parceria com a OTAN significaria continuar se submetendo as concepções norte-americanas. O estreitamento de vínculos com a organização implicaria no estranhamento por parte de seus vizinhos (Venezuela, Bolívia, Cuba) que se opõem as condutas norte-americanas (ABDENUR, HERZ, 2015). Em uma das conferências do Conselho de Segurança (CSONU), Antônio Patriota expôs o descontentamento brasileiro:

‘We are still concerned that NATO may be seeking to establish partnerships outside of its defensive zone, far beyond the North Atlantic, including in regions of peace, democracy, and social inclusion that do not accept the existence within that space of weapons of mass destruction’. (apud ABDENUR; SOUZA NETO, 2013b, p. 06).

Quanto às questões de segurança na região, a Aliança e o Brasil possuem interesses em comum. Ameaças à segurança marítima tais como a pirataria, o terrorismo, imigração irregular, o tráfico de drogas, armas e humano são alguns dos objetivos destacados por ambos. A segurança cibernética também é uma questão chave desenvolvida por ambos os atores nas suas estratégias de defesa. Garantir o livre fluxo comercial via marítima e a proteção dos recursos naturais são interesses dos membros da OTAN em vista da suas participações nessas atividades e no valor econômico que isso implica. Todavia, os tipos de respostas para lidar com essas ameaças não são compartilhadas pela Aliança e pelo Brasil. Exemplos disso repousam sobre as intervenções militares na história conduzidas pela OTAN em Líbia, Kosovo que não tiveram o voto brasileiro a favor (DUARTE, 2015).

Embora a OTAN e o Brasil compartilhem dos valores democráticos liberais, algumas concepções acerca das normas internacionais divergem. Na Constituição Federal de 1988, o Brasil defende o princípio de não-intervenção e resoluções pacíficas de controvérsias como diretrizes de sua política externa. As recentes ações da OTAN têm sido vistas como contrárias a esse princípio e lesivas à estrutura do sistema de segurança coletiva. A formulação pela elite brasileira do conceito *Responsibility while Protecting* (RwP) reforça essa postura de descontentamento quanto as políticas intervencionistas adotadas na Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal, nos anos 2000, pela compreensão da *Responsibility to Protect* (R2P). A R2P concede o direito à comunidade internacional de intervir quando um Estado se omite ou é o próprio violador dos direitos humanos. Portanto, esse conceito possui um ca-

ráter discricionário referente a quando e como intervir. Já o RWP tem como premissa limitar o uso da força a ser o último instrumento a ser utilizado, a importância de avaliar o contexto e as soluções que podem ser implementadas. Além disso, há a necessidade de um mandato do CSONU que irá estabelecer a quem a autoridade é delegada para recorrer a meios coercitivos. Foi o exemplo de intervenção na Líbia que chamou atenção para o Brasil. O objetivo da OTAN foi interpretado pelas potências emergentes como uma maneira de utilizar o mandato de proteção dos civis para conseguir a mudança de regime interno (STUENKEL, 2015). Este seria mais um motivo brasileiro em se opor a parceria com a Aliança.

Na época em que o Conceito Estratégico de 2010 foi formulado, os EUA não mostraram forte apoio à parceria da OTAN com o Brasil. Isso porque os norte-americanos ressaltavam o papel da OEA para a tratativa das questões nas Américas e não o envolvimento da Aliança para as resoluções. Por outro lado, Portugal e Espanha são grandes incentivadores da cooperação entre a organização e o Brasil, que serão retratadas as razões mais adiante na pesquisa (DUARTE, 2015).

O setor da sociedade brasileira que vê na cooperação com a OTAN uma oportunidade favorável ao aprimoramento das capacidades de defesa são os militares. Segundo Helbig (2015), a OTAN deveria focar no seu relacionamento com as forças armadas brasileiras e iniciar um movimento de aproximação. Para isso, promover contatos regulares com a Escola Superior de Guerra para compreender melhor os interesses e os procedimentos operacionais do exército brasileiro. Investir no papel da comunicação, ou seja, continuar a realização de conferências, debates e simulações a fim de que se construa uma nova concepção brasileira acerca da natureza da Aliança. O autor (2015) também sugere que, se necessário, seja implementada uma cooperação ad hoc no Atlântico Sul através da ONU para legitimar a atuação da OTAN. Além do engajamento puramente militar, a organização vem lidando com naturezas diversas de missões como aspectos de planejamento civil que podem ser mencionados na relação com o Brasil, desmistificando o caráter militar interventivo da organização. Por fim, o autor entende que toda a estrutura da OTAN de treinamentos, intercâmbio de informações e de materiais que pode ser oferecida ao Brasil auxiliará no objetivo brasileiro de conquistar posição de poder a nível global. Embora Helbig (2015) e os militares brasileiros tenham uma visão positiva sobre a OTAN na região, não se pode acreditar veemente nas ações puramente humanitárias e desinteressadas da organização.

Embora o Brasil assuma uma posição contrária à influência da Aliança no Atlântico Sul, o país não deixou de participar de arranjos diplomáticos promovidos pela OTAN. Em 2011, por exemplo, a organização realizou um seminário com seus 28 membros e convidou o

Brasil para compor o debate acerca do contexto da pirataria. Desde 2010, o Brasil, assim como Argentina e Chile, são chamados para participar da reunião anual sobre *Maritime Commanders Meeting* e trazer a suas percepções de segurança marítima sobre o Atlântico Sul. Esses países também começaram a estar presentes no *NATO Codification Scheme International Sponsorship Programme* que integra domínio militares e logística. Além disso, a organização e os brasileiros auxiliaram em operações contra pirataria ao longo da costa da Somália. O Brasil forneceu pessoal para compor a força multinacional enquanto a organização coordenou a operação *Ocean Shield*. Ambos mantiveram contato através da *Shared Awareness and Deconfliction*, em 2008, que trimestralmente reuniões foram realizadas para harmonizar as informações e capacidades acerca das atividades de combate a pirataria no Golfo de Áden. Em 2014, no campo da segurança cibernética, o Brasil engajou alguns contatos com a *NATO Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence* (WIJK, 2015; PAVIA, 2015).

b) Argentina:

A partir da década de 1983, em um período de transição democrática, a política externa argentina pautou-se em recuperar relações mais próximas com o Ocidente, especificamente os EUA. Contudo, foi apenas na administração de Carlos Menem, em 1989, que o fortalecimento das relações com os norte-americanos se tornou uma prioridade diplomática. Em meio a um contexto de crise econômica interna e fragilidade do modelo de desenvolvimento econômico, Menem considerou o maior vínculo político com os EUA uma estratégia de garantir o desenvolvimento do país. Como objetivo de melhoria econômica e maior poder de barganha, buscou reafirmar relações com os países da Comunidade Europeia, consolidar sua participação no Mercosul e manter também um bom diálogo com os países vizinhos sul-americanos. A Argentina decidiu se engajar em diversas operações de paz da ONU (Balcãs, Chipre, Gaza, Haiti, Croácia, Saara Ocidental, Moçambique, Angola, Guatemala), representando 82% das contribuições latino-americanas nesse âmbito em 1998. Sendo assim, a Argentina assumiu que o alcance de maior projeção no cenário internacional dependia do seu envolvimento militar ativo na ONU e da construção de laços com a OTAN (ARROYO-ROJAS, 2001; MERKE, 2011).

Desde 1992, Menem declarava o seu interesse em se tornar um membro da Aliança. Nesse ano, o Ministro das Relações Exteriores, Guido Di Tella, visitou a sede da OTAN em Bruxelas e no ano seguinte promoveu um seminário sobre as questões de segurança global, convidando importantes funcionários de alto nível da organização para participar. A presença do vice-secretário-geral da OTAN (Amedeo de Franchis), do Diretor da Estratégia de Análise

do Planejamento da Força (Jonathan Day) e do Vice-Chefe Supremo (Peter Woodhead) da OTAN apresentaram discussões acerca do papel da organização no novo cenário mundial. Foi uma oportunidade para os argentinos compartilharem o seu desejo de iniciar intercâmbios operacionais, militares e políticos com a estrutura da Aliança. Em 1998, a Argentina conseguiu seu primeiro espaço de cooperação com a organização militar através da sua participação na Força de Estabilização na Bósnia-Herzegovina. Mais especificamente, os argentinos enviaram tropas para a Unidade Especializada Multinacional, que integra forças policiais do tipo *gendarmarie* (DOMINGUEZ, 1999; MERKE, 2011).

Em 1999, a Argentina continuou contribuindo com tropas, engenheiros e médicos que ficaram conhecidos como *Argentine Joint Grouping* e estiveram sob o comando da Brigada italiana. Ademais, um oficial argentino se manteve como elo na SHAPE. A operação conjunta em Kosovo significou a maior eminência de interação entre OTAN e Argentina. Depois do acordo de paz, os argentinos se ofereceram para compor as forças de estabilização da paz em Kosovo (MERKE, 1999). Foi nesse período também em que a Argentina entendeu que seria um bom momento para solicitar o seu pedido oficial de membro. Em 1999, o presidente Menem envia uma carta para Bill Clinton e ao NAC explicitando seu interesse em aderir a Aliança formalmente (REFICCO, 1998).

Para a Argentina, fazer parte dessa organização militar implicaria aceitar um conjunto de valores e normas ocidentais e ganhar projeção global a partir de uma das instituições mais representativas. “Argentina is interested in joining NATO to seek ‘shared objectives throughout the world including, logically, in the South Atlantic,’ which gives a clue to the role the country intends to play on behalf of Anglo-American interests.”. (GALINDO; RUSH, 1992, p.36). As mudanças e os debates que ocorriam por causa da direção em que a política externa argentina estava tomando eram uma estratégia de desviar atenção para longe dos problemas econômicos internos. Tanto vínculos mais estreitos com os EUA quanto à participação na OTAN também viabilizavam maior contrapeso argentino ao avanço de poder brasileiro na região e as negociações com a Inglaterra nas questões das Ilhas Malvinas. Fazer parte da OTAN seria continuar o envolvimento nas operações de paz, adquirindo maior conhecimento e experiência na gestão de crises, aproveitando dos treinamentos regulares com tropas alemãs, britânicas, italianas e ganhando maior capacitação militar através do modelo da OTAN. Enquanto países como Espanha, EUA, Itália apoiavam a parceria com a Argentina, Inglaterra, no início, era contra essa maior participação (MERKE, 2011, PICAZO, 2004; REFICCO, 1998).

Para a OTAN, a parceria com um país sul-americano significava obter influência e compartilhamento de interesses no Atlântico Sul. Logo, através desse apoio, era uma maneira

da organização conseguir legitimar suas ações a nível global e regional. Em 1992, a Argentina também declarou sua intenção de servir como elo entre a OTAN e outras nações como África do Sul, Brasil, Chile Paraguai e Uruguai para um possível arranjo de cooperação naval no Atlântico Sul. Ademais, também mostrou interesse em solicitar alterações no âmbito do TI-AR, da Junta Interamericana de Defesa e do Colégio Interamericano de Defesa para facilitar uma relação militar entre os países do Cone Sul e da OTAN (GALINDO; RUSH, 1992). Todavia, a resposta da Aliança dada ao pedido de Menem foi de recusa em vista da norma legal e de limitação geográfica estabelecida no Tratado de Washington. Isso resultaria em uma reforma improvável do Tratado. O convite de adesão serve apenas aos países que se encontram no Atlântico Norte, assim demarcado no documento (REFICCO, 1998).

Em 1997, o episódio em que os EUA concedem oficialmente a Argentina o status de aliado extra-OTAN marca a história de sua política externa. Isso porque é a primeira vez que um país sul-americano recebe esse título e entra para grupo no mesmo patamar de parceria que Israel, Jordânia, Egito, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Todavia, envolver a Argentina nesse título teve uma motivação diferente para os EUA em relação aos outros países. Compreendia muito mais uma lógica simbólica de identidade do que uma questão de segurança. Embora o nome possa confundir as propostas, essa aliança não tem nenhum vínculo empregado com a OTAN. Para os argentinos esse status significa reconhecimento político das suas participações nas operações de paz e prestígio internacional. Ademais, a aliança permite que a Argentina tenha acesso a equipamentos e munições de defesa excedente norte-americano, ou seja, atribui-se condições preferenciais. Também há o envolvimento em pesquisas e transferência de tecnologias dos EUA, treinamentos conjuntos e participação de projetos de investigação antiterrorista. Todavia, essa aliança não abrange um arranjo de defesa mútua, ou seja, os EUA não se comprometerão em auxiliar na defesa argentina caso haja alguma agressão externa ao território e vice-versa. A estratégia argentina era ainda poder utilizar dessa aliança para continuar barganhando adesão na OTAN (MURANDIAN, 1997; PICAZO, 2004, REFICCO, 1998). Para Reficco (1998), o título concedido à Argentina significou um “prêmio de consolação” por não ter conseguido fazer parte da OTAN.

Para os EUA, essa relação estreita com os argentinos implica em vários objetivos estratégicos. Em primeira instância, aproxima os norte-americanos do contexto do Atlântico Sul, principalmente em relação aos recursos naturais vitais. Também se esperava que essa parceria implicasse em maior apoio argentino quanto às ações dos EUA na região e no mundo e um mecanismo para tentar mudar as percepções antiamericanas sensíveis por parte dos países sul-americanos. Na época, o governo dos EUA tencionava por negociações para a Área de

Livre Comércio das Américas (ALCA) e, portanto, essa parceria era uma chance norte-americana de moldar as percepções do Cone Sul. Chile e Brasil, por exemplo, se opuseram a firmação dessa aliança em virtude do desequilíbrio de poder que poderia causar no Atlântico Sul. As tecnologias compartilhadas e os meios militares permitem que a Argentina se sobressaia na questão de poder militar. Ademais, o governo Bush solicitou que os argentinos suspendessem os acordos que tivessem com o Iraque ou outros países que seguissem uma linha independente de aquisição tecnológica bélica. Em 1991, a Argentina dispôs a apoiar os EUA na guerra contra o Iraque e sugeriu a sua participação em operações militares no Golfo, marcando o início das relações de proximidade (GALINDO; RUSH, 1992; PICAZO, 2004; REFICCO, 1998). Para provar aos EUA o seu interesse em melhorar as suas relações, a Argentina resolveu aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, ao Clube de Londres e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, a fortalecer vínculos com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e interromper o projeto Condor II.

Mais tarde, no governo de Néstor Kirchner (2003-2007), as mudanças do cenário interno e global resultaram em transformações da política externa argentina. Primeiro, o governo adotou uma postura mais crítica ao sistema do Consenso de Washington, ao arranjo da ALCA e principalmente, às diretrizes adotadas nas administrações anteriores ao longo da década de 1990. A Argentina percebeu que os EUA pouco auxiliaram na mediação com o Fundo Monetário Internacional no tratamento da sua dívida externa. Desse modo, o governo passou a priorizar questões que envolvem a América do Sul em detrimento da agenda internacional. Se envolveram cada vez mais nas negociações do Mercosul e reformularam políticas focadas na proteção de seus recursos naturais (aquífero guarani, por exemplo), no desenvolvimento do país e em assuntos energéticos. As hostilidades com a Inglaterra em relação às Ilhas Malvinas retomaram o alvo das suas reivindicações. E por fim, a aliança com os EUA estabelecida em 1997 foi perdendo forças nas décadas seguintes, reforçando o objetivo de assumir uma política mais independente e afastada da agenda de segurança norte-americana (MERKE, 2011).

As relações com a OTAN também foram perdendo foco. Depois de 2006, a Argentina suspendeu o envio de oficiais para manter a ligação com a SHAPE. As percepções argentinas quanto à atuação da Aliança começaram a se aproximar do ponto de vista mais crítico dos latino-americanos. Passaram a compreender a OTAN como um instrumento de poder norte-americano ao invés de um organismo multilateral (MERKE, 2011). Em 2014, a presidente Cristina Kirchner declarou que o “Reino Unido montou nas Malvinas uma base militar nuclear da Otan com poder de fogo suficiente para chegar com mísseis a grande parte da América do Sul” e “Das Malvinas se maneja toda a operação militar britânica no Atlântico Sul e tam-

bém os sistemas de inteligência eletrônica. As ilhas se encontram entre os territórios mais militarizados do mundo””. (EFE, 2014). Por consequência, hoje, uma relação de parceria com a OTAN parece menos provável de acontecer.

c) Reativação da Zopacas:

Após a era bipolar, o mecanismo de cooperação do Atlântico Sul ficou adormecido por alguns anos. Isso porque o cenário interno dos países da região passava por crises econômicas, o que implicou em uma limitação de custos em ações externas e foco nos problemas domésticos. Outros organismos regionais surgiram e foram priorizados em detrimento da Zopacas tais como o Mercosul e a CEDEAO. Nesse momento, as relações entre os países sul-americanos e os africanos também foram perdendo força. Ademais, boa parte dos submarinos das potências tradicionais reduziram no Atlântico Sul com a dissolução da URSS. As duas primeiras reuniões da Zopacas ocorreram, em 1988 e 1990, com o propósito de dimensionar os interesses dos Estados, no entanto, poucos avanços foram feitos em matéria de segurança. De maneira geral, essa zona de cooperação tem como objetivo moldar as relações de forças dentro do Atlântico Sul segundo as próprias diretrizes regionais. Isso envolve um ambiente que reduza qualquer iniciativa hegemônica, impeça a militarização do Atlântico Sul e a presença de atores extrarregionais. Portanto, a Zopacas prepara uma área pacífica que esteja livre de bases militares estrangeiras e armas de destruição em massa, como ficou estabelecido na anexação da Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016; RUCKS, 2014).

Embora o foco da Zopacas repouse sobre a cooperação em segurança regional, outras facetas são abordadas nas agendas políticas tais como o desenvolvimento econômico, social e do meio ambiente. Em 1994, foram elaboradas a Declaração do Meio Ambiente Marítimo e a Declaração da Cooperação Comercial no Atlântico Sul para complementar a agenda regional. A reativação da Zopacas veio em um contexto em que o Atlântico Sul retoma a sua posição de valorização estratégica aos olhos das potências globais e emergentes. A descoberta de mais depósitos de petróleo e recursos naturais nas águas jurisdicionais, o aumento das ameaças de natureza diversa na região e o interesse das políticas externas, em particular a brasileira, em projetar poder constituíram alguns dos elementos para a retomada da Zopacas (PIMENTEL, 2015). Nesse momento, havia maior convergência para se construir uma governança no Atlântico Sul. É esperado que valores, normas e ideias possam ser compartilhados pelos países da região a fim de que se consolide uma identidade do Atlântico Sul. Segundo Abdenur, Mattheis e Seabra (2016) a Zopacas se estabelece como um divisor de águas, ou seja, um me-

canismo que está orientado mais a separar o Atlântico Sul do Atlântico Norte do que servir como um arranjo de integração entre o continente sul-americano e a África Ocidental.

A reunião que marcou a reativação da Zopacas datou em 2007, na Angola, e que deu origem ao Plano de Ação de Luanda. Reforçou os laços de cooperação econômica e o domínio do regime de não-proliferação de armas nucleares. Mais tarde, na Argentina, foram discutidos alguns assuntos de segurança marítima como a pesca ilegal e a proteção dos recursos naturais, a proposta de reforma da CSONU e um regime comercial mais igualitário. Em 2013, a reunião no Uruguai, pela primeira vez, contemplou a presença dos ministros da defesa e resultou no Plano de Ação de Montevideu. Esse plano abrange um escopo maior de ameaças à segurança e prevê o combate aos crimes transnacionais (tráfico de drogas, armas e humano), proteção das linhas de comunicação marítima e o incentivo aos exercícios militares conjuntos. Também é colocada na agenda a importância de cooperação no mapeamento e exploração dos fundos marinhos e na área ambiental (PIMENTEL, 2015; CARVALHO; NUNES, 2014).

Todas essas reuniões reforçam o propósito de evitar que atores como a OTAN e alguns de seus membros como EUA, França e Inglaterra influenciem e sejam os principais fornecedores de segurança no Atlântico Sul. Nas palavras do ministro brasileiro Celso Amorim “Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar, e não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial e neocolonial” (2013 *apud* RUCKS, 2014, p. 155). A ideia é utilizar a Zopacas como aparato que se responsabilize pelas questões de segurança do Sul em oposição às intervenções justificadas pela ideia da NATO Global. Sendo a Aliança um composto de potências nucleares, a sua presença no Atlântico Sul infringiria o princípio da Zopacas em evitar a proliferação de armas de destruição em massa (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016).

A Zopacas foi estabelecida com a intenção de evitar a militarização do Atlântico Sul e defender a resolução pacífica de controvérsias. Do mesmo modo, esse fórum também defende pesquisas científico-militares, modernização e capacitação das forças militares a fim de lidar com os desafios de segurança na região. Portanto, como promover efeitos dissuasórios no Atlântico Sul sem envolver o investimento em recursos bélicos?. Nesse âmbito a questão é conceitual (PENHA, 2011). Quando se fala em desmilitarização implica em reduzir o arsenal bélico dos países. Por outro lado, quando o conceito é promover a não-militarização, como é o caso da Zopacas, resulta nas “... atividades relacionadas às questões e interesses internacionais alheios aos da região, de maneira a não afetar de modo algum os programas de modernização e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas dos países da área.” (MIYAMOTO,

1987, p.21). Ou seja, evitar que o Atlântico Sul seja envolvido por atividades militares originadas do contexto internacional, como foi a Guerra Fria (manter-se afastado do conflito Leste-Oeste).

Para alguns críticos esse argumento ainda se faz bastante flexível. Os países membros tem o direito de desenvolver capacidades bélicas, promover pesquisas em energia nuclear e utilizar dessa energia somente para fins pacíficos. Contudo, no âmbito da Zopacas não há referências quanto o limite permitido para acumulação bélica e de energia nuclear. Portanto, o questionamento é: Como se falar em uma Zona de Paz no Atlântico Sul onde não se limita o poderio militar?. As recentes políticas nacionais de defesa também resultam em pontos de reflexão. O Brasil, por exemplo, declarou que um de seus objetivos é garantir o desenvolvimento do submarino nuclear até 2025. Isso é justificado pelos seus interesses em proteger os recursos naturais da plataforma oceânica de possíveis ameaças externas e promover a autonomia nuclear. Ademais, o Brasil está entre uma dos maiores exportadores de armamentos do mundo (PATTI, 2015).

Todavia, algumas limitações institucionais e estruturais da Zopacas servem de lacunas para as potências extrarregionais poderem influenciar cada vez mais na região. Diferente da OTAN, a Zopacas possui um baixo nível de institucionalização, ou seja, não integra uma sede centralizada, um secretário-geral, um orçamento que são importantes elementos para se consolidar como uma organização. A estrutura de decisão ainda repousa sobre os Estados membros (intergovernamental). Além disso, há uma pluralidade de interesses quanto às questões econômicas e de segurança que impedem a construção de uma agenda regional coesa e a integração desse fórum. Esse arranjo de cooperação também é limitado pelas assimetrias de poder e capacidades dos membros. Poucos países, como Brasil, África do Sul, Argentina, Nigéria e Angola, possuem recursos militares desenvolvidos para lidar com os desafios de segurança regional e garantir interoperabilidade entre as forças armadas. Mesmo assim, essas capacidades ainda não são suficientes para abranger a dimensão da segurança em todo Atlântico Sul. Os membros também diferem no nível de comprometimento com a estrutura de cooperação. Geralmente, países que possuem um orçamento limitado priorizam suas agendas domésticas em decorrência dos problemas econômicos e políticos internos. Isso resulta na negligência da pauta política da Zopacas. Isso também é reforçado pela irregularidade em que as reuniões são realizadas, promovendo baixo nível de interação (RUCKS, 2014; ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016; PIMENTEL, 2015).

4.3 Os Interesses dos Membros da OTAN sobre o Atlântico Sul

A realidade da OTAN demonstra que a sua conduta tem sido determinada pela vontade política das suas partes. A flexibilidade de atuação da Aliança permite que os membros decidam participar ou não das atividades propostas e escolher o tipo de envolvimento que querem fornecer, ou seja, conforme os interesses nacionais envolvidos. Sendo assim, a OTAN é mais um dos instrumentos militares viáveis para reforçar a projeção de poder Estados membros em diversas localidades do mundo⁴. E a expansão do alcance de atuação da OTAN para outras regiões é resultado dos interesses geoestratégicos das suas partes. Sendo assim, na seção seguinte serão apresentados os interesses individuais e os tipos de influência que alguns membros de maior relevância possuem sobre o Atlântico Sul. Nessa seção será possível identificar também as vantagens que os aliados veem para envolver e justificar a OTAN na região:

a) Estados Unidos:

Como vimos nos capítulos anteriores, durante um longo período na história, o Atlântico Sul ficou sem assumir uma importância primária na agenda norte-americana. Nas últimas décadas, alguns mecanismos e programas militares (Africom, Quarta Frota, *Obangame Express*, OTAN) voltados para essa região tem demonstrado indícios de uma transformação na percepção estratégica dos EUA. As diretrizes trazidas nos últimos documentos do *National Security Strategy* para o Atlântico Sul falam da relevância das parcerias quanto ao combate do terrorismo, pirataria, imigração irregular, pesca ilegal, tráfico de drogas, armas entre outras ameaças. No documento *Estratégia de Segurança de 2017*, os EUA incluem a influência da China e da Rússia como prejudiciais a estabilidade na região (UNITED STATES OF AMERICA, 2017). Além disso, a região é uma excelente alternativa ao abastecimento de petróleo. Isso ficou claro na *Estratégia de Segurança de 2006*: “Africa holds growing geo-strategic importance and is a high priority of this Administration.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.37).

No relatório *National Energy Policy* (2001), anunciada por Bush, é orientado que qualquer dificuldade econômica, política ou logística ao fornecimento de petróleo aos EUA precisa ser superada. Essa diretriz tem implicado na escolha de uma política externa mais interventiva nas regiões em que há relevante produção de petróleo como no Golfo Pérsico, na

⁴ Sobre o debate quanto à atuação da OTAN como unidade ou fruto das políticas externas de seus membros indica-se a leitura de autores como Orfy (2011) em “NATO’s role in the Middle East before 9/11” e Henrik Larsen (2013) em “NATO in Afghanistan: Democratization Warfare, National Narratives, and Budgetary Austerity”.

bacia do Mar Cáspio, na África e na América Latina. Em 1987, por exemplo, os EUA intervieram no Kuwait para proteger o petróleo dos ataques iranianos. Em 1990, o uso da força foi utilizado para retirar as tropas iraquianas do Kuwait. Nos anos 2000, engajaram medidas interventivas no Iraque e na Colômbia (KLARE, 2004; UNITED STATES OF AMERICA, 2001).

Em relação ao documento norte-americano de Estratégia de Segurança Nacional e a produção do Relatório Albright, a análise de Soller (2010) para as décadas futuras implica na busca dos EUA em diminuir o seu papel militar e econômico mais ativo na arena internacional. Todavia, os EUA querem evitar que vazios de poder se instalem e que a sua influência nas regiões do mundo sejam perdidas. Nesse sentido, a autora (2010) cogita o interesse norte-americano de ampliar o papel da OTAN para preencher esses vazios, ou seja, “o aparente recuo norte-americano parece corresponder um avanço da Aliança Atlântica.” (SOLLER, 2010, p. 10). O relatório Albright é fruto de um grupo de especialistas, dirigido por Madeleine K. Albright, e solicitado pelo secretário geral da OTAN. O documento, publicado em março de 2010, trouxe recomendações e análises para a formulação do novo Conceito Estratégico de Lisboa quanto o desempenho da OTAN nos próximos dez anos. Para esse objetivo, a OTAN deverá reforçar os valores ocidentais e assumir um papel de estabilizador regional através das parcerias. Todavia, o relatório não mencionava a priorização do Atlântico Sul no seio da cooperação em matéria de segurança (SERRONHA, 2010; SEABRA, 2014).

A criação da Africom em 2007, revela a importância estratégica que a África adquiriu para a agenda energética nacional dos EUA nos últimos anos. Os comandos de combate unificados regionais foram estabelecidos durante a Guerra Fria pelo Departamento de Defesa e hoje permanecem como mecanismos de gerenciamento de programas militares e de assuntos de desenvolvimento das suas respectivas áreas de responsabilidade. Até os anos 1983, a África não foi envolvida em nenhum dos comandos iniciais em virtude de seu papel mais secundário no cenário internacional. Meados de 1980, o continente passa a ser delegado a três comandos: Comando Europeu dos Estados Unidos, o Comando Central dos Estados Unidos e o Comando do Pacífico dos Estados Unidos. Contudo, nos anos 2000, a descentralização do comando na África não era mais eficaz para refletir os interesses estratégicos dos EUA. Com a dimensão das preocupações energéticas e das ameaças concentradas no terrorismo, pirataria, imigrações irregulares e grupos insurgentes, a administração Bush decidiu, portanto, focar nas relações com a África e introduzir um comando específico para essa área. A Africom abrange todo o território africano, exceto o Egito, mais as ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Ilha da

Guiné Equatorial, Comores, Madagascar, Maurícia, Seychelles (MESFIN, 2009; IWUOHA, 2010).

O total funcionamento operacional da Africom se tornou efetivo somente em 2008 cujos princípios orientadores desse organismo são garantir o acesso aos recursos naturais na África, impedir que atividades de grupos armados dificultem o trânsito livre desses recursos e evitar a crescente influência da China no território (VOLMAN, 2010). Assim como Mesfin afirma “AFRICOM will focus practically on providing better support for the pursuit of renewed US interests in Africa, which can be accurately summarized in three words - 'oil, China and terrorism” (2009, p.07). Todavia, o processo de militarização na África através da Africom tem causado efeitos de maior insegurança e fomento da atuação de grupos armados. A presença de bases militares dos EUA, maior envolvimento desse país no fornecimento de armas e o incentivo aos governos repressivos africanos em usar a força geram maiores instabilidades locais (IWUOHA, 2010). Pode-se dizer que os fins e os meios para incentivar o envolvimento da Aliança na região se assemelham aos propósitos da Africom.

Além disso, autores como Keenan (2010) afirmam que os EUA tem utilizado do discurso do combate ao terrorismo como justificativa para implementar seus planos de militarização na África e garantir o controle sobre os recursos energéticos africanos. Antes mesmo da criação da Africom poucas eram as evidências de terrorismo registradas no continente. Contudo, com o apoio da mídia ocidental, o terrorismo foi potencializado e fabricado em conivência com os norte-americanos. Keenan (2010) revela que o serviço de inteligência argeliano operou em parceria com o departamento de inteligência dos EUA para organizar o sequestro de turistas europeus, em 2003, acusando “extremistas islâmicos” da prática do crime. Ademais, a mídia intensifica o discurso de que há áreas na África negligenciadas pelos governos nacionais, tornando-os palcos de treinamentos terroristas e do tráfico de drogas. Isso permitiu que, em 2005, os EUA envolvessem em seus programas militares um maior número de países africanos como Senegal, Nigéria, Marrocos, Argélia e Tunísia que não por coincidência são importantes produtores de recursos naturais. A retórica também associa a questão do subdesenvolvimento (marginalizados e excluídos) ao aumento do terrorismo. Essa foi uma maneira dos EUA para encobrir suas políticas mais interventivas. A Africom, por exemplo, no escopo de suas missões aborda a temática do desenvolvimento social e econômico para prover a segurança regional.

O restabelecimento da Quarta Frota dos EUA também é um sinal de que há uma necessidade de reforçar a projeção de poder no Atlântico Sul como garantia de seus interesses energéticos. A Quarta Frota foi criada, em 1943, com o propósito de impedir a presença de

navios de guerra e submarinos alemães e proteger o Canal do Panamá. Sete anos mais tarde, a frota foi dissolvida em um momento de maior desmobilização dos norte-americanos na região. A reativação da frota, em 2008, surgiu em um contexto de descobertas de depósitos de petróleo na região e de países, como o Brasil, que começaram a reforçar suas políticas de defesa para o Atlântico Sul. Ademais, também foi um período em que chineses, indianos e russos passaram a marcar presença na região, o que abrangeu a vulnerabilidade dos EUA quanto ao fornecimento exclusivo de petróleo. Hoje, a Quarta Frota fica sob a coordenação do Southcom que abrange países do Caribe, América do Sul e Central (MACLAY *et al*, 2009).

Como a região do Golfo da Guiné ganhou destaque na agenda energética global, a presença militar dos EUA e de outros aliados na costa tem aumentado. Em 2007, fruto da iniciativa *Africa Partnership Station*, o navio *USS Fort McHenry* ficou responsável por patrulhar durante seis meses as costas próximas a Angola, Libéria, Gana, São Tomé e Príncipe, Camarões, Gabão e Senegal e auxiliar no treinamento das marinhas locais. Para a Africom também é delegada a função de coordenar as operações navais na região. Em 2005, os EUA e Nigéria elaboraram em parceria a Estratégia de Segurança Energética do Golfo da Guiné que foca em assegurar o livre fluxo dos recursos naturais e a estabilidade do Delta do Níger. Em 2007, através de uma frota naval da OTAN, os EUA conduziram uma operação ao longo da costa africana que durou quase dois meses. Esse plano utilizou os navios da *Standing NATO Maritime Group One* para monitorar a região do Golfo da Guiné e seguir até a costa da África do Sul. Lá, participou dos exercícios *Amazolo* com a marinha sul-africana. Nesse exercício, foram fornecidos navios *USS Normandy* (norte-americano), *FGS Spessart* (alemão), *HNLMS Evertsen* (holandês), *HSCN Toronto* (canadense), *HDMS Olfert Fischer* (dinamarquês) e *FRP Alvares Cabral* (português) do arsenal da Aliança e as embarcações sul-africanas: *SAS Amatola* e *SAS Isandlwana*, a aeronave de ataque *SAS Galeshewe* e o submarino *SAS Manthatisi*. Dessa operação, foi observado que a Rota do Cabo constitui uma área ideal para atividade submarina. O submarino sul-africano conseguiu passar pelos sistemas de detecção sonar e radar da Aliança (PORTS AND SHIPS, 2007). Mais tarde, os aliados contornaram o continente até a Somália (VOLMAN, 2010; IWUOHA, 2010).

In the finality, there is a possible outcome of relocation of the Middle East crisis in the new Gulf of Guinea especially in Niger Delta thereby paving an endless leeway for the US government to ultimately achieve her predominant oil interest in Niger Delta through the destabilization of the region. (IWUOHA, 2010, p.81).

b) Inglaterra:

O interesse inicial britânico no Atlântico Sul é pela salvaguarda da soberania de seus territórios ultramarinos na região. Durante o período de formação do seu império, diversos

pontos estratégicos nesse oceano foram incorporados na jurisdição britânica tais como as ilhas Malvinas, Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Geórgia do Sul, *Sandwich* do Sul que representam 3,43 milhões de km² (MARECOL, 2017). A proximidade dessas ilhas permitiu que a Inglaterra expandisse sua influência sobre o Território Antártico Britânico que é composto pelas áreas das Orcadas do Sul e Ilhas *Shetland* do Sul, a Península Antártica e as plataformas de gelo de *Filchner* e *Ronne* (DODDS, 2012). Através desses territórios ultramarinos os britânicos projetam seu poder sobre o Atlântico Sul e estabelecem pontes logísticas importantes para sua estrutura militar e exploração econômica de recursos naturais. A OTAN poderia servir como um instrumento para o apoio militar e reforço da influência britânica na região.

Conforme descrito no documento britânico de Estratégia Nacional de Segurança de 2010, fica delegada ao Ministério da Defesa a responsabilidade pela segurança dos territórios ultramarinos. O objetivo é assegurar a estabilidade e a proteção desses domínios. Não é descartada a opção do uso da força para valer dos interesses britânicos nos territórios quando houver necessidade. Desse modo, hoje, se faz interessar o mapeamento da projeção desses recursos militares sobre o Atlântico Sul. A introdução da *Joint Task Force* britânica na região oferece a contribuição do pessoal militar e civil da Marinha, do Exército, da Força Área Real e da *Royal Fleet Auxiliary*. A *Atlantic State Patrol Task* também é abrangida no arsenal de defesa permanente por meio do fornecimento de fragatas e navios de apoio da frota auxiliar e da Marinha (UNITED KINGDOM, 2012). Ademais, através da criação do Programa de Atividades de Cooperação de Segurança, os britânicos conseguem estabelecer maiores vínculos cooperativos com alguns países da região como Uruguai, Brasil e Chile a fim de que haja esforços conjuntos de defesa comum e obtenção de informações concernentes aos seus territórios ultramarinos (DODDS, 2012).

Segundo Dodds (2013), as ilhas Malvinas constituem a terceira maior prioridade da Inglaterra após o Reino Unido e Afeganistão. Isso porque as Malvinas são consideradas uma “*strategic gateway*” no Atlântico Sul, exigindo maior investimento militar. Nesse arquipélago, há uma importante base militar da Força Aérea Real, a *Mount Pleasant*, que comporta aviões de caça-bombardeiro modernos *Typhoon*, principalmente como efeito dissuasório a qualquer investida argentina. Ademais, há o estabelecimento da *Atlantic Patrol Task* que reforça a capacidade naval de patrulhamento na região. A maior presença militar também se deve ao reconhecimento da importância de proteger os recursos naturais. As Malvinas são um ponto estratégico de proximidade com a Geórgia do Sul e as Ilhas *Sandwich* do Sul (DODDS, 2012).

A ilha de Ascensão também tem um papel de destaque enquanto interconexão regional e militar. Sua posição intermediária no Atlântico Sul permite que a Inglaterra tenha melhor acesso aos seus territórios mais ao sul e projeção ao redor através da ponte aérea: parte da base aérea de *Brize Norton* (Reino Unido) em direção ao aeródromo de *Wideawake* (Ascensão) em escala para a base de *Mount Pleasant* (Malvinas). A base aérea de *Wideawake* é gerenciada pelos EUA desde 1942 e é operada em parceria com as forças aéreas britânicas e da OTAN. Na ilha também tem instalado um sistema de vigilância eletrônico global que intercepta sinais e redes de comunicação para, assim, conseguir melhor coordenação e percepção estratégica sobre o Atlântico Sul (WILTGEN, 2013; UNITED KINGDOM, 2012). Além da Ilha de Ascensão, as Ilhas Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul são monitoradas pelo Comandante das Forças Britânicas. A presença da Marinha Real na Geórgia do Sul veio em resposta às reivindicações argentinas sobre esse território (UNITED KINGDOM, 2012).

Como mais uma forma de garantir sua influência na região, a Inglaterra investe em pesquisas científicas. A *British Antarctic Survey* é o principal organismo de pesquisa com base operacional em Staley, capital das Malvinas, que permitiu aos britânicos avançarem no campo de uma soberania científica na região, nas palavras de Dodds (2012). Essa organização abrange a Geórgia do Sul e o Território Antártico Britânico e proporciona o fortalecimento de seus vínculos marítimos e aéreos na região. Esses projetos e estações de pesquisa recebem suporte de navios de patrulha como o HMS *Protector* e o RN *Ice Patrol Ship*. Em 2012, conforme David Willetts, Ministro britânico da Ciência afirmou que a British Antarctic Survey serve como um mecanismo de “presença estratégica” no Atlântico Sul (DODDS, 2012; DODDS, 2013).

Em virtude do reconhecimento das Malvinas como “*strategic gateway*” quanto a sua proximidade geográfica com Antártica e Oceano Pacífico e fácil acesso e controle sobre os recursos naturais na região, a Argentina reitera sua posição em reivindicar as ilhas para si. Desde as presidências de Fernando de la Rúa, Nestor Kirchner e Christina Kirchner, as tensões entre Reino Unido e Argentina aumentaram em relação aos territórios ultramarinos no oceano atlântico. Em 2003, por exemplo, foi suspensa a permissão de voo entre o Chile e as ilhas Malvinas como ponte de conexão, fazendo uso apenas da ilha de Ascensão. Em 2010, a Argentina decidiu interromper o fluxo de navegação das companhias que quisessem ir em direção as ilhas Malvinas ou vindo delas. A descoberta de petróleo no norte das ilhas e maior exploração de recursos naturais na região são motivações suficientes para os argentinos reforçarem sua postura na área. Além disso, houve uma proposta de expandir os limites britânicos no Atlântico Sul com o pedido formal à Comissão das Nações Unidas sobre os Limites da

Plataforma Continental sobre as ilhas de Ascensão, Geórgia do Sul, *Sandwich* do Sul e Malvinas (DODDS, 2013). A proposta exigia uma expansão dos direitos britânicos soberanos sobre as plataformas continentais desses territórios, chegando em torno de 200.000 km² total. Isso porque havia um valor econômico a ser extraído a partir da presença de petróleo, gás e outros minerais nessas áreas (BOWCOTT, 2007). Em reposta, os argentinos também enviaram uma proposta de reivindicação sobre os limites externos das Malvinas, Geórgia do Sul, *Sandwich* do Sul e Território Antártico Argentino. A Península Antártica é também disputada pela Inglaterra, Chile e Argentina para implantação de bases científicas. Algumas estações de pesquisa chilenas e argentinas na Antártica possuem o envolvimento de forças armadas (DODDS; HEMMINGS, 2014).

c) França:

Assim como a Inglaterra, em menor dimensão, a França possui influência no Atlântico Sul a partir do departamento ultramarino da Guiana Francesa. Ali se encontram membros da Marinha francesa. Nesse território, desde 1964, satélites são lançados no espaço através do Centro Espacial da Guiana em Kourou. Mais tarde, em 1975, a França em parceria com Agência Espacial Europeia incentiva o desenvolvimento de lançamentos nesse território a fim de garantir o acesso da Europa ao espaço. A base é incrementada pelos modernos foguetes *Souyz* e *Vega* (HOWELL, 2016). De alguma forma, esse centro espacial na Guiana Francesa resulta em um peso geoestratégico sobre o Atlântico Sul. Para a OTAN, segundo Silva (2014), os territórios ultramarinos ingleses e franceses ajudam a manter o controle das potências tradicionais sobre a região e podem servir de bases para futuras operações da Aliança no Atlântico Sul.

Em 2008, a França também firmou um acordo de transferência de tecnologia com o Brasil para auxiliar na modernização militar brasileira. Essa assistência inclui a produção de quatro submarinos convencionais e um com propulsão nuclear para compor o PROSUB. Além disso, o Brasil também adquiriu tecnologia francesa que permite a montagem de 50 helicópteros CE-725 *Cougar* (PEIXOTO, 2008). Nesse contexto, as tecnologias são transferidas para as indústrias locais para serem fabricadas no Brasil. A entrega do submarino nuclear está prevista para 2025. Em 2013, Laurent Fabius, Ministro francês das Relações Exteriores, declarou a importância de reforçar os laços com os países da América Latina, fazendo-a um objetivo da política externa francesa (FABIUS, 2013). Na África, os franceses também têm investido em cooperação militar e econômica para manter influência na região.

d) Portugal:

Durante os séculos XVI e XVII, o Atlântico Sul significou um espaço estratégico importante para a consolidação do império colonial, do comércio e do poderio marítimo português. Por anos, a política externa portuguesa defendeu o colonialismo e a “vocação atlântica” como elementos para sua projeção de poder no ambiente internacional. Com o fim da era bipolar e o ressurgimento do Atlântico Sul como uma área de prosperidade econômica e de diversidade nas relações de força, Portugal precisou redefinir sua política externa para a região. Através dos documentos do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Política Externa Portuguesa, o papel do Atlântico Sul tem se vinculado ao objetivo português em conseguir autonomia energética. Para isso, a estratégia é reatar os laços com as ex-colônias por meio de programas e acordos de cooperação regional (ALHAIS, 2017).

A partir de 1988, Portugal inicia propostas de Cooperação Técnico/Militar com os países lusófonos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As áreas de segurança marítima e treinamento militar conjunto foram atrativos para implantação de acordos de cooperação na região e o que permitiu reacender uma imagem mais pujante de Portugal no mundo. Em 2009, Cabo Verde formalizou parceria para o envolvimento de embarcações portuguesas que monitorariam sua costa no combate ao tráfico de drogas, migração irregular e pirataria. Em 2013, mantendo os objetivos de segurança marítima, Portugal firma um acordo com São Tomé e Príncipe para permitir também o patrulhamento próximo a sua costa e ao Golfo da Guiné (SEABRA, 2014). Ademais, como fruto das relações históricas e culturais, Portugal investe na sua participação na CPLP que envolve países estrategicamente relevantes para a sua segurança energética: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. Essa organização concede a Portugal maior poder de diálogo na região e voz em âmbito global (ARENGA, 2008).

A Política Externa Portuguesa é fundamentada a partir de três diretrizes: a europeísta, a euro-atlântica e a atlântica, ou seja, Portugal está envolvido em dinâmicas regionais diversas simbolizadas pela OTAN, União Europeia e pela CPLP (focado no Atlântico Sul). Isso garante um papel importante de articulador nas relações entre os vários fóruns regionais e no âmbito de uma possível cooperação entre o Atlântico Norte e Sul. Sendo assim, Portugal teria mais chances de assumir uma posição estratégica de mediador nessa arquitetura global, incentivando a inclusão das questões de segurança do Atlântico Sul no escopo de preocupações da Aliança e da UE. Para a economia portuguesa e sua dependência em recursos energéticos e alimentares, é essencial que haja uma segurança credível no Atlântico Sul para impedir o au-

mento das ameaças que impactam no livre trânsito de recursos naturais (ALHAIS, 2017; MARCOS, 2015). Conforme o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013):

As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geoeconómica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no offshore do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional. O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum. (PORTUGAL, 2013, p.19-20, grifo nosso).

4.4 Iniciativa da Bacia Atlântica

A delimitação do Atlântico Sul não é compreendida como uma questão universal e não tampouco consensual. O espaço é considerado menos como uma conceptualização geográfica e mais como uma construção histórica e uma decisão política dos atores em definir estrategicamente para si os limites artificiais segundo seus interesses. Em termos clássicos geográficos, a linha do equador constitui a divisória imaginária entre o norte e sul. Por outro lado, autores como Penha (2011) demarcam a bacia geoestratégica do Atlântico Sul, a que mais se aproxima da percepção da Marinha Brasileira, como, “... o limite norte é definido por uma linha que vai desde o Amapá no Brasil até a Mauritânia na África Ocidental, contornando o arquipélago do Cabo Verde. Ao sul seu limite estende-se até o paralelo 60° referido ao Tratado da Antártida, de 1991.”. (PENHA, 2011, p.17). Já a lógica estratégica da OTAN e dos padrões adotados pelo Tratado de Washington considera o limite do Trópico de Câncer no paralelo 23° como orientador, ou seja, tudo aquilo que se encontra abaixo desse trópico é reconhecido como o Atlântico Sul (LESSER, 2010). Os próprios arranjos de cooperação construídos pelos atores, como a OTAN e a Zopacas, servem como mecanismos divisores do espaço.

Em 2009, os acadêmicos Daniel S. Hamilton e Frances G. Burwell elaboraram um relatório destaque sobre as possíveis iniciativas estratégicas que poderiam ser implementadas no âmbito da parceria entre UE e EUA nesse cenário global, conhecido como “*Shoulder to Shoulder: Forging a Strategic U.S.-EU Partnership*”. A iniciativa que nos interessa nesse trabalho diz respeito à unificação da Bacia do Atlântico, ou seja, “apagar a linha histórica que divide o Atlântico Norte e Sul”. (HAMILTON; BURWELL, 2009, p.68, tradução nossa). Uma das justificativas utilizada pelos autores é o aumento da interdependência entre as potências do Norte e das potências emergentes quanto às questões energéticas, de segurança, de comércio, de investimento, de tecnologia, entre outros. O ponto chave de maior motivação dessa iniciativa, conforme o relatório, repousa sobre a energia. Tanto os EUA quanto a UE

reconhecem a importância da riqueza dos recursos que o Atlântico Sul possui para suas economias e diversificação energética. Esses atores desejam o acesso livre e mais seguro sobre os recursos da América Latina e África (HAMILTON; BURWELL, 2009). Em suma, através da Iniciativa da Bacia do Atlântico, a Europa e EUA teriam maior controle e influência sobre os assuntos econômicos, políticos, securitários e energéticos do Atlântico Sul.

A ideia da iniciativa é integrar os continentes americanos, europeu e africano em um arranjo de parceria para melhor gestão dos fluxos e dos desafios de segurança na região. Todavia, esse contexto abriria uma lacuna para que as potências tradicionais, assim que acharem necessário, interviessem no Atlântico Sul. Do mesmo modo, haveria maior disponibilidade de usarem a OTAN como um instrumento viável dessa intervenção. Com um cenário marcado pelos bloqueios ao fornecimento de energia e aos fluxos comerciais marítimos e a maior presença de atores como China, Rússia e Índia, por meio da iniciativa de unificação do oceano atlântico, a OTAN poderia justificar seu envolvimento. Por outro lado, a maior participação dessas potências atômicas no Atlântico Sul entra em conflito com os princípios orientadores da Zopacas de não existência de armas nucleares na região. Além disso, há uma grande assimetria de poder e recursos entre as potências emergentes e os aliados, o que só intensifica hostilidades e desconfianças. Não há um sentimento de pertencimento entre esses hemisférios (LIMA, 2011).

No âmbito da OTAN um dos membros que mais tem incentivado a unificação dos oceanos é Portugal. Isso porque o país reconhece a sua alta dependência energética e prevê maior estabilidade da região com a Iniciativa da Bacia do Atlântico. Para isso, os portugueses instigam a incorporação dos assuntos do Atlântico Sul no escopo estratégico da OTAN e promovem a ideia de uma renovação da Aliança. Em 2009, o ministro português Luís Amado já declarava a importância de envolver a Aliança nas questões de segurança da África e América do Sul. Portugal também depende militarmente da estrutura da OTAN para atender aos seus interesses de segurança global. Os portugueses acreditam que o seu país e a Espanha assumiriam um papel essencial como articuladores na decisão de integrar o Atlântico Sul e o Norte em decorrência de seus laços culturais e históricos na região de ex-colônias (SEABRA, 2014; SERRONHA, 2010). O ministro espanhol Miguel Ángel Moratinos também declarou que tratar o oceano como um espaço unificado auxilia “equilibrando o peso estratégico do Sul do Atlântico em comparação com o Norte, e aproveitando seu potencial em benefício de todos” (*apud* Silva, 2014, p. 206). Caso essa articulação gerasse resultados positivos, tanto Portugal quanto Espanha ganharia maior voz dentro da OTAN. Antes da formulação oficial do

Conceito Estratégico de 2010, o ministro da defesa português, Augusto Santos Silva, reforçou o desejo de abranger no documento as áreas estratégicas do Atlântico Sul (SEABRA, 2014).

Embora houvesse pressões por parte dos portugueses, o Conceito de Lisboa não apresentou explicitamente o Atlântico Sul como uma área geoestratégica a ser destacada. Isso porque as preocupações prioritárias do momento estavam voltadas ao Grande Oriente Médio. Todavia, o documento, como já explicado anteriormente, não exclui a possibilidade de atuação da OTAN “onde possível e quando necessário” ao enxergar os interesses dos membros ameaçados.

4.5 Conclusão do Capítulo

O desígnio desse capítulo foi compreender a natureza do envolvimento da OTAN no Atlântico Sul. Pelas exemplificações analisadas em Cabo Verde, Mauritânia, Gana, Colômbia, a organização tem optado por um caminho de firmar parcerias estratégicas e implantar exercícios militares conjuntos a fim de que relações de confiança na região sejam consolidadas. As atuações da organização também abrangem um escopo de setores variados, como a segurança energética, marítima, de combate ao terrorismo, aos crimes transnacionais e operações de emergência civil nessa área. Do mesmo modo, foi possível relacionar como esse engajamento reflete os interesses dos Estados membros em buscar acesso e segurança energética. Todavia, as potências regionais estão mais preocupadas com o fortalecimento das suas políticas de defesa sobre a região e em assegurar o próprio controle sobre seus recursos, constituindo uma força de oposição à presença da Aliança. É notável também que a linha geoestratégica construída para dividir o Atlântico Norte do Atlântico Sul seja cada vez mais tênue para as próximas décadas, como foi ressaltado no projeto da Iniciativa da Bacia Atlântica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da OTAN veio como fruto da Doutrina Truman em conter a expansão soviética. A organização servia como um instrumento militar dissuasório e um escudo atômico para os europeus. Isso porque, em seu tratado constitutivo, os EUA e os aliados europeus se comprometem, até os dias de hoje, em responder, nos moldes de uma defesa coletiva, uma agressão direta ao território de qualquer uma das partes (Artigo 5º). Todavia, naquele momento, a OTAN assumia um papel de atuação militar bastante limitativo que remetia apenas ao Atlântico Norte. Mais tarde, no período que ficou conhecido como *détente*, às tensões entre URSS e EUA transferiram-se para as regiões da Ásia, África e Oriente Médio em busca de áreas de influência. Logo, questionou-se o papel da OTAN nesse cenário e abriu-se para discussões em torno das operações *out-of-area*. Havia divergências de percepções entre os aliados quanto à expansão das áreas a serem englobadas pela Aliança para permitir o envio de operações militares formais para outras localidades no mundo. Isso foi entendido como agregar maiores responsabilidades a organização e exigir maior demanda de custos orçamentários. No entanto, durante a Guerra Fria, não houve a formulação de uma política que determinasse as orientações para as operações *out-of-area* da OTAN. O seu escopo de atuação permaneceu limitado aos Artigos 5º e 6º do Tratado de Washington e qualquer outra questão de segurança que estivesse fora desse âmbito jurídico poderia ser discutido em fóruns de consultas de acordo com o Artigo 4º.

Nesse contexto, a atuação da OTAN no Atlântico Sul se deu de forma bastante sutil, ou seja, na forma de arranjos *ad hoc* e com disponibilidade de recursos, mas sem uma responsabilidade formal da organização. Na década de 1970, houve aumento da presença soviética na região, principalmente ao apoiar os movimentos de independência na África e conseguir acesso portuário na costa ocidental africana. As grandes potências também tinham receio de que a URSS conseguisse obstruir as rotas marítimas que serviam para o fornecimento de petróleo e matérias-primas, como o Cabo da Boa Esperança e Canal do Panamá. Para o Comandante da OTAN, William Walker, a ausência de um mecanismo de defesa ocidental no Atlântico Sul refletia o vazio de poder que poderia ser ocupado pelos soviéticos. Por outro lado, ficou acordado em elaborar planos de contingência para a defesa das linhas de comunicação marítima ao sul do Trópico de Câncer. A OTAN não atuaria diretamente nos conflitos e na defesa do sul, porém, através dos fóruns de consultas estaria ciente das ações que seriam aplicadas pelas partes individualmente nesse entorno. Além disso, sabe-se que a organização dispunha da África do Sul e da ilha de Ascensão para qualquer eventual necessidade de utilizar

da base naval na região. Em 1981, a Aliança participou de um exercício naval (*Ocean Venture 81*) em conjunto com as marinhas latino-americanas para monitoramento das vias marítimas. Sendo assim, a OTAN manteve seu papel limitado às diretrizes geográficas do Tratado e respondeu aos objetivos de dissuasão contra o expansionismo soviético por meio de seu arsenal convencional militar.

Com a dissolução da URSS, o ambiente de segurança internacional adquiriu preocupações de naturezas diversas. As percepções de ameaças deixaram de focar apenas nas unidades estatais e incorporaram o indivíduo na esfera de preocupação última. Ademais, os conflitos e crises de segurança não compreendem apenas as guerras regulares, passam a dar destaque a atuação de grupos armados, incluindo o terrorismo, ataques cibernéticos, pirataria, crimes transnacionais. Logo, a OTAN se viu ameaçada a deixar de existir em torno das novas configurações do sistema. Desse modo, se empenhou em redefinir suas linhas estratégicas, sua estrutura interna e operacional para se adaptar a realidade de segurança do pós Guerra Fria. Essa transformação permitiu a OTAN expandir a sua área de atuação para além de suas fronteiras transatlânticas e assumir responsabilidades globais, ou seja, incorporou missões de variadas naturezas, desde a segurança energética, marítima, operações de emergência civil, de desastres naturais, antiterroristas, de combate a crimes transnacionais, a proliferação de armas de destruição em massa e ataques cibernéticos para formalizar seus motivos de permanência no sistema. Tornou-se uma organização flexível que se permitiu ir além da missão de defesa coletiva prevista pelo Artigo 5°. Além disso, a sua continuidade servia para conter qualquer tentativa de reerguimento russo no ambiente internacional. A organização também fortalece o elo transatlântico e assegurar um equilíbrio estratégico no interior da Europa.

A partir dos Conceitos Estratégico de 1991, 1999 e 2010 observamos o processo evolutivo de transformação da OTAN. E nesse contexto, para a maioria dos aliados, fazia mais sentido expandir a atuação das operações militares da organização para outras regiões do mundo. Os riscos e as percepções de ameaças não mais conseguem ser definidas em espaço delimitado, ou seja, as ameaças podem surgir em qualquer parte do globo. Sendo assim, na mais recente Conferência de Lisboa, fica estabelecido que não importa onde ou quando emergir uma ameaça, se comprometer a segurança dos aliados, a OTAN decidirá por interferir.

Como vimos, o Atlântico Sul adquiriu importância estratégica em decorrência das recentes descobertas de depósitos minerais e energéticos, da intensificação dos fluxos comerciais marítimos e da exploração pesqueira. A geopolítica do petróleo se manterá para as próximas décadas em virtude do aumento da demanda global. Diante de um provável cenário futuro de crise energética, avalia-se a possibilidade da região ser reconhecida como uma área vital

para os membros e ser incorporada nos próximos Conceitos Estratégicos da OTAN. Vimos que no Atlântico Sul há pontos-chaves com grande riqueza energética como o Golfo da Guiné, as camadas de pré-sal brasileiras, as grandes reservas de petróleo e gás natural na Venezuela, os fundos marinhos do patrimônio comum da humanidade e a promissora massa continental rica em minérios e hidrocarbonetos na Antártica. Além disso, os continentes americano e africano possuem extensas áreas de terras cultiváveis e grande concentração de água doce que se tornarão recursos de competição no futuro.

Na pesquisa, analisamos que uma das formas que a OTAN tem encontrado para justificar sua atuação no Atlântico Sul tem sido através das ameaças de segurança. O aumento do número de ataques de pirataria, dos grupos armados, dos crimes de tráfico de pessoas, armas e drogas, da pesca ilegal são algumas das problemáticas que afligem a região e que estão contempladas no escopo das missões da organização militar. A tendência é que essas ameaças aumentem em paralelo a crescente importância comercial e energética da região. Portanto, se os mecanismos de defesa regionais se mostrarem insuficientes para lidar com esses desafios é bem provável que a OTAN seja o recurso utilizado pelas potências tradicionais para interferir na área. Isso porque as instabilidades geradas por essas ameaças tem atrapalhado o fluxo seguro de abastecimento energético para as potências e seus investimentos no setor de exploração. Ademais, as crises regionais podem gerar uma grande massa de refugiados e migrantes para o território americano e europeu.

Nessas questões de segurança mencionadas, vimos que a OTAN tem desenvolvido uma estrutura voltada para a segurança energética. A Aliança promove a maior eficiência energética das forças armadas através dos cursos fornecidos, do apoio em projetos de segurança energética com universidades e centros de pesquisa em outros países para conceber tecnologias inovadoras. Também por meio de grupos de especialistas recrutados pela organização para avaliar o planejamento de energia, a logística e os custos de combustível das operações militares. Além disso, para garantir a segurança marítima, a OTAN se envolve em operações de patrulhamento individual ou em conjunto com outros atores para o combate da pirataria, da pesca ilegal, da migração irregular e promover rotas comerciais seguras, como foi Operação *Allied Provider*, Operação *Ocean Shield*, entre outras. Para combater as atuações de grupos armados, a OTAN envia equipes de especialistas para uma avaliação dos riscos, ameaças e danos às infraestruturas de energia de um país parceiro ou membro quando assim solicitado. Assim, podemos esperar que essa estrutura no futuro venha a ser aplicada à realidade de segurança do Atlântico Sul.

No Atlântico Sul, vimos que a organização promoveu exercícios militares conjuntos com Cabo Verde, através da *Steadfast Jaguar*, com Gana e outros países da costa ocidental. Também investiu em acordos diplomáticos com Colômbia, Mauritânia como uma maneira de poder se aproximar da realidade política e de segurança. Sob uma perspectiva estratégica, podemos concluir que essas atividades se tornam uma maneira de reforçar a presença militar e política dos aliados na região. Através das parcerias, a Aliança consegue ter maior controle e influência sobre as decisões regionais e auxiliar com recursos e outras capacidades. Além disso, por meio das operações da OTAN os aliados conseguem manter contato e mapear o contexto dos recursos energéticos, das áreas economicamente promissoras e até mesmo repelir a influência de outros atores extrarregionais no Atlântico Sul.

Nessa pesquisa também fica claro a instrumentalidade da OTAN para as políticas externas dos Estados membros. Sem dúvidas de que há países como EUA, França, Inglaterra que possuem maior peso nas decisões políticas internas. Esses países, por sinal, já possuem significativa influência sobre o Atlântico Sul, o que permite afirmar que a OTAN se torne a materialização da presença desses atores na região. Portugal e Espanha também se mostraram empenhados em articular a “unificação” do oceano Atlântico em prol de maior voz na organização e garantia do abastecimento de recursos naturais. O projeto da Iniciativa da Bacia Atlântica já é um indício da relevância estratégica que o Atlântico Sul tem assumido para as agendas dos aliados e um possível pretexto para que a OTAN justifique sua presença. Segundo Lima:

Deste modo, parece óbvio que os exercícios da NATO no Atlântico Sul têm neste momento todo o ar de uma acção de prospecção, que poderá mais adiante vir a projectar contornos mais precisos e mais alargados, envolvendo em maior ou menor grau os países da região, [...]. (2005 *apud* LUZ, 2008, p. Anex G/17).

Por outro lado, o reforço da presença da Aliança no Atlântico Sul encontrará obstáculos na postura das potências regionais. Em virtude da organização militar não demonstrar claramente o tipo de envolvimento que quer projetar sobre esse entorno e a forma como agirá em cada caso de ameaça à segurança, preocupa os países desse espaço. Como vimos nos discursos dos líderes políticos do Brasil, Venezuela, Bolívia e Argentina, há resistência quanto à influência da OTAN na região, sobretudo em evitar que as potências tradicionais tenham controle sobre os recursos energéticos em suas áreas soberanas. Desconfiam de que as políticas de parcerias, os exercícios militares conjuntos, os discursos de auxiliar na construção de uma consciência marítima sejam apenas uma estratégia da organização para conquistar confiança dos africanos e sul-americanos e controle sobre o Atlântico Sul. Nesse contexto de aversão a presença estrangeira, vimos que as potências regionais criaram um arranjo de cooperação em

matéria de segurança e defesa do Atlântico Sul, a Zopacas. Inicialmente, na era bipolar, poucos avanços foram feitos nesse âmbito. Mais tarde, na década de 2000, viu-se a importância de modernizar e fortalecer a capacitação das forças militares locais e evitar a militarização do Atlântico Sul em decorrência do envolvimento das potências extrarregionais.

Também foi mencionado neste trabalho que o crescente envolvimento chinês, russo e indiano no Atlântico Sul constitui um dos fatores de engajamento da OTAN na região. A pesquisa mostrou que a OTAN não é o único ator extrarregional que projeta interesses e poder sobre o Atlântico Sul. A região é vista também por esses atores como uma oportunidade econômica e política em garantir recursos energéticos e ocupar espaços de poder, alterando as relações de forças na região. A China interpreta as condições geoestratégicas desse espaço como viáveis para a consolidação da sua nova Rota da Seda, por exemplo. Podemos verificar também que os três atores se fazem presente em vários dos setores cooperativos, ou seja, estimulam investimentos em infraestrutura em troca da garantia futura de recursos naturais. Também incentivam as relações comerciais e políticas, promovem arranjos de cooperação militar e participam das missões de paz na região. Como consequência, a tentativa de construção de um cenário de paz para o Atlântico Sul será infrutífera diante da tendência de intensificação dos conflitos por controle das rotas marítimas e por áreas de riqueza energética.

O processo de investigação desse trabalho, portanto, nos levou a um espaço de reflexão quanto ao grau de atuação da OTAN no Atlântico Sul que ainda é visto como complementar desde o momento de sua criação até os dias atuais. Ademais, até que ponto os aliados estão dispostos a envolver a organização nesse entorno regional nos episódios de segurança futuros? Sabe-se que há outras áreas no mundo como o Oriente Médio que recebem maior atenção das potências tradicionais. Todavia, em uma situação em que as potências regionais fortalecem suas políticas de defesa, atores como China, Rússia e Índia ocupam cada vez mais espaço na região e o abastecimento energético se vê prejudicado, questiona-se: a OTAN continuará assumindo um papel limitado ou definitivamente evoluirá para um mecanismo mais interventivo nas décadas futuras?

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana E.; HERZ, Monica. Brazilian Reactions to NATO in the Post-Cold War. 2015. In: Academia Edu. Disponível em: <https://www.academia.edu/12441696/Brazilian_Reactions_to_NATO_in_the_Post-Cold_War>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- ABDENUR, Adriana E.; MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic. **Cambridge Review of International Affairs**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 1112–1131, Nov. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2016.1230592>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- ABDENUR, Adriana E.; SOUZA NETO, Danilo M. de. Brazil's Maritime Strategy in the South Atlantic: The Nexus Between Security and Resources. **South African Institute of International Affairs (SAIIA)**, Johannesburg, n. 161, Nov. 2013b. Disponível em: <<https://www.saiia.org.za/occasional-papers/463-brazil-s-maritime-strategy-in-the-south-atlantic-the-nexus-between-security-and-resources/file>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- _____. China's Growing Influence in the South Atlantic. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, [S.l.], n. 2, p. 169-197, Sept. 2013a. Disponível em: <<https://doaj.org/article/39543fdeee9d4cf8b09fd36007fe9d50>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- _____. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Org.). **Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014, p.199-213. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK AND THE AFRICAN UNION. **Oil and Gas in Africa**. New York: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <<https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Oil%20and%20Gas%20in%20Africa.pdf>>. Acesso em 28 out. 2017.
- AGÊNCIA LUSA. Missão da NATO ultima preparação exercícios de Junho em Cabo Verde. **RTP Notícias**, [S.l.], 21 fev. 2006. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/missao-da-nato-ultima-preparacao-exercicios-de-junho-em-cabo-verde_n122920>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- AKLAVON, Félix. Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria: The Situation in Togo. In: ASOBA, Simon; GLOKPOR, Rodger (Ed.). **Trafficking of Small Arms and Light Weapons (SALW) In West Africa: Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria**. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, Dec. 2014, p.47-66. Disponível em: <http://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2017/01/fes_trafficking-in-small-arms-and-light-weapons-in-west-africa-routes-and-illegal-arm-caches-between-ghana-togo-benin-and-nigeria.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- ALAO, Abiodun. **Natural Resources And Conflict In Africa: The Tragedy Of Endowment**. New York: University Rochester Press, 2007. Disponível em:

<http://www.personales.ulpgc.es/gdelgado.dgeo/Africa/docs/Natural-Resources_Conflict-Africa.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

ALHAIS, Alexandra. O Atlântico Sul, Portugal e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional=The South Atlantic, Portugal and the National Strategic Defense Concept. **CEDIS Direito, Segurança e Democracia**, n. 51, fev. 2017. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/blog/project/o-atlantico-sul-portugal-e-o-conceito-estrategico-de-defesa-nacional/>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

AMES, Paul. Nato set to flex muscles in Cape Verde exercise. **Mail e Guardian**, [S.l.], 21 jun. 2006. Disponível em: <<https://mg.co.za/article/2006-06-21-nato-set-to-flex-muscles-in-cape-verde-exercise>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ANYIMADU, Adjoa. Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons Learned from the Indian Ocean. **Chatam House**, London, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/193515>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ARENA, Joaquim. Cabo Verde na rota da NATO?. **SAPO Notícias**, [S.l.], 19 nov. 2010. Disponível em: <<https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/cabo-verde-na-rota-da-nato>>. Acesso em 03 jan. 2018.

ARENGA, Luís Miguel dos Reis. **Portugal e o Atlântico Sul no Contexto de Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural**. 2008. 73f. Trabalho elaborado durante a frequência do curso de Estado-Maior Conjunto no Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2007-2008. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11622/1/CTEN%20Reis%20Arenga.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2017.

ARKHANGELSKAYAAND, Alexandra; SHUBIN, Vladimir. Russia's Africa Policy. **South African Institute of International Affairs (SAIIA)**, Johannesburg, n. 157, Sept. 2013. Disponível em: <https://www.africaportal.org/documents/11298/saia_sop_157__arkhangelskaya__Shubin_20131118.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

ARROYO-ROJAS, Waldemar. Argentina's Foreign Policy towards the United States under the Democratic Regime. **Recinto Universitario de Mayaguez**, Mayaguez, 2001. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.631.8183&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ATLÁNTICO Sur, Hoy El Océano Más Pacífico. **El País**, [S.l.], 28 dic. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/atlantico-sur-hoy-oceano-pacifico.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BARROSO, Juliana L. V. Segurança e uso da força no contexto da OTAN pós-Guerra Fria. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 27, p. 43-63, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/05.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

BARTOLOMÉ, Mariano C. El Conflicto del Atlántico Sur: la hipótesis de una guerra fabricada. **Boletín del Centro Naval**, n. 786, Abr-Jun. 1997. Disponível em: <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN834/834-BARTOLOME.pdf>>. Acesso em 12 jul.2017.

BASSIL, Youssef. The 2003 Iraq War: Operations, Causes, and Consequences. **Iosr Journal of Humanities and Social Science (JHSS)**, Beirut, v. 4, n. 5, Nov.-Dez. 2012, p.29-47. Disponível em: <<http://www.lacsc.org/papers/papera1.pdf>>. Acesso em: 25 set.2016.

BENHAMOU, Khalid. The Sahara Wind Project: Connecting Wind and Water. *Revolve*, [S.l], n.3, p.50-57, Winter 2011-2012. Disponível em: <http://www.saharawind.com/documents/RE3_SaharaWinds.pdf> Acesso em: 21 out. 2017.

BENITEZ, Jorge. Colombia-NATO Partnership Good for Latin America. **Atlantic Council**, [S.l], 15 Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/colombianato-partnership-good-for-latin-america>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BERI, Ruchita. “India and Africa: an evolving partnership. In: BAWA, Ahmed et al. (Ed.). **BRICS and Africa: Partnership for Development, Integration and Industrialisation**. Pretoria: The Department of International Relations and Cooperation, 2014, p. 74-81. Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/departament/bricks__fifth_book2014.pdf> Acesso em: 20 set. 2017.

BIRD, Juliette. NATO’s Role in Counter-Terrorism. **Perspectives on Terrorism**, [S.l], v. 9, n. 2, p. 61-70, Apr. 2015. Disponível em: <<http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/419/html>>. Acesso em 21 out. 2017.

BIZLEY, David. Operations are NCSA’s First Priority. In: HARTMAN, Uwe (Ed.). **Connecting NATO: NCSA Under the Leadership of Lieutenant General Ulrich H. Wolf**. Norderstedt: Books on Demand, 2009, p.36-45.

BJARNASON, Magnus. **The War and War-Games in Bosnia and Herzegovina from 1992 to 1995: The main events, disagreements and arguments, resulting in a “de facto” divided country**. North Charleston: BookSurge, Mar. 2007. Disponível em: <<http://www.nato.int/acad/fellow/99-01/bjarnason.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BOWCOTT, Owen. The new British empire? UK plans to annex south Atlantic. **The Guardian**, [S.l], 28 Sep. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2007/sep/22/oil.politics>> Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf> Acesso em 13 dez. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf> Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf/view>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. Ampliando e aprofundando a segurança. In _____ **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução Flavio Lira. São Paulo: Ed.Unesp, , 2012, p.287-340.

CABO VERDE. Ministério da Defesa Nacional. **Exercício da Nato em Cabo Verde "Steadfast Jaguar 2006"**. 23 jan. 2007. Disponível em:

<http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=66%3Aexercicio-da-nato-em-cabo-verde-qsteadfast-jaguar-2006q&catid=13&Itemid=74&lang> Acesso em: 03 jan. 2018.

CAPLAN, Richard. International Diplomacy and the Crisis in Kosovo. **Royal Institute of International Affairs**, [S.l.], v. 74, n. 4, p. 745-761, Oct. 1998. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/2625368>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. A Zopacas no Contexto da Geopolítica do Atlântico Sul: História e Desafios Atuais. **Revista Perspectiva**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 13, p.83-102, 2014. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/64965>> Acesso em: 16 jan. 2017.

CASTRO, Jorge. El Atlántico Sur en el contexto mundial. **Boletín del Centro Naval**, n. 827, p.185-188, maio-ago. 2010. Disponível em: <<http://centronaval.org.ar/boletin/BCN827/827-CASTRO.pdf>> Acesso em: 13 set 2017.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **2014 Ebola Outbreak in West Africa: Case Counts**. 13 Apr. 2016. Disponível em:

<<https://www.cdc.gov/vhf/ebola/outbreaks/2014-west-africa/case-counts.html>> Acesso em: 16 out. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AREA. **The World Factbook: Natural Resources**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2111.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CENTRO marítimo faz mapa de ataques de piratas e relata caso no Brasil. **G1**, São Paulo, 23 abr. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1095572-5602,00-CEN-TRO+MARITIMO+FAZ+MAPA+DE+ATAQUES+DE+PIRATAS+E+RELATA+CASO+NO+BRASIL.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CHAND, Manish. Government of India. **India and Latin America: It's time to tango**. 2014. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/in-focus-article.htm?23616/India+and+Latin+America+Its+time+to+tango>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CHAPPELL, Gareth. What future for 'out-of-area' operations after Afghanistan?. **The Polish Institute Of International Affairs**, [S.l.], n. 4, p.1-8, Mar. 2011. Disponível em:

<https://www.pism.pl/files/?id_plik=6309>. Acesso em: 29 set. 2016.

CHARALAMBOUS, Pantelis. How Does Mauritania Look Post-Chinguetti. [S.l.], 16 Oct. 2014. In: Palantir. Disponível em: <<https://www.palantirsolutions.com/how-does-mauritania-look-post-chinguetti/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CHERU, Fantu. Emerging Economies and Africa's Natural Resources: Avoiding the "Resource Curse" and Building more Resilient Societies. In: NSI OTTAWA FORUM. 2013, Ottawa. **Governing Natural Resources For Africa's Development**. [S.l.: s.n.], 2014. p.1-11. Disponível em: <<http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2014/01/Brief-Cheru-Emerging-Economies-and-Africa%E2%80%99s-Natural-Resources.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CHOMSKY, Noam. A Review of NATO's War over Kosovo. **Z Magazine**, [S.l.], April-May 2001. Disponível em: <https://chomsky.info/200005__/>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CHUDY, Jason. NATO Response Force wraps up Steadfast Jaguar exercise. [S.l.], 29 June 2006. In: Stars And Stripes. Disponível em: <<https://www.stripes.com/promotions/2.1066/nato-response-force-wraps-up-steadfast-jaguar-exercise-1.51005>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CIDOB INTERNATIONAL YEARBOOK. [S.l.]: **CIDOB Barcelona Center for International Affairs**, 2010-. ISSN: 1133-2743. Anual. Disponível em: <https://www.cidob.org/en/media2/publicacions/anuario_cidob/2010/anuario_cidob_2010_eng/rusia_politica_exterior_de_rusia_ang>. Acesso em: 08 out. 2017.

CLEMENTE, Yolanda. Santuarios del terrorismo en África: Grupos terroristas islamistas con más importancia en el continente africano. **El País**, [S.l.], 11 Abr. 2015. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2015/04/11/media/1428770155_217820.html>. Acesso em: 08 dez. 2017.

COHEN, Richard. Treason in Washington on the Malvinas question. **EIR National**, Washington, v. 9, n. 18, p.50-51, May 1982. Disponível em: <http://www.larouchepub.com/eiw/public/1982/eirv09n18-19820511/eirv09n18-19820511_050-treason_in_washington_on_the_mal.pdf> Acesso em: 07 maio. 2017.

COKER, Christopher. NATO, the Warsaw Pact and Africa. London: Palgrave Macmillan UK, 1985.

CONDE, Javier. La Alianza Atlántica y el nuevo concepto estratégico. **Revista CIDOB d'Affers Internacionals**, n. 49, p. 19-25, 2000. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/revistacidob/article/viewFile/28164/27998>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

COOPER, Charlie. Ebola outbreak: fresh call for NATO to lead the fight against virus. **Independente**, [S.l.], 2 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/life-style/health-and-families/health-news/ebola-outbreak-fresh-call-for-nato-to-lead-fight-against-virus-9833598.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

COSTA, Rogério S. da. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): Histórico, Características, Objetivos, Funcionamento e Influência na Segurança Coletiva= North Atlantic Treaty Organisation (NATO): Description, Characteristics, Objectives, Functioning and its Influence on the Collective Security= Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN):

Descripción, Características, Objetivos, Funcionamiento y su Influencia en la Seguridad Colectiva. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 6, p. 129-151, 2006. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/235>>. Acesso em: 30 maio 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. **Revista USP**, n. 95, p. 9-22, set-out-nov. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CRAGIN, Kim; HOFFMAN, Bruce. **Arms Trafficking and Colombia**. Santa Monica: National Defense Research Institute, 2003. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2005/MR1468.sum.pdf> Acesso em: 02 dez. 2017.

CRUZ ROJA ESPAÑOLA. **Ebola surto na África Ocidental**. 2014. Disponível em <http://www.cruzroja.es/portal/page?_pageid=174,48734518&_dad=portal30&_schema=PORTAL30> Acesso em: 16 out. 2017.

CUNHA, Simone; SORANO, Vitor. Segurança energética é preocupação central em nova estratégia da Otan. **Carta Capital**, [S.l.], 22 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/seguranca-energetica-e-preocupacao-central-em-nova-estrategia-da-otan>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

CURTIN et al. Resources in Antarctica: With the World's dwindling natural resources, is there a chance for exploitation in Antarctica? **ANTA Syndicate Report**, n. 501, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwitmdf8rpjXAhUFI5AKHdC3DFEQFghMMAU&url=https%3A%2F%2Fwww.canterbury.ac.nz%2Fbitstream%2Fhandle%2F10092%2F14341%2FGCAS_6_Resources.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AOvVaw26ds9O_8Z6AD7cTYjnbGrK> Acesso em: 30 out. 2017.

DAHLBURG, John-Thor. Former NATO chiefs urge alliance to fight Ebola. **The San Diego Union Tribune**, [S.l.], 29 Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.sandiegouniontribune.com/sdut-former-nato-chiefs-urge-alliance-to-fight-ebola-2014oct29-story,amp.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DANIELS et al. Western Africa's missing fish: The impacts of illegal, unreported and unregulated fishing and under-reporting catches by foreign fleets. **Overseas Development Institute**, London, June 2016. Disponível em: <<https://www.odl.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/10665.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

DAS, Wim; OTTEN, Kees. Brilliant Mariner Exercise. **Dutch Aviation Support**, [200?]. Disponível em: <<http://www.dutchaviationsupport.com/Articles/Brilliant%20Mariner.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DAVIS, Christopher R. NATO's Next Strategic Concept: How the Alliance's New Strategy will Reshape Global Security. **Strategic Studies Quarterly**, Alabama, p. 32-49, Winter 2010.

Disponível em: <<http://www.nato.int/strategic-concept/pdf/davis.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2017.

DAVIS, Ian. Does NATO have a role in the response to Ebola?. [S.l.], 10 Oct. 2014. In: NATO Watch. Disponível em: <http://natowatch.org/sites/default/files/does_nato_have_a_role_in_the_response_to_ebola.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

DESTRADE, Sandra; KÜSSNER, Eva. Go South! India “Discovers” Africa and Latin America. **German Institute of Global and Area Studies Focus**, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/de/system/files/publications/gf_international_1304.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

DODDS, Klaus. Consolidate! Britain, the Falkland Islands and wider the South Atlantic/ Antarctic. **Global Discourse**, [S.l.], v. 3, n. 1, p.166-172, mar. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/23269995.2013.804767>> Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. The Falkland Islands as a ‘Strategic Gateway’. **The RUSI Journal**, [S.l.], v. 157, n. 6, p.18-25, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071847.2012.750882>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan D. Recent developments in relations between the United Kingdom and the Argentine Republic in the South Atlantic/Antarctic region. **Polar Record**, v. 50, n. 2, p.119–127, Apr. 2014. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/polar-record/article/recent-developments-in-relations-between-the-united-kingdom-and-the-argentine-republic-in-the-south-atlanticantarctic-region/E42DB0D6E3A96BE3C7353944E2577A47>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DOKOS, Thanos P. NATO’s Mediterranean Dialogue: Prospects And Policy Recommendations. [S.l.], 2008. In: Hellenic Foundation for European and Foreign Policy. Disponível em: <<http://www.eliamep.gr/wp-content/uploads/2008/09/dokos-natos-mediterranean-dialogue.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

DOMINGUEZ, Jorge. Argentina, NATO's South Atlantic partner. **NATO Review**, [S.l.], v. 47, n. 1, p.7-10, Spring 1999. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/review/1999/9901-02.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

DUARTE, Érico. Securing the South Atlantic. In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 211- 226. Disponível em <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf> Acesso em 15 dez. 2017.

DUARTE, Paulo. As Incursões da China na América Latina e Atlântico Sul= China’s Incursions In Latin America And The South Atlantic. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 5, p. 97-123, jan-abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/5944>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

DUCARU, Sorin. NATO and Energy Security: Current Achievements and Future Challenges. In: NATO ENERGY SECURITY CENTRE OF EXCELLENCE. **Energy Security: Operational Highlights**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization, n. 5, 2014, p. 3-8. Disponível em: <<https://enseccoe.org/data/public/uploads/2017/02/esoh5.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DUFFIELD, John S. NATO's Functions after the Cold War. **Political Science Quarterly**, [S.l.], v. 109, n. 5, p. 763-787, Winter, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2152531>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Power Rules: The evolution of NATO's conventional force posture**. California: Stanford university Press, 1995. 386p.

DUKANOVIC, Dragan. NATO's New Strategic Concept and its Influence on the Stability of the Western Balkans. **Croatian International Relations Review**, [S.l.], v. 16, n.60/61, p.105-110, Dec. 2010. Disponível em: <<http://hrcak.srce.hr/69526?lang=en>>. Acesso em: 20 maio 2017.

ECHENDU, Joseph C.; ILEDARE, Wumi. Energy Resources & Development: A Case Study of the Gulf of Guinea Region. International Association for Energy Economics, Antalya, May 2015. Disponível em: <<https://www.iaee.org/en/publications/proceedingsabstractpdf.aspx?id=12901>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

EDMONDS, Robin. Yalta and Potsdam: Forty Years Afterwards. **Royal Institute of International Affairs**, [S.l.], v. 62, n. 2, p. 197-216, Spring 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2618361>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

EFE. Malvinenses respondem Cristina Kirchner com ironia. **Folha de São Paulo**, [S.l.], 03 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/04/1435572-malvinenses-pro-reino-unido-respondem-cristina-com-ironia.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

EIA. Total Petroleum and Other Liquids Production. 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/>>. Acesso em: 4 set. 2017.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Divisão de Assuntos Internacionais. **Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/133750115/LS-808-02-Atlantico-Sul-pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ESEOGHENE, Vincent E.; EFANODOR, Harriet O. Boko haram insurgency and its impact on Nigeria's external image=Upor Boko harama in njegov vpliv na zunanjo podobo Nigerije. **R&D Research and Discussion**, Nova Gorica, v. 9, n. 1-3, p. 309-345, 2016. Disponível em <<https://www.dlib.si/stream/URN:NBN:SI:DOC-RZG3P5SR/48d44add-e73c-47dc-b215-33a269765d86/PDF>> Acesso em 18 nov. 2017.

EUCOM. Training enhances partnerships in West Africa. Aug. 2011. Disponível em: <<http://www.eucom.mil/media-library/article/21415/Training-enhances-partnerships-West-Africa>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **Economic and Monetary Developments**. Dec. 2013, p.16-19. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/mb201312_focus01.en.pdf?376aa80b310154984f2fc4435d979d26> Acesso em: 03 ago. 2017.

EUROPEAN LEADERSHIP NETWORK. European leaders call for NATO Action on Ebola. 2014. Disponível em: <http://www.europeanleadershipnetwork.org/european-leaders-call-for-nato-action-on-ebola_2069.html> Acesso em: 16 out. 2017.

EUROSTAT. **Energy production and imports**. June 2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Energy_production_and_imports#Imports>. Acesso em: 10 jan. 2018.

EXERCÍCIOS da NATO em Cabo Verde: Ambientalistas Preocupados com Impacto. **Voa Português**, [S.l.], 5 maio 2006. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/a-38-2006-05-05-voa3-92229509/1254207.html>>. Acesso 03 jan. 2018.

FABIUS, Laurent. Ministère de L'europe et des Affaires Étrangères. **Latin America a major foreign policy objective**. Feb. 2013. Disponível em: <<https://uk.ambafrance.org/Latin-America-a-major-objective-of#header>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

FAIRPLAY. Maritime piracy drops to lowest level since 2008, although rise in kidnapping seen. 22 Feb. 2017. Disponível em: <<https://fairplay.ihs.com/safety-regulation/article/4282526/maritime-piracy-drops-to-lowest-level-since-2008-although-rise-in-kidnapping-seen>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FATF; GIABA. Terrorist Financing in West Africa. Paris, Oct.2013. Disponível em: <<http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/tf-in-west-africa.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FELDT, Lutz; ROELL, Peter, THIELE, Ralph D. Maritime Security – Perspectives for a Comprehensive Approach. **ISPSW Strategy Series: Focus on Defense and International Security**, Berlin, n. 2, Apr. 2013. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/162756/222_Feldt_Roell_Thiele.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FIGA-TALAMANCA, Niccoló. The Role of NATO in the Peace Agreement for Bosnia and Herzegovina. **European Journal of International Law**, [S.l.], v. 7, n. 2, p.164-175, 1996. Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/7/2/1359.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FIGUEIREDO, Eurico de L.; MONTEIRO, Álvaro A. D. Papel do Brasil na Segurança Marítima no Atlântico-Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.25-62, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/issue/viewIssue/42/pdf_1>. Acesso em: 04 jan. 2018.

FINNAN, Daniel. UN Ebola mission chief on 'mixed picture' in Sierra Leone, involvement of NATO and Ebola stats. **RFI**, Freetown, 4 Nov.2014. Disponível em: <<http://en.rfi.fr/africa/20141103-un-ebola-mission-chief-mixed-picture-sierra-leone-involvement-nato-and-ebola-stats>>. Acesso em: 16 out. 2017.

FLEMES, Daniel; VAZ, Alcides Costa. Security Policies of India, Brazil and South Africa: Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. **German Institute of Global and Area Studies**, n. 160, p. 6-25, Feb. 2011. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/de/system/files/publications/wp160_flemes-vaz.pdf> Acesso em: 07 dez. 2017.

FONG, Janice. Literature review on Trafficking in West and East Africa. **Global Alliance against Traffic in Women**, Bangkok, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.8276&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 29 nov. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO Global Capture Production database updated to 2015: Summary information Fisheries and Aquaculture Department. 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-br186e.pdf>>. Acesso em 13 set. 2017.

_____. FAO Statistical Yearbook 2014 Latin America and the Caribbean Food and Agriculture: Regional Office for the Latin America and the Caribbean. Santiago, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3592e.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Review of World Water Resources by Country. **Water Reports**, Rome, n. 23, 2003. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>> Acesso em: 29 out. 2017.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War: A New History**. Londo: Penguin Books, Dec. 2006, 352p.

GAF-NATO military exercises ends. **Modern Ghana**, [S.l], 21 Oct. 2005. Disponível em: <<https://www.modernghana.com/news/88571/gaf-nato-military-exercises-ends.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

GALINDO, María del Carmen de Pérez; RUSH, Cynthia. Argentina to be a tool of NATO?. **Executive Intelligence Review**, Washington, v. 19, n. 43, Oct. 30, p. 35-36, 1992. Disponível em: <<http://www.larouchepub.com/eiw/public/1992/eirv19n43-19921030/eirv19n43-19921030.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GALLIS, Paul. NATO and Energy Security. CRS Report of Congress. Washington, Aug. 2007. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RS22409.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GARCÍA RAMÍREZ, Juan David. La transformación de la OTAN a través de los conceptos estratégicos y la ampliación=The transformation of NATO through strategic and expansion concepts. **Analecta política**, v. 5, n. 6, p.81-98, enero-junio 2014. Disponível em: <<https://revistas.upb.edu.co/index.php/analecta/article/view/2438>> Acesso em: 10 jun. 2017.

GARRETT, Nathan G.D.; HENDRICKSON, Ryan C. NATO's Anti-piracy Operations: Strategic and Political Implications. **Atlantische Comissie**, n. 8, Apr. 2009. Disponível em: <<https://www.atlcom.nl/upload/Garrett%20&%20Hendrickson.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

GARTHOFF, Raymond L. Detente and Confrontation: American-Soviet Relations from Nixon to Reagan. Report To National Council for Soviet and East European Research, The Brookings Institution, [S.l], Dec.1982, p.1-52. Disponível em:

<<https://www.ucis.pitt.edu/nceeer/pre1998/1982-625-4-Garthoff.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GASPAR, Carlos. O Conceito Estratégico da Aliança Atlântica. In: O Conceito Estratégico da NATO. **Nação e Defesa**, n. 126, 5 ed., p. 9-36, 2010,. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3022/1/NeD126_CarlosGaspar.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

GILES, Keir. Russian Interests in Sub-Saharan Africa. Carlisle: Strategic Studies Institute and U.S. Army War College, 2013, 51p. Disponível em: <<http://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/pub1169.pdf>> Acesso em: 08 out. 2017.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP. Reporte Bienal de Actividade: Sembrando câmbios. **Global Water Partnership South America**, Montevideo, bienio 2011-2012. Disponível em: <http://www.gwp.org/globalassets/global/gwp-sam_files/publicaciones/sobre-gwp-sam/reportes-2011-2012-final.pdf> Acesso em: 29 out. 2017.

GOLDGEIER, James M. The Future of NATO. **Council on Foreign Relations**, [S.l], n. 51, p.3-33, Feb. 2010. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/future-nato>> Acesso em: 09 jun. 2017.

GONÇALVES, Turíbio; CORBERLLINI, Mariana. A Estratégia Marítima Brasileira Contemporânea para o Atlântico Sul. **Estudos do CEPE**, [S.l], n. 40, p.249-277, jul-dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/5113>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

GREENBERG, Melanie C, MCGUINNESS, Margaret E. From Lisbon to Dayton: International Mediation and the Bosnia Crisis. In: GREENBERG, Melanie C.; BARTON, John H., MCGUINNESS, Margaret E. (Ed.). **Words Over War: Mediation and Arbitration to Prevent Deadly Conflict**. Lanham: Rowman e Littlefield, 2000, cap. 2, p.35-75. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/~sstedman/2006.readings/lisbon.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2017.

GREVI, Giovanni. The Interpol World: a new scenario. **European Union Institute for Security Studies**, n. 79, June 2009. Disponível em: <<https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/375879854.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2018

GRIGG, Alex. Worst Ever Ebola Outbreak Occurring in West Africa. Nato Association of Canada. July 2014. Disponível em: <<http://natoassociation.ca/worst-ever-ebola-outbreak-occurring-in-west-africa/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

GUDMUNSON, Kathryn. NATO's Impact on Drug Trafficking. **Atlantic Voices**, [S.l], v. 5, n.6, June 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/19687221/NATOs_Impact_on_Drug_Trafficking>. Acesso em: 02 jan. 2018.

GUZZINI, Stefano. The Analytical Framework. In _____ (ed.). **The Return of Geopolitics in Europe: Social Mechanisms and Foreign Policy Identity Crises**. Cambridge Studies in International Relations, New York, n. 124, 2012, p.07-74.

HAAS, Hein de. Irregular Migration from West Africa to the Maghreb and the European Union: An Overview of Recent Trends. **International Organization for Migration**, Geneva, n. 32, 2008. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs-32_en.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

HALLESON, Durrel N. A Critical Appraisal of Natural Resources, Governance, and Human Development in the Countries of the Gulf of Guinea. **Cameroon Journal on Democracy and Human Right**, v. 3, n. 2, p. 26-45, Dec. 2009. Disponível em: <<http://178.170.117.40/observatoire/donnees-comp/rapports/secteur%20minier/A%20CRITICAL%20APPARAISAL%20OF%20NATURAL%20RESOURCES,%20GOVERNANCE,%20AND%20HUMAN%20DEVELOPMENT%20IN%20THE%20COUNTRIES%20OF%20THE%20GULF%20OF%20GUINEA.pdf>> Acesso em: 26 out. 2017.

HAMILTON, Daniel S.; BURWELL Frances G. Shoulder to Shoulder: Forging a Strategic U.S.-EU Partnership. Washington: Center for Transatlantic Relations SAIS, 2009. Disponível em: <<http://streitcouncil.org/uploads/PDF/ShouldertoShoulder.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2011.

HAMILTON *et al.*, Daniel. Alliance Reborn: An Atlantic Compact for the 21st Century. 2009. Monografia apresentada para Atlantic Council of the United States Washington Dc, Washington, 2009. 83f. Disponível em: <http://www.acus.org/files/publication_pdfs/65/NATO-AllianceReborn.pdf> Acesso em: 02 abr. 2011.

HANDLOFF, Robert E. Foreign Relations. U.S. Library of Congress, ed. Mauritania: A Country Study. Washington: GPO for the Library of Congress, 1988. Disponível em: <<http://countrystudies.us/mauritania/>> Acesso em: 20 out. 2017.

HAUSER, Gunther. The Mediterranean Dialogue: A Transatlantic Approach. **Lehrstuhl für Internationale Politik Universität zu Köln**, Köln, 2005. Disponível em: <http://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/05_mmd_hauser_01.pdf> Acesso em: 22 out. 2017.

HAYES, Margaret Daly. Security to the South: U.S. Interests in Latin America. **International Security**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 130-151, Summer 1980. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2538477>> Acesso em: 25 abr. 2017.

HELBIG, Robert. A Country of the Future and an Alliance that will Remain: an Interest-Driven Strategy for Brazil-NATO Relations. In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 269-282. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf> Acesso em: 15 dez. 2017.

HELBIG, Robert; LASCONJARIAS, Guillaume. Winning Peace and Exporting Stability: Colombia as NATO's next Global Partner?. **NATO Defense College**, Rome, n. 138, May 2017. Disponível em: <<http://www.ndc.nato.int/news/news.php?icode=1056>> Acesso em: 28 jul. 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. Segurança Coletiva. In: _____ **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 74-123.

HILDRETH, Steven A, EK, Carl. Missile Defense and NATO's Lisbon Summit. Congressional Research Service. Jan. 2011. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R41549.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2017.

HLIHOR, Constantin. It's time for a NATO Energy Security Strategy. **Romanian Journal Of Security Studies**, Romania, v. 1, n. 2, p. 41-48, Winter 2011. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=63006821&site=ehost-live>> Acesso em: 02 nov. 2017.

HOFFMAN, Max; LANE, Conor. **Guinea-Bissau and the South Atlantic Cocaine Trade**. [S.l.], 22 Aug. 2013. Center for American Progress. Disponível em: <<https://www.americanprogress.org/issues/security/reports/2013/08/22/72557/guinea-bissau-and-the-south-atlantic-cocaine-trade/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

HOLMGREN, Alexander. Piracy's Persistence in the Gulf of Guinea. [S.l.], 2014. In: Africa Defence Review. Disponível em: <<https://www.africandefence.net/piracys-persistence-in-the-gulf-of-guinea/>> Acesso em: 21 nov. 2017.

HOLLOWAY, David. Stalin and the bomb. In: LEFFLER, Melvyn P; PAINTER, David S. (Ed.). **Origins of the Cold War: an International History**. New York: London: Routledge, 2.ed., 2005, p.72-90. Disponível em: <http://www.hist.asu.ru/faculty/cafedrs/library/Origins_of_Cold_War.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

HOWELL, Elizabeth. **Guiana Space Center: Europe's Spaceport**. [S.l.], 2 Sept. 2016. In: Space.com Contributor. Disponível em: <<https://www.space.com/33949-guiana-space-center.html>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

HULTMAN, Tami. **West Africa: Ebola Epidemic 'Racing Ahead' of Response - Obama to Raise during NATO Summit**. [S.l.], [2014]. In: AllAfrica. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201409031656.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

HUME, Tim; HADDAD, Margot. NATO deploys maritime force to counter human traffickers in Aegean Sea. **CNN**, [S.l.], 11 Feb. 2016. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/02/11/europe/nato-migrants-aegean-mediterranean/index.html>> Acesso em: 02 jan. 2018.

HUNTER, Robert E. Security in the Euro-Atlantic Area. **CIDOB Barcelona Center for International Affairs**, [S.l.], n. 49, p. 63-75, May 2000. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/security_in_the_euro_atlantic_area>. Acesso em: 08 jun. 2017.

HURRELL, Andrew. NATO and the South Atlantic: A Case-Study in the Complexities of Out-of-area Operations. In: COKER, Christopher (Ed.). **The United States, Western Europe and Military Intervention Overseas**. Lonon: Palgrave Macmillan UK, 1988, p. 61-84.

_____. The Politics of South Atlantic Security: A Survey of Proposals for a South Atlantic Treaty Organization. **Royal Institute of International Affairs**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 179-193, Spring 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2619934>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

HUVAL, Joel I. NRF put to the test in Cape Verde. **NATO Transformer**, [S.l], v. 2, n.2, July 2006. Disponível em: <<http://www.act.nato.int/images/stories/media/transformer/2006-2.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

HYDE-PRICE, Adrian NATO's Political Transformation and International Order. In: RINGSMOSE, Jens; RYNNING, Sten. (Ed.). **Nato's New Strategic Concept: A Comprehensive Assessment**. Copenhagen: Danish Institute For International Studies, 2011, p.7-22. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/128345/RP2011-02-NATO_web.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

IKELEGBE, Augustine. Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria: The Situation in Nigeria. In: ASOBA, Simon; GLOKPOR, Rodger (Ed.). **Trafficking of Small Arms and Light Weapons (SALW) In West Africa: Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria**. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, Dec. 2014, p.47-66. Disponível em: <http://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2017/01/fes_trafficking-in-small-arms-and-light-weapons-in-west-africa-routes-and-illegal-arm-caches-between-ghana-togo-benin-and-nigeria.pdf>. Acesso em: 01 dec. 2017.

INDIAN JOURNAL OF AFRICAN AFFAIR. Rise of emerging powers in Africa: A time for new dreams. **African Quarterly**, Nova Delhi, v. 51, n. 3-4, Aug.2011-Jan. 2012. Disponível em: <<http://osf.org.za/wp-content/uploads/2015/08/Rise-of-Emerging-Powers-in-Africa-A-Time-for-New-Dreams.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. World Energy Outlook 2017. 2017. Disponível em: <<https://www.iea.org/weo2017/#section-2>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. Exploration Areas. 2017. Disponível em: <<https://www.isa.org.jm/contractors/exploration-areas>> Acesso em: 31 out. 2017.

ISAAC, Sally K. NATO and Middle East and North Africa (MENA) Security: Prospects for Burden Sharing. **NATO Defense College**, Rome, n. 16, 2011. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/128708/fp_16.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

IWUOHA, Victor C. African Command (Africom); the Politics and Implications for Nigeria's Security and Strategic Development. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência política)-The University of Nigeria, Nsukka. 2010. Disponível em: <http://www.unn.edu.ng/publications/files/images/M_1.pdf> Acesso em: 19 dez. 2017.

JACKSON, Robert. Humanitarian War over Kosovo. **Politica**, [Copenhagen], v. 32, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/index.php/politica/article/viewFile/9126/17250>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

JARDIM, Claudia. Colômbia cogita enviar tropas ao Afeganistão. **BBC Brasil**, Caracas, 7 Ago. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080807_colombiaafeganistao_cj_ac.shtml> Acesso em 12 out. 2017.

JOURDE, Cédric. Constructing Representations of the 'Global War on Terror' in the Islamic Republic of Mauritania. **Journal of Contemporary African Studies**, [S.l], v. 25, n.1, p. 77-

100, Jan. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02589000601157089>>. Acesso em: 20 out. 2017.

KAMAL-DEEN, Ali. The Anatomy of Gulf of Guinea Piracy. **Naval War College Review**, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 93-118, Winter 2015. Disponível em: <<https://usnwc2.usnwc.edu/getattachment/e95feaa7-8883-4008-b49b-175783f25e43/The-Anatomy-of-Gulf-of-Guinea-Piracy.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

KAPLAN, Lawrence A. NATO and the UN: A Peculiar Relationship. Columbia: University of Missouri Press, 2010, 281p.

_____. The United States and the Origins of NATO 1946-1949. **The Review of Politics**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 210-222, Apr. 1969. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1406020>> Acesso em 20 mar. 2017.

KARP, Aaron. Surplus Arms in South America: A Survey. Small Arms Survey in cooperation with the Conflict Analysis Resource Center (CERAC), Geneva, n. 7, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/F-Working-papers/SAS-WP7-Surplus-Arms-in-South-America.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

KAVALIŪNAITĖ, Sigita; GENYS, Dainius; MELCHIORRE, Tiziana. Ensuring Energy Security in NATO: a Sociological Approach. In: NATO ENERGY SECURITY CENTRE OF EXCELLENCE. **Energy Security: Operational Highlights**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization, n. 10, p. 25-35, 2016. Disponível em: <https://www.enseccoe.org/data/public/uploads/2017/02/no-10_20160410.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KEENAN, Jeremy. AFRICOM Its reality, rhetoric and future. In: FRANCIS, David J. (Org.). **US Strategy in Africa: AFRICOM, terrorism and security challenges**. London: New York: Routledge, 2010.

KEILI, Francis L. Small arms and light weapons transfer in West Africa: a stock-taking. In: UNITED NATIONS INSTITUTE FOR DISARMAMENT RESEARCH. **The Complex Dynamics of Small Arms in West Africa**. Geneva, n. 4, Jan. 2009, p. 5-11. Disponível em: <<http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/the-complex-dynamics-of-small-arms-in-west-africa-en-329.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

KISSINGER, Henry. Conceito de unidade ocidental: Macmillan, De Gaulle, Eisenhower e Kennedy. In: _____. **Diplomacia**. Tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012a.

_____. Política externa e geopolítica: a diplomacia triangular de Nixon. In: _____. **Diplomacia**. Tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012b.

KLARE, Michael T. Sangue Por Petróleo: A Estratégia Energética de Bush e Cheney. **Socialist Register**, v. 40, p. 201-224, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

KNOPS, Raymond. The Challenge of Piracy: International Response and NATO's Role. NATO Parliamentary Assembly. Nov. 2012. Disponível em: <https://www.tbmm.gov.tr/ul_kom/natopa/docs/raporlar_2012/sa3.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2017.

KODA, Vice Admiral Yoji. China's Bluewater Navy Series: China's Blue Water Navy Strategy and its Implications. Center for a New American Security. Washington, Mar. 2017. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/Koda_BWN.pdf?mtime=20170320220424>. Acesso em: 30 set. 2017.

KORNEGAY, Francis. The Geopolitics of Ibsa: The South African dimension. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3, 2008, Brasília. **O Brasil no Mundo Que Vem Aí - IBAS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 161-182. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/conference/ibsa/papers/ibsa14.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

KUGLER, Richard. The NATO Response Force 2002–2006: Innovation by the Atlantic Alliance. Center for Technology and National Security Policy, Washington, 2007. Disponível em: <<http://dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a463071.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

KUMAR; Sunaina; STANZEL, Angela. India and China: A scramble for Africa?. [S.l], 26 July 2016. In: European Council on Foreign Relations. Disponível em: <http://www.ecfr.eu/article/commentary_india_and_china_a_scramble_for_africa_708> Acesso em: 22 set. 2017.

KUNZ, Josef L. Treaty Establishing the European Defense Community. **The American Journal of International Law**, [S.l], v. 47, n. 2, p. 275-281, Apr. 1953. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2194825>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

LAMBERT, Peter J. NATO In Africa: Ready For Action?. Defense Technical Information Center, 2007. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA476812>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

LAUCIRICA, Jorge O. Lessons from Failure: The Falklands/Malvinas Conflict. **Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations**, v. 79, n. 80, p.79-95, Summer-Fall 2000. Disponível em: <<http://blogs.shu.edu/diplomacy/files/archives/laucirica.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2017.

LAUGEN, Torunn. Stumbling into a new role: NATO's out-of-area policy after the Cold War. Oslo: The Norwegian Institute for Defence Studies, 1999. Disponível em: <<https://brage.bibsys.no/xmlui/handle/11250/99627>> Acesso em: 20 maio 2017.

LAYNE, Christopher. The Global Power Shift from West to East. **The National Interest**, [S.l], n. 119, p. 21-31, May-June 2012. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/42896450>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. Introduction: the international system and the origins of the Cold War. In: _____ (Ed.). **Origins of the Cold War: an International History**. New York: London: Routledge, 2.ed., 2005, p. 1-12. Disponível em:

<http://www.hist.asu.ru/faculty/cafedrs/library/Origins_of_Cold_War.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

LESSER, Ian O. Southern Atlanticism: Geopolitics and strategy for the other half of the Atlantic Rim. The German Marshall Fund of the United States, Washington, Mar. 2010. Disponível em:

<<http://trends.gmfus.org/doc/GMF7536%20BF%20Southern%20Atlanticism%20Paper%20Web.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

LEURDIJK, Dick A. NATO's Mediterranean Dialog: The Emergence of a Front Line in the War on Terrorism. Atlantische Commissie, 2004. Disponível em:

<https://www.atlcom.nl/ap_archive/pdf/AP%202004%20nr.%204/Leurdijk.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

LILAND, Frode. Keeping Nato out of trouble: Nato's non-policy on out-of-area issues during the Cold War. Oslo : Norwegian Institute Defence Studies, 1999. Disponível em:

<<https://brage.bibsys.no/xmlui/handle/11250/99391>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LIMA, Marco Aurélio De Andrade. A Iniciativa da Bacia do Atlântico: um risco para o Brasil?. 2011. 44f. Monografia apresentado como requisito para aprovação do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Departamento de Estudos, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/LIMAM.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2017.

LINDSTROM, Gustav. Enter the EU Battlegroups. **Institute for Security Studies**, Paris, p.5-90, n. 97, Feb. 2007. Disponível em:

<<https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/cp097.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2018

LO, Chris. Mauritania: West Africa's offshore wildcard. Offshore Technology. [S.l], 9 June 2014. In: Offshore Technology. Disponível em: <<http://www.offshore-technology.com/features/featuremauritania-west-africas-offshore-wildcard-4284935/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

LUCEY, Amanda; SCHOEMAN, Mark; MAKOKERA, Catherine G. India–Africa relations: The role of the private sector. Institute for Security Studies, [S.l], n. 285, p. 2-11, Oct. 2015.

Disponível em: <<http://www.fahamu.org/resources/Paper285India-Africarelations.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LUENGO-CABRERA, José; MOSER, Anauk. Transatlantic drug trafficking: via Africa. European Union Institute for Security Studies, [S.l], n. 3, Jan. 2016. Disponível em:

<https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Alert_3_Narcotics.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LUÍS, Camila Cristina. Atlântico Sul: perspectiva global e a busca pela autonomia regional. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 79-112, 2016. Disponível em:

<<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/437/505>>. Acesso em: 25 out. 2017.

LUSTY, P.A.J. South America Mineral Production 1997-2006. Keyworth, Nottingham: British Geological Survey, 2008. Disponível em:
<<https://www.bgs.ac.uk/downloads/start.cfm?id=1392>> Acesso em: 29 out. 2017.

LUZ, Álvaro F. da. Cabo Verde e o Não-Alinhamento. 2008. 109f. Monografia apresentado como requisito para aprovação do Curso de Infantaria, Academia Militar, Lisboa, 2008. Disponível em: < <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6958/1/TIA%20-%20Cabo%20Verde%20e%20o%20N%C3%A3o-alinhamento.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

LYNCH, Allen C. The Evolution of Russian Foreign Policy in the 1990s. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, v. 18, n. 1, p.161-182, 2002. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1080/13523270209696372>> Acesso em: 08 out. 2017.

MACLAY et al. The Fourth Fleet: A Tool of U.S. Engagement in the Americas. Washington: Center for Strategic e International Studies, Feb. 2009. Disponível em:
<http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/The_Fourth_Fleet.pdf> Acesso em: 19 dez. 2017.

MADEIRA, Joao Paulo; MONTEIRO, Nataniel Andrade. Cabo Verde: Entre as Estratégias de Segurança Euro-Atlântica e a Nova Dimensão de Parceria Sul-Sul=Cape Verde: Between the Euro-Atlantic Security Strategys and the New Dimension of South-South Partnership. **Meridiano 47 Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 17, p.1-11, 2016. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e17011>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MAGNOLI, Demétrio. **Da guerra fria à détente**: política internacional contemporânea. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998. 113p.

MAINI; Tridivesh Singh; RAMASWAMY, Sridhar. India's Latin American Policy: Looking Beyond Brazil. **The Diplomat**, [S.l.], 12 Apr. 2014. Disponível em:
<<http://thediplomat.com/2014/04/indias-latin-american-policy-looking-beyond-brazil/>> Acesso em: 27 set. 2017.

MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota García. Colombia, la OTAN y las alarmas que sueñan en América Latina. 2013. In: Real Instituto Elcano. Disponível em:
<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/america+latina/comentario-malamud-garcia-encina-+colombia-otan-america-latina>. Acesso em: 12 out. 2017.

MAÑE, Damian Ondo. Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges. International Monetary Fund, Washington, 2005. Disponível em:
<<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05235.pdf>> Acesso em: 26 out. 2017.

MARCOS, Daniel. Atlantic Perspectives Interviews Report: Perspectives from Portugal. Atlantic Future, Lisbon, n. 14, Apr. 2015. Disponível em:
<http://www.atlanticfuture.eu/files/1111-ATLANTIC%20FUTURE_%20Perspectives%20from%20Portugal.pdf> Acesso em: 22 dez. 2017.

MARECOL. South Atlantic Overseas Territories Commercial Fisheries Management Review Summary. 2017. Disponível em: <http://ww2.rspb.org.uk/Images/Summary%20South%20Atlantic%20Overseas%20Territories%20fisheries%20sustainability%20report%202017_tcm9-440550.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

MARITIME PIRACY EVENT E LOCATION. Trends in Piracy: Piracy in Central and South America. 2015. Disponível em: <http://brandonprins.weebly.com/uploads/2/2/6/7/22674144/mpeld_regional_focus_americas_report.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MARTÍN, Andrés González. ¿Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia en están desarmadas? Instituto Español de Estudios Estratégicos, n. 8, agosto 2017. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_informativos/2017/DIEEEI08-2017_FARC_NoDesarmadas_AGM.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MARTINS, L.R; BARBOZA, E.G; ROSA, M.L.C.C. Nódulos Polimetálicos e outros Depósitos de Mar Profundo: o Retorno do Interesse. **Centro de Estudos de Geologia e Oceânica**, Porto Alegre, n. 4, p.125-131, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gravel/4/Gravel_4_11.pdf> Acesso em: 31 out. 2017.

MAURITANIA y la OTAN fortalecen sus vínculos. **ABC Canarias**, Nouakchott/Las Palmas de Gran Canaria, 5 out. 2017. Disponível em: <http://www.abc.es/espana/canarias/abci-mauritania-y-otan-fortalecen-vinculos-201710050107_noticia.html>. Acesso em: 21 out. 2017.

MCDANIEL et al. Africa: Resources Environment and Economy. National Geographic, Jan. 2012a. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/africa-resources/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. South America: Resources Environment and Economy. National Geographic, Jan. 2012b Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/south-america-resources/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Ebola**. 2016. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/ebola>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MESFIN, Berouk. The establishment and implications of the United States Africa Command: An African perspective. **Institute for Security Studies**, n. 183, Apr. 2009. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/99270/PAPER183.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MIDDLETON, Drew. U.S. And Allied Navies Starting Major Test Today; Military Analysis. **The New York Times**, [S.l.], 1 Aug. 1981. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1981/08/01/world/us-and-allied-navies-starting-major-test-today-military-analysis.html>>. Acesso em: 05 maio. 2017.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tassia C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano=South-South Cooperation and Foreign Policy: Brazil and China in Africa. **Estudos Internacionais**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-35, nov. 2013. Disponí-

vel em: <<http://fes.org.br/brasilnomundo/wp-content/uploads/2014/06/milani-estudosinternacionais-2.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Atlântico Sul: Zona de Paz e Cooperação?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 20-23, Mar. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100005> Acesso em: 17 dez. 2017.

MONAGHAN, Andrew. Energy Security: NATO's Limited, Complementary Role. **NATO Defense College**, Rome, n. 36, May 2008. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/56022/rp_36en.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. Energy Security: What Role for NATO? **NATO Defense College**, Rome, n. 29, Oct. 2006. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/25557/rp_29.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

MOREIRA, Mauricio M. The Bilateral Relationship: Trade, Investment and Cooperation. In: India: Latin America's Next Big Thing? New York: Inter-American Development Bank, 2010, p.53-98. Disponível em: <http://www.asia.udp.cl/Informes/2010/india_AL.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

MOREIRA, Susana. India's Expanding Role in Latin America: Promises and Challenges. **Portuguese Journal of International Affairs**, Lisboa, n. 1, Spring 2009, p. 65-75. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_3267.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

MORELLI, Vicent, BELKIN, Paul. NATO in Afghanistan: A Test of the Transatlantic Alliance. Congressional Research Service. Dec. 2009. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33627.pdf>> Acesso em 29 jun. 2017.

MURADIAN, Vago. Argentine ally status should not affect Chilean fighter deal. **Defense Daily**, [S.l], 28 Aug. 1997. Disponível em: <<http://link.galegroup.com/apps/doc/A19721522/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=a2bda746>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MURPHY, Martin N. Petro-Piracy: Oil and Troubled Waters. **Orbis**, [S.l], v. 57, n. 3, p. 424-437, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/journal/orbis/vol/57/issue/3>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MUSAH, Abdel-Fatau. West Africa: Governance and Security in a Changing Region. International Peace Institute, New York, Feb. 2009. Disponível em: <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/west_africa.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NATO. Allied Joint Force Command. **Expert Staff Meeting in Mauritania**. 2017b. Disponível em: <<https://www.jfcnaples.nato.int/newsroom/news/2017/expert-staff-meeting-in-mauritania>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. Allied Maritime Command. **Focused Operations - Naval Forces**. [2017]. Disponível em: <<https://www.mc.nato.int/missions/operation-sea-guardian/focused-operations-naval-forces.aspx>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

NATO. **Combating terrorism at sea**. 2010. Disponível em:
<https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2006_09/2010_03_D011B221E26B40D891C22D0CA8A7D9AC_active_endeavour2008-e.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. Emerging Security Challenges Division. NATO's Counter-Terrorism Cooperation with Partners. Brussels, Oct. 2014a. Disponível em:
<http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2014_10/20151029_141007-ct-coop-partners-report.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Emerging Security Challenges Division. The NATO Science for Peace and Security Programme. Brussels, 2015b. Disponível em:
<http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_12/20151218_151218-sps-eng.PDF>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. Emerging Security Challenges Division and Public Diplomacy Division. **NATO's Role in Energy Security**. Brussels, 2011. Disponível em
<https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20111026_Energy_Security_EN.pdf>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. NATO's energy security agenda. **Nato Review**, [S.l.], 2015a. Disponível em:
<<https://www.nato.int/docu/review/2014/nato-energy-security-running-on-empty/nato-energy-security-agenda/en/index.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. Public Diplomacy Division. **Defence Expenditure of NATO Countries (2010-2017)**. Bruxelles, 29 June 2017c. Disponível em:
<https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2017_06/20170629_170629-pr2017-111-en.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. Science For Peace and Security Programme. **Mauritania**. July 2017a. Disponível em:
<<http://www.nato.int/science/country-fliers/Mauritania-ENG.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Support Agency. **Mauritania**. 2014b. Disponível em:
<http://www.nspa.nato.int/PDF/Log/ntfp/NSPA_Mauritania.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. Support Agency. **Mauritania II: Phase 1**. Apr. 2016. Disponível em:
<http://www.nspa.nato.int/PDF/Log/ntfp/Factsheet-Mauritania-II_en-20160422.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. The Mediterranean Dialogue. In: _____. The Istanbul Summit Media Guide. Brussels, 2004. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiwgLLPnYTXAhWIEJAKHVCsAhcQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nato.int%2Fdocu%2Fcomm%2F2004%2F06-istanbul%2Fpress-kit%2F011.pdf&usg=AOvVaw3KGDooLJCMIG9PNjVrLJfW>>. Acesso em: 22 out. 2017.

NAUMANN, Klaus. NATO, Kosovo, and Military Intervention. **Global Governance**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 13-17, Jan-Mar. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27800324>>
Acesso em: 17 jun. 2017.

NEVES, Miguel Santos. A China e a Índia no Atlântico Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 71-94, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200007. Acesso em: 30 set. 2017.

NKWI, Walter Gam. Terrorism in West African History: A 21st Century Appraisal. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l], v. 4, n. 8, p. 80-101, July-Dec. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56968> Acesso em: 16 nov. 2017

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Alliance Maritime Strategy**. Mar. 2011. Disponível em: https://www.nato.int/cps/on/natohq/official_texts_75615.htm Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. **Cyber Defense**. Dec. 2017a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. **Mauritania opens new national crisis management centre**. Nov. 2016c. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_137690.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **NATO and Colombia open channel for future cooperation**. Aug. 2013. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_101634.htm. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **NATO building capacity against drug trafficking**. Nov. 2017b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/news_149244.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. **NATO Chief visits Ghana**. Jan. 2009. Disponível em: https://www.nato.int/cps/su/natohq/news_46487.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. **NATO policy on combating trafficking in human beings**. Mar. 2012a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50315.htm. Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. **NATO's role in energy security**. June 2016b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_49208.htm. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **NATO sponsors project to help reduce terrorism risk in Mauritania**. Sept. 2012b. Disponível em: http://www.nato.int/cps/fr/natohq/news_89658.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Operations and missions: past and present**. Dec. 2016a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. **Preparing Mauritanian officers for national and international operations**. Dec. 2015. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_125759.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 21 out. 2017.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Riga Summit Declaration**. May 2014. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_37920.htm>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **Small arms and light weapons (SALW) and mine action (MA)**. May 2017c. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52142.htm>. Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. **Support for reform of professional military education in Mauritania**. Feb. 2017d. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/ic/natohq/news_141812.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **The Alliance's New Strategic Concept**. 1991. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. **The Alliance's Strategic Concept**. 1999. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/on/natohq/official_texts_27433.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. **The Alliance's Strategic Concept**. Nov. 2010. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_82705.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

OCEANS BEYOND PIRACY. Piracy and Robbery against Ships in Latin America e the Caribbean. 2016. Disponível em: <<http://oceansbeyondpiracy.org/reports/sop/latin-america>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

OHENE-ASARE, Seth. Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria: The Situation in Ghana. In: ASOBA, Simon; GLOKPOR, Rodger (Ed.). **Trafficking of Small Arms and Light Weapons (SALW) In West Africa: Routes and Illegal Arms Caches Between Ghana, Togo, Benin and Nigeria**. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, Dec. 2014, p.47-66. Disponível em: <http://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2017/01/fes_trafficking-in-small-arms-and-light-weapons-in-west-africa-routes-and-illegal-arm-caches-between-ghana-togo-benin-and-nigeria.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

OJO, M. Adeleye. The Foreign Policy of Mauritania. **A Current Bibliography on African Affairs**, [S.l.], v. 17, n. 4, p.347-361, June 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/001132558501700404>>. Acesso em: 20 out. 2017.

OLAJIDE, F.; ADESHAKIN, K. Towards the Investigation of Using Social Network Analysis for Counter Terrorism in West Africa: Case Study of Boko Haram in Nigeria. **Journal of Engineering Science and Technology**, v. 11, n. 11, p. 1629-1638, Nov. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310615974_Towards_the_investigation_of_using_social_network_analysis_for_counter_terrorism_in_West_Africa_Case_study_of_Boko_Haram_in_Nigeria>. Acesso em: 18 nov. 2017.

OLIVIER, Gerrit; SUCHKOV, Dmitry. Russia is back in Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 37, n. 2, p.146-167, Nov. 2015. Disponível em: <[http://www.up.ac.za/media/shared/85/Strategic%20Review/Vol%2037%20\(2\)/olivier-suchkov-pp146-167.zp74611.pdf](http://www.up.ac.za/media/shared/85/Strategic%20Review/Vol%2037%20(2)/olivier-suchkov-pp146-167.zp74611.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2017.

ONUOHA, Freedom C.; EZIRIM, Gerald E. "Terrorism" and Transnational Organised Crime in West Africa. **Al Jazeera Centre for Studies**, Mecca, 24 June 2013. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2013/06/2013624102946689517.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ORFY, Mohammed M. NATO's role in the Middle East before 9/11. In: _____ **Nato and the Middle East: The geopolitical context post-9/11**. London: New York: Routledge Studies in Middle Eastern Politics, 2011, p. 91- 108.

OSMANOV, Farid. Nato Developing Energy Security Role. *Oil & Gas Journal*, Feb. 2016. Disponível em: <<http://www.ogj.com/articles/print/volume-114/issue-5/transportation/nato-developing-energy-security-role.html>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OTIS, John. The FARC and Colombia's Illegal Drug Trade. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, 2014. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Otis_FARCDrugTrade2014.pdf> Acesso em: 26 nov. 2017.

PATTI, Carlo. Brazilian Perspectives on Weapons of Mass Destruction. In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 169-184. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PAVIA, José Francisco. Brazil-NATO: New Global Security Partners?. In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 253- 268. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PEIXOTO, Fabrícia. Brasil compra da França helicópteros e submarinos. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 24 dez. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081223_lula_sarkozy_fp2_ep.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011, 245p.

PEREIRA, Letícia. Colômbia: As FARC e os Diálogos de Paz. **Série Conflitos Internacionais**, v. 2, n. 1, fev. 2015. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/farc-e-os-dialogos-de-paz.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2017.

PETERS, Enrique Dussel. China's Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?. The Atlantic Council, Washington, Sept. 2015. Disponível em: <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam/AC_CHINA090915DP.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

PETERSEN, Friis Arne, BINNENDIJK, Hans. The Comprehensive Approach Initiative: Future Options for NATO. **Defense Horizons**, n. 58, Sept. 2007. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Media/News/Article/1008473/the-comprehensive-approach-initiative-future-options-for-nato/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

PICAZO, María Victoria. Argentina-EE.UU: Balance de la Alianza extra OTAN. In: CONGRESO EN RELACIONES INTERNACIONALES, 2, 2004, La Plata. América Latina en la agenda internacional. [S.l]: Instituto de Relaciones Internacionales, 2004, p.1-33. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/37040>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a renovação de uma agenda de segurança do Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2006. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/download/434/506>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

PINO, Manuel de Jesús Rocha. China y la integración megarregional: la Nueva Ruta de la Seda Marítima en África=China and megaregional integration: the New Maritime Silk Road in Africa. **CIDOB Barcelona Center for International Affairs**, n. 114, p. 87-108, 2016. Disponível em: <https://www.cidob.org/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/114/china_y_la_integracion_megarregional_la_nueva_ruta_de_la_seda_maritima_en_africa>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PORTS AND SHIPS. SA sub causes red faces in Nato exercise. 6 Sept, 2007. Disponível em: <http://ports.co.za/navalnews/article_2008_01_19_1038.html> Acesso em: 12 jan. 2018.

PORTUGAL. Instituto de Defesa Nacional. Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013. 2013. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN_2013.pdf> Acesso em: 22 dez. 2017.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. La epidemia de ébola en África Occidental. 2014. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/es/home/ourwork/crisis-response/where-we-do-it/ebola-response-in-west-africa.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

PRYCE, Paul. The Incongruence of IBSAMAR. ETH Zurich Center for Security Studies. Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/en/services/digital-library/articles/article.html/185327/>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin P. China-Latin America Economic Bulletin 2017 Edition. Global Economic Governance Initiative, Boston, 2017. Disponível em: <https://www.bu.edu/pardeeschool/files/2014/11/Economic-Bulletin.16-17-Bulletin.Draft_.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

REFICCO, Ezequiel. Argentina como aliado extra-OTAN de los EE UU: los factores detrás de la alianza. **Revista CIDOB d' Afers Internacionals**, [S.l], n. 42, 1998. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/28094>> Acesso em: 15 dez. 2017.

RINGSMOSE, Jens; RYNNING, Sten. Introduction. Taking Stock of NATO's New Strategic Concept. In: _____ (Ed.). *Nato's New Strategic Concept: A Comprehensive Assessment*. Danish Institute For International Studies. Copenhagen, 2011. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/128345/RP2011-02-NATO_web.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROBB, Jonjo. Analysing NATO's Role in Afghanistan. Feb. 2015. In: E-International relations Students. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2015/02/08/analysing-natos-role-in-afghanistan/>> Acesso em: 20 jun. 2017.

ROBERTS, Adam. NATO's 'Humanitarian War' over Kosovo. **Survival**, v. 41, n. 3, p.102-123, Autumn 1999. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/itc/sipa/S6800/courseworks/NATOhumanitarian.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

RUCKS, Jessika Tessaro. A Geopolítica do Atlântico Sul: A Importância da Zopacas para o Brasil=The Geopolitics of the South Atlantic: The Importance of Zopacas for Brazil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1, 2014, Rio de Janeiro. Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI. Porto Alegre: Editora Letra; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158. Disponível em: <<http://www.editoraleta1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SACCHETTI, Antônio Emílio. A NATO e o Atlântico Sul. Instituto da Defesa Nacional, [S.l.], Ano XI, n. 40, p.91-105, Out.-Dez. 1986. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2754/1/NeD40_AntonioEmilioSacchetti.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SAHARA WIND. Sahara Hydrogen. 2007. Disponível em: <<http://www.saharawind.com/en/sahara-hydrogen>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SANCHEZ, Alex W. Geopolitical Considerations of the NATO-Colombia Cooperation Agreement. Mar. 2014. In: Center for Security Studies: ETH Zurich. Disponível em: <<http://isnblog.ethz.ch/security/geopolitical-considerations-of-the-nato-colombia-cooperation-agreement>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SANCHEZ, Wilder Alejandro. A Growing Concern: Chinese Illegal Fishing in Latin America. 2017. In: Center for International Maritime Security. Disponível em: <<http://cimsec.org/growing-concern-chinese-illegal-fishing-latin-america/34194>> Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. How Peaceful Is The South Atlantic?. Feb. 2016. In: Center for International Maritime Security. Disponível em: <<http://cimsec.org/21903-2/21903>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
SÁNDOR, Szabó. The Role of NATO Response Force in the Modern Warfare. **Hadmérnok**, n. 1, p. 358-365, Mar. 2010. Disponível em: <http://hadmernok.hu/2010_1_szabos1.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SARAIVA, José Flávio S. Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: _____. (Org.). Relações Internacionais: Dois séculos de história: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001, v.2, p. 19-61.

SAWADOGO, Wilfried Relwende. The Challenges of Transnational Human Trafficking in West Africa. **African Studies Quarterly**, Florida, v. 13, n. 1-2, p. 95-115, Spring 2012. Disponível em: <<http://asq.africa.ufl.edu/files/Sawadogo-2012.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2017.

SCHVARTZMAN, Milko. Argentina's patience snaps on China's illegal fishing. 2016. In: Chinadialogue. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/8934-Arentina-s-patience-snaps-on-China-s-illegal-fishing>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SEABRA, Pedro. A case of unmet expectations: Portugal and the South Atlantic. **Portuguese Journal of Social Science**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 331–346, 2014. Disponível em: <https://kuldoc.com/download/a-case-of-unmet-expectations-portugal-and-the-south-atlantic-portuguese-journal-of-social-science-2014-_59c52d671723dda0bd20ccbd_pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SENDMEYER, Maj. Scott A. NATO Strategy and Out-of-Area Operations. 2010. 54f. Monografia apresentada para School of Advanced Military Studies, United States Army Command, General Staff College Fort Leavenworth, Kansas, Dec. 2010. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=713508>> Acesso em: 16 jun. 2017.

SERRONHA, Marco. Portugal e o novo Conceito Estratégico da nato. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 27, p.55-64, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000300006> Acesso em: 23 dez. 2017.

SHEA, Jamie. What does a New Strategic Concept do for NATO? In: RINGSMOSE, Jens; RYNNING, Sten (Ed.). Nato's New Strategic Concept: A Comprehensive Assessment. Danish Institute for International Studies, Copenhagen, 2011. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/128345/RP2011-02-NATO_web.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

SHIDORE, Sarang. New Frontiers in South-South Engagement Relationship between India and Latin America e the Caribbean. Nova Delhi: Indian Council of World Affairs. 2013. Disponível em: <<http://www.icwa.in/pdfs/SPHSarang.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017.

SILVA; Antonio Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Org.). Brasil e a segurança no seu entorno estratégico : América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014, p.199-213. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SINGH, Surendar. India's Approach towards Bilateral, Regional and Multilateral Negotiations. CUTS International. Oct. 2015. Disponível em: <http://www.cuts-ci-tee.org/pdf/Indias_Approach_towards_Bilateral_Regional_and_Multilateral_Negotiations.pdf> Acesso em: 27 set. 2017.

SLOAN, Stanley R. As negociações sobre o Artigo 5. Revista da OTAN. 2006. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/review/2006/issue2/portuguese/main.htm>> Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. Meeting the Challenge. In: _____. NATO, the European Union, and the Atlantic Community: The Transatlantic Bargain Reconsidered. Boulder: Rowman e Littlefield Publishers, 2. ed., Nov. 2002. (Foundations of Cultural Thought). p.231-244.

SLOAN, Stanley R. NATO's Future: Towards a New Transatlantic Bargain. London: Palgrave Macmillan UK, 1986, 241p.

SMALL ISLANDS VOICE GLOBAL FORUM. Piracy in the South Atlantic Ocean. 16 Marc. 2004. Disponível em: <<http://www.sivglobal.org/?read=55>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SMITH, Mark. Nato Enlargement During the Cold War: Strategy and System in the Western Alliance. London: Palgrave Macmillan UK, 2000, 207p.

SOAMAR PORTUGAL. O Poder Naval. Portal Atlântico Sul. Feb. 2016. Disponível em: <<http://conhece.org/2016/02/o-poder-naval-2/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SOLLER, Diana. O Relatório Albright e a Grande Estratégia Obama: um caso de convergência? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 27, p.09-21, 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992010000300002&script=sci_abstract> Acesso em 29 dez. 2017.

STATISTA. Distribution of oil production worldwide from 2009 to 2016, by region. June 2017. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/269076/distribution-of-global-oil-production-since-2009/>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

STEPPER, Péter; SZÁLKAI, Kinga. NATO's Energy Security Agenda and its Possible Applications in the South Caucasus. **Caucasus International**, v. 4, n. 3-4, p. 27-43, Winter 2014-2015. Disponível em: <<http://cijournal.az/storage/posts/53/files/NATO%E2%80%99s%20Energy%20Security%20Agenda.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

STOHL, Rachel; TUTTLE, Doug. The Small Arms Trade in Latin America. New York: NACLA Report on the Americas, Mar-Apr. 2008. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4689-001_g.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

STONE, Brendan. The U.S.-NATO Military Intervention in Kosovo: Triggering ethnic conflict as a pretext for intervention. Global Research. 29 Dec. 2005. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-u-s-nato-military-intervention-in-kosovo/1666>> Acesso em 17 jun. 2017.

STUENKEL, Oliver. Brazil as a Norm Entrepreneur: "Responsibility While Protecting". In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 119-139. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf> Acesso em: 15 dez. 2017.

SZUSTERMAN, Celia. Latin America and Learning from NATO's Experience. The Institute for Statecraft's Latin America Programme. 2012. Disponível em: <<http://www.statecraft.org.uk/sites/default/files/documents/NATO%20Papers%2011-Latin%20America%20and%20NATO.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

TADDEO, Luciana. Líderes latino-americanos vêm como ameaça aceno da Colômbia à OTAN. **Opera Mundi**, Caracas, 4 jun. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29251/lideres+latino->

americanos+veem+como+ameaca+aceno+da+colombia+a+otan+.shtml>. Acesso em: 12 out. 2017.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.47-80, jan-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

TASE, Peter. LATIN AMERICA: NATO Interested in Colombia. **Global Perspectives**, 2014. Disponível em: <<http://www.global-perspectives.info/index.php/international-edition/2014/quarterly-one/417-latin-america-nato-interested-in-colombia>>. Acesso em: 12 out. 2017.

THE CONFERENCE BOARD. Global Economic Outlook 2016: Charts and Tables. 2016. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/retrievefile.cfm?filename=TCB-1595-Global-Economic-Outlook-2016->>> Acesso em: 26 set. 2017.

_____. Global Economic Outlook 2017 Charts & Tables. 2017. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/data/globaloutlook/index.cfm?id=27451>> Acesso em: 03 ago. 2017.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. 12 Feb. 2013. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186> Acesso em: 09 out. 2017.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. Why the Treaty was signed. In: _____. The Nato handbook : why the treaty was signed, what the treaty says, how Nato Works, 1952, v.1.

THE SOUTH Atlantic, discussing a safe route. Atlantico. 15 May 2017. Disponível em: <<https://medium.com/atlantico-online/search?q=The%20South%20Atlantic>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

THE WORLD BANK. Brazil, Colombia and Peru are among the countries of the world with the most water. 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2015/03/10/brasil-colombia-peru-paises-mas-agua-tienen-en-el-mundo>>. Acesso em: 29 out. 2017.

THEODORELOS, Susan Lynn. NATO's Out-of-Area dilemma. 1990. 110f. Dissertação (Mestrado em Arts in National Security Affairs) - Naval Postgraduate School, Monterey, 1990. Disponível em: <<http://calhoun.nps.edu/handle/10945/27689>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

TRÍAS, Vivián. El Atlántico Sur: Encrucijada del Futuro Latinoamericano. **Nueva Sociedad**, n. 33, p. 129-139. nov-dic. 1977. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/378_1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Robert Schuman: o arquiteto do projeto de integração europeia. In: _____. Compreender as políticas da União Europeia: Os pais fundadores da União Europeia. Comissão Europeia, Bruxelas, 2013. Disponível em

<<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000056001-000057000/000056665.pdf>> Acesso em 08 jan. 2018.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. Overseas Territories: the Ministry of Defence's contribution. 2012. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/27626/overseas_territories.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

UNITED NATIONS. United Nations Convention on the Law of the Sea. 1982. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNITED NATIONS INSTITUTE FOR TRAINING AND RESEARCH. UNOSAT Global Report on Maritime Piracy: a geospatial analysis 1995-2013. 2014. Disponível em: <https://unosat.web.cern.ch/unosat/unitar/publications/UNITAR_UNOSAT_Piracy_1995-2013.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Firearms trafficking in West Africa. In _____ Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment. Vienna, Feb. 2013b, p. 33-37. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/toc/Reports/TOCTAWestAfrica/West_Africa_TOC_FIREARMS.pdf> Acesso em: 01 dec. 2017.

_____. Global Report on Trafficking in Persons. 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf> Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. Organized Crime and Irregular Migration from Africa to Europe. New York, July 2006. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/research/Migration_Africa.pdf> Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. Smuggling of migrants from West Africa to Europe. In _____ Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment. Vienna, Feb. 2013a, p. 25-31. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/toc/Reports/TOCTAWestAfrica/West_Africa_TOC_MIGRANTS.pdf> Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. Trafficking in Persons to Europe for sexual exploitation. Vienna, 2010. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/publications/TiP_Europe_EN_LORES.pdf> Acesso em: 30 nov. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. National Energy Policy. May 2001. Disponível em: <<https://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2017.

_____. National Security Strategy. Dec. 2017. Disponível em: <<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2017/12/2017.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Strategy. March 2006. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/64884.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. China: International energy data and analysis. 2015a. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/China/china.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. Country Analysis Brief: India. 2016a. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/India/india.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. International Energy Outlook 2016. May 2016. Disponível em: <[https://www.eia.gov/outlooks/ieo/pdf/0484\(2016\).pdf](https://www.eia.gov/outlooks/ieo/pdf/0484(2016).pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. This Week in Petroleum. 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/petroleum/weekly/archive/2017/170405/includes/analysis_print.php>. Acesso em: 16 set. 2017.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY. Africa and the Middle East. 2017a. Disponível em: <<https://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/africa.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Latin America and Canada-South America: 2014 Minerals Yearbook. 2017c. Disponível em: <<https://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/sa.html#uy>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. Mineral Commodity Summaries 2017. 2017b. Disponível em: <<https://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/2017/mcs2017.pdf>> Acesso em: 29 out. 2017.

USA INTERNATIONAL BUSINESS PUBLICATIONS. Political Situation and Developments. In: MAURITANIE. Mauritania: Foreign Policy and Government Guide. Washington: International Business Publications, 2007, v. 1, p.48-53. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=r7cP8wivcEkC&pg=PA41&hl=pt-BR&source=gbp_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 20 out. 2017.

VALENCIA, Carlos O. C. La redefinición del papel de la OTAN. **El Cotidiano**, [S.l], n. 133, p.81-85, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32513310>> Acesso em: 09 jun. 2017.

VALVIS, Anastasios. NATO: From collective defence to collective security. And the debate goes on. Mar. 2007. In: Academia Edu. Disponível em <https://www.academia.edu/5534897/NATO_From_collective_defence_to_collective_security_And_the_debate_goes_on> Acesso em 30 jun. 2017.

VARELA, Odair B. B. L. A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a «Espada» da NATO e a «Parede» Africana?. **Revista Direito e Cidadania**, Ano VII, n. 25-26, 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/3271>> Acesso em: 03 jan. 2018.

VARWICK, Johannes. NATO's Role in Energy Security: The alliance has hard choices to make before it takes on energy security. *Nato at a Crossroads*, Summer 2008, p.38-41. Disponível em: <http://www.johannes-varwick.de/wp-content/original_2_varwick.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017.

VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul e as Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais**: visões do Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=129> Acesso em: 09 jan. 2018.

VIEGAS FILHO, José. **A Segurança do Atlântico Sul e as relações com a África**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1180-a-seguranca-do-atlantico-sul-e-as-relacoes-com-a-africa.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

VIEIRA, Flávio V; VERÍSSIMO, Michele P. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 513-546, v. 18, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a04.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

VISWANATHAN, Ambassador R. India and Latin America: a new perception and a new partnership. 22 Jul. 2014. In: Real Instituto Elcano. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/latin+america/ari37-2014-viswanathan-india-latin-america-new-perception-new-partnership>. Acesso em: 27 set. 2017.

VOLMAN, Daniel. AFRICOM: what is it for and what will it do?. In FRANCIS, David J. (Org.). **US Strategy in Africa**: AFRICOM, terrorism and security challenges. London: New York: Routledge, 2010.

VREÏ, Francois. Bad order at sea: From the Gulf of Aden to the Gulf of Guinea. **African Security Review**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 17-30, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10246029.2009.9627539>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000.

WAR on Ebola; Nato should take over the fight against the deadly virus. **The Times**, London, 30 Oct. 2014. Disponível em: <go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&id=GALE%7CA388028142&it=r&asid=c3c6d253a436e4bd172a64d948364620>. Acesso em: 16 out. 2017.

WASSERBLY, Daniel. Colombia, NATO discuss closer ties. **Jane's Defence Weekly**, Hordley, v. 51, n. 17, 2014.

WEATHERSBY, Kathryn. Stalin and the Korean War. In: LEFFLER, Melvyn P; PAINTER, David S. (Ed.). **Origins of the Cold War**: an International History. New York: London: Routledge, 2.ed., 2005, p. 265-282. Disponível em:

<http://www.hist.asu.ru/faculty/cafedrs/library/Origins_of_Cold_War.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

WENGER, Andreas, NUENLIST, Christian, LOCHER, Anna. Transforming NATO in the Cold War: Challenges beyond Deterrence in the 1960s. New York: Routledge, 2006.

WENTZ, Larry (Ed.). **Lessons From Bosnia: The IFOR Experience**. Washington: Institute for National Strategic Studies, 1997. Disponível em: <http://www.dodccrp.org/files/Wentz_Bosnia.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

WHITE, Ken. Mauritania Offshore Hints at Significant Reserves. **GeoExpro**, [S.l], v. 12, n. 5, 2015. Disponível em: <<https://www.geoexpro.com/articles/2015/11/mauritania-offshore-hints-at-significant-reserves>>. Acesso em: 21 out. 2017.

WHO EBOLA RESPONSE TEAM. After Ebola in West Africa: Unpredictable Risks, Preventable Epidemics. **The New England Journal of Medicine**, v. 375, n. 6, p. 587-596, 2016. Disponível em: <<http://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMSr1513109>>. Acesso em: 16 out. 2017.

WIGELL, Mikael; ROMERO, Maurício. Transatlantic drug trade: Europe, Latin America and the Need To Strengthen Anti-Narcotics Cooperation. **The Finnish Institute of International Affairs**, Helsinki, n. 132, p.1-9, June 2013. Disponível em: <http://www.fiia.fi/en/publication/343/transatlantic_drug_trade/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

WIJK, Rob de. NATO, Democracy Peace and Partnership with Brazil. In: SMITH-WINDSOR, Brook A. (Ed.). **Enduring NATO, Rising Brazil: Managing International Security in a Recalibrating Global Order**. Rome: NATO Defense College, 2015, p. 29-38. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188576/fp_23.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

WILTGEN, Guilherme. O Brasil e seu “mar interior”. Defesa Aérea e Naval. 26 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/o-brasil-e-seu-mar-interior/>> Acesso em: 21 dez. 2017.

WITTE, Griff. Afghanistan War 2001–2014. Encyclopedia Britannica. 2014. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Afghanistan-War>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

WITTMANN, Klaus. An Alliance for the 21st Century?: Reviewing NATO’s New Strategic Concept. In: RINGSMOSE, Jens; RYNNING, Sten. (Ed.). **Nato’s New Strategic Concept: A Comprehensive Assessment**. Copenhagen: Danish Institute For International Studies, 2011, p.7-22. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/128345/RP2011-02-NATO_web.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

WORLD ENERGY COUNCIL. **World Energy Resources 2016**. London, 2016. Disponível em: <<https://www.worldenergy.org/wp-content/uploads/2016/10/World-Energy-Resources-Full-report-2016.10.03.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

WRIGHT, N. A; WILLIAMS, P.L. Mineral Resources of Antarctica. Geological Survey Circular, Reston, n. 705, p.1-29, 1974. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/circ/1974/0705/report.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

WUIS, Anton. North Atlantic Council: NATO and Energy Security. The European International Model United Nations. 2016. Disponível em: <http://teimun.org/wp-content/uploads/2016/06/NAC_TEIMUN_EnergySecurity.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

XHAMBAZ, Visar. From Collective Defense to Collective Security: NATO Intervention in Kosovo. **Journal of Political Sciences and Public Affairs**, v. 5, n. 2, p.1-5, May 2017. Disponível em: <<https://www.omicsonline.org/open-access/from-collective-defense-to-collective-security-nato-intervention-inkosovo-2332-0761-1000253.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

YOST, David S. NATO's evolving purposes and the next Strategic Concept. **International Affairs**, v. 86, n. 2, p. 489–522, Mar. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00893.x/abstract>> Acesso em: 10 jun. 2017.

ZAPOLSKIS, Martynas. 1999 and 2010 NATO Strategic Concepts: A Comparative Analysis. **Lithuanian Annual Strategic Review**, v. 10, n. 1, p.35-56, 2012. Disponível em: <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.doi-10_2478_v10243-012-0012-5>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ŽILINSKAS, Remigijus; TRAKIMAVIČIUS, Lukas. The Perils of Cyber-attacks Against the Energy Industry. In: NATO ENERGY SECURITY CENTRE OF EXCELLENCE. **Energy Security: Operational Highlights**. [S.l]: North Atlantic Treaty Organization, n. 10, p.10-17, 2016. Disponível em: <https://www.enseccoe.org/data/public/uploads/2017/02/no-10_20160410.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

ZUBOK, Vladislav M. **A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press; 2.ed., 2009.